



**ORDENAMENTO PESQUEIRO E O COLONIALISMO:
DESTERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS NA COMUNIDADE
PESQUEIRA ARTESANAL DA PRAIA DO SIQUEIRA-CABO FRIO/RJ**

NAETÊ BARBOSA LIMA REIS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO-UENF**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
ABRIL / 2022**

**ORDENAMENTO PESQUEIRO E O COLONIALISMO:
DESTERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS NA COMUNIDADE
PESQUEIRA ARTESANAL DA PRAIA DO SIQUEIRA-CABO FRIO/RJ**

NAETÊ BARBOSA LIMA REIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem – CCH, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Trabalho, Sociedade e Território, para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Marcio Timóteo

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

ABRIL / 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

R375

Reis, Naetê Barbosa Lima.

ORDENAMENTO PESQUEIRO E O COLONIALISMO : DESTERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS NA COMUNIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DA PRAIA DO SIQUEIRA-CABO FRIO/RJ / Naetê Barbosa Lima Reis. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

305 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Geraldo Marcio Timoteo.

1. Ordenamento Pesqueiro. 2. Epistemologias do Sul. 3. Colonialismo. 4. Zonas de Sacrifício. 5. Pesca Artesanal. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61


ORDENAMENTO PESQUEIRO E O COLONIALISMO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS NA COMUNIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DA PRAIA DO SIQUEIRA-CABO FRIO/RJ

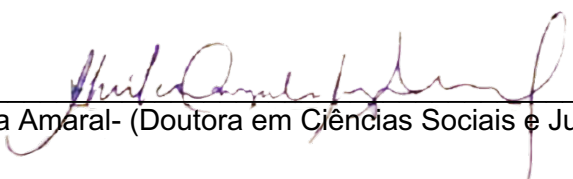
NAETÊ BARBOSA LIMA REIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem – CCH, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Trabalho, Sociedade e Território, para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.

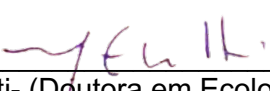
Aprovada em: 01 de abril de 2022

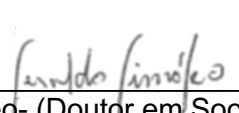
Comissão Examinadora:


Prof.^a Tatiana Walter- (Doutora em Ciências Sociais) – FURG


Prof.^a Shirlena Amaral- (Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas) -UENF


Prof.^a Mônica Serrão- (Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - UFRJ


Prof.^a Maria Eugênia Ferreira Totti- (Doutora em Ecologia e Recursos Naturais) - UENF


Prof. Geraldo Marcio Timóteo- (Doutor em Sociologia) -UENF- (orientador)

Estamos hoje com dificuldade em relação à utopia. Ela não é mais uma metanarrativa, uma aspiração a um sistema político que venha resolver os problemas de todos para sempre. Estamos hoje em busca daquilo que Paulo Freire chamava de “utopia concreta”. Vejo isso em todo lado. Na economia solidaria, na agricultura comunitária, nos experimentos de democracia direta, em grupos que buscam fugir à tirania do mercado, na Europa, na América e na África. São utopias concretas que as pessoas estão a construir. Procuo aprender com essas iniciativas, ver o que elas podem trazer de novo em termos de organização econômica, direitos humanos e democracia. A utopia hoje para mim é o que está a ser feito.

(Boaventura de Sousa Santos, 2015)

AGRADECIMENTOS

Profunda gratidão aos pescadores e pescadoras da Praia do Siqueira, comunidade que tanto me ensina e que mudou profundamente minha forma de ser e estar no mundo. Agradeço aos mestres pescadores Eli Cardoso, Orlando Pacheco, Amponino da Costa, Wilson Motta, Marcos Vinícius (Marquinhos), José Augusto Lopes (Jenário), Sérgio Lopes (Theo), Luís Motta (Cacadi), entre outros parceiros de luta, por compartilharem suas histórias e conhecimentos e por quase sempre fazerem isso com o “café corajoso” perfumando nossas conversas. Aproveito para enaltecer as táticas de r-existência que aprendi como querido Eli Cardoso, a forma como você defende seu território e sua comunidade são emocionantes, você torna esse mundo muito melhor! Agradeço minha irmã e comadre Angeline Lopes, nossa querida “Neneca”, educadora ambiental e pescadora artesanal que me abriu os olhos, tanto para as belezas, como para as injustiças existentes no território da Praia do Siqueira. Compartilhamos muitas risadas e lágrimas nessa caminhada juntas e, apesar dos imensos desafios, eu acredito que essa luta não será em vão! Te admiro profundamente! Agradeço ao presidente da Colônia Z4, Alexandre Marques, que mesmo cansado de tantos projetos que mobilizaram a comunidade e nunca deram devolutiva, ainda assim, me deu uma chance e me ajudou a conhecer as histórias das comunidades pesqueiras artesanais de Cabo Frio. Você é uma liderança gigante e faz a diferença para o setor! Agradeço ao meu orientador Geraldo, que me inspira a ser uma profissional competente e, ao mesmo, tempo sensível, atenta às dores do coletivo e disposta a mudar esse contexto inaceitável de aumento de insegurança alimentar em nosso país, obrigada por tudo Geraldo! Gostaria de agradecer aos meus mestres e mestras na academia científica, Mônica Serrão, Tatiana Walter, Lucas Aragão, Quintas Silva, Josinete Pinto, Susana Noronha e Isabela Mariz, pessoas generosas e que compartilham da imensa vontade de tornar esse mundo mais justo e sustentável. Agradeço a dedicação e excelência do corpo docente do programa de Políticas Sociais da UENF, por tantos ensinamentos e por me permitirem repensar epistemologicamente minha trajetória acadêmica. Agradeço a oportunidade de trabalhar nos PEAs, e em especial no PEA Pescarte, projeto em que diariamente tenho a oportunidade de refletir sobre o papel da educação ambiental crítica e a importância desse espaço para uma gestão ambiental pública democrática. Agradeço a todos os meus parceiros e parceiras de trabalho, pessoas de coração imenso, que

se doam com todo empenho para tornar o Pescarte um marco na história da pesca artesanal nesse país. Aqui cabe um abraço apertado na minha amiga Marcinha, parceira de trabalho que nos últimos anos me apoiou para que eu pudesse estudar e trabalhar, você foi fundamental nesse processo, obrigada! Agradeço minhas amigas do peito Ana Manuel (Nelita), Amanda Berk, Júlia Carvalho (Bebolia) e Mariana Olcese, por me inspirarem a ser uma pessoa melhor. Agradeço minha prima-irmã Carolina Defoux por seu amor, carinho e compreensão, sempre apoiando meus sonhos e sendo a irmã que não tive. Você é uma pesquisadora incrível! Agradeço à minha madrinha Susana por ser a prova de que o amor é capaz de curar feridas que pareciam ser irreparáveis. Agradeço à minha sogra Christina por ter sido mãe junto comigo e cuidado da Clarice com todo o amor possível, para que eu pudesse me dedicar ao trabalho e aos estudos. Agradeço ao meu companheiro Evandro, que por alguns anos compreendeu minhas ausências e que mesmo nos momentos mais difíceis esteve ao meu lado. Essa conquista é sua também! Te amo! Agradeço à minha pequena Clarice, minha filha amada que é uma das razões para eu querer com todo o meu coração contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável para o coletivo. Eu te amo Clarice, espero que você se orgulhe de mim.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	18
1.1- Percurso profissional e o contato com o tema de pesquisa	19
1.2- Perspectiva teórica	22
1.3- Objetivos gerais e específicos	25
2- CIÊNCIA MODERNA E O COLONIALISMO	27
2.1- Crise civilizatória e a monocultura do saber.....	27
2.2- Questão Ambiental: permissividade aos riscos do carro de Jagrená. 39	
2.3- Economia Verde, política de abacate e greenwashing: o engodo do desenvolvimento sustentável entrincheirando o presente entre o passado e um futuro incerto	62
2.4- Implicações do Pensamento Abissal na Gestão Ambiental: Colonialismo institucionalizado	76
3- PESCA ARTESANAL: LUTAS E R-EXISTÊNCIAS EM UM PAÍS ONDE O COLONIALISMO SE MANTÉM COMO UM PROJETO INACABADO	94
3.1- Efeitos do neoliberalismo e da ampliação da linha abissal sobre a pesca artesanal	105
3.2- Entre desmontes e descontinuidades: a pesca artesanal como moeda de troca política	113
3.3- Grito da pesca: Lutas e r-existências colocadas em tela pelos movimentos sociais e grupos organizados	120
4- PERCURSO METODOLÓGICO PARA UMA PESQUISA PÓS-ABISSAL	151
4.1- Projetos de Educação Ambiental - PEAs - espaços de escuta sensível na gestão ambiental pública.....	151
4.2- Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para pesquisas pós-abissais com uso de metodologias não extrativistas	171
4.3- Percurso metodológico à luz das epistemologias do Sul: técnicas e perspectivas	189
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO	193
5.1- Sobre a análise documental e de discurso	193
5.2- Escolarização, renda e grau de confiança nas instituições- O contexto das comunidades pesqueiras artesanais no município de Cabo Frio	197
5.2.1- Escolarização	200
5.2.2- Renda	203
5.2.3- Grau de Confiança	207
5.3- Gestão Pesqueira Abissal: O Defeso da Lagoa de Araruama como processo de desterritorialização e expressão do racismo institucional	209
5.4- A falsa escolha de Sofia: a desterritorialização da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira como opção política do Estado	219
5.5- Orientações para realização e análise de entrevistas	232

5.5.1- Entrevistas com representantes da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira - Narrativas sobre os processos de desterritorialização e r-existências	237
5.6- Observação participante observada	255
5.6.1- A celebração insensata de uma gestão descolada da realidade	258
6- CONSIDERAÇÕES	287
Referências Bibliográficas	291

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da Lagoa de Araruama. Fonte: Costa & Seabra (2020).	21
Figura 02: Limites e possibilidades da Agenda 2030- Elaborado pela autora	74
Figura 03: Crítica ao paradigma da adequação tecnológica. Elaborado pela autora a partir de imagens disponíveis no www.cpt.com.br	83
Figura 04: Regulação Ambiental Democrática e Participativa X Regulação Autoritária e Centralizadora. Elaborado pela autora.....	88
Figura 05: Diferentes perfis da Gestão Ambiental Pública. Elaborado pela autora a partir da leitura de Layrargues (2017)	89
Figura 06: Círculos da sociedade civil- reprodução do slide produzido pela investigadora Sara Araújo	108
Figura 07: Linha do Tempo Pesca Artesanal. Fonte: Elaboração própria	124
Figura 08: Manifesto Grito da Pesca 2021	141
Figura 09: Esquematização planejamento grupo 2. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019	147
Figura 10: Esquematização planejamento grupo 1 e 4. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019	147
Figura 11: Esquematização planejamento grupo 5. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019	148
Figura 12: Esquematização planejamento grupo 5. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019	149
Figura 13: Principais vertentes da Educação Ambiental. Elaborado pela autora a partir de imagens disponíveis no www.cpt.com.br	154
Figura 14: Mapa elaborado pela autora, a partir de arquivos disponíveis no site da prefeitura de Cabo Frio	198
Figura 15: Distribuição população, segundo escolaridade, Cabo Frio 2010- Fonte: DataSus.....	201
Figura 16: Último/grau/ano/série aprovado. Comunidade Pesqueira Cabo Frio. Censo Pescarte 2016	202
Figura 17: Nível da escolaridade da população residente em domicílio de pescadores marítimos, que já estudou. Fonte: PCR-BC (2013).....	202
Figura 18: Distribuição de renda Bruto Mensal da PIA residente em domicílios de pescadores marítimos no período de referência da pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013)	204
Figura 19: Distribuição da Renda Mensal Familiar por Faixas de Rendimento em domicílios de pescadores marítimos, no período de referência da pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013).	204
Figura 20: Distribuição do Rendimento Bruto Mensal da PIA residente em domicílios de pescadores lagunares, no período de referência da Pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013).....	205

Figura 21: Distribuição da Renda Mensal Familiar por Faixas de Rendimento no período de referência da pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013)	206
Figura 22: Quantia recebida na última saída de trabalho - Comunidade Pesqueira Cabo Frio – Censo Pescarte 2016	207
Figura 23: Trechos de relatórios produzidos no âmbito do PEA-Pescarte. À esquerda o relatório referente ao 4 ° (Re)Une Regional e à direita referente ao encontro Microrregional, ambos realizados em 2019. As figuras contém destaques com relação aos pontos que dizem respeito ao defeso da Lagoa de Araruama.....	215
Figura 24: Trechos de relatórios produzidos no âmbito do PEA-Pescarte, com ênfase no defeso da Lagoa de Araruama. À esquerda é um trecho referente à realização do Grupo Focal e à direita o encontro Municipal em Cabo Frio.....	216
Figura 25: Trechos de relatórios produzidos no âmbito do PEA-Pescarte, com ênfase no defeso da Lagoa de Araruama. Á esquerda é um trecho referente ao encontro Microrregional e à direita atividade de articulação com a FIPERJ e Projeto Rebyc da FAO	217
Figura 26: Mapa da Lagoa de Araruama com suas áreas de pesca. Fonte: Claudio Michael Völcke (2005).....	220
Figura 27: Imposição de um período único de defeso, tanto para peixes, como para crustáceos. Elaborado pela autora.....	224
Figura 28: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Pescarte 2016- Pescadores lagunares respondem a espécie mais pescada	226
Figura 29: Produção de camarão na Praia do Siqueira nos períodos de recrutamento (destaque em amarelo). Fonte: relatório consolidado: Lagoa de Araruama.	227
Figura 30: Organograma explicativo do ciclo migratório típico da maioria dos camarões peneídeos, mostrando as principais fases do seu ciclo de vida (preto) e as causas de mortalidade (vermelho). Fonte: Plano Nacional de Gestão para o Uso Sustentável de Camarões Marinhos do Brasil	228
Figura 31: Dados sobre o período de recrutamento (REC) e migração (MIG) de camarão, na Praia do Siqueira. Fonte: relatório consolidado: Lagoa de Araruama.....	229
Figura 32: Proposta de períodos de defeso para peixes e crustáceos na Lagoa de Araruama. Fonte: relatório consolidado: Lagoa de Araruama	229
Figura 33: Proposta de períodos de defeso específicos para o crustáceo e para o pescado, elaborado pelo relatório consolidado: Lagoa de Araruama. Elaborado pela autora	230
Figura 34: Foto do ofício solicitando mudança no período de defeso para o camarão enviada por WhatsApp.	231
Figura 35: Pescadoras e Pescadores da Praia do Siqueira. Acervo pessoal	238
Figura 36: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Tem percebido alteração na sua área de pesca?"	239
Figura 37: Registros realizados durante a técnica de turnê guiada. A foto à esquerda se refere a água da Lagoa com coloração atípica rosa, e as fotos à direita, ao despejo de esgoto na beirada da praia. Fonte: acervo pessoal	241
Figura 38: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Quais alterações têm sido percebidas?"	241

Figura 39: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Pesca todos os meses?"	243
Figura 40: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Em que período deixou de pescar?"	244
Figura 41: Período de safra do camarão: Agosto, Setembro e Outubro. Elaborado pela autora.	244
Figura 42: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Nesta localidade, há fiscalização de pesca?"	248
Figura 43: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Existem conflitos entre os pescadores os órgãos fiscalizadores?"	248
Figura 44: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Quais órgãos realizam essa fiscalização?"	249
Figura 45: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Quais são os motivos dos conflitos entre os pescadores e os órgãos fiscalizadores?"	250
Figura 46: Diferenças entre as artes de pesca de Arrasto e de Trolha. Registros realizados durante a técnica de turnê guiada. Fonte: Acervo pessoal (2018)	252
Figura 47: Apresentação de Power Point do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ	262
Figura 48: Faixa contendo os dizeres "Não ao defeso do camarão", criada por representantes da comunidade da Praia do Siqueira, com apoio da Colônia Z4 de Cabo Frio. Fonte: Acervo pessoal (2019)	265
Figura 49: Os graus e níveis de participação por Bordenave	266
Figura 50: Articulações com o poder público envolvendo lideranças da pesca artesanal da Praia do Siqueira. Fonte: Acervo pessoal	270
Figura 51: Roda de conversa, na casa de um dos pescadores da Praia do Siqueira, mediada pela profa. Dra. Lilia Ságio. Fonte: Acervo pessoal	272
Figura 52: Fotos do Teatro do Oprimido, planejado e realizado por pescadores e pescadoras de Cabo Frio, em uma das atividades do PEA Pescarte, incluindo representantes da Praia do Siqueira, sobre o período de defeso imposto pelo Estado na Lagoa de Araruama. Fonte: Acervo pessoal.....	273
Figura 53: Impacto do ordenamento pesqueiro imposto, sobre a pesca artesanal da Praia do Siqueira. Elaborado pela autora	284
Figura 54: Pescadores da Praia do Siqueira, se preparando para pescar sob o pôr do sol. Fonte: Acervo pessoal	287

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- ALERJ** – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- BBC** – British Broadcasting Corporation/ Corporação Britânica de Radiodifusão
- CBHLSJ** – Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João
- CEO** – Chief Executive Officer/ presidente ou diretor executivo
- CNPA** – Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
- COP 21** – 21ª Conference of the Parties / 21ª Conferência do Clima
- COPPE** - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
- CPG** - Comitê Permanente de Gestão
- CPP** – Conselho Pastoral dos Pescadores
- CTP**- Câmara Técnica de Pesca
- ETE**– Estação de Tratamento de Esgoto
- FAO** – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*/ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FIPERJ** – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
- GEE**– gases de efeito estufa
- IBAMA**– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- INEA** – Instituto Estadual do Ambiente
- INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPBES** – Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
- IPCC** – Intergovernmental Panel on Climate Change/ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
- Labomar** – Instituto de Ciências do Mar
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MPA** – Ministério da Pesca e Aquicultura
- MPF** – Ministério Público Federal
- MPRJ** – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- MPP** – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
- NEA-BC** – Projeto Núcleo de Educação da Bacia de Campos
- ONU** – Organização das Nações Unidas

PCR-BC – Projeto de Caracterização Ambiental Regional da Bacia de Campos **PEA**
– Centro de Referência em Assistência Social

PEA-BC – Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos

REMA – Rede de Estudos para o Meio Ambiente

RESEX- Reservas Extrativistas

RGP – Registro Geral da Pesca

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SPDA – Política do Seguro-desemprego para o Pescador Artesanal

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UPAM – Unidade de Policiamento Ambiental

USP – Universidade de São Paulo

WWF – World Wildlife Fund/ Fundo Mundial da Natureza

RESUMO

As opressões estabelecidas pelas metrópoles e suas linhas cartográficas na era colonial, a despeito da independência dos países colonizados, continuam presentes como elementos fundantes da racionalidade moderna ocidental. Na dimensão epistemológica, a linha cartográfica se expressa como uma linha abissal, decorrente do império cognitivo exercido pela ciência moderna positivista, que discrimina, a partir de pressupostos eurocentrados, os conhecimentos entre falsos e verdadeiros. Esse processo epistemicida tem acarretado o alijamento histórico de povos e comunidades tradicionais e a disciplinarização de seus territórios. A colonialidade do saber associada a processos de gestão ambiental autoritários e centralizadores, tem forjado contextos de injustiça ambiental, dentre os quais destacamos a desterritorialização de comunidades pesqueiras artesanais. Assim, como exemplo fático, buscamos analisar por meio da sociologia das ausências, o processo de imposição do período de defeso na Lagoa de Araruama, a partir das narrativas dos pescadores artesanais da Praia do Siqueira, localizada às margens da Lagoa, no município de Cabo Frio-RJ. A comunidade denuncia que a paralisação ocorre no período de safra do camarão, espécie alvo dos pescadores, e que o grupo não foi consultado sobre a decisão implementada. O protagonismo dos pescadores artesanais no presente estudo de caso, busca confrontar o baixo reconhecimento do saber tradicional no campo da gestão ambiental pública. No desenvolvimento da pesquisa, primou-se por metodologias não extrativistas à luz das epistemologias do Sul. Conclui-se que há em curso um processo de epistemicídio sobre a comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, coroado por um ordenamento pesqueiro descolado da realidade local, alinhado a uma perspectiva de darwinismo social. Entretanto, em face ao rebaixamento ontológico que subalterniza e des-territorializa, a comunidade tem exercido táticas de r-existência que percolam as opressões vigentes, em vista de manter seus modos de vida.

Palavras-chaves: Ordenamento Pesqueiro, Epistemologias do Sul, Colonialismo, Zonas de Sacrifício, Pesca Artesanal.

ABSTRACT

The oppressions established by the metropolises and their cartographic lines in the colonial era, despite the independence of the colonized countries, are still present as founding elements of modern western rationality. In the epistemological dimension, the cartographic line is expressed as an abyssal line, resulting from the cognitive empire exercised by positivist modern science, which discriminates, based on Eurocentric assumptions, between false and true knowledge. This epistemic process has led to the historical jettisoning of traditional peoples and communities and the disciplining of their territories. The coloniality of knowledge associated with authoritarian and centralizing environmental management processes has forged contexts of environmental injustice, among which we highlight the de-territorialization of artisanal fishing communities. Thus, as a factual example, we seek to analyze, through the sociology of absences, the process of imposing the closed season in Lagoa de Araruama, based on the narratives of artisanal fishermen from Praia do Siqueira, located on the banks of the Lagoa, in the municipality of Cabo. Frio-RJ. The community denounces that the stoppage occurs during the shrimp harvest period, the fishermen's target species, and that the group was not consulted about the implemented decision. The prominent role of artisanal fishermen in the present case study seeks to confront the low recognition of traditional knowledge in the field of public environmental management. In the development of the research, we opted for the use of non-extractive methodologies, in the light of the epistemologies of the South. It is concluded that there is an ongoing process of epistemicide on the fishing community of Praia do Siqueira, crowned by a fishing system detached from the local reality, aligned with a perspective of social Darwinism. However, in face of the ontological debasement that subalternizes and de-territorializes, the community has been exercising tactics of r-existence that percolate the current oppressions, in order to maintain its ways of life.

Key-words: Fisheries Management, Epistemologies of the South, Colonialism, Sacrificial Zones, Artisanal fishing.

RESUMEN

Las opresiones establecidas por las metrópolis y sus líneas cartográficas en la época colonial, a pesar de la independencia de los países colonizados, siguen presentes como elementos fundantes de la racionalidad occidental moderna. En la dimensión epistemológica, la línea cartográfica se expresa como una línea abisal, resultado del imperio cognoscitivo ejercido por la ciencia positivista moderna, que discrimina, desde una perspectiva eurocéntrica, el conocimiento como falso o verdadero. Este proceso epistémico ha llevado al despojo histórico de pueblos y comunidades tradicionales y al disciplinamiento de sus territorios. La colonialidad del saber asociada a procesos autoritarios y centralizadores de gestión ambiental ha forjado contextos de injusticia ambiental, entre los que destacamos la des-territorialización de las comunidades pesqueras artesanales. Así, como ejemplo fáctico, buscamos analizar, a través de la sociología de las ausencias, el proceso de imposición de un período de paro de pesca en la Lagoa de Araruama, a partir de las narrativas de los pescadores artesanales de Praia do Siqueira, ubicada a orillas de la Lagoa, en el municipio de Cabo Frio-RJ. La comunidad denuncia que la paralización se da durante el período de recolección del camarón, especie objetivo de los pescadores, y que no se consultó al grupo sobre la decisión implementada. El énfasis reservado para los pescadores artesanales en este estudio de caso busca confrontar el bajo reconocimiento de los conocimientos tradicionales en el campo de la gestión ambiental pública. En el desarrollo de la investigación se optó por el uso de metodologías no extractivas a la luz de las epistemologías del Sur. Se concluye que hay un proceso de epistemicidio en curso sobre la comunidad pesquera de Praia do Siqueira, coronado por un sistema de pesca desvinculado de la realidad local, alineado con una perspectiva de darwinismo social. Sin embargo, frente al envilecimiento ontológico que subalterniza y des-territorializa, la comunidad viene ejerciendo tácticas de r-existencia que se oponen a las opresiones actuales para mantener sus formas de vida.

Palabras clave: Gestión Pesquera, Epistemologías del Sur, Colonialismo, Zonas de Sacrificio, Pesca artesanal.

1- INTRODUÇÃO

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”
(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in ‘Las palabras andantes?’)

Contar uma história é sempre uma narrativa de processos a partir de si e das conexões estabelecidas ao longo da vida com os outros e com o mundo. Analisamos a realidade por meio de paradigmas, que correspondem a um conjunto de regras, crenças e regulamentos que atuam como filtros, influenciando a seleção, a priorização, a percepção e o reconhecimento de dados sobre a realidade (VASCONCELLOS, 2002). Nesse sentido, a distorção, recusa, crença e expectativa de dados a partir de uma epistemologia, coloca em tela a impossibilidade de neutralidade e objetividade nas questões humanas, pois não existe uma realidade independente do observador (idem, 2002). Assim, a forma como a tese foi encadeada e tecida representa uma das múltiplas versões possíveis de narrativa sobre a realidade tratada, a partir dos pressupostos epistemológicos de seus autores. Evidenciar a relação do pesquisador com o tema pesquisado, foi um princípio que em minha graduação foi refutado, visto que, nas áreas clássicas das exatas e biológicas exige-se a neutralidade como um dos elementos do núcleo duro do que se considera ser ciência. Foi por meio de programas de pós-graduação interdisciplinares, no mestrado e no doutorado, que pude ampliar meus horizontes e perceber que evidenciar minha relação com o contexto que pretendo abordar, não é um preciosismo, ou protocolo de pesquisadores de “humanas”, é um processo fundamental para que, de forma responsável, eu possa respaldar minhas escolhas, como escolhas e não como verdades transcendentais. Se escolhi o caminho que aqui será exposto, o fiz não com a intenção de deslegitimar outras explicações de mundo, mas com expectativa de defender uma perspectiva epistemológica que abarque cosmovisões a favor do coletivo, da sustentabilidade, da justiça e da paz. As escolhas que fiz foram embasadas em rigor científico e nos meus desejos por um mundo que, em minha análise, será melhor para os grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

1.1- Percurso profissional e o contato com o tema de pesquisa

Minha história se liga à Lagoa de Araruama desde muito cedo, quando por motivos familiares deixei a cidade do Rio de Janeiro, ainda criança, e passei a morar com meu avô no município de Araruama. Saindo de um ambiente urbano, Araruama representou, para mim, liberdade e um contato maior com a natureza. Na adolescência, uma das minhas atividades favoritas era margear de bicicleta o entorno da Lagoa, admirar o pôr-do-sol e a revoada das garças no fim da tarde. Infelizmente, nesse período, me recorro de já perceber em meio a contemplação desse paraíso, trechos da Lagoa extremamente poluídos e com o odor insuportável. Ao concluir o segundo grau, em 2001, me mudei para Niterói, onde cursei dois semestres de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense- UFF. Apesar do imenso interesse e bom desempenho nas disciplinas do curso de Serviço Social, eu também desejava cursar Biologia Marinha e, por fim, mudei de curso para Ciências Biológicas na mesma Universidade.

No decorrer da graduação, em vários momentos, senti falta de uma abordagem social, econômica e política sobre a crise ambiental, visto que, a questão ambiental, quando discutida, era abordada sob um viés reducionista associada majoritariamente à sua dimensão natural.

Cada vez mais ciente dos limites da Ciência Moderna decorrentes da hiperespecialização do saber, tenho buscado caminhar no sentido de superar os feudos epistemológicos entre as ciências “duras” (*hard science*), que incluem as ciências exatas e biológicas e as ciências “moles” (*soft science*) que abarcam as humanidades. O mestrado em Ciência Ambiental realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e o doutorado em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), foram fundamentais nesse percurso, que está longe de acabar. Além da pós-graduação, minha atuação profissional no campo da educação ambiental crítica tem sido um elemento essencial para uma reflexão sobre outras epistemologias, sobre conhecimentos produzidos além do campo científico e que exigem uma perspectiva inter e transdisciplinar para serem compreendidos e valorizados. Foi por meio do meu trabalho como educadora ambiental no Projeto de Educação Ambiental-PEA Pescarte que tive a oportunidade de retornar ao território da Lagoa de Araruama e conhecer lideranças da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, que relataram a imposição de um

ordenamento pesqueiro à revelia da comunidade. A implementação dos PEAs corresponde a uma medida mitigatória no âmbito do licenciamento ambiental federal exigida e conduzida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA. Os PEAs devem ser elaborados conforme os princípios básicos da educação ambiental, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, disposta na lei 9.795/99 e pelas orientações pedagógicas prescritas pela nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 e pela IN IBAMA 002/12 (SERRÃO, 2012). Assim, para que as empresas obtenham as licenças necessárias para a operacionalização de atividades de exploração de petróleo e gás, dentre outras condicionantes, devem implementar programas de educação ambiental nas áreas de influência de suas atividades, caso ainda não exista nenhum, ou realizar projetos de educação ambiental, para compor o programa já existente, conforme a nota técnica Nº 01/10. Entre 2014 e 2019, a área de abrangência do PEA Pescarte contemplava a área de sete municípios: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.

O território da Praia do Siqueira localiza-se às margens da Lagoa de Araruama (Figura 01), na cidade de Cabo Frio, na Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro. A Lagoa está inserida no território de seis municípios: Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema (BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002).

A história que busquei retratar e analisar na pesquisa, diz respeito ao que acredito ser um processo de colonialismo, expresso por um ordenamento pesqueiro autoritário em que os conhecimentos tradicionais da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira têm sido sistematicamente invisibilizados. Este contexto de subalternização dos pescadores, me foi melhor apresentado em razão do trabalho no Projeto Pescarte, planejado e executado pelo Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA), pertencente à UENF, que conta com equipes multidisciplinares de diversas formações Acadêmicas, indo da biologia às ciências sociais, passando pela engenharia, ainda inclui pescadores e pescadoras artesanais em seus quadros profissionais.

No projeto, desenvolvemos uma série de atividades cuja orientação é dada pela pedagogia Freireana, com centralidade no uso de metodologias participativas na busca por fortalecer a organização social das comunidades tradicionais pesqueiras. Dentre essas ações, podemos destacar: a realização do 1º Censo Pesqueiro; dezenas

mais altas, as larvas do camarão sobrevivem menos, ficando o pescador durante e depois do defeso sem poder pescar.

O contato constante com a comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, tanto no projeto quanto na pesquisa, possibilitou minha participação em uma série de atividades em que o ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama foi debatido. Em todas as situações em que participei busquei elaborar relatórios e outros tipos de evidências como fotos, áudios, mapas, vídeos, entre outros. Importante destacar que, apesar de ser muito vantajoso esse duplo papel de pesquisadora e educadora, ele envolveu alguns desafios e, estar consciente deles, me possibilitou a formulação de estratégias metodológicas para um bom desenvolvimento da pesquisa.

Rodríguez-Garavito (2014) conceituam esse duplo papel como “sociologia anfíbia” e destacam como vantagens dessa dupla atuação: o desenvolvimento da militância, que nutre o pesquisador com uma poderosa motivação; o acesso a dados empíricos mais acurados, visto que o pesquisador possui momentos como pesquisador e como militante, interagindo em diferentes escalas e perspectivas com o contexto pesquisado; e a relevância e influência que vai adquirindo o pesquisador no campo, visto que sua dupla atuação permite sua presença quase constante no campo e suas posições pessoais vão sendo conhecidas por todos. Por outro lado, esse duplo papel pode provocar uma série de dificuldades no avanço da pesquisa, dentre elas os autores (idem) destacam o risco de dispersão, visto que se torna desafiador problematizar e dar conta academicamente da riqueza de informações obtidas no campo. Apesar dos riscos que envolve esse tipo de pesquisa, Cunha & Santos (2011) defendem a postura de um pesquisador engajado frente ao silêncio de pesquisadores e intelectuais que não estão comprometidos com uma transformação social. Essa questão será aprofundada no capítulo sobre metodologia.

1.2- Perspectiva teórica

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se abarcar metodologias colaborativas não extrativistas¹ em interlocução com Santos (2019), sob a perspectiva das epistemologias do Sul. Destaca-se que o Sul das Epistemologias do Sul, não corresponde a um ponto cardeal, mas aos territórios historicamente subalternizados,

¹ Metodologias que busquem a construção de conhecimentos científicos integrados a outros tipos de saberes, de forma que ambos possam se beneficiar da integração (SANTOS, 2019).

que em geral, se sobrepõem aos países historicamente colonizados, mas que não se restringem a eles. A discussão sobre as epistemologias do Sul coloca em tela a situação de vulnerabilidade de comunidades e povos tradicionais, grupos que têm sido expostos a um contexto histórico de injustiças, sob a égide da racionalidade moderna, que dificulta a representação do mundo a partir de seus conhecimentos.

Com a oportunidade de refletir sobre esse tema, tenho me dedicado a colocar em tela as narrativas da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira sobre o ordenamento pesqueiro e os impactos dessa medida na manutenção de seus meios de vida, de forma que a tese possa fortalecer as aspirações do grupo e em seus termos. As epistemologias do Sul no contexto aqui analisado, representam uma reflexão para a produção do enfrentamento aos modelos de gestão pesqueira autoritários e reducionistas, que, em geral, são restritos aos aspectos naturais dos territórios, sem dialogar com as comunidades. A crítica estende-se também aos modelos que se adequam às demandas do Estado e de setores empresariais, em um viés tecnicista e burocrático, impondo-se por meio de instrumentos legais e disciplinando os territórios pesqueiros. Assim, no estudo de caso que nos dedicamos a realizar, partimos de uma perspectiva pós-abissal desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, no sentido de contribuir para que as mudanças apontadas por esse grupo de pescadores sejam devidamente discutidas e incorporadas ao debate da gestão ambiental pública. Uma pesquisa pós-abissal exige um esforço contínuo por parte dos pesquisadores de maneira que sejam capazes de denunciar a linha abissal promotora de opressões que subalterniza, produz medos, injustiças e que perpassa e habilita separações: entre sujeito e objeto; entre sociedades/sociabilidades metropolitanas e coloniais (SANTOS, 2019). A perspectiva pós-abissal busca, entre outros pontos, problematizar e criticar a redução da multiplicidade de tempos ao tempo linear, a redução da multiplicidade de cosmovisões à totalidade ocidental e o conceito de progresso fundado pela modernidade (SANTOS, 2010).

Sob o paradigma hegemônico e sua monocultura de pensamento, a riqueza cultural humana tem sido sistematicamente vilipendiada por processos de epistemicídio, que invisibilizam outros conhecimentos para além da racionalidade ocidental. Para Boaventura (idem), precisamos de um novo marco espaço-temporal que valorize a diversidade epistemológica inesgotável do mundo. Para tal, o autor nos convida a refletir sobre o império cognitivo da racionalidade moderna e, como nesse contexto, o presente tem sido entrincheirado pelo passado e o futuro, em uma

contração que perpetua a lógica arrogante e linear de espaço tempo capitalista. A dilatação do presente é um processo fundamental para acessar e aprender com as lutas dos grupos subalternizados, pois permite a aproximação de escalas mais amplas e mais localizadas em uma pedagogia trans-escalar. Incluir e valorizar outras cosmovisões de mundo e suas relações espaço-temporais próprias, implica no enfrentamento do que foi monumentalizado nos últimos séculos, como macro eventos sociais decorrentes da revolução industrial, dos quais Santos (2010) destaca os conceitos de progresso, de revolução, de modernização, de crescimento e globalização. Como o autor explica:

(...) Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo, seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência, declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem (SANTOS, 2010, p. 103).

Sara Araújo (2021) destaca a sociologia das ausências, proposta por Santos, como uma abordagem epistêmica de enfrentamento ao modelo hegemônico de produção de conhecimento, pois busca colocar em tela os processos de silenciamento das epistemologias do Sul, promovidos por vários organismos, dentre eles, o Estado capitalista. Valorizar as narrativas dos grupos historicamente subalternizados é um processo fundamental para que seja ampliado o domínio de experiências do presente, em uma profusão de conhecimentos necessários para compor o mundo que queremos, sustentável e democrático para a coletividade. Assim, podemos compreender que “enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio de experiências sociais possíveis”².

² <https://journals.openedition.org/rccs/1285>

1.3- Objetivos gerais e específicos

No trabalho, em vista de contribuir com o debate sobre a gestão pesqueira, à luz das epistemologias do Sul, temos como objetivo geral, analisar os processos de des-territorialização e r-existências na comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada em Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil, com centralidade nas narrativas do grupo em relação ao período de defeso imposto pelo Estado, por meio da IN nº 02 de 2013, que regulamenta o ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama. Acreditamos que o ordenamento pesqueiro analisado corresponde a uma opressão colonialista, ainda que, para muitos movimentos sociais e comunidade científica, a ideia do colonialismo nos tempos atuais, seja, como salienta Santos³, uma perspectiva ultrapassada e controversa. Sobre o colonialismo, Santos explica que:

Fomos todos tão socializados na ideia de que as lutas de libertação anticolonial do século XX puseram fim ao colonialismo que é quase uma heresia pensar que afinal o colonialismo não acabou, apenas mudou de forma, ou de roupagem, e que a nossa dificuldade é sobretudo a de nomear adequadamente este complexo processo de continuidade e mudança. É certo que os analistas e os políticos mais avisados dos últimos cinquenta anos tiveram a percepção aguda desta complexidade, mas as suas vozes não foram suficientemente fortes para pôr em causa a ideia convencional de que o colonialismo propriamente dito acabara, com exceção de alguns poucos casos, os mais dramáticos sendo possivelmente o Sahara Ocidental, a colônia hispano-marroquina, que continua subjugando o povo saharai, e a ocupação da Palestina por Israel. Entre essas vozes, é de salientar a do grande sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova com o seu conceito de colonialismo interno para caracterizar a permanência de estruturas de poder colonial nas sociedades que emergiram no século XIX das lutas de independência das antigas colônias americanas da Espanha. E também a voz do grande líder africano Kwame Nkrumah, primeiro presidente da República do Gana, com o seu conceito de neocolonialismo para caracterizar o domínio que as antigas potências coloniais continuavam a deter sobre as suas antigas colônias, agora países supostamente independentes.

Dessa forma, buscou-se registrar a luta da comunidade da Praia do Siqueira, sob a perspectiva das epistemologias do Sul, de forma a demonstrar a inadequação do ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama, incentivando que o mesmo seja revisto a partir de um processo participativo que valorize os conhecimentos das comunidades pesqueiras artesanais, à luz do modelo de gestão ambiental pós-abissal, sob os princípios da justiça ambiental e da sustentabilidade.

³ <https://www.cee.fiocruz.br/?q=boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi>

Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- (1) Conhecer e analisar o histórico referente ao ordenamento pesqueiro do camarão, espécie alvo da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, com centralidade nas narrativas dos pescadores sobre o processo.
- (2) Analisar as táticas de r-existência, abertas e silenciosas, acionadas pela comunidade da Praia do Siqueira frente ao processo de exclusão produtiva promovido pelas ações empresariais e governamentais que os atingem.
- (3) Colocar em tela, alternativas ao ordenamento pesqueiro no processo analisado, com base nas epistemologias do Sul, para uma gestão pós-abissal alinhada aos pressupostos da justiça ambiental e da sustentabilidade

Para dar conta dos objetivos propostos, esse trabalho foi organizado em cinco capítulos:

O capítulo I diz respeito à introdução. Já o capítulo II aborda aspectos da Ciência Moderna, sua relação intrínseca com o Colonialismo e seus efeitos sobre o conhecimento produzido no campo da questão ambiental. São discutidos os principais aspectos da crise ambiental, suas origens e possíveis horizontes para sua superação à luz das epistemologias do Sul, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2018; 2019; 2020; 2021), abarcando questões referentes ao colonialismo, à sociologia das ausências, à hermenêutica diatópica e à ecologia de saberes, em diálogo com a teoria da complexidade de Edgar Morin (1995; 2001; 2003; 2013) e com a discussão sobre a Biologia do Conhecimento trazida por Humberto Maturana e Francisco Varela (2009).

O capítulo III discorre sobre o histórico da pesca artesanal no Brasil, os avanços no reconhecimento jurídico do setor e o recente desmonte institucional em âmbito federal. São abordados os impactos do neoliberalismo na perda de direitos sociais do setor e as principais pautas de luta dos movimentos sociais da pesca artesanal.

O capítulo IV apresenta a perspectiva teórico-metodológica escolhida para o desenvolvimento da pesquisa e os instrumentos metodológicos utilizados. Este capítulo busca destacar a tentativa de se realizar uma pesquisa pós-abissal, em uma

perspectiva sujeito-sujeito, com protagonismo aos grupos historicamente subalternizados.

Por fim, o capítulo V apresenta os resultados e discussão sobre o modelo de gestão da pesca artesanal adotado na Lagoa de Araruama. São discutidos dados do Censo Pescarte e do PCR-BC, com relação à pesca artesanal desenvolvida em ambiente lagunar, no município de Cabo Frio, o que corresponde ao território pesqueiro da Praia do Siqueira. O capítulo traz ainda os resultados das ferramentas metodológicas utilizadas e a discussão a partir dos conceitos apresentados ao longo da tese. As considerações refletem a existência de um processo colonialista sobre a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, no ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama e possíveis alternativas manejo.

2- CIÊNCIA MODERNA E O COLONIALISMO

A América Latina é uma região do mundo condenada à humilhação e à pobreza? Condenada por quem? Culpa de Deus? Culpa da natureza? Do clima odorrento? Das raças inferiores? A religião e os costumes? Não será a desgraça um produto da história, feita por homens e que, portanto, pelos homens pode ser desfeita? A veneração do passado sempre me pareceu reacionária. A direita escolhe o passado porque prefere os mortos: mundo quieto, tempo quieto. Os poderosos, que legitimam seus privilégios pela herança, cultivam a nostalgia. Estuda-se história como se visita um museu e esta coleção de múmias é uma fraude. Mentem-nos o passado como nos mentem o presente: mascaram a realidade. Obriga-se o oprimido a fazer sua, uma memória fabricada pelo opressor: estranha, dissecada e estéril. Assim, ele se resignará a viver uma vida que não é a sua, como se fosse a única possível (GALEANO, 2012, p.243).

2.1- Crise civilizatória e a monocultura do saber

A ciência moderna tem sido canonizada como salvaguarda do conhecimento verdadeiro, visto a autoatribuição de ser uma racionalidade capaz de acessar a realidade, livre de subjetividades morais, sociais e políticas (SANTOS, 2019). Segundo Quijano (2005), a universalidade da racionalidade moderna eurocêntrica se deu a partir do colonialismo histórico, com a constituição da América e se estabeleceu a despeito da independência de uma série de nações, como projeto colonial de poder que a estrutura e é estruturado no mundo capitalista.

A modernidade se mantém como baluarte do progresso civilizatório ao ocultar ativamente e de forma eficiente, seu indissociável projeto de colonialidade de poder que subalterniza e silencia outras epistemologias. Lander (2006) ressalta que uma

análise sobre o desenvolvimento da sociedade moderna, desassociada da matriz de colonialismo histórico do qual faz parte, estabelece uma visão dicotomizada de existência de nações naturalmente superiores e, por isso, abastadas e avançadas cientificamente e tecnologicamente, em detrimento de povos e nações atrasadas. Os padrões históricos de exploração estabelecidos pela categoria mental de raça utilizados como forma de diferenciar os conquistadores auto reconhecidos como raça superior, em relação aos povos conquistados, julgados como raça inferior (QUIJANO, 2005), permanecem como estratégias de dominação na modernidade, como uma linha de pensamento abissal, que estabelece divisões entre “sociedades e sociabilidades metropolitanas e sociedades e sociabilidades coloniais” (SANTOS, 2019, p.248). A linha abissal produtora de injustiças, de tão naturalizada, não é sequer imaginada como existente (SANTOS, idem). Como explica Morin (2001), um paradigma impera sobre as mentes porque institui os conceitos soberanos e sua relação lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam, de forma oculta, as concepções e as teorias científicas que se justificam e mantêm seu império de dominação.

Sobre as linhas abissais, Santos (2007) explica que:

(..) as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento “pós-abissal” (2007, p.71).

De acordo com Porto-Gonçalves (2006), desde 1492, com a inauguração do sistema-mundo moderno-colonial, a racionalidade colonial eurocêntrica tem sido sistematicamente imposta, no sentido de dominação da natureza e de desqualificação de outras racionalidades. Para Grosfoguel (2007) a suposição de que vivemos um período pós-colonial é inadequada, visto que as estruturas de dominação foram modificadas, mas, não superadas em uma transição de colonialismo moderno para uma colonialidade global, como explica:

El concepto 'decolonialidad', que presentamos en este libro, resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y poscolonial. Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una *transición del colonialismo moderno a la colonialidad global*, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial (GROSFOGUEL, 2007, p. 13).

Para Boaventura (2010), o colonialismo histórico entendido como ocupação territorial estrangeira, teve fim com a independência das colônias no século XX, porém, o colonialismo como forma de opressão se mantém ainda mais insidioso atualmente⁴, como explica o autor:

As novas formas de colonialismo são mais insidiosas porque ocorrem no âmago de relações sociais dominadas pelas ideologias do anti-racismo, dos direitos humanos universais, da igualdade de todos perante a lei. O colonialismo insidioso é gasoso e evanescente, tão invasivo quanto evasivo, em suma, ardiloso. Mas nem por isso engana, ou minora, o sofrimento de quem é dele vítima na sua vida quotidiana.

Assim, povos racializados continuam sendo tratados como inferiores, sub-humanos, numa escala de degradação ontológica própria da modernidade, que autoriza quais grupos serão submetidos a necropolíticas. O saber moderno hegemônico, ao escamotear as relações coloniais históricas associadas ao enriquecimento e estabelecimento do mercado mundial eurocentrado, perpetua a colonialidade do poder como padrão de todas as formas de sociabilidade, desde o controle do trabalho até as relações intersubjetivas (QUIJANO, 2005). Como explica Santos (2010)⁵, o colonialismo se perpetua por meio da degradação ontológica, processo em que:

⁴http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/O%20colonialismo%20insidioso_30Mar%C3%A7o2018.pdf Acessado em: 01/05/2020.

⁵http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/O%20colonialismo%20insidioso_30Mar%C3%A7o2018.pdf Acessado em: 01/05/2020.

Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, pese embora todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, facilmente descartáveis. Foram concebidos como parte da paisagem das terras “descobertas” pelos conquistadores, terras que, apesar de habitadas por populações indígenas, foram consideradas como terras de ninguém. Foram também considerados como objetos de propriedade individual, de que é prova histórica à escravatura. E continuam hoje a ser populações e corpos vítimas do racismo, da xenofobia, da expulsão das suas terras para abrir caminho aos megaprojetos mineiros e agroindustriais e à especulação imobiliária, da violência policial e das milícias paramilitares, do tráfico de pessoas e de órgãos, do trabalho escravo designado eufemisticamente como “trabalho análogo ao trabalho escravo”, da conversão das suas comunidades de rios cristalinos e florestas idílicas em infernos tóxicos de degradação ambiental. Vivem em zonas de sacrifício, a cada momento em risco de se transformarem em zonas de não-ser.

Segundo Santos (2018)⁶, as formas de opressão preponderantes na modernidade operam através de três formas de dominação, sendo elas: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Em uma de suas aulas, compartilhada na rede social *YouTube*, Santos (2020)⁷ explica o papel da degradação ontológica operada pelo patriarcado e pelo colonialismo como processos de opressão necessários à manutenção do capitalismo, visto que possibilita a existência de trabalho desvalorizado e não pago⁸. Santos (idem) esclarece que existe uma hierarquia,

⁶ <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/84312/1/Socialismo%2c%20democracia%20e%20epistemologias%20do%20Sul.pdf>

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=V6z0uUeqFcM&t=790s> Acessado em: 01/05/2020.

⁸ Trecho transcrito dia 01/05/20. “ (...) o que é a dominação capitalista e suas formas de exploração? É fundamentalmente uma coisa nova realmente, a partir do século XV e XVI, e depois se consolida no XVII e aí fora, que é poder se explorar trabalho livre. (...) Quando nós olhamos para o capitalismo como formação social, é claro que ele, como modo de produção, mesmo como sistema econômico inserido numa sociedade, não se sustenta sem outras formas de trabalho. Não pode ser apenas o trabalho livre que é um trabalho pago e, como sabem, devido a luta dos trabalhadores foi um trabalho, no qual, em muitos países os trabalhadores conquistaram direitos razoáveis, os direitos laborais, direito dos trabalhadores, esse trabalho, evidentemente existe e vai continuar a existir, mas com ele apenas o capitalismo nunca funcionaria. Portanto, o capitalismo não pode funcionar enquanto fenômeno social e econômico e não apenas um modelo abstrato de economia, sem trabalho altamente desvalorizado e trabalho não pago. Quem é que fornece o trabalho altamente desvalorizado e o trabalho não pago? As populações racializadas e sexualizadas: mulheres, negros, diásporas, imigrantes, etc. São trabalhos altamente desvalorizados. (...). O capitalismo para ter trabalho igual, quer dizer, trabalho entre iguais, o empresário tem que imaginar seu trabalhador como igual a si, formalmente igual, não é igual materialmente, óbvio. A lógica da igualdade é fundamental ao capitalismo. É essa que dá sustentação a toda teoria democrática liberal, é igual. Agora e obviamente deve haver igualdade entre iguais. O que acontece é que, patriarcado e o colonialismo criam degradação ontológica, isto é, gente inferior, gente que não é igual, e como não é igual, não pode ser tratada como iguais. (...) Agora vocês compreendem por que é que morrem 20 mil africanos a atravessar o mediterrâneo pra entrar na Europa e não há nenhuma comoção política. Porque eles não são gente, são sub-gente, como disse o Salvini, ministro do interior da Itália, uma vez, é que aqueles barcos são barcos de gado, é gado, não é gente, são populações descartáveis.”

viabilizada pela degradação ontológica, em que todos os que não são brancos, são tratados como iguais entre si, mas inferiores ao homem branco. O autor define o racismo como toda forma de poder desigual que se assenta na degradação ontológica do outro, que cria desumanidade, seja pela identidade etno-racial, pelo gênero, pela orientação sexual, ou nacionalidades (idem).

Os conceitos de (des)envolvido e civilizado tipicamente associados à modernidade expressam o processo colonialista e a degradação ontológica em curso. Dessa forma, sob o reinado dos especialistas e dos peritos, a modernidade tem sido compreendida e defendida como ápice do progresso do processo civilizatório e da prosperidade, em detrimento de outros saberes não legitimados, sendo assim, promotora de profundas injustiças sociais, cognitivas e ambientais, como ressalta Brugger:

Como “civilizado” e “desenvolvido” assim o são em função da adequação a um determinado parâmetro, é lícito questionar se desenvolver não teria sido, na maioria dos exemplos históricos, (des)envolver, isto é, romper o elo de envolvimento de determinados povos com a sua cultura no sentido mais amplo – fragilizar e “pasteurizar” tanto a diversidade biológica quanto a cultural, até que todos os padrões se convertam em apenas um. (Des)envolver, nesse sentido que tem sido hegemônico, encontra, assim, uma convergência filosófica surpreendente com a tese (...) do pensamento unidimensional. Sem exagero algum, essa foi a História da colonização da maior parte dos povos primitivos (...) (BRUGGER, 2004, p.73).

Nos séculos XV e XVI foi estabelecido o dogma por parte dos colonizadores, de que, a partir de seus pressupostos, seria possível estabelecer parâmetros para diferenciar conhecimentos entre verdadeiros e falsos, algo que Santos (2007) alude a uma linha que separava a cosmovisão dos colonizadores das práticas consideradas mágicas e despropositadas dos povos colonizados. A divisão entre falso e verdadeiro incluiu também a análise sobre quem era, ou não, humano verdadeiramente, como discute Santos:

(...) Com base nas suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram subumanos. A questão era: os índios têm alma? Quando o papa Paulo III respondeu afirmativamente em sua bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma anima nullius, muito semelhante à terra nullius, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e a ocupação dos territórios indígenas. Com base nessas concepções abissais de epistemologia e legalidade, a universalidade da tensão entre regulação e emancipação, aplicada a este

lado da linha, não entra em contradição com a tensão entre apropriação e violência, aplicada ao outro lado da linha (SANTOS, 2007, p.75).

Assim, para que os grupos sociais vilipendiados pela racionalidade moderna colonialista, patriarcal e capitalista, possam representar o mundo em seus termos, é preciso que outras ontologias sejam valorizadas, “revelando modos de ser diferentes, os dos povos oprimidos e silenciados, povos que têm sido radicalmente excluídos dos modos dominantes de ser e conhecer” (SANTOS, 2019, p.19). Dessa forma, a ruptura com o processo colonial, pela decolonialidade (GROSFOGUEL, 2007) e pelas epistemologias pós-abissais (SANTOS, 2019), pressupõe uma superação da modernidade, pois, como faces da mesma moeda, não existiu modernidade sem um projeto colonial de poder (MIGNOLO, 2003).

Contemplar uma nova visão de mundo implica na superação do paradigma cartesiano que perpassa a ciência e a técnica e que tem conformado uma crise de pensamento, que reduz a capacidade societária de reagir e enfrentar devidamente os problemas complexos que o próprio paradigma criou. Assim, faz-se urgente repensar os aspectos epistemológicos da atual crise civilizatória, principalmente no que tange a hegemonia do sistema de desenvolvimento capitalista como se fosse o único modelo possível (VASCONCELLOS, 2002).

Santos (2010) explica que o debate sobre a diversidade epistemológica é centralizado em dois eixos principais, sendo um eixo designado como interno, que busca questionar o caráter monolítico e universal da racionalidade moderna ocidental e colocar em tela a importância da diversidade das práticas científicas, e o outro eixo designado como externo, que trabalha questões referentes ao relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento.

O autor destaca que a abertura a uma pluralidade de modos de conhecimento, em realce a vertente externa, tem sido mais profícua nas áreas periféricas do sistema mundial moderno, territórios em que os contrastes entre o saber hegemônico e os saberes alternativos são mais radicais. Justamente pela acentuada violência e desigualdade nas relações de poder entre o saber hegemônico e os não hegemônicos existentes nesses territórios, é que Santos indica serem contextos que necessitam mais urgentemente fundar “sua resistência em processos de autoconhecimento que mobilizam o contexto social, cultural e histórico, mais amplo, que explica a desigualdade, ao mesmo tempo que gera energias de resistência contra ela” (SANTOS, 2010, p.152).

Ainda sobre o debate referente a diversidade epistemológica, em seu eixo interno, que busca colocar em tela a diversidade de práticas científicas, em detrimento do caráter universal imposto pela ciência hegemônica, Leff (2016) discute o “esquecimento da natureza” no campo das ciências, inclusive nas ciências sociais. O autor (idem) destaca que esse esquecimento se deve em parte ao próprio contexto em que se conformaram as ciências, tendo como pano de fundo a racionalidade moderna ocidental, cartesiana, positivista, reducionista e mecanicista, como explica no trecho a seguir:

(...) a crise ambiental, abre uma crítica sobre uma falha fundamental nas ciências sociais: o fato de ter pensado a ordem social, independentemente das condições da natureza em que se constitui, funciona e se autodestrói a sociedade. Essa falta, ficou inscrita nos cimentos das ciências sociais, a partir do momento em que na concepção do “estado da natureza” na Modernidade-Hobbes, Locke e Rousseau- foi selado o esquecimento da natureza no contrato social (LEFF, 2016, p.22 e 23).

Porto-Gonçalves (1998) explica que a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristalizou-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. Sob o prisma reducionista da racionalidade ocidental moderna, nega-se o caráter duplo e complexo do que é humano, “a humanidade não se reduz absolutamente à animalidade, mas, sem a animalidade, não há humanidade” (MORIN, 2003b, p.40).

A dicotomia entre homem e natureza se relaciona com o aspecto reducionista de produção de conhecimento hegemônico que, por meio de processos de hiperespecialização e de disjunção, proporcionou o avanço científico e a geração de lucro em uma escala sem precedentes históricos. Contudo, também prejudicou a capacidade de análise no sentido de integrar e contextualizar processos, o que têm reduzido as possibilidades da sociedade moderna reagir adequadamente ao avanço da crise civilizatória em curso (MORIN, 2001).

Boaventura de Sousa Santos (2019) coloca em tela a realidade cruel em que vivemos, um período de aceitação política cada vez maior, das mais diversas formas de exploração e barbárie. Para o autor, as forças sociais e políticas contra hegemônicas de forma geral perderam força e as ideologias modernas de contestação foram em boa parte cooptadas pelo neoliberalismo. Nesse contexto, uma mudança de sociedade tem sido cada vez mais difícil de ser pensada e acreditada. Santos (idem) ressalta que a crise atual requer uma nova epistemologia, explicitamente política, mas,

para que seja possível uma reinvenção da política, será preciso, antes, uma revolução epistemológica.

Esse processo de ruptura com o padrão civilizatório envolve necessariamente, como reforça Boff “os valores e as visões de mundo que as sociedades projetaram” (BOFF, 2012, p.23). O autor destaca que a própria Unesco compreende os desafios que envolvem esse giro epistêmico, ao assumir que “porque as guerras começam na mente humana é na mente humana que devemos erigir os baluartes da paz” (BOFF, 2012, p.23). No entanto, Boff ressalta que a mudança para uma ecologia mental é um processo difícil, visto que envolve estruturas mentais que perpassam gerações. Os desafios que envolvem a superação da atual crise civilizatória suscitam uma série de questionamentos que “podem estimular a busca de novas soluções e provocar reações patológicas, como a escolha de um bode expiatório” (MORIN, 2013, p. 9). Para Morin, o efeito dos saberes parcelados, compartimentados, próprio da racionalidade moderna, é o de nos impedir de compreender a complexidade, de nos tornar incapazes de situar adequadamente as contradições que envolvem os problemas locais e planetários que compõe a crise civilizatória em curso (idem, 2013).

Os pontos cegos epistemológicos, próprios do conhecimento, são profundos e pouco discutidos na racionalidade moderna, visto que, por séculos, sob as asas do paradigma eurocentrado, suplantou-se as contradições próprias da vida, em seus campos políticos, sociais e que inclui, também, as ciências exatas (MORIN, 2013). Para o autor, a perspectiva hegemônica reduzida a análises compartimentadas nos lançou a um contexto em que quanto mais os problemas se complexificam, “mais se tornam impensados; quanto mais avança a crise, mais avança a incapacidade para pensá-la” (MORIN, 2013, p.13).

Diante dos avanços democráticos conquistados, principalmente pelos embates travados pelos movimentos sociais nas últimas décadas, não cabiam nos sonhos a possibilidade de retrocesso de ganhos civilizacionais, tidos como irreversíveis, da forma como têm se dado (SANTOS, 2019). Para Morin (2013), precisamos possuir a mente aberta, pois, o real não é estável, “é preciso ser sensível ao fraco, ao acontecimento que nos surpreende; é preciso estar pronto para repensar incansavelmente o estado do mundo” (idem, p.25).

Nesse contexto, digamos de mentes fechadas, o pensamento conservador moderno parece lograr cada vez mais êxito, em suas constantes tentativas de supressão de alternativas reivindicadas pelo pensamento crítico progressista

(SANTOS, 2019). O autor destaca que a frustração é tamanha nos movimentos progressistas, que as alternativas reivindicadas além de terem sido gradualmente reduzidas, por vezes são desacreditadas, como explica no trecho a seguir:

O político torna-se epistemológico quando pensar em qualquer alternativa política ao estado atual de coisas atual, significa o mesmo que fantasiar por oposição à fatualidade, ou falsificar, por oposição a verdade. Estado de coisas ditaria o fim da necessidade de toda e qualquer forma de pensamento crítico transformador, um pensamento de alternativa, se tal estado de coisas não fosse intolerável ou inaceitável para grupos sociais oprimidos pelo status quo que, em todo mundo, resistem e lutam contra a opressão e a dominação. Não sendo o caso, como explicar e fortalecer tais resistências e lutas? (2019, p.8).

Para Leff (2016), a concepção de uma sociedade controlada e normatizada pelo conhecimento científico, gerado pelo iluminismo da razão, tem se tornado cada vez menos factível diante um contexto de crise permanente, que põe em risco as próprias condições de existência da humanidade, impondo limite ao crescimento desenfreado prometido pela modernidade. Com um cenário crescente de complexidade, onde uma série de impactos associados ao padrão civilizatório se articulam sinergicamente, resultando, principalmente, emergências climáticas, Leff pondera se as propostas de “desenvolvimento sustentável serão capazes de responder a tempo” (2016, p.294) visto o ritmo vertiginoso no qual os problemas se descortinam para humanidade.

A ponderação sobre a capacidade de dar repostas a tempo incluem o pensamento crítico eurocêntrico, que, segundo Santos (2019), aparentemente, desistiu de formular alternativas aos processos hegemônicos de dominação. O autor compreende que o problema central se deu pelo fato do pensamento crítico e o pensamento conservador possuírem afinidades eletivas e fatais, que incluem princípios epistemológicos semelhantes, correspondendo variações do que Santos conceitua como epistemologias do Norte. Portanto, para alcançar as mudanças desejadas é preciso que haja a valorização dos conhecimentos produzidos nas lutas e resistências ao poder patriarcal, capitalista e colonialista, o que ainda não foi devidamente articulado ao pensamento crítico eurocêntrico. Essa reinterpretação do mundo é necessária para uma mudança epistemológica, capaz de ampliar e potencializar alternativas ao sistema hegemônico atual (SANTOS, idem). Para Morin (1986), somente a partir de um pensamento complexo, capaz de aglutinar, tanto a energia do desespero como da esperança, que a humanidade conseguirá enfrentar

os desafios vertiginosos que colocam em risco o futuro de nossa civilização. Dentre os aspectos mais problemáticos advindos do paradigma dominante das ciências, Morin (idem, p. 77) destaca as reduções do complexo ao simples, do global ao elementar, da organização à ordem, da qualidade à quantidade, do multidimensional ao formal. Esse viés reducionista implica na pretensa análise de fenômenos sociais como objetos isolados de seu contexto e separados do sujeito que os percebe/concebe. Para Morin (idem, p.79) a ciência ao mesmo tempo em que triunfa, também colapsa, “não é mais a Ciência-Verdade absoluta, a Ciência-Solução, a Ciência-Farol, ou a Ciência-Guia do fim do século passado. É a Ciência-Problema”. Nesse contexto, a questão ambiental se configura como um obstáculo epistemológico que não pode ser abarcado pela racionalidade tecnocientífica do paradigma tradicional da ciência.

Santos (2019, p.19) defende a necessidade de uma décima segunda tese às *Teses sobre Feuerbach* formuladas por Karl Marx em 1845: “temos de transformar o mundo ao mesmo tempo que, permanentemente, o reinterpretemos; tanto quanto a própria transformação, a reinterpretação do mundo é uma tarefa coletiva”. O autor apresenta seis corolários referentes à décima segunda tese que são:

Primeiro: não precisamos de alternativas e sim de um pensamento alternativo como alternativa. Segundo: a reinterpretação permanente do mundo será possível apenas em contexto de luta e, por esse motivo, não pode ser levada a cabo como tarefa autônoma. Terceiro: sendo certo que as lutas mobilizam múltiplos tipos de conhecimento, a reinterpretação permanente do mundo não poder ser produzida por um tipo único de conhecimento. Quarto: dada a centralidade das lutas sociais contra a dominação, se, por hipótese absurda, os grupos sociais oprimidos deixassem de lutar contra a opressão, ou porque não sentissem necessidade de fazê-lo, ou porque considerassem estar completamente privados das condições necessárias para essa luta, não haveria espaço para epistemologias do Sul nem, efetivamente necessidade delas. A obra de 1984, de George Orwell, é a metáfora da condição social na qual não existe espaço para as epistemologias do Sul. Quinto: não precisamos de uma nova teoria da revolução, precisamos sim de revolucionar a teoria. Sexto: uma vez que o trabalho exigido pela permanente reinterpretação do mundo, necessariamente paralela à respectiva transformação, é um trabalho coletivo, não há nele espaço para filósofos entendidos com intelectuais de vanguarda. Pelo contrário, as epistemologias do Sul exigem intelectuais de retaguarda, intelectuais capazes de contribuir com o seu saber para o reforço das lutas sociais contra a dominação e a opressão em que estão empenhados (SANTOS, idem, P.10).

Assim, para que outras possibilidades possam de fato ter lugar no contexto de lutas conta as opressões promovidas pelo pensamento conservador, é preciso uma ruptura epistemológica e, para Santos, essa mudança se encontra no que ele

conceitua como epistemologias do Sul. O autor conceitua as epistemologias do Sul como uma proposta de valorização de conhecimentos oriundos de experiências de resistência e luta de grupos sistematicamente violentados, oprimidos e espoliados pelas formas de dominação engendradas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

Assim como Santos, Leff ressalta que diante da “dúvida razoável sobre a capacidade da racionalidade moderna e da consciência humana racionalizada para restaurar a crise de insustentabilidade do mundo surge a importância de explorar os imaginários sociais da sustentabilidade”, (2016, p.295). O autor defende a necessidade de articulações com comunidades diferenciadas culturalmente, grupos subalternizados que compõem as epistemologias do Sul, para que os interesses e cosmovisões desses grupos possam compor uma ecologia de saberes (SANTOS, 2019) que possibilite resistências e enfrentamentos às emergências climáticas e à insustentabilidade posta em curso pelo sistema societário hegemônico.

Cabe destacar que o Sul não corresponde necessariamente a um Sul geográfico, mas sim um Sul epistemológico, conformado por uma série de conhecimentos historicamente subalternizados, que r-existem aos processos de dominação. Parte do sul geográfico corresponde ao Sul epistemológico, visto o desenvolvimento desigual do capitalismo e a persistência do colonialismo ocidentocêntrico, principalmente nos países sujeitos ao colonialismo histórico (SANTOS, idem). Porém, o Norte epistemológico também pode ocorrer no sul geográfico, visto que nos países que já foram colônias administrativas conformou-se níveis de desigualdade social abissais, permitindo que “pequenas europas”, como Boaventura (2019) ressalta, existam em locais com altas taxas de pobreza. O contrário também ocorre, havendo sul epistemológicos no norte geográfico, vide os grupos sociais existente nesses territórios são sistematicamente oprimidos pelo colonialismo pelo capitalismo e pelo patriarcado, como grupos de trabalhadores precarizados, imigrantes, vítimas de racismo, populações lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersexo e assexuais, e outros grupos -LGBTQIA+, entre outros (SANTOS, idem).

Os conhecimentos advindos dos movimentos de luta, como resposta social aos desafios em curso, para Leff (2016, p.298), representam o enraizamento da vida nos imaginários sociais que, devidamente articulados à imaginação sociológica, podem “orientar a ação social para a construção de sociedades sustentáveis”. As

epistemologias do Sul desafiam as epistemologias dominantes no sentido de discutir e requerer validade aos conhecimentos produzidos por grupos historicamente alijados e silenciados, cujos modos de vida e saberes são considerados inexistentes. Os conhecimentos desses grupos têm sido historicamente negados pelas epistemologias dominantes, geralmente por não atenderem aos acordos metodológicos aceitáveis, ou por serem desprestigiados, visto que as epistemologias do Sul são produzidas por “sujeitos concebidos como incapazes de produzir conhecimento válido, devido à sua impreparação ou mesmo a sua condição não plenamente humana...” Tendo dado que “esses sujeitos são produzidos como ausentes através de relações de poder muito desiguais, resgatá-los é um gesto eminentemente político” (SANTOS, 2019, p.19).

Assim, a validação e valorização de conhecimentos subalternizados constituem a base para uma nova racionalidade ambiental “fundada nos potenciais ecológicos e nos sentidos culturais da vida: em uma ética da outridade e uma política da diferença” (LEFF, 2016, p.301). Portanto, disputar no campo epistemológico, ideológico, político, cultural e social os mecanismos de validação e valorização dos conhecimentos, deve ser uma ação contínua para o fortalecimento das r-existências de grupos sistematicamente violentados, oprimidos e espoliados pelas formas de dominação engendradas pela racionalidade moderna. Compreendemos a r-existência, a partir de Porto-Gonçalves (2006), como um processo mais complexo do que uma ação reflexa, ante opressões colonialistas, assim, r-existir é reinventar os modos de ser e estar no mundo, para além das opressões em curso, como esclarece o autor:

(...) dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. (idem, 2006, p.165).

No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste no império cognitivo exercido pela ciência moderna positivista, que discrimina conhecimentos entre falsos e verdadeiros, em um processo de epistemicídio, resultando no alijamento de povos tradicionais e suas culturas. Dessa forma, para afirmar sua universalidade, a ciência nega as experiências e saberes que não operam sob sua lógica. Em contraposição a racionalidade moderna ocidental, Leff (2003) destaca a importância

de se criar sentidos de civilização, que abarquem tanto a diversidade cultural como a natural, para que uma nova racionalidade produtiva, baseada em estratégias endógenas de autoadministração, possa se estabelecer. Assim, para tensionar a hegemonia do pensamento conservador eurocêntrico, é preciso reivindicar a validade e a valorização das epistemologias do Sul e estremecer as bases das epistemologias do Norte, que “concentram a validade privilegiada da ciência moderna, que se desenvolveu predominantemente no norte global desde o século XVII (SANTOS, 2019, p.23). As epistemologias do Sul partem do princípio de que os critérios de validação de determinado conhecimento, como o conhecimento científico, são também passíveis de critérios de validação, pois, não existem em um contexto exterior ao conhecimento que pretendem validar. Porém, Vasconcellos (2002) ressalta que questionar a hegemonia conservadora da ciência moderna constitui um processo desconfortável, pois implica em colocar em xeque o paradigma que atravessa crenças e visões de mundo nutridas ao longo dos últimos séculos. Assim, o debate sobre a diversidade epistemológica é ainda incipiente, para Morin (2003a), sob essa perspectiva, ainda estamos distantes de alcançar a Terra-Pátria, visto que a civilização se encontra sob enlace de forças destrutivas/criativas, conformando um contexto de extrema complexidade em que o futuro é um cenário incerto. A crise civilizatória decorrente da hegemonia da racionalidade ocidental nos impele a enxergar e soltar as amarras epistêmicas que nos prendem à caverna da modernidade.

2.2- Questão Ambiental: permissividade aos riscos do carro de Jagrená

A colonialidade de poder exercida pela universalidade da racionalidade moderna eurocêntrica tem atuado como antolhos epistemológicos que restringem o imaginário social às compreensões circunscritas pela ciência e pela tecnologia hegemônica. Para Leff (2016), a crise de insustentabilidade planetária traz dúvidas robustas sobre a capacidade da racionalidade moderna de ajustar a economia e a tecnologia por meio de políticas de gestão ambiental, no sentido de ecologizar o mundo, como explica:

Os imaginários sociais - como conceitos inconscientes e latentes das condições da vida - questionam as vias de compreensão e resposta à crise ambiental que oferece a limitada capacidade de reflexão da modernidade sobre as condições de insustentabilidade construída a partir do conhecimento especializado: da eficácia do mercado para valorizar e conservar a natureza; da capacidade tecnológica para “desmaterializar a produção” e de uma consciência tecnológica planetária capaz de restaurar um mundo descontrolado pelos imperativos categóricos da racionalidade moderna (2016, p.296).

Giddens (1991) estabelece uma analogia entre a modernidade e o carro de Jagrená, uma entidade hindu representada por uma máquina enorme, que se movimenta de forma caótica na maior parte do tempo. A máquina engana alguns seres humanos, que acreditam poder controlar sua direção e esmaga aqueles que resistem ao seu movimento. Em momentos menos caóticos, Jagrená possibilita certa satisfação, porém, sua trajetória errática e incontrolável traz mais dor que felicidade. O autor explica que a separação entre o tempo e o espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento são características das instituições modernas e que, sob esse contexto, a sensação de viver em sociedade é de estar sempre em um movimento caótico, prestes a colapsar. Leff (2016) destaca a insustentabilidade da sociedade moderna, que estabeleceu uma fatídica promessa de, por meio do conhecimento científico, controlar os fenômenos do mundo quando, na verdade, o que observamos é o colapso, o risco e as ameaças a vida na Terra, justamente pelo padrão civilizatório em curso. A modernidade é o carro de Jagrená, em que se estabelece um panorama cada vez mais assustador, como uma trajetória que deixa rastros de destruição, como as consequências desoladoras das mudanças climáticas, cada vez mais intensas e distribuídas pelo globo.

Morin (2003), assim como Giddens, associa a modernidade a um sistema caótico e deletério, que ele chama de quadrimotor louco, em que ciência, técnica, indústria e interesses econômicos se retroalimentam na construção de caminhos que levam a autodestruição. Já Latour (2020)⁹ compara a modernidade a um “trem do progresso” que estaria livre de descarrilhar por conta das possibilidades de ajustes pela globalização, contudo, é justamente a globalização o processo que fragiliza as mudanças necessárias. Diante das medidas inconsistentes e desproporcionais, em relação aos problemas cada vez mais complexos que vivenciamos, não têm sido capazes de desacelerar Jagrená, o quadrimotor, ou o trem do progresso. Latour

⁹ http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-ENGLISH_1.pdf

acredita que muito provavelmente o que ocorrerá será uma parada brusca e o trem vai descarrilhar:

To every ecologist's argument about changing our ways of life, there was always the opposing argument about the irreversible force of the 'train of progress' that nothing could derail 'because of globalisation', they would say. And yet it is precisely its globalised character that makes this infamous development so fragile, so likely to do the opposite and come to a screeching halt (2020, p.1).

O trem, o carro de Jagrená, ou quadrimotor, movem-se todos vertiginosamente por meio dos mesmos elementos que alimentam a sociedade moderna: a ciência, a técnica, a indústria e os interesses econômicos. Estes se retroalimentam na construção de caminhos que levam a autodestruição, contribuindo para o surgimento de ameaças cada vez mais complexas, não passíveis de uma intervenção adequada, no âmbito da lógica da racionalidade moderna (MORIN, 2003a). Sob a vigência da modernidade/colonialidade, não seremos nunca inteiramente seguros, pois a trajetória errática de Jagrená implica em empreendimentos econômicos e políticos de alta-consequência e imprevisibilidade. A complexidade existente nesses diferentes cenários conforma contextos desafiadores que superam a capacidade de compreensão da ciência moderna, como alerta Morin:

"A instabilidade econômica é global. Até trinta anos atrás os intelectuais ainda se deixavam cegar pela promessa futurista. Descobrimos, porém, que a ciência também pode produzir ignorância, pois, o conhecimento fecha-se na especialização. A indústria fabrica objetos úteis e também ameaças ao universo como a poluição. Por fim, o fundamento mesmo do futuro radioso não se sustenta mais: ninguém sabe o que acontecerá amanhã. Não há modo de fazer previsões seguras" (Morin, 1995, p.10).

A condição da modernidade reflexiva, para Leff (2016) citando Ulrich Beck, significa "a possibilidade de auto (destruição) criativa para toda uma era: a era industrial" (BECK; GIDDENS & LASH, 1994, p.2) ou nas palavras de Leff:

A modernização reflexiva é o retorno do mesmo, reabsorção da modernidade em sua mesma estrutura e essência, em um último esforço para recompor a sociedade sem sair do encapsulamento do pensamento e ação social no marco da racionalidade moderna (2016, p.299).

Dessa forma, a modernidade ocidental pretensamente se renova por meio de avanços tecnológicos, buscando ajustar os aspectos deletérios em curso, sem, no entanto, comprometer a lucratividade do sistema. Para Beck (2010) essa seria a modernidade reflexiva, período em que em que a sociedade busca se auto confrontar com relação às consequências nefastas do padrão civilizatório capitalista, permanecendo, contudo, em sua estrutura e essência, sendo “o eterno retorno do mesmo” (LEFF, 2016, p.299).

O histórico recente do período de auto confrontação se expressa na crescente preocupação global em relação à questão ambiental, visto que o carro de Jagrená não apenas não desacelerou, mas, sim, disparou em sua trajetória errática à despeito dos riscos envolvidos nesse padrão societário, cada vez mais severos e críticos. Para Beck (2010) *apud* Baum et.al (2016), a modernidade pode ser entendida em dois períodos distintos, sendo o primeiro relacionado à Revolução Industrial, compreendida como modernidade simples, em que os aspectos negativos relacionados à crescente industrialização eram pouco compreendidos, relegados e considerados necessários para o desenvolvimento da humanidade. O segundo momento corresponde a modernidade reflexiva ou modernidade pós-industrial, em que os efeitos associados ao padrão civilizatório, considerado como promissor na primeira fase, se tornam cada vez mais deletérios e incontroláveis, vide as emergências climáticas. Esse período de profunda crise traz dúvidas sobre o pretense controle sobre os fenômenos da vida por meio da racionalidade científica, ou como Baum *et al.* (2016, p.10) sintetizam “na modernização reflexiva, a ciência torna-se objeto de reflexão e ela é confrontada tanto pelo seu êxito, como pelo seu fracasso, ou pelas promessas não cumpridas”.

A atual crise ambiental é a primeira em toda a existência do planeta Terra, consequente da atividade de uma única espécie, a humana, que possui a capacidade de colocar em risco todas as formas de vida (SOFFIATI, 2008). O homem industrial tornou-se um poderoso agente geológico, superando os riscos referentes às crises antrópicas anteriores a Revolução Industrial, bem como os associados aos fenômenos climáticos, astronômicos e geológicos que se tem conhecimento (BRUGGER, 1994).

Para compreensão da crise, em sua “espessura” espacial e temporal, Brugger (*idem*) ressalta a necessidade de abordá-la sob uma perspectiva histórica, que nos remete às principais características que dominaram a visão de mundo a pelo menos três séculos durante a revolução industrial.

Os processos de reificação e de hiperespecialização do saber tiveram início na Revolução Industrial e, desde então, conformaram o paradigma da racionalidade instrumental, que abarcou o desenvolvimento da ciência e da técnica. Na ideologia instrumental as relações sociais e a natureza são sujeitas a quantificação e devem ser expressas em uma linguagem matemática. O conhecimento nessa leitura é objetivo e a ciência tradicional é detentora do poder de dominação da realidade, como se os objetos existissem independentemente do pesquisador que trabalha na definição da verdade por meio de verificações empíricas. Nesse contexto, três ideias poderosas no mundo das ciências estabelecem a existência de um conhecimento verdadeiro, o espelho da realidade do mundo: a existência de um universo ordenado, obedecendo a leis universais; a possibilidade de separação do objeto a ser estudado circunscrito do seu meio natural; a ideia da razão, onde as teorias obedecem às regras clássicas da dedução, da indução, do princípio da contradição, da identidade e do terceiro excluído (MORIN, 2001). Esses princípios permitiram o fundamento incontestável do saber.

A racionalidade instrumental teve como principal aparato teórico o referencial positivista de Augusto Comte e a concepção dicotômica proposta por René Descartes do Cartesianismo, no século XVII. A dicotomia proposta por Comte instaurou a separação entre filosofia e ciência, processo que fomentou a ruptura entre cultura humanista e cultura científica (SERRÃO, 1995). No século XIX esse processo culminou com a disjunção entre as ciências da natureza, ou positivas, e as ciências do homem, o que reforçou o processo de reificação e a ideia de separação entre o homem e a natureza, no sentido da dominação do homem sobre a natureza e dos homens sobre os homens (BRUGGER, 1994; VASCONCELLOS, 2002).

Augusto Comte contribuiu para o paradigma da ciência moderna, a partir de sua "Lei dos Três Estágios", na qual hierarquizou as ciências com relação ao terceiro estágio de sua lei, chamado de positivo. Nessa lei, as disciplinas científicas teriam como linha evolutiva o desprendimento gradual da filosofia, saindo do estágio metafísico, para avançar ao estágio positivo, adquirindo o caráter de ciência. Matemática, biologia e física seriam disciplinas positivas, enquanto a sociologia estaria ainda no estágio inicial, em desenvolvimento, para se tornar estágio positivo, ou seja, uma física social (VASCONCELLOS, 2002). Esses pressupostos constituíram o núcleo forte do

paradigma¹⁰ hegemônico, influenciando pensamentos, ideias e alimentando a dicotomização entre homem e natureza.

O conhecimento científico iniciado no século XVII, desenvolveu-se significativamente, principalmente no século XIX, período em que as descobertas científicas foram apropriadas pelo capital, como força produtiva, atuando na dominação da natureza. Nesse processo os modos de produção se tornaram altamente mecanizados e desconexos e a mão de obra cada vez mais alienada e desprovida de seus meios de produção. O processo de hiperespecialização, advindo da disjunção e redução do conhecimento, possibilitou o aumento da produção e de geração de lucro das sociedades industriais, porém, trouxe o problema do fechamento cada vez maior do saber (MORIN, 2001).

Com o desenvolvimento industrial no século XVIII, a Inglaterra, após desmatar suas florestas para produção de carvão vegetal, utilizado como combustível na fundição de ferro, passou a importar matérias-primas de suas colônias, para o abastecimento de suas indústrias.

Em consequência dessa exploração, para atender as demandas do setor industrial em plena expansão, grandes porções de terra foram usurpadas de comunidades tradicionais, tanto na Inglaterra, quanto ao redor do mundo, rompendo laços afetivos, culturais e históricos desses povos com o meio ambiente natural e seus sistemas domésticos de produção (BRUGGER, 1994).

O estilo de vida industrial em oposição ao modo de vida camponês, ou tradicional, estabeleceu a hegemonia da racionalidade instrumental e técnica na busca cada vez mais acelerada por recursos naturais, para atender interesses econômicos, em detrimento de outras cosmovisões de mundo.

Um dos primeiros trabalhos a associar os efeitos deletérios da racionalidade industrial sobre a sociedade foi de Rachel Carson, bióloga marinha e ecologista que denunciou o uso indiscriminado de produtos químicos pelo setor agrícola e seus impactos na saúde humana. No período em que articulou o uso de diclorodifeniltricloroetano - DDT - um dos pesticidas mais potentes até então criado, com doenças bioacumulativas, a bióloga foi duramente combatida e desacreditada

¹⁰ Vasconcellos (2002) refere-se ao paradigma como as crenças, valores, nossos pressupostos e nossa visão de mundo. Para mais informação recomendamos o capítulo 1 VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência/Maria José de Vasconcellos. – Campinas, SP: Papirus, 2002.

(BONZI, 2013). Carson colocou em tela o poder da intervenção humana, ao expor como a utilização de um produto químico, havia atingido uma série de animais, dentre eles o próprio homem, visto que detectou-se o DDT no leite materno. A autora denunciou o aumento da probabilidade de surgimento de câncer e outras doenças naqueles que tivessem contato direto e indireto com o DDT. Esse processo teve início quando Carson recebeu uma carta de uma proprietária de um santuário de vida selvagem, que alertou ter percebido a morte de pássaros, após a pulverização do DDT em áreas agrícolas.

Diante da grande quantidade de pássaros mortos e a conseqüente diminuição dos cantos dos pássaros na primavera, Carson intitulou seu livro como "Primavera Silenciosa", que veio a se tornar um dos clássicos para o movimento ambientalista. O livro traz importantes reflexões sobre a fé irrestrita da humanidade na ciência e na tecnologia, bem como sobre a relação da humanidade com a natureza, visto que co-habitamos o mesmo mundo, onde interagimos e, logo, nossas ações rebatem sobre a natureza e sobre nós mesmos, mesmo que esses efeitos não sejam facilmente percebidos. Em 1972, o DDT foi proibido e uma série de outros produtos denunciados por Carson, foram restritos a doses menores. Porém, em 2006, como destaca Bonzi (2013), o DDT foi liberado para uso em países africanos, com a alegação de que os efeitos de seu uso no enfrentamento da malária seriam superiores aos possíveis danos. Tal qual Leff (2016) alerta, a modernidade reflexiva atua no eterno retorno do mesmo, conquistam-se modificações no sentido da ética humana para posteriormente reestruturar a essência destrutiva criativa do capital em outros territórios, preferencialmente em países empobrecidos, efetivando a colonialidade do poder discutida por Grosfoguel (2007).

A reestruturação do capital no sentido de mudar para manter o mesmo, tornou-se uma estratégia permanente, principalmente com o agravamento da questão ambiental, que alcançou projeção global a partir da década de 60. Nesse período uma série de catástrofes ambientais acarretaram uma preocupação global sobre a capacidade de resiliência do planeta, sobretudo em sua dimensão natural, diante dos problemas, cada vez mais graves, que expressavam a depleção dos recursos naturais. A questão ambiental ganhou fôlego principalmente pela eclosão de uma série de movimentos sociais, dentre eles o movimento hippie, a reivindicação de direitos iguais entre homens e mulheres, o movimento por justiça ambiental nos estados Unidos e os movimentos ambientalistas (QUINTINO, 2006). Os movimentos ambientalistas promoveram uma forte comoção em relação à uma crise historicamente nova, que abraçada pela

sociedade, passou a ser discutida em âmbito global em importantes encontros internacionais. Assim, a pauta ambiental se consolidou como tema permanente em fóruns como a ONU, o que suscitou debates sobre o limite de crescimento industrial, sobretudo o crescimento dos países considerados como subdesenvolvidos, sendo eximido do debate, o papel dos países ricos na crise civilizatória que se aprofundava.

Os países “subdesenvolvidos”, dentre eles o Brasil, não receberam bem as prescrições para restringir o crescimento e, contra o discurso preservacionista pregado como solução aos problemas ambientais, o governo brasileiro alegou que a pior poluição era a miséria (BRUGGER, 2004). No período em que os debates sobre os limites do crescimento se fortaleceram, o Brasil vivia um contexto de ditadura militar, o que relegou a questão ambiental a processos meramente burocráticos (BRUGGER, idem). Como deixou bem claro o economista Delfim Neto, ministro da economia na década de 70, período ditatorial brasileiro, para enfrentar a pobreza, era preciso esperar o bolo crescer, para depois, dividi-lo. De fato, ao contrário do que foi definido como metas de preservação, o Brasil investiu em um grande complexo industrial, bem como em obras de grande impacto, como a transamazônica, atividades petroquímicas, projetos agropecuários extensivos, entre outras atividades altamente poluentes (AMARAL, 2001). O discurso sobre a necessidade de preservação ambiental foi brevemente aceito, e posteriormente foi abafado em meio a burocracia, visto que, o que se buscava, de fato, era um desenvolvimento expansivo e investimentos no complexo infra estrutural que germinava baseado em investimentos externos (LEROY, 2002).

As pretensões estabelecidas como necessárias para preservação ambiental, concebidas pelo mundo considerado “desenvolvido”, tem em sua origem preocupações associadas à necessidade de o sistema capitalista reformular sua atuação, ante ao cenário de crise que se apresentava, sem, contudo, abrir mão do ritmo de exploração necessário, para manter a lucratividade desejada. Para isso, em 1968, formou-se o Clube de Roma, grupo composto por cientistas, empresários e representantes de países desenvolvidos com o intuito de refletir as reformulações necessária para enfrentar a crise ambiental, o que resultou no lançamento de um relatório, em 1972, conhecido como *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento). O relatório buscou atender as demandas sociais com relação a questão ambiental, sem, contudo, afetar a essência do capitalismo. Como saída, foi proposto o desenvolvimento sustentável, com a premissa de limitar o crescimento desordenado, em um nível global, de forma a preservar os recursos naturais. O movimento anteviu a necessidade do sistema de se

reformular, de assegurar a continuidade do próprio sistema (COSTA,2011)¹¹. Para o jornalista Luciano Martins Costa (idem) o Clube de Roma teve como principal objetivo expandir o crescimento econômico no limite da resiliência da natureza, pois, seus membros perceberam na crise a possibilidade de risco e de oportunidade.

Assim, a proposta de desenvolvimento sustentável, anunciada na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972, logra desde então, a hegemonia no enfrentamento da crise civilizatória, sendo anunciada como uma saída para compatibilização do crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. A questão ambiental como pauta de uma agenda global foi hegemonicamente tratada por um viés preservacionista, que reduziu o debate sobre a crise ambiental quase que exclusivamente à dimensão natural, sem abordar adequadamente as múltiplas dimensões da crise civilizatória em curso, que inclui aspectos sociais, econômicos e culturais (BRUGGER, 1994).

O preservacionismo é também conhecido como conservacionismo, apesar de serem dois conceitos diferentes cujos significado precisam ser bem analisados para uma adequada problematização da questão ambiental. Sobre o tema, Diegues (2008) traz importantes elementos para diferenciar uma corrente da outra. Para ao autor, o preservacionismo, também conhecido como ecologia profunda, ou *deep ecology*, corresponde à perspectiva que se tornou hegemônica nos movimentos ambientalistas, principalmente nos Estados Unidos, na década de 60, capitaneada pela ideia de uma possível proteção integral de áreas intocadas, pelos ecologistas puristas. Segundo Boff (2012, p.23), a ecologia profunda pode ser compreendida como uma ecologia mental, que constitui um processo social e político que envolve “os valores e as visões de mundo que as sociedades projetaram”. O autor ressalta a importância que deve ser depreendida aos elementos que constituem a consciência humana, pois, apesar de ser desafiador libertar a sociedade da clausura psíquica e epistêmica imposta pela racionalidade hegemônica, não existe caminho possível para superação da crise ambiental que não envolva tais dimensões. Já a abordagem conservacionista, conhecida como *shallow ecology*, foi criada pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot,

¹¹ Disponível em: http://acs.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1435: nasce-o-conceito-da-desfabricacao&catid=36:destaques-do-dia&Itemid=46 Acessado em: setembro de 2019.

na Alemanha, e, ao contrário dos preservacionistas, tinha como perspectiva uma compatibilidade entre a sociedade e o uso dos recursos naturais.

A concepção conservacionista se baseava em três princípios, sendo: “o uso dos recursos pela geração presente; a prevenção do desperdício e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2008, p. 31). Segundo o autor, a abordagem conservacionista coadunou ideias que foram precursoras da proposta de desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva possibilitou fomentar a ideia de fazer crescer o bolo por meio do desenvolvimento econômico, com ajustes para controlar o uso máximo possível dos recursos naturais e a pretensa ideia de atender as demandas do presente, sem comprometer as gerações futuras.

Já a perspectiva distributiva que emergiu na década de 60 e 70 e que tinha como principal pauta de luta a equidade de distribuição dos recursos naturais, não avançou, principalmente pela baixa organização de movimentos sociais nos Estado Unidos, necessária para conferir mais robustez às pautas de luta (DIEGUES, 2008).

A falácia de fazer o bolo crescer para depois dividi-lo, respeitando a resiliência dos ecossistemas em uma exploração máxima, porém sustentável, não se sustenta. Muitos dados colocam em tela essa inconsistência, como o fato de que, desde 1980, a demanda para atender os confortos materiais de 20% da população total, exigiu uma superexploração dos recursos naturais em 25% acima da capacidade de resiliência do planeta. O padrão de desigualdade mostra-se estarrecedor quando o relatório da Oxfam¹² aponta que as 85 pessoas mais ricas do planeta concentram um montante de US\$ 1,7 trilhão, equivalente ao valor disponível para 3,5 bilhões das pessoas mais pobres.

O relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) pelo Plenário do IPBES em Paris, elaborados por um grupo de 145 autores especialistas, pertencentes a 50 países, revela que cerca de 1 milhão de espécies animais e vegetais correm risco de extinção, incluindo 40% das espécies de anfíbios, 33% dos corais e um terço de todos os mamíferos marinhos (JACOBI *et al*, 2019).

Os autores destacam que a previsão é que essas espécies se extingam nas próximas décadas e que a taxa atual de extinção não tem precedentes históricos. Esses dados expressam como o controle sobre a exploração dentro dos limites de resiliência

¹² https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140120_riqueza_relatorio_oxfam_fn

dos ecossistemas não tem sido um objetivo tangível nas últimas décadas. Já com relação a compartilhamento do bolo, Arruda e Milioni (2020) destacam que entre os anos 2000 e 2011, a concentração de riqueza por parte do 1% mais rico da população mundial aumentou de 32% para 46% e que, a riqueza compartilhada com 99% restante da população decaiu, de 68% para 54%.

Se a desigualdade social mundial impressiona, a do Brasil é ainda mais dramática. Segundo Barros *et al* (2000), a desigualdade no Brasil segue um padrão ímpar de exclusão, com a renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. O trabalho de Barros *et al* (2000) direciona a origem da pobreza na extrema desigualdade social existente em nosso país, apresentando diversos dados estatísticos que corroboram para a conclusão de que o Brasil é um país de renda média, porém, com muitos pobres. Essa pobreza se deve a uma concentração de renda perversa, aliada a existência de poucas políticas públicas que, de fato, tenham como prioridade a justiça social.

Segundo o relatório produzido pela Oxfam, intitulado “O retrato das desigualdades brasileiras”, de 2018, os pequenos avanços, no sentido de reduzir as desigualdades sociais no país, foram interrompidos. Atualmente vivemos um profundo retrocesso, em que a pobreza voltou a aumentar, a distribuição de renda cessou e a equiparação de renda entre homens e mulheres e brancos e negros, que mal havia sido iniciada, terminou (OXFAM, 2018)¹³. A projeção é de que o número de pessoas pobres volte a crescer, o que torna emergencial a manutenção e ampliação de políticas públicas voltadas para a distribuição de renda. Em 2022, a insegurança alimentar atingiu uma faixa de 38% da população brasileira¹⁴.

Uma das mais importantes estratégias para redução das desigualdades é a criação de empregos dignos, mas, como artimanha para manter alta lucratividade do setor empresarial, bem como cortar gastos com políticas sociais pelo Estado, criam-se falsas dicotomias como a que estabelece uma relação direta entre a necessária precarização do trabalho, ou conseqüente prejuízo à economia. Para se manter os padrões insustentáveis de produção e consumo pela indústria, argumenta-se que o crescimento econômico aos moldes capitalistas é a única solução frente a uma recessão, com perda massiva de empregos e aumento da miséria. Contudo, os debates em torno do desenvolvimento sustentável não discutem adequadamente a qualidade

¹³ <https://www.oxfam.org.br/publicacao/pais-estagnado-2/>

¹⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/inseguranca-alimentar-atinge-36-do-brasil-revela-pesquisa/>

dos empregos gerados, que, geralmente, são extremamente precarizados e, em muitos casos, considerados análogos a escravidão.

Além das falsas dicotomias, Beck (2010) ressalta o papel da desqualificação aos que tentam apontar os riscos atrelados ao modelo civilizatório moderno ocidental, tidos como “estraga-prazeres”, ou possuidores de um “exagero desmedido”. Esse contexto favorece a manutenção da racionalidade moderna, visto que:

(...) nos países industriais ricos: a salvaguardada prosperidade e do crescimento econômico mantém-se inabalada como primeira prioridade. A perda iminente de postos de trabalho é proclamada aos quatro ventos, de modo a manter frouxas as amarras das estipulações e controles de valores máximos para as emissões de poluentes ou para que sequer se investiguem certos resíduos tóxicos detectados nos alimentos. Em virtude da precaução diante dos possíveis efeitos econômicos, sequer se mantém registro de categorias inteiras de substâncias tóxicas; elas não existem juridicamente e, por isto mesmo, podem circular livremente (BECK, 2010, p.55).

As artimanhas baseadas em falsas dicotomias buscam justificar o desenvolvimento nos padrões atuais, ainda que, de acordo com Leff (2003), não exista justificativa convincente para que acreditemos na internalização das condições ecológicas e sociais no âmbito do paradigma capitalista liberal. Tanto é que as agendas e acordos internacionais ainda não incorporam devidamente a perspectiva de que não será possível generalizar o padrão de consumo de 7% da população mundial, responsável por emitir metade das emissões de gases de efeito estufa, para o resto da humanidade (ABRAMOVAY,2010). Como Tilio-Neto (2008) ressalta, se o padrão de produção e consumo dos países ricos for mantido, as desigualdades de acesso aos recursos naturais necessários para manutenção da vida, em suas múltiplas dimensões, serão ainda mais profundas. Os impactos resultantes das emergências climáticas se intensificarão, redimensionando os conflitos ecológicos distributivos em níveis alarmantes, perpetuando injustiças ambientais e expondo a humanidade, ainda que em um primeiro momento, somente os grupos mais empobrecidos, à um contexto de riscos imprevisíveis. Várias pesquisas científicas reforçam que não há mais dúvidas sobre os impactos das mudanças climáticas no tempo presente e que, nas próximas décadas, grande parcela da população mundial será atingida por esses fenômenos, principalmente os mais pobres (ALVAREZ; BRAGANÇA, 2018). Os autores destacam que as características geográficas, políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais de cada cidade conformará cenários com respostas diferentes aos efeitos das mudanças climáticas em curso (idem, 2018), estabelecendo uma complexidade cada

vez maior e um contexto desafiador para um enfrentamento à crise civilizatória em curso.

Além de uma ciência pós-abissal, será preciso articular, politicamente e culturalmente, ações capazes de envolver a sociedade para um comprometimento com as pautas dos movimentos que lutam por justiça cognitiva e social. Contudo, o momento atual é de profundo acirramento político no Brasil e no mundo, o que tem alavancado a defesa por uma neutralidade política no campo da Ciência e da Comunicação, como se ainda fosse preciso, como destaca Almeida (2020), explicar o óbvio, a inextricável relação entre esses campos e a política. A defesa da imparcialidade caminha pari passu com o fortalecimento de movimentos associados a pauta anti-vacina, aos negacionistas das mudanças climáticas e aos terraplanistas. A comunidade científica terá um longo caminho a percorrer para romper o distanciamento estabelecido historicamente com relação à sociedade. O encastelamento, que por séculos a ciência moderna desenvolveu, precisa ser questionado e os conhecimentos produzidos fora do ambiente acadêmico devem ser valorizados para que a sociedade seja compreendida como mais do que uma mera espectadora de uma Ciência instrutiva, ou seja, que não se colocou à disposição de dialogar com os anseios da população da qual faz parte (ALMEIDA, 2020).

Ainda sobre a pretensa neutralidade aplicada ao campo científico, Tilio-Neto (2008) buscou compreender à luz do Ecologismo dos Pobres, o papel do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima-IPCC na ecopolítica internacional e a existência ou não de neutralidade dos relatórios produzidos por este órgão. O autor defende que o plano global relacionados aos contextos regionais, ou locais, construído e apresentado nos relatórios do IPCC, parte de valores e estratégias presentes em cada agente envolvido na produção dos relatórios analisados, como explica:

Há algumas justificativas possíveis para essa ênfase na valoração crematística. Muitas vezes é mais fácil calcular os preços nesses termos e, assim, também pode ser mais simples compará-los. Também pode ser mais difícil atribuir valor utilizando formas de valoração não quantificáveis – por exemplo o valor histórico de Veneza, ameaçada pela elevação do nível do mar. Há ainda a dificuldade de saber exatamente quais os efeitos das mudanças climáticas, especialmente nos níveis regional e local; nesse caso é mais fácil ater-se a um nível mais facilmente apreensível (o global) e a um critério de mensuração talvez mais familiar (o econômico). E há a possibilidade de que essa preferência pela valoração crematística seja também para demonstrar, em uma linguagem comum e consagrada, o quanto é viável e desejável o desenvolvimento sustentável, que está intimamente ligado às respostas e às mudanças climáticas (TILIO-NETO, 2008, p.167).

O limite almejado no Acordo de Paris, negociado na Convenção COP21 em 2015, estipulou o ano de 2020 como pico de emissões de gases de efeito estufa (GEE), com posterior redução nos anos seguintes, em vista de manter o aquecimento global neste século abaixo dos 2 °C, a partir do comprometimento de todos os países signatários. É interessante observar que os cenários estudados para prever os possíveis efeitos do aquecimento global não consideram um cenário de pico posterior a 2020, pois, caso a redução de emissão de GEE seja preterida para além do período previsto, talvez não haja ponto de retorno. O codiretor do IPCC, Thomas Stocker, explica ao afirmar que a “Mitigação retardada, ou insuficiente, impossibilita limitar o aquecimento global permanentemente. À época, Thomas salientou que o ano de 2020 seria crucial para a definição das ambições globais sobre a redução das emissões. Se as emissões de CO2 continuarem a aumentar além dessa data, as metas mais ambiciosas de mitigação tornar-se-ão inatingíveis”¹⁵.

Infelizmente o cenário não desejável aparenta ser o mais provável. A ascensão de lideranças políticas ligadas à extrema direita, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, trazem novos contornos a geopolítica mundial, principalmente no que refere-se ao retrocesso com relação à implementação das medidas necessárias para atingir as metas estabelecidas no Acordo de Paris (BIZAWU & RODRIGUES, 2017). Os autores destacam as medidas protecionistas de Trump e a saída do Reino Unido da União Europeia como retrocessos que dificultarão, ainda mais, a superação da atual crise civilizatória, visto que:

Da mesma forma, a ausência da Grã-Bretanha no debate sobre o clima na Europa, pode dificultar a unidade, bem como a contraposição dos argumentos de outros estados-membros que defendem comprometimento menor e de forma mais lenta das metas de emissões de carbono. Assevera-se ainda que tais gestos possam estimular também, em certa medida, outros países a perderem interesse no Acordo, bem como tornar mais difícil as tratativas futuras quanto ao cumprimento das metas (BIZAWU & RODRIGUES, 2017, p253)

O retrocesso em uma série de ganhos civilizacionais tem estarecido movimentos sociais ao redor do mundo, em um cenário até então inimaginável, décadas atrás (SANTOS, 2019). Boaventura¹⁶ ao discutir os cenários futuros para

¹⁵ <https://www.ecodebate.com.br/2020/05/14/serao-as-proximas-pandemias-gestadas-na-amazonia-analise-de-luiz-marques-ifchunicamp/>

¹⁶ http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Boaventura_Para%20o%20futuro%20comecar_Publi co_11Maio2020.pdf

humanidade, ressalta sinais perturbadores de que, ainda que estejamos passando por um momento sem precedentes na história, como na pandemia ocasionada pelo vírus COVID-19, a elite empresarial não aparenta estar disposta a romper com a lógica de produção e consumo do modelo capitalista. Ao contrário, Santos destaca a manutenção de subsídios concedidos às indústrias e demais serviços que alimentam o modelo civilizatório responsável pela crise ambiental. Esse modelo é o responsável pelas emergências climáticas e como nos alerta Santos (2020), citando o relatório da Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecológicos (IPBES), caso esse padrão de desenvolvimento seja mantido, um cenário ainda mais caótico de catástrofes ambientais terá início e pandemias serão mais frequentes e letais. Santos (idem) sustenta que, apesar das oportunidades de reflexão e transformação que a pandemia tem possibilitado, as previsões não são boas, visto que o motor que sustenta as emergências climáticas continua sendo alimentado, seja pela lógica de subsídios e incentivos conferidos às indústrias e serviços, seja pela hegemonia do transporte individual e o consumo de energia fóssil.

O jornalista Leonardo Sakamoto em seu blog, no portal UOL, publicou uma reportagem intitulada “Irreversível, impacto da mudança climática será do tamanho de nossa “burrice”¹⁷ no qual destaca uma série de argumentações que defendem que a humanidade e seu modelo civilizatório provocaram mudanças climáticas irreversíveis que já estão em curso. Ele destaca que os 20 anos mais quentes, desde 1880, ocorreram nos últimos 22 anos, segundo a Organização Meteorológica Mundial, e que, ainda que medidas drásticas para mudar o rumo de desenvolvimento predatório hegemônico sejam tomadas, os impactos serão cada vez mais intensamente sentidos pela humanidade. Ou seja, acionamos uma locomotiva rumo a um precipício e, aparentemente, nada pode mudar seu curso, ou diminuir sua velocidade.

Sakamoto alerta para um mundo de refugiados ambientais que está prestes a se estabelecer visto que as mudanças climáticas têm provocado eventos climáticos extremos, desde desertificação em alguns locais, ao aumento do nível dos oceanos em outros. Essas mudanças têm prejudicado a produção de alimentos, ampliando um contexto de fome, de doenças e epidemias para boa parte da humanidade, que já vive em condições de extrema desigualdade social e ambiental. A disputa por recursos

¹⁷ <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/09/20/irreversivel-impacto-da-mudanca-climatica-sera-do-tamanho-de-nossa-burrice/>

naturais será cada vez maior, tensionando conflitos e tornando o planeta em um palco de guerra, onde a perda será imensa, muito além do que nossa capacidade imaginativa pode prever.

As queimadas na Austrália e as enchentes em Veneza, na Itália, intensificadas pelo aquecimento global¹⁸; as queimadas da floresta Amazônica no Dia do Fogo¹⁹, o rompimento das barragens de rejeitos em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais²⁰, permitidas e facilitadas pelo Estado colonialista brasileiro; o colapso humanitário durante a pandemia do corona vírus que no Brasil matou mais de 600.000 (seiscentas mil) pessoas e, no mundo, quase 15 milhões de pessoas, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde- OMS, decorrente da falência do sistema público de saúde mundial, em especial, nos países mais fragilizados democraticamente, compondo o contexto de crise denunciado por Sakamoto e que irá se intensificar caso não façamos todo o possível para desacelerar Jagrená.

Abordaremos mais detalhadamente algumas notícias recentes sobre catástrofes ambientais ocorridas no período entre 2019 e início de 2020, que englobam tanto impactos relacionados aos efeitos do aquecimento global, bem como impactos diretamente relacionados às ações humanas, como o desmatamento e a poluição por contaminantes. Em todo o caso, as catástrofes ambientais estão direta e indiretamente associadas ao modelo de civilização hegemônico, capitalista, patriarcal e colonialista

Vejamos a tragédia sem precedentes que a Austrália tem enfrentado. Segundo o site Nexo Jornal, desde setembro de 2019, incêndios de proporções históricas ocasionaram a morte de 19 pessoas e de meio bilhão de animais na Austrália²¹. O país iniciou 2020 com 100 mil pessoas desalojadas sob um céu vermelho. Nesse contexto devastador, foram registradas cenas terríveis que circularam o mundo, de bombeiros e a sociedade civil tentando salvar coals e outros animais, conformando uma tragédia que atravessou oceanos. O caos ambiental que a Austrália enfrenta tornou-se uma preocupação global, pois, assistir um país de dimensões continentais

¹⁸ <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/11/prefeito-de-veneza-atribui-inundacoes-mudanca-climaticas.html>

¹⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>

²⁰ <https://www.poder360.com.br/opiniao/mineracao-no-brasil-nos-tempos-coloniais-de-2021-por-neiva-aleixo-e-oliveira/>

²¹ Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/03/Por-que-a-Austr%C3%A1lia-enfrenta-uma-escalada-de-inc%C3%AAndios>

perder 8 milhões de hectares destruídos pelo fogo alarmou diversas nações, como um prelúdio do que pode vir a acontecer caso nada seja feito para conter as mudanças climáticas em um contexto global.

No mesmo site de notícias explica-se que é típico ocorrer incêndios no verão australiano e que a vegetação é adaptada a esse fenômeno. Porém, em 2019, a temperatura alcançou seu nível mais elevado desde o início do século XX, quando os primeiros registros foram realizados. Segundo pesquisadores, esse contexto de calor intenso, somado a seca e ventos intensificados pelas mudanças climáticas, confluíram de forma inédita para uma das temporadas de fogo mais intensa e prolongada. A reportagem também ressalta dois fenômenos inéditos resultantes das mudanças climáticas: o primeiro refere-se à temperaturas recordes no país, que ocorreram por dois dias seguidos, sendo 40,8°C no dia 17 de dezembro de 2019 e 41,8°C no dia seguinte. O segundo fenômeno diz respeito a uma série de três invernos seguidos com índices de chuva baixos e que acarretaram uma seca intensa e prolongada no país, o que se associa diretamente aos incêndios que assolaram o país às alterações climáticas, ainda que não se descarte que alguns dos focos de incêndio possam ter sido ocasionados por ação humana. Por fim, a matéria informa que no dia 02 de dezembro de 2020, o primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison, declarou em uma coletiva que as autoridades do país estariam fazendo “absolutamente todos os esforços” para conter os incêndios. Contudo, existem críticas ao governo em vista do que poderia e deveria ter sido feito para conter a situação. A crítica principal refere-se à falta de investimento do governo de Scott Morrison em políticas públicas voltadas às questões climáticas, que, em contrapartida, concedeu subsídios ao setor empresarial envolvido com atividade poluentes, como a indústria de carvão. Segundo o site, o primeiro-ministro, no início de 2019, em plena temporada de incêndios, negou que mudaria as políticas do país, o que pode ser interpretado como uma negação do gestor público sobre a relação entre a temporada de incêndios com as mudanças climáticas. Recentemente, diante das intensas críticas por parte da população australiana e de vários outros países, o primeiro-ministro, por fim, reconheceu publicamente a relação direta entre a catástrofe ambiental no país e as mudanças climáticas e se comprometeu a tomar as ações necessárias para enfrentar a questão.

A extensão das queimadas na Austrália atingiu, até o dia 03 de dezembro de 2019, 58 mil km² de extensão e diante da complexidade e gravidade da questão, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e os ministros do Meio Ambiente e da Casa Civil,

respectivamente, Ricardo Salles e Onyx Lorenzoni, publicamente compararam a tragédia em curso na Austrália às queimadas criminosas que ocorreram na Amazônia em 2019²². Na Amazônia, a área estimada destruída pelos incêndios foi de cerca de 9.000 km² e, sem embasamento teórico, as autoridades brasileiras resolveram associar as duas tragédias, como se fossem ambas cíclicas e semelhantes. Os gestores brasileiros também questionaram figuras públicas que denunciaram a destruição da floresta Amazônica, como a jovem ativista ambiental, Greta Thunberg, e o presidente da França, Emmanuel Macron, sobre o porquê de não se posicionarem com tanto empenho em relação ao que ocorreu na Austrália. Além disso, buscaram amenizar a tragédia ambiental na floresta Amazônica, alegando que o fenômeno foi de menor extensão em relação à tragédia que ocorreu na Austrália, ocultando que no Brasil os incêndios foram provocados intencionalmente, como iremos detalhar.

O dia 10 de agosto de 2019 foi considerado como o “Dia do Fogo” como relata o site da BBC²³, pois, houve um conluio de produtores rurais provenientes da região Norte, que, de forma criminosa e organizada, incendiaram trechos da floresta Amazônica para conseguir, segundo os líderes desse movimento, expandir áreas de pastagens. Mesmo com uma denúncia direcionada ao IBAMA, realizada oito dias antes da queimada acontecer, o instituto só respondeu ao Ministério Público Federal - MPF - dois dias depois do incêndio, em larga escala, ter iniciado. Finalmente, quando representantes do IBAMA solicitaram apoio à Força Nacional para conter os incêndios, não houve resposta do órgão e a articulação foi sem sucesso. Alguns agentes do IBAMA relataram sofrer ameaças de morte, o que conformou um cenário de completa ineficácia na tomada de decisão para proteção da floresta. A BBC destaca que o movimento organizado para incendiar trechos da floresta, que buscou atender os interesses do setor fundiário, pode ter contado com centenas de pessoas, o que torna a culpabilização pelo ocorrido muito difícil, visto a extensão dos territórios em questão. Assim, apesar de ter sido realizada uma denúncia no dia 5 de agosto, publicada pelo jornal paraense Folha do Progresso, da cidade de Novo Progresso, relatando o diálogo realizado entre produtores rurais, em que foi combinado provocar incêndios florestais no “Dia do Fogo”, nada foi feito.

²² <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/01/10/bolsonaro-ministros-incendios-australia/>

²³ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>

Importante destacar que em agosto de 2019, de acordo com o site de notícias g1 pertencente a empresa Globo²⁴, o então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE, o físico Ricardo Galvão, foi atacado publicamente pelo presidente após divulgar dados alarmantes sobre o desmatamento da Amazônia, apontando uma intensificação desse processo nos últimos meses. O presidente do Brasil insinuou que o INPE, órgão responsável por monitorar a Amazônia, estaria, sob a gestão de Ricardo Galvão, divulgando dados falsos para favorecer a atuação de organizações não governamentais em território brasileiro. Também foi afirmado que essas informações estariam sendo divulgadas para prejudicar a imagem do Brasil no exterior. Ricardo Galvão defendeu o instituto e afirmou que o sistema utilizado é reconhecido internacionalmente e criticou a postura do presidente, afirmando que “Ele tem um comportamento como se estivesse falando em botequim. Ele fez acusações indevidas a pessoas do mais alto nível da ciência brasileira. Não estou dizendo só eu, mas muitas outras pessoas”. Após o embate, Ricardo Galvão foi exonerado, o que comoveu e preocupou ambientalistas e cientistas do Brasil e do mundo. Ricardo Galvão, após esse episódio de manipulação de dados e de abuso de poder, continuou sua atuação como cientista militante, denunciando o que ocorreu no Brasil e em dezembro de 2019, foi selecionado como um dos 10 cientistas referência da área para o “*Nature’s 10*”, importante premiação que seleciona os especialistas de maior destaque para a ciência, na revista de grande renome internacional, *Nature*²⁵.

Outro importante exemplo de catástrofe ambiental, associada aos efeitos das mudanças climáticas, refere-se ao que ocorreu em Veneza, na Itália, em novembro de 2019, quando o prefeito da cidade, Luigi Brugnaro, declarou estado de emergência devido a pior cheia ocorrida nos últimos 50 anos²⁶. As águas subiram quase 2 metros, resultando em uma forte inundação que atingiu cerca de 90% da cidade, o que infelizmente provocou a morte de alguns habitantes e danificou monumentos históricos, lojas e casas, tornando esse episódio custoso e dramático para população. O prefeito de Veneza afirmou que moradores e lojistas receberiam uma indenização pelas perdas. Nos sites de notícia era possível assistir vídeos e observar fotos em que turistas tiravam fotos com águas até o joelho, enquanto os moradores viviam um pesadelo, com

²⁴ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/02/apos-embate-com-bolsonaro-sobre-desmatamento-diretor-do-inpe-anuncia-exoneracao.ghtml>

²⁵ <https://oglobo.globo.com/sociedade/ex-presidente-do-inpe-ricardo-galvao-escolhido-um-dos-dez-cientistas-do-ano-pela-nature-24136053>

²⁶ <https://veja.abril.com.br/ciencia/inundacao-em-veneza-e-incendio-na-australia-efeitos-da-mudanca-climatica/>

questionamentos sobre o futuro da cidade. Afinal, será que Veneza permanecerá existindo caso haja intensificação dos efeitos das mudanças climáticas?

Entender a complexidade que envolve cada contexto, tanto as fragilidades, como as envergaduras que mantêm os territórios frente as tragédias ambientais, é fundamental para que alternativas sejam pensadas. Além da esfera local, é necessário compreender as conexões entre territórios vizinhos, visto que, como Alvarez e Bragança (2018) ressaltam, os efeitos das mudanças climáticas não atingem os territórios a partir de suas fronteiras político administrativas. Alguns impactos, de grande proporção, atingem até mesmo países em continentes diferentes, como os incêndios que têm atingido a Austrália, cuja fumaça resultante das queimadas cruzou o Oceano Pacífico e cobriu parte da Argentina, Chile e Brasil. Em imagens de satélite publicadas pelo INPE, é possível identificar a fumaça cobrindo parte do Rio Grande do Sul, tornando o céu mais avermelhado no pôr do sol²⁷ e segundo a Agência Espacial Norte-Americana – Nasa - é provável que a fumaça complete uma volta na Terra e retorne para Austrália novamente²⁸.

Os incêndios na Austrália são fenômenos típicos dos ecossistemas da região, que queimam de tempos em tempos, o que ocorre também com as florestas costeiras da Califórnia e o Cerrado Brasileiro²⁹. A reportagem publicada no site da BBC³⁰ destaca como os povos originários da Austrália, desde o período anterior à sua colonização pelos europeus, praticavam técnicas de manejo de fogo, as chamadas “queimadas frias”. As queimadas frias constituem uma técnica tradicional que era posta em prática continuamente pelo povo d'harawal, para que fosse possível, segundo a professora de cultura Aborígine na Universidade de Tecnologia de Sydney (UTS) e a guardiã do conhecimento do povo d'harawal, Shannon Foster, atrair marsupiais e mamíferos para a caça; reestabelecer a terra e promover a biodiversidade, visto que as cinzas fertilizam o solo com potássio e promovem a floração; auxiliar o surgimento de um mosaico de vegetação e de microclimas e incentivar a formação de chuvas, visto que, até um nível atmosférico, estimado tradicionalmente pelos povos aborígenes, o aquecimento do ar se choca com o ar frio, resultando na condensação da água e conseqüentemente a chuva.

²⁷ <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/07/fumaca-de-incendios-da-australia-chega-ao-brasil-veja-imagem.ghtml>

²⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51105476>

²⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51011491>

³⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51089027>

Shannon Foster reforça que as queimadas frias são técnicas tradicionais que se inserem em um complexo ciclo "baseado no conhecimento cultural, espiritual e científico" e que têm sido historicamente combatidas, sendo substituídas por queimadas controladas, utilizadas para reduzir os riscos, o que segundo Foster não tem funcionado, pois, não levam em consideração o saber local. Os aborígenes mais antigos da família de Foster já haviam alertado para o perigo de grandes incêndios que estavam por vir, principalmente pelo mato alto e pela presença de gravetos extremamente secos. Assim, apesar da importância do saber tradicional na manutenção do ecossistema local, a gravidade dos incêndios impossibilitou que as técnicas tradicionais pudessem contribuir para uma resposta adequada. Foster afirma que o interesse principal dela e do povo d'harawal, do qual faz parte, não é que mais terra queime para atender outros interesses, como os fundiários, mas, sim, que seja possível cuidar da terra. Para ela, o ideal é que o saber tradicional fosse articulado com as queimadas de redução de risco, mas o fator limitador é que esse tipo de controle só tem efeito em incêndios de escala moderada.

Ao final da entrevista, Foster ressalta que diante das condições que se apresentaram, com pouca umidade e ventos fortes, nada poderia ter sido feito para evitar a tragédia que se alastrou pelo país. Ainda na mesma reportagem, Richard Thornton, CEO do Centro de Pesquisa Cooperativa *Bushfire and Natural Hazards*, destaca que os grupos que utilizam técnicas de queimadas tradicionais têm como desafio uma realidade com condições muito diferentes do passado, principalmente pelas mudanças climáticas. Thornton reforça como fundamental o diálogo com os grupos tradicionais, incluindo os indígenas mais antigos em cada região e lamenta que o conselho do centro nacional de pesquisa de incêndios florestais, que administra, não possui nenhuma cadeira ocupada por representantes desses grupos.

As tragédias no Brasil e na Austrália possuem semelhanças, porém, segundo o biólogo Alexander Lees, professor na *Manchester Metropolitan University*, as diferenças são preponderantes. Como principal semelhança o pesquisador ressalta que a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas tornaram cada vez piores os incêndios nessas áreas. Como principal diferença o pesquisador ressaltou que os incêndios na Austrália fazem parte de um ciclo natural, já na Amazônia, só ocorrem caso haja interferência humana, pois, como a floresta é úmida, ela não queima naturalmente. Além disso, segundo Alexander Lees, as temperaturas no Brasil foram típicas, diferentemente do que ocorreu na Austrália. Além disso, consideramos que as

semelhanças entre as duas realidades sejam principalmente no plano político, visto que, assim como o primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, o presidente do Brasil adota uma perspectiva negacionista frente às mudanças climáticas.

Porto-Gonçalves (2012), traz importantes apontamentos sobre o quanto análises mal formuladas sobre escalas podem ser politicamente improdutivas. O autor destaca que problemas ambientais de escala global, como as mudanças climáticas, têm sido alvo de discussão e ocupado relevante espaço no cenário internacional, mas, que iluminar apenas questões globais e deixar às margens processos e agentes mais identificáveis, numa escala local, seria um equívoco. Dentre os vários exemplos dados por Porto-Gonçalves (2012) sobre fenômenos relacionados às características políticas e econômicas locais e que, não são devidamente dimensionados, destacamos a equivocada relação causal entre o aquecimento global e a mudança climática regional no sudeste do Pará. O autor destaca aspectos locais, que dimensionam devidamente a problemática socioambiental da região “onde é grande o desmatamento e opera o complexo de violência e devastação que une a exploração madeireira à fabricação de ferro gusa (...)” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 23). Nesse exemplo, a mudança climática na região se associa ao desmatamento intenso local, para atender interesses empresariais. Associar as mudanças climáticas da região sudeste do Pará a fenômenos climáticos globais desloca responsabilidades e ações locais, que, sem a devida análise, tornam a discussão etérea, dificultando que mecanismos de enfrentamento ao problema possam ser devidamente acionados. Esse parece ser o objetivo do atual presidente do Brasil, ao comparar os incêndios na Amazônia com o da Austrália.

Assim, além do enfrentamento necessário com relação ao favorecimento de setores industriais pelos tomadores de decisão, em âmbito nacional e global, faz-se necessário análises que abarquem as múltiplas escalas envolvidas no que compreendemos como as emergências climáticas. Dessa forma, ainda que relatórios como IPCC defendam uma postura de neutralidade baseado em fatos científicos, uma leitura crítica sobre o documento revela elementos que reforçam a perspectiva econômica acima de todos os interesses, atrelada a cosmovisão dos tomadores de decisão e daqueles que participam de sua elaboração (TILIO-NETO, 2010). Com isso o IPCC talvez não sirva para dar respostas às mudanças climáticas; talvez, em algumas situações, ele chegue até mesmo a agravar essas mudanças” (TILIO-NETO, 2010, p.178).

A modernidade reflexiva seria o “o eterno retorno do mesmo?” (LEFF, 2016, p.299). Ao que tudo indica, sim. Após a catástrofe do dia do Fogo em 2019, a Amazônia voltou a ganhar o cenário internacional, visto que foi registrado um aumento de 61% de queimadas na Amazônia brasileira em setembro de 2020, em relação à 2019 e triplicou os incêndios no pantanal no mesmo período³¹.

Nesse contexto de caos as notícias que transitam, principalmente pelas redes sociais, têm um papel de grande relevância na disputa epistemológica no campo das questões ambientais. Existe uma preocupação por parte da elite global formada por ultra ricos, que controlam a mídia *mainstream* para manutenção do *status quo*, enquanto se articulam para planejar o futuro sob condições adversas, de modo que mantenham seus privilégios e consigam de alguma forma escapar ao custo dos impactos já em curso sobre a humanidade.

O que para muitos é considerado como teoria da conspiração, é relatado pelo teórico inglês Douglas Mark Rushkoff³² como movimento real, tanto é que foi convidado por essa elite global a palestrar sobre o futuro. Rushkoff é um dos principais teóricos sobre meios de comunicação em um contexto de crise civilizatória e tem como foco principal discutir o papel da tecnologia nesse período tão desafiador para a humanidade. Em entrevista ao site “outras palavras”, Rushkoff relatou ter palestrado para um grupo de ultra ricos que seria formado por um grupo de cem banqueiros de investimento, recebendo um valor expressivo para falar sobre o futuro da tecnologia. Porém, foi surpreendido por um grupo de cinco ultra ricos que prepararam uma série de perguntas e uma delas tomou a maior parte do tempo junto a Rushkoff: “Como faço para manter a autoridade sobre minha força de segurança após “o evento”?”

Rushkoff ao longo da discussão percebeu que a preocupação daquele pequeno e seletivo grupo não era tornar o planeta em um lugar melhor para humanidade, mas, sim, descobrir como a tecnologia os ajudaria a escapar e manter o poder após “o evento”. O evento significava o ápice do caos no mundo, com a confluência de todos os impactos gerados pelas emergências climáticas, com a formação de uma legião de refugiados ambientais que precisariam ser contidos. Nesse contexto, Rushkoff presume que, para esse seletivo grupo, a humanidade pode ser descartável e que achar a saída e deixar que todo o resto padeça em um mundo inabitável é um processo

³¹ <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/amaz%C3%B4nia-e-pantanal-em-chamas/vi-BB19C8j5>

³² <https://outraspalavras.net/sem-categoria/os-ultra-ricos-preparam-um-mundo-pos-humano/>

necessário, como passar de fase em um videogame: os melhores e mais poderosos continuarão.

Rushkoff finaliza sua entrevista destacando o que ele chama de ortodoxia tecnosolucionista, perspectiva que deposita na tecnologia a solução para o futuro da humanidade e permeia o imaginário popular com a ideia de que se inserirmos nossa consciência em um computador daremos um salto evolutivo. Aqui, a tecnologia é tida como sucessora da humanidade na evolução. Contudo, esse pensamento não é compartilhado com o grupo de ultra ricos que estão, segundo Rushkoff, convencidos de que foram longe demais e que já aceitam a perspectiva de que, apesar de todo o poder e dinheiro que possuem, nada poderá conter o “evento”. Rushkoff conclui afirmando que o “ser humano não tem a ver com sobrevivência, ou saída individual. É um esporte coletivo. Seja qual for o futuro dos humanos, será de todos nós”.

Longe de compreendermos esse esporte coletivo, que corresponde as relações e interações entre os seres humanos e que nos torna seres sociais, após um longo período de monocultura de saber promovido pela ciência moderna, vivemos sob a égide do individualismo, vinculado ao paradigma positivista, com sérias dificuldades de desvelar as conexões complexas imbricadas nas problemáticas sociais que se foram desenvolvendo. E, assim como Morin (1995), nos perguntamos, será que essa aventura é nosso único devir possível?

2.3- Economia Verde, política de abacate e *greenwashing*: o engodo do desenvolvimento sustentável entrincheirando o presente entre o passado e um futuro incerto

Nills Gilman, vice-presidente do Instituto Berggrum, localizado em Los Angeles ao analisar a emergência da questão ambiental, cunhou um termo para indicar que, apesar dos esforços para proteção das populações ante as problemáticas ambientais, *pari passu*, medidas poderosas excludentes podem ser capitaneadas pela extrema direita. O termo criado por Nills foi “Política de Abacate”, uma forma irônica DE evidenciar uma pretensa política voltada para questões socioambientais, ou seja, verde por fora, mas marrom por dentro (referência a cor oficial adotada pela milícia nazista e utilizada em seus uniformes).

Nills acredita que boa parte das políticas voltadas para emergência da questão ambiental se alinham a uma adaptação às mudanças climáticas que estão em curso,

que incluem desde a construção de paredões para conter a maré alta, como também para conter refugiados climáticos.

A adaptação a crise é característica da sociedade moderna em suas origens. A acumulação primitiva, que se constituiu no germe do capitalismo, inaugurou o mau uso dos solos em escalas sem precedentes históricos, o que acarretou a formação de uma legião de camponeses empobrecidos pela usurpação de suas terras (FOSTER, 2005). A exaustão dos solos, ainda que não fosse global, preocupou a população da Europa e dos Estados Unidos no século XIX, que diante das tentativas fracassadas de recuperação dos solos, empenharam-se em uma ideia tão fracassada quanto a tentativa de criar paredões para conter o aumento do nível dos oceanos, sem, no entanto, reduzir as emissões de CO₂. A ideia empreendia na Inglaterra, em 1835, para manter os padrões de produção e fertilizar o solo, foi importar guano peruano, considerado um fertilizante natural (idem, 2005). A corrida pelo guano estimulou que os Estados Unidos, no período entre 1856 e 1903, diante do monopólio inglês sobre o guano peruano, se apossassem de 94 ilhas, rochas e arrecifes pelo globo, em busca de quantidades suficientes de fertilizantes para seus solos, por meio do decreto *Guano Islands* (idem, 2005). Assim como os paredões de concreto não serão suficientes para conter o aumento do nível do mar, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, a fertilização por guano foi um fracasso.

O contexto trazido por Nills Gilman³³ (2020), nos remete ao fenômeno estudado por Hanna Arendt (1999), em a banalidade do mal, que afirma que o mal é favorecido pela baixa capacidade de problematização de nossas ações individuais e coletivas sobre a sociedade, principalmente, no contexto da modernidade. A política de abacate pode, em um contexto de graves alterações climáticas, agudizar ainda mais a crise epistêmica e fortalecer grupos de extrema direita autorizando programas políticos cruéis e autoritários. Por fora, a cor verde implica uma falsa aderência às necessidades populacionais, por dentro de suas políticas, uma proposta que rompe com a segurança alimentar de todas as camadas mais empobrecidas.

Assim, as mudanças por vir podem abarcar medidas que englobem a desaceleração da economia, bem como a defesa de genocídios. Nilss salienta, por exemplo, que o movimento ambientalista alemão foi inaugurado com o lema anti-urbano. Buscava-se a pureza ao trabalhar na terra e no solo, em oposição a cidade,

³³ <https://thebreakthrough.org/journal/no-12-winter-2020/avocado-politics#fn-11>

considerada como um local transgressor de miscigenação, uma região do pecado, como explica Gilman³⁴:

Eugenics was, of course, a common feature of politics in the transatlantic world in the early 20th century. But the early German environmental movement also had other features that are not irrelevant to the prospects for Avocado Politics: notably, its pronounced anti-urban bias. In Germany, cultural environmentalism took the form of Wandervögel (“hiking birds” or “birds of passage”) clubs, whose primary organizational focus was hiking expeditions and nature preservation but that were also motivated by a twin contempt for modernity and a romantic conception of the nation’s agrarian past. Purity lay in traversing the land and in working the soil, whereas the city was the site of sin, including the primal transgression of race mixing and miscegenation.

No artigo intitulado Fascist Ecology: The “Green Wing” of the Nazi Party and its Historical Antecedents/ Ecologia Fascista: A “Ala Verde” do Partido Nazista e seus antecedentes históricos, o autor Peter Staundenmaier (2011) destaca um dos lemas da ala verde nazista, que proclamava que a “unidade de sangue e solo deve ser restaurada”. O autor explica que o lema se referia a uma conexão quase mística entre o sangue (raça) e o solo (o ambiente natural) que denotava uma reivindicação racista de exclusividade do solo alemão considerado sagrado à raça alemã. Para Staudenmaier a perspectiva de ruralização da Alemanha e da Europa capitaneada pela ala verde nazista conquistou adeptos junto aos camponeses no início da década de 1930. O idealizador do lema sobre a Unidade de Sangue e Solo, Richard Walther Darré, foi um dos principais teóricos raciais do nazismo e ocupou, entre 1933 e 1942, o cargo de líder camponês e de ministro da agricultura do Reich. Staudenmaier destaca uma das declarações proferidas por Darré, em que o teórico nazista explica que o conceito de sangue e solo confere um direito moral ao povo alemão para retomar terras do Oriente, tanto quanto for necessário em nome do equilíbrio da raça alemã e o espaço geopolítico. *“The concept of Blood and Soil gives us the moral right to take back as much land in the East as is necessary to establish a harmony between the body of our Volk and the geopolitical space”* (STAUNDENMAIER, 2011, p. 32).

Gilman, na mesma matéria citada acima, explica que os nazistas eram reconhecidos como pró-ambiente principalmente devido a criação de políticas na área ambiental, consideradas inovadoras no período analisado, como a implementação de uma legislação florestal e o método de agricultura orgânica em larga escala instituída

³⁴ <https://thebreakthrough.org/journal/no-12-winter-2020/avocado-politics#fn-11>

sob responsabilidade do Ministro da Agricultura do terceiro Reich. A visão nazista de meio ambiente tinha como base teórica o malthusianismo, o que orientou uma visão de recursos naturais limitados e que deveriam ser conservados para a “raça alemã”. A teoria malthusiana associa o crescimento aritmético da população à insustentabilidade no uso dos recursos naturais, visto que são limitados e, por isso, insuficientes para todos. Essa perspectiva desconsidera os impactos negativos decorrentes do padrão hegemônico de produção agrícola e da cisão entre a cidade e o campo, responsáveis pela crise ecológica, e da agricultura no modelo de desenvolvimento capitalista. Segundo a FAO (2012), a produção global de alimentos é suficiente para a população mundial. Porém, apesar da notável produção agrícola em escala mundial, 868 milhões de pessoas sofrem com desnutrição e dois bilhões de pessoas são afetadas por deficiência nutricional, o que coloca em tela que a segurança alimentar não se restringe a maior, ou menor, produção de alimentos, mas, sim, no que é cultivado e como essa produção é distribuída.

Tal perspectiva etnocêntrica e a-histórica da ala verde do partido nazista alicerçou sob o pretexto da conservação ambiental, genocídios de outros povos considerados inferiores, como salienta Gilman *“it was about “conserving” it - specifically, for the use of white people”*, a conservação era sobretudo, conservar os recursos naturais para pessoas brancas. Segundo o autor, os nazistas relacionavam os impactos ao meio ambiente à influência de raças consideradas inferiores, que deveriam ser, portanto, eliminadas.

O atual presidente do Brasil, apresenta um histórico de atuação abertamente racista, colonialista e machista, análise que pode ser realizada facilmente em muitos dos seus discursos e também na sua gestão, atuando no desmonte de políticas públicas, de direitos dos povos e comunidades tradicionais, das mulheres e dos grupos racializados. Tommaselli (2020), ao analisar a Necropolítica e o Racismo do governo Bolsonaro ressalta como as tensões raciais têm sido aprofundadas sob a atual gestão. O autor destaca as falas racistas em que Bolsonaro comparou quilombolas à animais em um discurso proferido no Clube Hebraico no Rio de Janeiro, antes de sua posse em 2018. No evento, o então deputado federal afirmou que se fosse eleito, não destinaria recursos para ONGs, que não permitiria que nem um centímetro fosse demarcado a favor de reservas indígenas e quilombolas e complementou sua fala racista e colonialista ressaltando que: "Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. [...] Eu fui num

quilombo, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles"³⁵.

Bolsonaro utilizou da mesma forma um discurso racista na abertura da Assembleia-Geral da ONU, no dia 22 de setembro de 2020, ao afirmar que os incêndios na Amazônia e no Pantanal eram associados à queima realizada por caboclos e indígenas em seus roçados, sem apresentar nenhuma comprovação sobre tais afirmações³⁶. A culpabilização de comunidades tradicionais pela exaustão dos solos, e a abordagem baseada na teoria Malthusiana de que a produção de alimentos não acompanharia devidamente o crescimento populacional, reforçam no imaginário social a necessidade de uma modernização cada vez maior da agricultura para produção adequada de alimentos, como explica Maule-Filho:

A construção das fábulas que permeiam o imaginário sobre o modelo de exploração da agricultura apoiado nas dinâmicas do Agronegócio mundializado demanda um potente e concertado esforço de estratégias e ações de propaganda e marketing. Estas ações de propaganda e marketing utilizadas pelo establishment do Agronegócio mundializado se valem basicamente de duas plataformas para propagar o discurso que apregoa a superioridade e a infalibilidade da produção “agricultura moderna e precisa” lastreada na Agricultura de precisão e na ampla utilização de insumos agroquímicos. A primeira plataforma de divulgação se utiliza da estreita parceria que o *establishment* do Agronegócio, enquanto representante do poder hegemônico no campo, tem com os mais representativos grupos de mídia e de comunicação do país para promover campanhas publicitárias de caráter institucional, centradas em invencionices, ficções, sucessos inventados e fabulações (...) com o intuito de realçar ideologicamente e convencer o grande público de que a modalidade de exploração econômica das riquezas existentes no campo brasileiro pelo Agronegócio mundializado é a mais apropriada uma vez que esta proporciona, ao mesmo tempo, segurança alimentar, superávits para a balança comercial brasileira enquanto promove a sustentabilidade ambiental. A segunda plataforma de propaganda e marketing que corrobora para as fabulações do Agronegócio mundializado enquanto provedor da “agricultura moderna e precisa” e também como responsável pelo “Brasil que dá certo” (...) (MAULE-FILHO, 2018, p. 173-174).

Para o autor, as estratégias de propaganda e marketing buscam camuflar uma série de medidas socioambientalmente insustentáveis relacionadas ao agronegócio,

³⁵ <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>

³⁶ <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2139483-bolsonaro-diz-na-onu-que-queimadas-sao-provocadas-por-caboclos-e-indios>

e torná-las ações necessárias e positivas para a sociedade, com a alegação de que os riscos são todos previstos e passíveis de controle. Esse tipo de prática é caracterizada como *greenwashing*, um neologismo oriundo da língua inglesa (idem, 2018) que segundo Vidal de Sousa (2017), significaria, em português, algo como *lavagem verde*, o que para nós se assemelha a política de abacate discutida por Nills Gilman. Vidal de Sousa (idem, p.150), define o *greenwashing* como um termo que está:

(...) diretamente associado às ações de marketing feitas por governos, empresas ou organizações corporativas para enfatizar suas atividades com boas práticas ambientais, minimizando os impactos ambientais negativos da linha de produção ou valorizando indevidamente o produto ou mercadoria. Cria-se um modelo falso, que deturpa a realidade e promove o exagero, tudo para angariar benefícios ambientais de um produto.

Em pleno século XXI, assistimos teorias que pareciam ter sido superadas no passado se reestruturarem em mentes que pareciam estar abertas à um novo, positivo e necessário futuro. A teoria malthusiana é um exemplo disso. O agricultor James Anderson (1739-1808) em 1777, relacionadas à crescente divisão entre campo e cidade e à tentativa de relacionar diretamente a exaustão dos solos e a consequente queda na produção agrícola, ao aumento populacional. Para James, a questão central sobre a exaustão dos solos era o padrão hegemônico de produção agrícola capitalista que se expandia (FOSTER, 2005). Segundo Foster (2005), James associava a renda diferencial de produção dos solos ao uso histórico, e não a algo natural, ou exterior, ou fora do controle humano. Apesar de uma crítica contundente, por diversos autores, a teoria malthusiana se mantém na pauta do dia, como subterfúgio para que o agronegócio seja associado como solução a fome mundial, por meio da produção de “alimentos” em escalas cada vez maiores. Para Maule-Filho (2018), essa abordagem não passa de uma narrativa fabulosa que, baseada em uma suposta modernidade, com uso cada vez mais intensivo de pesticidas, maquinários e agrotóxico, vende um contexto de melhorias que não apresenta rebatimentos concretos na realidade, seja em indicadores positivos para saúde humana, para o bem-estar das populações e para o meio ambiente.

Esse modelo de agronegócio, industrializado e extensivo, subsidiado pelo Estado, conforma o que Mendonça (2013) define como complexo agroindustrial que,

baseado no trabalho precarizado e na exaustão dos solos tem, sobretudo, impactado de forma brutal comunidades tradicionais, como explica o autor:

As mudanças na legislação ambiental tiveram como objetivo permitir maior avanço do agronegócio, principalmente em áreas com acesso a infraestrutura, vastas bacias hidrográficas e biodiversidade, que coincidem com elementos que analisamos nos capítulos anteriores sobre a renda da terra. A difusão da ideia de crescimento econômico, que permanece na atualidade, serve para esconder a dimensão que a crise mundial toma no Brasil, que se expressa na concentração de capitais no campo e no movimento de capitais financeiros que migram para o setor de commodities. O resultado é a geração de uma bolha especulativa, que tem causado forte aumento no preço da terra, além de estimular fusões entre a oligarquia latifundista e grandes empresas nacionais e multinacionais. A lógica do agronegócio está baseada na superexploração do trabalho e da renda da terra. Portanto, comunidades camponesas, indígenas e quilombolas sofrem constante repressão. Somente a transformação do modo capitalista de produção seria capaz de superar as crises simultâneas no âmbito econômico, social e ambiental (2013, p. 205-206).

E assim, sobre o pretensível argumento de reduzir a fome no mundo, o complexo agroindustrial tem se expandido viabilizando a lucratividade de empresas, principalmente do setor de produtos químicos, como explica a pesquisadora Larissa Mies Bombardi, que é professora-doutora do Departamento de Geografia da USP³⁷. Bombardi destaca o Brasil como um dos países que mais consome agrotóxico do mundo e que a profunda concentração de terra no país tem possibilitado a forma como os solos brasileiros têm sido explorados. Para a pesquisadora, o caminho da segurança e soberania alimentar nos modelos de produção estabelecidos está em risco, indo na contramão do que realmente seria necessário para combater a insegurança alimentar no país.

Em outra importante reportagem concedida pela professora Larissa Bombardi, em colaboração com o professor Pablo Luiz Maia Nepomuceno, técnico do Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento – Depto. Geografia USP, em abril de 2020, os pesquisadores discutiram os Estados da Federação que se destacavam como principais focos da Covid-19 e as possíveis variáveis envolvidas neste rank. Um dado alarmante trazido pela pesquisa é que o vírus persiste nas fezes das pessoas infectadas, incluindo os assintomáticos. Para os autores, a pandemia expôs a desigualdade social brasileira, visto que apesar do país ser uma das maiores

³⁷ <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/09/estado-brasileiro-atende-interesses-do-latifundio-e-do-capital-internacional-diz-pesquisadora/>

economias do mundo, não oferece o mínimo à população, tanto no que se refere ao saneamento básico, quanto ao acesso a água potável, ou à reforma agrária. Essas, entre muitas outras lacunas, expõem a população mais empobrecida a um risco maior de contaminação pela Covid-19.

Outro ponto destacado foi o infeliz papel desempenhado pelo Brasil na economia internacionalizada. O país tem se tornado cada vez mais um mero exportador de *commodities*, incluindo minérios e produtos de origem animal, o que exige a produção de alimentos, principalmente grãos, em um território do tamanho da Alemanha. Mesmo com tamanha produção, como destaca a matéria, quinze pessoas morrem diariamente no Brasil devido a subnutrição. A reportagem encerra com um lembrete de que a pandemia não atinge a população de forma democrática, mas em especial os grupos subalternizados, excluídos de políticas públicas de saneamento básico, de coleta de esgoto e de tratamento de águas, sendo assim, mais suscetíveis a contaminação fecal-oral, detectada como possível para o Covid-19.

A pandemia decorrente do Covid 19 é um dos prenúncios de que estamos cada vez mais próximos do esgotamento da Modernidade em suas múltiplas dimensões. Apesar do discurso oficial sobre a pandemia assumir que por meio do progresso, o que inclui a vacina e outros adventos, voltaremos ao normal, Santos (2020) salienta que o suposto normal, para boa parte de população mundial, é viver a normalidade da exceção, ou seja, uma crise constante. Em consonância com Santos, Silva (2020) afirma que para os povos tradicionais o contexto de crise anterior a pandemia já era caótico, visto que esses grupos:

(...) lidam "com uma nefasta atuação política do atual governo federal brasileiro, uma necropolítica que os retiram direitos fundamentais e desmontam as políticas ambientais, destruindo os sistemas e os órgãos de fiscalização que buscam barrar o avanço do desmatamento no Brasil (2020, p.77).

As respostas às problemáticas ambientais têm se mostrado ineficazes, visto a complexidade cada vez maior das catástrofes em curso, e a incapacidade dos países em contornar os danos ambientais, de maneira célere e adequada. Além disso, existe uma parcela considerável da sociedade e da academia científica que compreende como natural a crise ambiental, como parte de um processo cíclico.

Um importante movimento global que busca colocar em evidência as emergências climáticas, teve origem em setembro de 2015, na reunião de líderes

mundiais na sede da ONU, em Nova York. Nesse encontro, foi decidido que seria preciso um plano de ação global, que incluísse os países “ricos”, com o intuito de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade para as sociedades. Esse plano resultou na criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que conta com 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS e 169 metas³⁸. OS ODS configuram a redefinição de uma agenda ampla que antes era representada pelos Objetivos do Milênio - ODM - com a promessa de superar lacunas, apesar dos resultados alcançados pelos ODM serem considerados bem-sucedidos. Um dos principais desafios que a agenda 2030 por meio dos ODS se propõe a superar é a superficialidade da proposta de desenvolvimento sustentável, que opera por *wishfull thinking* (algo como uma mera ilusão), focando na necessidade de envolvimento de todos (GUERRA & SCHMIDT, 2016). Para superar essa perspectiva ilusória, e de fato modificar o déficit resultante entre a pegada ecológica global e a biocapacidade do planeta, os ODS, assim como outras agendas globais, incluindo o Acordo de Paris, passaram a inserir, ainda que timidamente, discussões concernentes a necessidade de todos os países se comprometerem nesta empreitada. Dessa forma, o que tem sido proposto é que haja uma responsabilização proporcional de cada nação no agravamento das emergências climáticas e nas demais problemáticas globais abordadas nos diferentes ODS (idem, 2016). Assim, diferentemente dos ODM, que eram restritos aos países considerados “em desenvolvimento”, os ODS devem ser implementados por todos os países signatários, o que inclui os países ricos, fato que traz expectativas de uma maior efetividade nas aspirações consensuadas.

A construção da agenda 2030 buscou ser participativa, e contou com uma discussão ampla, que incluiu vários grupos sociais ao redor do mundo³⁹. Porém, apesar do lema “não deixar ninguém para trás” os países signatários da Agenda 2030 ocupam diferentes espaços de poder no contexto geopolítico. Um dos conceitos que expõe essa correlação de forças desigual é o de desenvolvimento sustentável. A despeito de críticas realizada por muitos pesquisadores e por movimentos sociais nas últimas décadas sobre a fragilidade do conceito e de sua aplicabilidade, ele se mantém, em sua perspectiva hegemônica, nos principais documentos voltados à questão ambiental. Essas questões ambientais apontam para metas consensuais,

³⁸ <http://www.agenda2030.com.br/>

³⁹ <https://gtagenda2030.org.br/quem-somos-2/>

sem, no entanto, esmiuçar os arranjos nacionais e internacionais da sociedade capitalista, promotores de injustiças, que precisam ser superados. Assim, apesar de uma pretensa abordagem em que nenhum país, ou grupo social, ficaria isento da responsabilidade de reunir todos os esforços possíveis para que os ODS sejam atingidos, a perspectiva de desenvolvimento sustentável predominante reduz as possibilidades de uma mudança estrutural necessária à uma real transição para um mundo mais justo e sustentável, como explicam Guerra & Scmhidt (2016, p. 159):

Se é fato que na origem da ideia de desenvolvimento sustentável está implícita a correção do modelo capitalista/produtivista (os limites do planeta não permitem o crescimento contínuo que as sociedades atuais permanentemente demandam), pouco se contribuiu para reverter, ou mesmo abrandar, o processo de dilapidação de recursos naturais.

Como salienta Enrique Leff (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável defendido no Relatório Brundtland (documento Nosso Futuro Comum desenvolvido pela ONU) em 1987, e o discurso referente a sustentabilidade não trazem elementos suficientes para explicar como o sistema econômico poderá internalizar as externalidades ambientais decorrentes do paradigma capitalista. Para Leff (idem), o conceito tem sido banalizado no sentido de viabilizar o crescimento econômico, via mecanismo de livre mercado. Para o autor as funções ecológicas do planeta estão sendo submetidas aos imperativos da globalização econômica, sob o disfarce da economia verde, como explica:

Este papel imposto à natureza e à cultura pela geopolítica do “desenvolvimento sustentável” sob o pretexto de reduzir emissões implica uma redução de seus potenciais naturais e culturais para a construção de economias sustentáveis alternativas e de outros mundos possíveis. Neste sentido, os povos indígenas vêm se posicionando perante a geopolítica do “desenvolvimento sustentável”, rejeitando-se a farsa e o disfarce de “economia verde” e afirmando seus imaginários sociais de sustentabilidade, fundados em suas cosmovisões, suas práticas e suas identidades culturais (LEFF, 2016, p.446).

Boff (2002) enfatiza as contradições existentes no conceito de sustentabilidade, que assim como o “desenvolvimento sustentável” pode expressar tanto uma perspectiva associada ao campo da biologia e da ecologia representando o equilíbrio e cooperação existentes nos ecossistemas e na biodiversidade, quanto a perspectiva dominante, alinhada ao sistema capitalista, que apregoa o individualismo e a competição. Para Boff, a perspectiva dominante “não integra, mas desgraça, não cria

equilíbrio, mas introduz continuamente desigualdades porque é montado sobre a concorrência (...). Não se deve, no contexto capitalista e neoliberal, usar a expressão desenvolvimento sustentável, pois se trata de uma contradição” (2002, p. 42).

A agenda 2030 avança em alguns pontos ao considerar por exemplo, dados estatísticos desagregados que permitem colocar em tela níveis nacionais e internacionais de desigualdade educacional e de renda, que atingem de forma mais perversa grupos subalternizados, incidindo negativamente sobre negros, mulheres e populações do campo (Figura 2). Contudo, apesar de constatar processos de exploração, o documento se isenta de uma crítica mais radical ao modelo capitalista e não se posiciona por uma outra economia, como a economia solidária e por novas formas de sociabilidade, que tragam concretude aos objetivos e metas propostas. Como promover de fato todos os objetivos propostos na agenda se, no objetivo 17, que trata de “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” se mantém uma lógica de benevolência dos países desenvolvidos em “apoiarem” voluntariamente os países em desenvolvimento (uma métrica colonialista) com recursos financeiros? O ODS 17 não incorpora de forma robusta uma crítica a própria dívida externa dos países expropriados há séculos e que além de serem espoliados, com o extermínio de seus povos, suas culturas e seus recursos naturais, ainda são considerados “devedores”, de uma dívida que nunca será possível de ser paga e que mantém esses países em uma relação de permanente subalternização e colonialidade, como destaca Gonçalves e Pomar (2000, p.28):

Se os países endividados exigissem uma reparação pelo sequestro e assassinato de milhões de indígenas e negros durante os séculos de escravidão, pelo roubo de terras, pelo saque das riquezas naturais, pelos desastres ecológicos, pelas guerras, pelos golpes militares, pelo lixo “cultural”, pela especulação financeira... a indenização a ser paga superaria em muito os 2 trilhões de dólares – quantia equivalente à dívida externa atual (2005) do mundo “em desenvolvimento” (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 28).

No Brasil, a dívida pública tem operado no sentido às avessas, visto que, ao invés de possibilitar o endividamento público para financiamento de serviços públicos, tem promovido o aumento da dívida privilegiando a transferência de recurso público para empresas privadas e bancos, em um processo chamado pela coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Fattorelli, de Sistema da Dívida⁴⁰. Segundo Dias

⁴⁰ <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

(2021), 40% do orçamento público brasileiro é direcionado ao pagamento de juros da dívida em detrimento aos gastos com políticas sociais. Para a autora, o mercado financeiro tem conquistado fatias importantes do orçamento estatal tornando o país cada vez mais dependente no contexto do imperialismo. Outro ponto destacado por Dias, diz respeito ao reconhecimento de que essa forma de expropriação da riqueza nacional para o rentismo internacional, acompanha o histórico das nações latino-americanas desde sua “inserção deficitária no capitalismo global” (DIAS, 2021, p.6). Nesse sentido, precisamos evidenciar a existência da linha abissal e superar a contraposição do “subdesenvolvimento do Sul com o desenvolvimento do Norte, como se tal circunstância fosse culpa de uma inabilidade natural dos países que se encontram no primeiro “estágio” (idem, p.56), em referência a narrativa de que existem países em fases mais avançadas, como se todo esse processo dependesse de um “esforço” para evoluir por parte de cada Estado-Nação.

Outro símbolo dessa perspectiva colonialista, está presente na meta 17.9, que versa sobre desenvolvimento de capacidades, e que se propõe a apoiar planos nacionais para implementação de todos os ODS, por meio da cooperação Norte → Sul, Sul → Sul e de forma triangular. No documento não aparece cooperação Sul → Norte. Esse contexto nos remete a importância das Epistemologias do Sul, para tensionar novas perspectivas no campo ambiental, ainda dominado por uma visão tecnocrática e conservacionista. Assim, apesar de alguns avanços terem sido conquistados, a Agenda 2030, bem como os relatórios do IPCC e demais documentos e planos produzidos em âmbito internacional, esbarram em limitações próprias do sistema capitalista, patriarcal e colonialista.

A implementação da Agenda 2030 no contexto político brasileiro se mostra ainda menos promissora, visto que, o atual governo trabalha frontalmente contra os grupos tradicionais, contra as mulheres, contra os grupos racializados e os mais empobrecidos. Porém, a despeito das lacunas da Agenda, bem como os desafios que envolvem sua implementação, a territorialização das metas globais, pode ser uma maneira de manter as pautas socioambientais no parlamento, dando fôlego para que movimentos sociais e instituições acadêmicas brasileiras se organizem, em vários níveis, principalmente no âmbito internacional, para superar o fascismo que tem nos dizimado (Figura 2).



Figura 02: Limites e possibilidades da Agenda 2030- Elaborado pela autora

O relatório Luz 2030⁴¹, lançado no dia 31/07/2020, construído por meio de parceria entre 51 organizações e redes da sociedade civil brasileira, colocou em tela o cenário desolador de retrocessos referentes aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em vista do contexto político atual do país. Foram denunciados o colapso da saúde, o agravamento dos problemas ambientais, o aumento da pobreza extrema e da violência. Os dados que já eram ruins antes da pandemia de Covid-19, com a crise sanitária se aprofundaram. O Relatório Luz colocou em tela o retrocesso em curso, ou como o Brasil está cada vez mais longe do “desenvolvimento sustentável”. Das 145 metas avaliadas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 60 metas foram compreendidas como em “retrocesso” e outras 26 em “ameaça”. Já 32 metas, foram classificadas como “estagnadas” e apenas 27 receberam o critério de “progresso insuficiente” e “progresso satisfatório”. Um dado preocupante foi que não foi possível acessar dados referentes à 18 metas.

O cenário crítico mundial e em especial o brasileiro, nos impele a refletir sobre o contexto de crise e se os riscos envolvidos se aprofundarão ao ponto de esgotar

⁴¹ <https://www.ecodebate.com.br/2020/08/04/relatorio-mostra-brasil-mais-longo-do-desenvolvimento-sustentavel/>

divergências e estimular o recrudescimento de egoísmos nacionais, como o fechamento de fronteiras (GUERRA & SCHMIDT, 2016, p.169).

Para Boaventura de Sousa Santos, a crítica ao modelo de racionalidade hegemônico, que ele compreende com a razão indolente, deve partir de três procedimentos sociológicos:

Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. Em vez de uma teoria geral, proponho uma teoria, ou um processo de tradução, capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis (SANTOS, 2002, p. 3).

A discussão proposta por Santos (2002) nos convoca a refletir sobre a contração do presente, entrincheirado entre o passado e o futuro. Devemos ter atenção nas limitações do futuro expandido, típico da modernidade, pois este tem sido um subterfúgio de uma série de ações que não são postas em prática no agora, na urgência em que deveriam ocorrer, e que são creditadas em um futuro cada vez mais arriscado e incerto. Será possível prorrogar a agenda 2030 para uma agenda 2050?

Em entrevista à Thorsen & Vandsø (2017) Bruno Latour reforçou o modo como esquecemos Gaia, em nossas fantasias como sociedade moderna, uma gaia que precisamos desesperadamente compreender, pois, ou nos acertamos com gaia, ou desaparecemos com ela. Gaia para Latour, corresponde a uma pequena zona, que o autor chama de zona crítica, formada por uma membrana que sobe quilômetros acima, desce quilômetros abaixo e que é responsável pelas características que permitem a vida na Terra. Latour⁴² acredita que a humanidade precisa pousar na Terra, e compreender essa pequena borda, essa zona crítica necessária para sua existência, para quem sabe, acionar as mudanças políticas e epistêmicas que permitam essa coexistência. Podemos nos espantar com essa proposta de Latour,

⁴² <http://www.bruno-latour.fr/node/838.html>

afinal, já não estamos na Terra? Para o autor, não estamos exatamente no mesmo planeta, existem interpretações diferenciadas sobre o que significa ser terreno. Uma dessas perspectivas tem sido extremamente deletéria e tem colocado em risco todas as outras formas de existir. Sobre isso que iremos discutir, como pousamos nessa Terra de maneiras tão diferentes e quais são leituras de mundo envolvidas nessas diferentes aterrisagens.

2.4- Implicações do Pensamento Abissal na Gestão Ambiental: Colonialismo institucionalizado

Apesar da ciência tradicional produzir conhecimento, seus saberes especializados alinhados à modernidade reflexiva, também produz ignorância, pois não discute adequadamente o processo de formação do conhecimento e suprime a influência das emoções e sentimentos na percepção da realidade, bem como ignora o componente alucinatório da percepção (MORIN, 2001) e a indistinguibilidade do erro e ilusão na experiência (MATURANA, 2009). Tais características, que fazem parte da dinâmica do conhecimento, têm sido reiteradamente desprezadas pela racionalidade moderna, que assume o pretensioso papel de produtora de verdades sobre o real, por meio da reificação/coisificação do mundo. A universalidade da ciência moderna está intrinsecamente relacionada à subalternização de outras cosmovisões, em um processo de epistemicídio, que suscita questionamentos sobre a real capacidade da racionalidade moderna se “ecologizar”, como adverte Leff:

Ante o avanço do aquecimento global e a falta de sinais positivos para gerir o risco ecológico a partir dos dispositivos instrumentalizados pela geopolítica do “desenvolvimento sustentável”- o Protocolo de Kioto, a economia verde, o mecanismo de desenvolvimento limpo - para governar e controlar a mudança climática, surge a abismal pergunta sobre a capacidade humana para responder a tempo, e com eficácia para deter a marcha acelerada do avanço rumo à insustentabilidade da vida (2016, p.294).

Diante dos sinais cada vez mais perturbadores sobre os limites da racionalidade moderna antiecológica, cabe compreender melhor as condições que implicam em nossas percepções e expectativas em relação aos riscos ecológicos que se avolumam, em especial os referentes à manutenção do padrão civilizatório da sociedade moderna, que parece se adaptar a cenários cada vez mais insustentáveis para o coletivo.

Maturana (2009) destaca duas atitudes com relação a capacidade do observador de conhecer a realidade, que para o autor, representam dois caminhos de relações humanas. A primeira seria não questionar a origem das capacidades do observador, o que estabeleceria uma relação de realidade existente independentemente do observador. Nesse contexto, o observador não se questiona sobre a origem de suas habilidades cognitivas, concebidas como propriedades constitutivas, que possibilitam acessar uma realidade pré-existente. Maturana (idem) conceitua esse caminho como “objetividade-sem-parênteses”. Para a compreensão do outro caminho, a “objetividade-entre-parênteses” o autor propõe uma reflexão, sobre erros, ilusões e equívocos, próprios do fenômeno do conhecer. Maturana (2009) explica que nas experiências, no conhecer, o observador não consegue distinguir a entre ilusão e percepção, verdade ou erro. Não que isso não seja discutido no contexto da dinâmica social, como ressalta o autor, mas a questão aqui, diz respeito a capacidade de fazer referência ao próprio processo de conhecer, aos processos que são desencadeados quando se distingue elementos da realidade.

Morin (1986) ao discutir o papel da percepção, relata uma situação em que, ao atravessar a rua, observou um acidente no cruzamento, ocasionado pelo fato de um carro avançar o sinal e atropelar um motociclista que estava passando pela pista no sinal verde. Ao se aproximar do motoqueiro para ajudá-lo e dar seu testemunho a favor da vítima, Morin foi surpreendido pela afirmação do motorista do carro, de que, quem avançou o sinal foi o motoqueiro. O autor relata ter ficado inseguro com relação ao que realmente viu, pois, se antes tinha certeza de ter visto o motociclista pilotando no sinal verde, após a fala do motorista do carro, que não foi desmentida pelo motoqueiro, constatou que sua percepção foi alvo do que o autor conceitua como componente alucinatório da percepção. Morin (idem) explica que é muito comum tais equívocos, visto que, a percepção é constantemente organizada em função de uma aparente racionalidade. No caso do atropelamento, fazia sentido para ele que o pequeno fosse atingido pelo grande. Em situações ainda mais flagrantes, como explica Morin (idem), em que um carro atropela um pedestre, ainda assim, as narrativas das testemunhas sobre o acidente conterão variações relacionada a uma série de questões, como o ângulo de visão do observador, o seu estado emocional, seus sentimentos, bem como a distinção de elementos que podem ser visíveis para um e invisíveis para outros.

O autor também menciona alguns experimentos realizados com crianças, para que observassem recipientes, um mais largo e baixo e outro mais estreito e alto, e apontassem qual deles era o mais volumoso. Morin explica que, por viverem em um meio em que a probabilidade de coisas mais altas sejam mais volumosas, as crianças inconscientemente adotavam uma estratégia de percepção econômica e associavam maior volume ao recipiente mais alto. Somente a partir de uma idade é que as crianças passam a considerar uma série de variáveis para avaliar questões como essa, já com a compreensão de que existem exceções as regras. Morin (idem) salienta que o componente alucinatório que influenciou a escolha das crianças pelo recipiente mais alto, apesar de ser mais estreito, não foi de natureza irracional e, sim, um princípio de racionalidade. Como bem destaca Morin: “não é somente a intrusão de um componente afetivo, ou mágico, que nos pode enganar nas nossas percepções, é também o funcionamento de um componente aparentemente lógico e racional (idem, p.25). O componente alucinatório pode deixar de ser racional dependendo da intensidade das emoções vividas, o que dificulta a compreensão das dimensões envolvidas na experiência. Assim, apesar de ter se preocupado com o motoqueiro no acidente, Morin explica que o fato de não ter implicação pessoal na colisão e pelos danos morais e físicos não terem sido tão grandes, ao conhecer outros aspectos relacionados ao que viu, pode rapidamente refletir e repensar suas percepções, mitigando o componente alucinatório inicial.

Partindo do princípio de que como seres vivos, não podemos fazer a distinção entre erro e percepção na experiência, Maturana (2009) alerta para o importante questionamento, que deve ser realizado pelas sociedades, sobre como os seres humanos configuram o mundo e como vive-se nele. Para o autor (idem), a impossibilidade de distinguir entre erro e percepção no conhecer das dinâmicas das relações sociais e não sociais, não pode ser uma condição desprezada. Tal condição, própria do conhecer humano, deve ser uma dimensão consciente de nosso viver, o que, segundo o autor (idem), coloca em tela a impossibilidade de fazer referência a uma realidade independente do observador. A não capacidade de distinguir erro e percepção no processo de formação do conhecimento, seria assim, um convite a uma “objetividade-entre-parênteses”.

Dar-se conta, ou não, dos processos envolvidos na formação de conhecimento, implica diferentes maneiras de se relacionar com o outro. Na objetividade sem parênteses, parte-se do princípio de que a realidade objetiva pode ser acessada,

conferindo aos observadores que “a acessam” a legitimidade da verdade, ignorando os componentes de equívoco, erro e ilusão, que compõem a percepção (MATURANA, 2009). O entendimento de que é possível o acesso privilegiado a verdade, desencadeia relações em que o outro deve obedecer e fazer o que é “correto”, ou, então, estará automaticamente equivocado. Nesse contexto, quando um grupo deslegitima outro, o faz alegando que a realidade o nega, pois, fora do que é considerado verdade, só existem equívocos (MATURANA, idem). Os motivos pelos quais se nega e deslegitima o outro, na objetividade-sem-parênteses, são explicados por uma realidade pré-existente, e exime os grupos que operam nessa racionalidade de seus desejos e epistemologias.

Na ‘objetividade-entre-parênteses’ a negação do outro se dá na esfera dos desejos, das epistemologias, sem que se justifique esse processo, via realidade ou meta verdade transcendental. Assim, Maturana destaca (2009) que nessa racionalidade, toda negação é responsável. Ainda, na “objetividade-entre-parênteses”, apesar das possíveis negações de grupos e sistemas, como governos totalitários, nega-se de forma responsável. Se não existe uma realidade pré-existente, Maturana (idem) alerta para o fato de não ser objetável, em um sentido transcendente, a legitimidade do outro. Então, caso seja feita uma objeção, é estritamente responsabilidade de quem a faz, que não é baseada em uma realidade objetiva e, sim, em desejos.

Sobre os dois caminhos explicativos apresentados, objetividade-sem-parêntese e “objetividade-entre-parênteses”, Maturana (2009), ressalta que as explicações científicas não as discriminam. Tanto a ciência, a tecnologia como a política, são profundamente afetadas pela hegemonia da objetividade-sem-parênteses, visto que, principalmente no que refere-se à ciência e a tecnologia, são consideradas como domínios de explicação com implicações úteis, “permitindo prever e controlar a natureza” (MATURANA, 2009, p.54). Já a política hegemônica é afetada por essa objetividade-sem-parênteses, quando defende como único conhecimento real, aquele que retroalimenta suas bases (Santos, 2019).

Os conhecimentos produzidos pela ciência tradicional logram êxito justamente por fazerem referência “exclusivamente às coerências operacionais do observador na configuração de um espaço de ações no qual certas operações do observador no âmbito experimental devem ser satisfeitas” (MATURANA, 2009, p.55). Dessa forma, a ciência tradicional não inclui outros domínios de realidades diferentes, que possuem

coerências operacionais igualmente legítimas e legitimadas por observadores na experiência.

A objetividade-sem-parênteses, ou a ideia de uma realidade pré-existente, em relação a experiência humana, se tornou hegemônica. O representacionismo tornou-se marco epistemológico da sociedade ocidental e, nessa abordagem, o conhecimento é proposto como um fenômeno baseado em representações mentais, de informações contidas no mundo, descobertas e sistematizadas por meio da ciência tradicional positivista. A hegemonia da perspectiva da objetividade-sem-parênteses possibilitou o avanço da cultura patriarcal, colonialista e do capitalista.

A ideia de um mundo com informações a serem extraídas, reforçou o processo de coisificação da relação seres humanos e mundo, no sentido da exploração da natureza e da própria sociedade (MORIN, 2001). As comunidades tradicionais, por sua íntima ligação com a natureza, acabam por serem associadas a ela e, assim, ainda mais suscetíveis a diversas formas de exploração e dominação. No marco epistemológico representacionista se conserva a perspectiva de separação entre o sujeito e o objeto, visto que, a sociedade ocidental, com seus avanços científicos e tecnológicos, está convencida de que é uma entidade separada da natureza, que corresponde uma realidade independente.

No prefácio do livro *Árvore do Conhecimento* (MATURANA, 2010), dos autores Humberto Maturana e Francisco Varela, o médico Humberto Mariotti, psicoterapeuta, e coordenador do Grupo de Estudos de Complexidade e Pensamento Sistêmico da Associação Palas Athena em São Paulo, destaca que da mesma forma como a sociedade constrói um conhecimento sobre o mundo, o mundo também constrói um conhecimento sobre a sociedade. Para ilustrar tal movimento de co-deriva, Mariotti cita uma metáfora, que diz assim “ não são só os timoneiros que dirigem os navios. O meio ambiente também pilota as embarcações, por meio das correntes marítimas, dos ventos, dos acidentes de percurso, das tempestades e assim por diante” (p.11). Contudo, Mariotti também ressalta que um giro epistemológico como esse é um processo muito desafiador para mentes condicionadas como as da sociedade moderna ocidental.

A “objetividade-entre-parênteses” obriga quem dela comunga, a sair da passividade, de ser um mero receptor de um mundo já pronto e traz à tona a responsabilidade de um mundo que se deseja criar. O giro epistemológico que envolve

sair da passividade não é um movimento trivial e, se pudesse ser ilustrado, se assemelharia a saída da caverna de Platão, ou da caverna da Modernidade.

Flusser (1985) faz uma alegoria sobre os pontos cegos da racionalidade moderna ao discutir as imagens como mediação entre o homem e o mundo. O autor propõe uma teoria sobre o fenômeno fotográfico e faz uma analogia desse processo com o paradigma moderno. Em ambos os processos, tanto no registro fotográfico como na epistemologia hegemônica, suplanta-se os aspectos ideológicos, políticos e econômicos que compõe o sistema que capta a imagem ou que pensa a realidade, como explica o autor:

O homem "existe", isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, entropõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é ser mapas do mundo, mas passam a ser biombo. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens (FLUSSER, 1985, p.7).

Sob esse olhar mecanicista, o ser, assim como uma máquina fotográfica, captaria imagens de um mundo pré-existente, a partir de seu hardware, que possibilitaria incorporar elementos da realidade. Sem que os aspectos referentes a máquina fotográfica sejam desvelados discutidos, bem como todo sistema que envolve esse tipo de atividade humana, a lente parece transparecer capturar elementos tal qual estão dispostos na realidade. Assim, ocorre na objetividade-sem-parênteses, em que os princípios que envolvem a metodologia adotada são suprimidos, conferindo a ilusão de que aquela operação é naturalmente a forma ideal de acessar aspectos da realidade. Essa racionalidade é bem interessante quando pensamos como a cultura ocidental moderna, por meio de seu sistema jurídico-político, suas instituições, sua ciência e tecnologia, também opera como uma máquina fotográfica, velando ideologias, manobras, projetos e estratégias de poder, que tencionam energias para manutenção do status quo.

Tal abordagem traz elementos para tentarmos compreender, como que, diante de catástrofes ambientais cada vez mais frequentes e intensas, boa parte da população nega a existência do processo de emergência climática. Por mais absurdo que seja negar a crise climática, convivemos em um planeta em que parte da população mundial acredita que leite achocolatado seja proveniente de vacas

marrons, para ser mais exata, 16 milhões de norte-americanos em 2017⁴³, e que muitos defendem o terraplanismo.

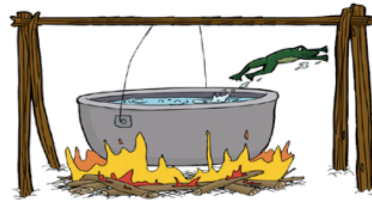
A tentativa de velar aquilo que transborda aos olhos, nos remete a uma situação relatada por Maturana (2009), que ocorreu entre 1987 e 1988, quando houve uma enchente em Santiago. O então Ministro de Obras Públicas, afirmava que tudo estava sob controle, quando, na verdade, o Rio Mapocho não parava de transbordar. O cotidiano mostrava ao povo, o contrário do que era divulgado e, nesse caso, nem tudo foi passível de controle pelo Estado. Para Maturana (2009), a cultura ocidental, está cega pela busca de controle sobre a natureza, e para isso, exclui e nega o outro. Nessa perspectiva epistemológica, o avanço do conhecimento objetiva ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de dominação, necessários para manutenção do *status quo*. As emergências climáticas se assemelham ao Rio Mapocho prestes a transbordar, ainda que o Estado minimize o risco e estimule a manutenção do *status quo*, ou do novo “normal”. O atual período de crise reforça a urgência de superação de uma lógica simplista, que concentra esforços no entendimento sobre os riscos que implicam manter o atual paradigma, sem, contudo, refletir justamente sobre a permissividade cultural da sociedade ocidental para com os riscos (LAYRARGUES, 2000). Para o autor, enfatizar a alfabetização do risco no sentido de aproximar a percepção do risco ao risco calculado, seria perpetrar a sociedade de risco, sob o cálculo de especialistas (idem, 2000). Contudo, a fé ainda depositada na ciência e tecnologia para adequação do capitalismo aos problemas ambientais, contribui para manutenção de problemas multidimensionais que não são passíveis de resolução sob um prisma tecnicista, que abstrai o tempo ecológico e social em nome de uma marcha rumo ao progresso (BRUGGER, 2004).

Ainda sobre os sentidos, existe uma fábula sobre um sapo dentro de uma panela cheia de água fria que vai sendo aquecida sem que o sapo reaja, até que a água ferve e ele morre cozido. Isto ilustra, de alguma forma, a normalidade da exceção proposta por Santos (2020) e o nível de permissividade ao risco pela sociedade moderna discutido por Layrargues (2000). Nesse conto, o sapo não morre por conta da água fervendo, mas pela sua capacidade de se ajustar ao aumento de temperatura, o que corresponderia a indistinguibilidade do erro e ilusão da percepção na

⁴³ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/06/16/milhoes-de-americanos-acham-que-leite-com-achocolatado-vem-de-vacas-marrons-diz-pesquisa.htm#:~:text=De%20onde%20v%C3%AAm%20os%20leites%20achocolatados%3F&text=A%20alta%20taxa%20de%20pessoas,de%20mil%20norte%20americanos%20adultos>.

experiência (MATURANA, 2009). No momento em que está insustentável se manter em um ambiente tão quente, o sapo já não possui forças para pular, visto que, despendeu toda sua energia na adaptação (Figura 03).

Seremos o sapo fervendo na
panela, esgotando toda a energia
nos adaptando ao caos?



**Está na hora
de mudar!**

Fonte: www.cpt.com.br

Figura 03: Crítica ao paradigma da adequação tecnológica. Elaborado pela autora a partir de imagens disponíveis no www.cpt.com.br

A atuação integrada entre ciência moderna e a tecnocracia, segundo Morin (2001) apesar de produzir conhecimento, também aprofundou a ignorância epistêmica. Ao que parece, as principais entidades ligadas à questão ambiental insistem em gastar energia na adaptação ao risco e não em mudanças estruturais ao sistema capitalista. As vertentes de governança ambiental baseadas no desenvolvimento sustentável, são associadas, como explica Zhouri (2008), ao paradigma da adequação tecnológica, que segue determinações do mercado na regulação sobre os níveis de degradação ambiental aceitáveis. Zhouri (idem) destaca que as perspectivas hegemônicas no processo de gestão ambiental, se eximem de discussões e proposições sobre as relações de poder existentes nos processos sociais. O paradigma da adequação tecnológica se alinha à perspectiva conservacionista, que tem foco na proteção do potencial produtivo dos ecossistemas, sem, contudo, associar adequadamente a relação causal das problemáticas ambientais com o modelo civilizatório em curso. Sob o pretense discurso presente no Estado, no setor privado e na academia científica, de preservar o meio ambiente, como se essa tratativa fosse consensual e todos os atores sociais afetassem o ambiente social e natural na mesma escala e medida, busca-se soterrar uma diversidade de interesses conflitantes (LAYRARGUES, 2000).

Para Layrargues (2000), a tecnocracia e seu tempo industrial, tensiona ideologicamente a resultante na correlação de forças nos processos de gestão

ambiental, no sentido de restrição de espaços democráticos de decisão e a favor da aceitabilidade de risco em nome do desenvolvimento. Já as perspectivas de gestão ambiental que buscam uma ruptura paradigmática, em vista de sociedades mais justas e sustentáveis, devem ter:

(..) para além do foco nas alternativas técnicas inseridas no âmbito dos objetivos do mercado, a consideração sobre a finalidade do empreendimento e das ações de conservação vis-à-vis os segmentos sociais beneficiados, os potenciais ecológicos de produção do lugar e as condições sociais e culturais das populações envolvidas etc. (ZHOURI, 2008, p.104).

Dessa forma, a governança ambiental contra hegemônica deve possuir o que Santos (2019) chama de vontade histórica, que possibilite denunciar a linha abissal que oprime e subalterniza, e que reivindique a validade e a valorização das epistemologias do Sul. Compreende-se neste trabalho como vertentes pós-abissais no campo da questão ambiental, aquelas cujos enunciados são frontalmente avessos às propostas do paradigma da adequação tecnológica, à luz das epistemologias do Sul, mesmo considerando as especificidades de cada tese, sendo: o ecologismo dos pobres (ALIER, 1992), os movimentos por justiça ambiental (ACSELRAD, 2009), o ecossocialismo (LOWY, 2013), a ecologia política (LEFF, 2003) e a educação ambiental crítica (LOUREIRO, 2004).

Santos (2020)⁴⁴ destaca como a linha abissal tem sido ampliada na atual conjuntura, visto que os processos de subalternização têm recrudescido e incluído mais grupos. Como exemplo, Santos (idem) salienta a ausência de políticas públicas específicas para populações indígenas, e demais grupos historicamente preteridos, alvos de assimetrias no acesso a uma série de direitos, incluindo o direito à vida.

Um exemplo clássico e extremamente repugnante de racismo ambiental, foi a revelação do Memorando Summers em 2011, em que Lawrence Summers, economista chefe do Banco Mundial, apresentou um documento contendo várias razões para que empresas altamente poluentes, fossem exportadas aos países em desenvolvimento. As três razões elencadas por Summers para que países considerados periféricos fossem o destino prioritário de ramos industriais poluentes foram:

⁴⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=V6z0uUeqFcM&t=790s> Acessado em: 01/05/2020.

1) o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bem de vida; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. Segundo ele, alguns países da África estariam subpoluídos. Nesse sentido, lamentou que algumas atividades poluidoras não fossem diretamente transportáveis, tais como produção de energia e infraestrutura em geral; 3) pela “lógica” econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos. O Memorando Summers como ficou conhecido, acabou sendo divulgado para além do âmbito do Banco Mundial e teve uma repercussão negativa para a instituição. Diante do mal-estar criado, o referido economista explicou que se tratava apenas de uma espécie de exercício para provocar a discussão (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 07-08)

O memorando, que seria talvez mais um, contendo tamanha atrocidade, ao invés de ser restrito ao ambiente interno do Banco Mundial, acabou “vazando” e colocando em tela, em esfera internacional, a colonialidade presente em instituições pretensamente democráticas. Acselrad (2013) discutiu o teor do documento, que ocupou a mídia internacional no contexto pré-conferência Rio-92, destacando que, apesar do documento ter sido desmentido por representantes do Banco Mundial, a implementação de empreendimentos econômicos danosos ao ambiente em regiões mais empobrecidas e fragilizadas democraticamente, tem sido uma prática (ACSELRAD, 2013).

No livro “o que é Justiça Ambiental” Acselrad; Mello & Bezerra (2009), discutem as origens do movimento por justiça ambiental e seus fundamentos. Os autores destacam que a concentração de injustiças ambientais nos territórios dos grupos subalternizados ganhou repercussão mundial com o movimento antirracista norte-americano, em que foi cunhado o conceito de justiça ambiental. Assim, as assimetrias decorrentes da exposição desproporcional à danos ambientais sobre grupos subalternizados é o que se compreende por injustiça ambiental, como explica Acselrad *et al* (2009, p..41):

(..) mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Já seu contraponto, ou seja, é a noção de justiça ambiental que exige uma superação das condições que manifestam o contexto de injustiça ambiental, característico do sistema capitalista, colonialista e patriarcal.

Essa discussão nos remete a análise trazida por Hanna Arendt (1999) sobre o conceito de evolução de natureza inaugurado por Charles Darwin, que incorporou a ideia de que o movimento natural progride de forma linear, sob a égide de uma lei de sobrevivência dos mais aptos. Tal ideia foi incorporada como lei histórica, abrindo espaço para o racismo. É a lei que deixa “de expressar a estrutura de estabilidade dentro da qual podem ocorrer os atos e os movimentos humanos, para ser a expressão do próprio movimento” (ARENDR, 1999, p. 516). Nesse sentido, o darwinismo social analisado por Arendt (idem) se alinha a degradação ontológica discutida por Santos (2020), pois são processos que naturalizam a categoria mental de raça, como regime de verdade. Assim, a colonialidade do poder, os processos de injustiça ambiental e a degradação ontológica se estabelecem via juridificação pelo Estado, por meio de leis e normas deliberativas (ZHOURI, 2008). A juridificação alinhada ao racismo ambiental, oportuniza o processo social de desterritorialização, que, segundo Haesbaert (2007), recai de forma mais rigorosa sobre os grupos subalternizados, que se encontram em territórios mais precariamente territorializados.

Para Zhouri (2008), a legitimização de políticas adotadas e impostas em nome de salvaguardar o bem comum, pelos processos de cientifização e juridificação, tem desconsiderado as diversidades socioculturais. Esse modelo de gestão ambiental abissal promove a desterritorialização de grupos tradicionais, pela perda do controle e segurança sobre seus territórios, por meio da regulação colonialista do Estado, sob interesses principalmente do capital financeiro (HAESBAERT, 2007). Em contrapartida, uma gestão ambiental pós-abissal deve estar atenta ao som inaudível produzido pela linha abissal de todo o sofrimento e injustiças decorrentes dela (SANTOS, 2019).

A discussão em torno dos mecanismos de regulação ambiental pelo Estado brasileiro, ganhou força a partir do processo de redemocratização, em meados da década de 1980, e tornou-se polarizada em duas grandes tendências. Uma hegemônica, referente a implementação de processos decisórios centralizados e autoritários; outra referente a processos participativos e democráticos, espalhando-se em um espectro, de acordo com um maior ou menor grau de permeabilidade do Estado, à participação da sociedade na gestão ambiental (LAYRARGUES, 2000).

Sob a perspectiva hegemônica, centralizadora e autoritária, existe invariavelmente, um mau uso dos recursos naturais pela coletividade, exigindo o controle do Estado. Os processos centralizadores e autoritários se ancoram em uma

abordagem referente a propriedade comum e privada, capitaneada pela teoria da Tragédia dos Comuns, baseada em um artigo de Garret Hardin (1968), com grande repercussão no campo ambiental (BRUGGER, 1994). A teoria baseada em um modelo conceitual sem dados empíricos defende a existência de uma contradição irreconciliável entre os interesses individuais e coletivos. A propriedade comum seria a origem dos problemas ambientais, visto que, a liberdade de cada indivíduo, levaria inevitavelmente ao uso indiscriminado dos recursos naturais para benefício próprio, gerando custos e danos para a sociedade. Como exemplo, a teoria descreve a utilização de um pasto, por vários homens, que os utilizariam para o pastoreio de suas ovelhas (LAYRARGUES, 2002). Nessa situação cada indivíduo, visando interesses próprios, adicionaria mais e mais ovelhas, de forma que, o pasto ficaria escasso, colapsando. Hardin conclui que um grupo envolvido com uma propriedade em comum, invariavelmente, travaria disputas que culminariam com a Tragédia dos Comuns. Para Brugger, tal aceção é falaciosa, visto que, ignora-se com tal teoria, a existência de inúmeras situações de compartilhamento de espaços comunais, de forma sustentável, que possuem regras e grupos específicos envolvidos. A autora destaca que essa proposição, influenciou posições políticas liberais e conservacionistas, que tem na privatização dos ambientes naturais e na tutela autoritária e centralizadora do Estado, soluções ao que seria o uso indevido dos recursos naturais pelas comunidades locais.

Tal viés distancia as políticas públicas das demandas comunitárias, tornando-as descoladas da realidade local, gerando conflitos e injustiças ambientais.

Em contraposição, a perspectiva de regulação ambiental democrática e participativa (Figura 04), busca uma gestão ambiental, com enfoque na participação da sociedade civil, na tentativa de superação da tutela do Estado e para conquista de mais autonomia nas decisões sobre seus territórios (LAYRARGUES, 2000). Diegues (1998) ressalta que a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios favorece a conservação da biodiversidade e que, respeitar as regras internas e a organização social desses grupos, implica em uma questão ética, de direitos humanos, o que se distancia de medidas controladoras e autoritárias.

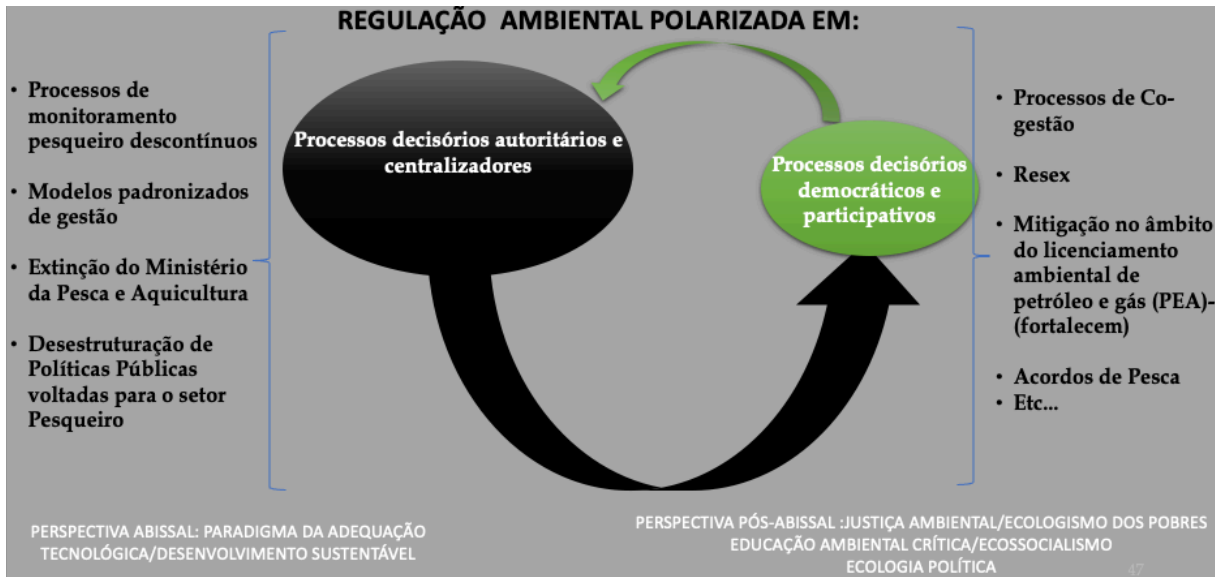


Figura 04: Regulação Ambiental Democrática e Participativa X Regulação Autoritária e Centralizadora. Elaborado pela autora

Porto *et al* (2012), ao discutir os limites e possibilidades dos modelos de gestão ambiental, buscou desenvolver um aporte teórico para compreender mais profundamente o tensionamento de dois elementos chaves para um modelo de gestão ideal, com justiça ambiental e com sustentabilidade, sendo estes: a democracia e a gestão. Assim, Porto *et al* (*idem*) ao relacionar esses dois elementos, indicam como o pior modelo aquele que apresenta um cenário de menos democracia e menos gestão e o melhor cenário, o que possui mais gestão e mais democracia. Essa composição, segundo os autores, permite uma análise da conjuntura atual e uma reflexão sobre o que se pretende no futuro, diante das possibilidades e limitações existentes. A gestão ideal seria um processo em que democracia e gestão seriam processos consolidados, promovendo sustentabilidade e a justiça ambiental, elementos essenciais para superação do reducionismo que permeia o modelo de gestão ambiental abissal.

Além dos cenários apresentados, os autores definiram duas gradações, entre um extremo e outro, sendo, um cenário com muita gestão e pouca democracia, e outro com muita democracia e pouca gestão. Porto *et al* (2012) sustenta que a gestão ambiental no Brasil e em muitos outros territórios que participam da economia capitalista, seria dominada por um cenário de muita gestão e pouca democracia. Neste tipo de realidade, existe uma atuação do Estado, em prol dos interesses dos grandes empresários, mas sem que haja aniquilação das estruturas públicas existentes, havendo uma convivência, baseada no controle e manipulação. Como

exemplo, o autor cita processos proforma como o licenciamento ambiental e as certificações disponíveis para empresas que buscam atender algumas exigências do mercado ligadas ao modelo de ecoeficiência.

Porém, se antes a gestão ambiental pública no Brasil poderia ser compreendida por ser marcada por muita gestão e pouca democracia, Layrargues (2017) defende que vivemos uma nova fase do ambientalismo, tanto no Brasil quanto na América Latina, com risco iminente de grave retrocessos na proteção ambiental conquistadas nas últimas décadas (Figura 05).

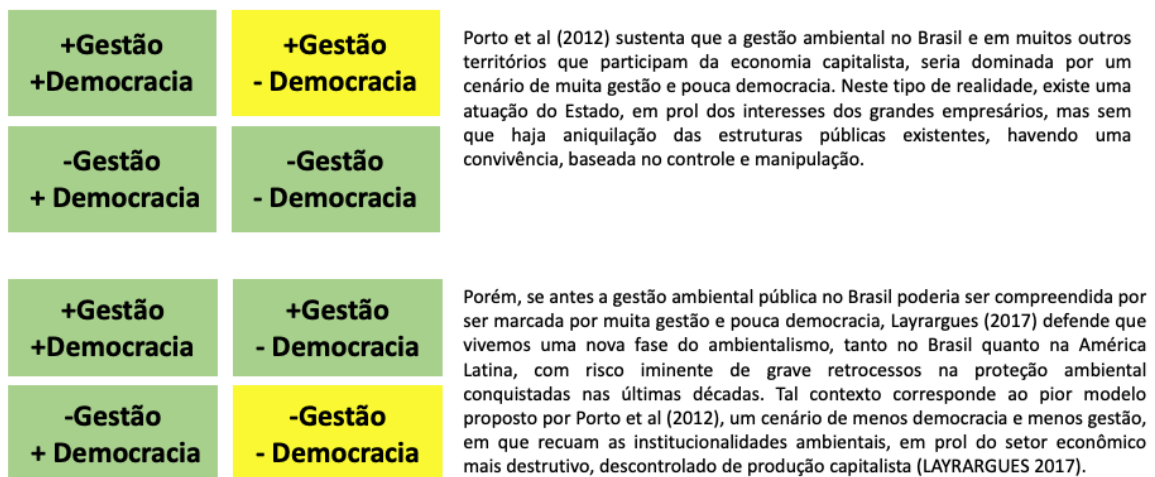


Figura 05: Diferentes perfis da Gestão Ambiental Pública. Elaborado pela autora a partir da leitura de Layrargues (2017)

Tal contexto corresponde ao pior modelo proposto por Porto *et al* (2012), ou seja, um cenário de menos democracia e menos gestão, em que recuam as institucionalidades ambientais, em prol do setor econômico mais destrutivo, descontrolado de produção capitalista (LAYRARGUES 2017).

Se pudéssemos definir o cenário ambiental do ano de 2020 no Brasil, as palavras de Layrargues não poderiam ser mais precisas, o autor resume a nova fase da gestão ambiental pública, da seguinte maneira:

Existe uma determinação comum que demarca um amplo, diversificado, coeso e articulado conjunto de práticas que envolvem a degradação ambiental, os conflitos socioambientais, o desmonte da gestão ambiental governamental, a alteração de marcos regulatórios da legislação ambiental, a retórica desqualificadora dos ethos ecologistas de matriz preservacionista e crítico, as ameaças jurídicas, de integridade física e até assassinato de lideranças ambientais. Este complexo conjunto de práticas comprometedoras da construção da sustentabilidade, se encontra amplamente difundido, disseminado em todos os âmbitos da vida social, no pensamento social, no poder executivo, legislativo e judiciário. O seu efeito sistêmico converge para

o quadro da desregulação ambiental pública em que vive o país desde meados da primeira década do século 21, acarretando, conseqüentemente, o aumento da vulnerabilidade ambiental (LAYRARGUES, 2017, P.1).

Outro ponto importante destacado por Porto *et al* (2012), diz respeito a competência sobre a construção de conhecimento na área ambiental, e como o poder de regulação é restrito aos cientistas, aos especialistas e ao poder público, relegando a sociedade um papel de baixa participação, contribuindo para ampliação de um modelo burocrático e instrumental, em detrimento da dimensão social, inerente a questão ambiental (PORTO *et al*, 2012). Um dos gargalos para o fortalecimento da perspectiva de gestão ambiental participativa tem sido a perspectiva universalista da ciência moderna, que desconsidera os conhecimentos tradicionais locais. Essa concepção confere a ciência não somente um papel hegemônico, mas um caráter universalista, pois invalida a existência de outras epistemologias, consolidando uma perspectiva de gestão ambiental, meramente instrumental e não democrática.

Assim, a colonialidade do saber tem se expressado principalmente na depreciação sistemática do manejo tradicional, invisibilizado historicamente pelo campo científico hegemônico e pelo Estado, por ser compreendido como um risco ambiental, como empecilho ao desenvolvimento e como sinônimo de atraso (LOUREIRO, 2004). Assim, do mesmo modo como os colonizadores “reprimiram tanto como puderam as formas de produção de conhecimento dos colonizados” (QUIJANO, 2005, p.121), os processos de gestão ambiental hegemônicos, centralizadores e autoritários, restringem o quanto podem a participação de grupos tradicionais nos processos decisórios sobre seus territórios. Essa perspectiva autoritária de gestão também é composta por movimentos conservacionistas e preservacionistas radicais, que tem promovido “diversos tipos de intervenção ambiental, como zoneamentos e áreas protegidas, sem a devida participação popular e sem o reconhecimento de direitos de acesso aos recursos naturais” (CORDELL, 2000, p.4).

Assim, a exploração, subalternização e destruição de racionalidades não eurocêntricas, desde a constituição da América aos dias atuais, tem configurado contextos em que grupos étnicos, raciais e de classes mais empobrecidas, sejam reiteradamente expostos a uma carga desproporcional de danos ambientais associados ao modelo de desenvolvimento capitalista (ACSELRAD, 2009). Herculano

(2008) destaca que o racismo ambiental inclui além dos negros, outros grupos subalternizados, como comunidades de pesca artesanal, ribeirinhos, caiçaras, pantaneiros e todos os que são naturalizados em hierarquias sociais como inferiores, e, portanto, passíveis de terem seus territórios explorados e utilizados como depósitos de resíduos poluentes, bem como uma série de outros impactos ambientais. As comunidades de pesca artesanal têm sido impactadas por processos de injustiça socioambiental que envolvem a especulação imobiliária, o despejo de esgoto e outros efluentes tóxicos em seus territórios pesqueiros, a pesca industrial, ordenamentos pesqueiros impositivos, ausência de políticas públicas inadequadas, entre outros impactos legitimados pelo Estado.

Para Guatarri (1992), houve uma desterritorialização geral dos territórios sociais, das tradições, das representações autorreguladoras, que passaram a depender cada vez mais da atuação do Estado, de especialistas e profissionais, para se manterem. Guatarri (idem) indica como fundamental a existência na declaração dos Direitos do Homem, de um artigo sobre o direito de todos os grupos sociais à pesquisa, pois, todas as minorias necessitam de pesquisas que os levem em conta. O autor indica, também, a necessidade de um novo paradigma, cuja dimensão axiológica deixaria de ser a Verdade com um “V” maiúsculo e sendo encarnado num corpo social cujo destino está em causa.

Para caminhar nesse sentido, as mudanças devem passar pelo trabalho social e pela pesquisa, com o comprometimento de pesquisar e transformar, ou como o Guatarri exemplifica: “Não tem sentido estudar um bairro em dificuldade sem, ao mesmo tempo, trabalhar para sua recuperação”. A elaboração cognitiva, neste caso, é inseparável do engajamento humano e da escolha de valores em que implica” (idem, p.4). Guatarri (1992) e Santos (2019) destacam o papel político que envolve a mudança epistemológica, necessária para que os saberes silenciados sejam valorizados, não no sentido de colocar as epistemologias do Sul no lugar das epistemologias do Norte, mas, sim, de apagar as hierarquias que alimentam a subalternidade das epistemologias do Sul. O que se pretende é colocar em tela a perspectiva de que a ciência moderna “projeta uma luz particular sobre o mundo, mas nada prova que só essa luz seja capaz de fazer perceber a estrutura do real” (ZAMBIASI, 1999, p.124). As epistemologias do Sul buscam ultrapassar o dualismo Norte e Sul, e estabelecer:

“um tipo de pensamento que promove a descolonização potencializadora de pluralismos articulados e formas de hibridização libertas do impulso colonizador que no passado lhes presidiu, tais como a criouliização e a mestiçagem. Tal libertação só é possível por via da tradução intercultural nos termos das epistemologias do Sul (SANTOS, 2019, p.27).

Morin (2003c) destaca a importância do desenvolvimento de uma consciência de que, a diversidade cultural, não se contrapõe a unidade da humanidade, ao contrário, a diversidade cultural enriquece a humanidade e promove uma série de conhecimentos, necessários a sustentabilidade. Contudo, essa consciência de comunidade de destino, sujeita às ameaças de alcance global, dentre guerras, poluição, desastres, doenças, ganha força de fato apenas na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (MORIN, 2003b). Morin (idem) aponta como pano de fundo para intensificação do fenômeno da globalização, a crise socioambiental sem precedentes históricos, que, ao mesmo tempo que expressa o lado nefasto de uma globalização permeada por processos de dominação, também provoca movimentos de r-existência de grupos sociais sistematicamente vilipendiados em busca de alternativas ao paradigma colonialista, patriarcal e capitalista vigente, como ressalta o autor:

Uma visão mais completa do atual desdobramento da Era Planetária permite identificar contracorrentes que ultrapassaram o fechamento local de suas culturas, etnias e de suas nações, para impulsionar a segunda hélice mundializadora de resistência à dominação: tecnoeconômica, motorizada pelo quadrimotor constituído por ciência, técnica, indústria e interesse econômico. Os acontecimentos que se produziram em Seattle demonstram a superação das fronteiras nacionais, do mal-estar e do protesto mediante a tomada de uma consciência cidadã transfronteiriça e transcultural, em que se manifesta claramente que os problemas mundiais requerem respostas mundiais. Dada a concorrência, sinergia, retroalimentação, retroação e recursividade de seus males, as respostas locais e nacionais que surgem configuram um caldo de cultura para uma política planetária (MORIN, 2003^a, p.87 e 88).

Para que seja possível uma tradução intercultural, que permita o diálogo entre diferentes saberes, uma ecologia de saberes, Santos (2010) propõe a ideia uma hermenêutica diatópica. A hermenêutica diatópica parte da ideia de que os topoi⁴⁵ de cada cultura são imanentemente incompletos, como Santos (2010, p. 448) explica:

⁴⁵ Boaventura de Sousa Santos define os topoi como: “lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada sua evidência, tornam possível a produção e a troca de argumentos”(SANTOS, 2010, p.115) Uma concepção multicultural de direitos humanos. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>

Tal incompletude não é visível a partir do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objetivo da hermenêutica diatópico não é, porém, atingir a completude- um objetivo inatingível- mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra. Nisto reside o seu caráter diatópico.

Para que a consciência de incompletude de fato abale os vertiginosos muros de concreto que cercam a pretensa Verdade da racionalidade moderna ocidental, é preciso que seja recodificada “as diferentes ordens ontológicas em termos de valor econômico que vai desterritorializando os outros modos de ser-no-mundo” (LEFF, 2016). Morin reforça que as possibilidades de criação de uma civilização planetária, passam necessariamente pela noção de uma Terra-pátria, em que, cidadãos, mesmo que de culturas diferentes, proponham-se a partilhar suas vivências no planeta, de forma a manter e ampliar conquistas voltadas ao bem comum e a superar problemáticas supranacionais, ligadas ao que o autor chama de quadrimotor, “constituído por ciência, técnica, indústria e pelo interesse econômico” (2003^a, p.87).

Santos (2010) destaca que para que haja o diálogo intercultural é imprescindível que seja colocado em tela as incompletudes mútuas, para uma inteligibilidade translocal das incompletudes. As condições para que o diálogo se estabeleça, se dão no reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo, que supera de forma incomensurável a concepção hegemônica de ser e estar no mundo, promovida pelo pensamento conservador eurocêntrico (idem).

Com relação aos conhecimentos artesanais, Santos (2010) destaca seu papel fundamental por contribuir com experiências dentro e fora do contexto de dominação, sob perspectivas concretas de corpos injustiçados, e que possuem conhecimentos específicos sobre os processos de luta e resistência, de erros e ilusões, perdas e conquistas. O autor enaltece as possibilidades dos conhecimentos artesanais e os científicos se surpreenderem mutuamente, o que fortalecer a integração entre diferentes saberes e a cooperação entre diferentes grupos sociais, para co-criação de horizontes mais justos.

Santos (2002) salienta que, para romper com as amarras do paradigma moderno, é preciso desvelar os processos de dominação e seus mecanismos de invisibilização de outras experiências sociais, que nesse contexto colonial, habitam zonas de sacrifício, em risco contínuo de tornarem-se zonas de não-ser⁴⁶. Assim,

⁴⁶ <https://cee.fiocruz.br/?q=boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi>

compreendendo com Haesbaert (2007), que todo processo de desterritorialização deve ser analisado como indissociável ao de (re)territorialização, em um movimento complexo de (multi)territorializações, que se referem a múltiplos poderes, identidades e funções, nos propomos a analisar o processo de des-re-territorialização da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada em Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil, com centralidade nas narrativas do grupo, em relação à um ordenamento pesqueiro imposto pelo Estado. Para tal, no capítulo II, buscaremos colocar em tela as estratégias de dominação, via juridificação e cientificação (colonialidade do poder), atreladas a Gestão Ambiental Abissal voltada ao ordenamento pesqueiro, que atinge grupos historicamente subalternizados e as táticas postas em curso pelas populações oprimidas, que buscam subverter as estratégias impostas (CERTEAU, 1998).

A ausência de monitoramento estatísticos, ou monitoramentos descontínuos, somada às constantes mudanças institucionais e a desestruturação de políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal, têm tornado cada vez mais precária a manutenção dos modos de vidas das comunidades pesqueiras artesanais. Tal contexto nos remete ao que o filósofo camaronês Achille Mbembe que descreve como necropolítica (2018), ao que Santos (2020) nos elucida sobre a degradação ontológica e que Herculano (2008) denuncia como racismo ambiental. A gestão pesqueira no Brasil é gerida por instituições racistas, que habilitam necropolíticas, operam em detrimento das comunidades de pesca artesanal e a favor de setores empresariais, esse será o tema do próximo capítulo.

3- PESCA ARTESANAL: LUTAS E R-EXISTÊNCIAS EM UM PAÍS ONDE O COLONIALISMO SE MANTÉM COMO UM PROJETO INACABADO

A crítica arrancou as flores imaginárias da corrente não para que o homem viva acorrentado sem fantasias, ou consolo, mas para que ele quebre a corrente e colha a flor viva. (Karl Marx crítica sobre a religião).

A ideia falaciosa que associa o campo a uma perspectiva de atraso e pouco desenvolvimento e a cidade como símbolo do que é mais avançado, atrelado aos valores da sociedade moderna capitalista, persiste como *modus operandi* de uma racionalidade insustentável. A oposição rural e urbano, a reificação da natureza e toda a necropolítica iniciada com o colonialismo histórico e mantida com a revolução

industrial, contribuíram para desestabilizar o que Marx definiu como metabolismo social. Foladori (2001, p.106) destaca o trabalho desenvolvido por John Bellamy Foster, intitulado "A Ecologia de Marx - Materialismo e Natureza", publicado em 2000, como de grande importância para recuperar o conceito de metabolismo social de Marx, que significa "o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna". Para Foladori (idem), a escolha pela palavra metabolismo realizada por Marx não foi trivial, mas sim, buscou ressaltar, utilizando um conceito das ciências naturais, a intrínseca relação entre a sociedade e a natureza e os seres humanos como parte dessa dimensão natural.

Segundo Foladori (2001), Foster (2000) trouxe inúmeras contribuições sobre a questão ambiental no pensamento de Marx, e a principal diz respeito a recuperação do conceito de metabolismo social. Foster (2005) ao discutir como a Ecologia foi analisada por Marx, destaca sua preocupação com relação a separação entre a cidade e o campo, processo agravado pela Revolução Industrial e pela expansão do sistema capitalista. Para o grupo de pensadores analisados por Foster (2005), incluindo Carey, Liebig e Warning, o modelo capitalista baseado na espoliação do solo do campo para atender as demandas desenfreadas das cidades representava um roubo dos estoques da terra, que minava as possibilidades de reprodução dos solos e a manutenção da fertilidade. A rapina agrícola promovida pelo sistema capitalista para sustentar o ritmo de crescimento incessante das cidades, por vezes distantes milhares de quilômetros do campo, significava, para Liebig, o prenúncio de uma crise que estava por vir, como alertou no seguinte trecho:

"se nós não conseguirmos conscientizar melhor o agricultor sobre as condições nas quais ele produz e dar a ele os meios necessários ao aumento da sua produção, então, as guerras, a emigração, as epidemias, inclusive da fome, vão inevitavelmente criar as condições de um novo equilíbrio, que vai solapsar o bem estar de todos e finalmente levar a ruína da agricultura" (LIEBIG, 1862 *apud* FOSTER, 2005, p. 217).

O pensamento de Liebig sobre a separação campo e cidade e o esgotamento dos solos influenciou Marx a refletir sobre os impactos decorrentes da poluição e do esgotamento sanitário inadequado produzido pelas cidades (FOSTER, 2005). Foladori ressalta que o objetivo de Marx não era explicar a unidade do ser humano e a natureza, mas sim problematizar os processos históricos que fortaleceram a ideia de separação entre sociedade e natureza. Para Marx, a alienação do trabalho humano sobre a terra

e, por conseguinte, a falha no metabolismo social, é um fenômeno que se dá no capitalismo, por meio do trabalho assalariado, como explica Foladori (2001, p. 108):

A despeito de em todas as formas de organização econômico-social pré-capitalista ter existido uma união – ainda que relativa e variável – entre o trabalhador e seus meios de vida, ou seja, o trabalhador e sua natureza externa, a organização capitalista separa de forma absoluta o trabalhador de seus meios de vida. O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de um “fundo de consumo” prévio ao trabalho – depende de vender sua força de trabalho para comer – e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora – à diferença, por exemplo, do servo feudal. É livre, mas essa liberdade deve ser entendida como isolamento, alienação com respeito à natureza externa; é livre porque foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente. É livre no sentido de isolado.

A ruptura do metabolismo social decorrente da expansão do modelo de desenvolvimento capitalista não foi um processo menos desumano e espoliador no mar, como explica Diegues (1983, p.2). No livro “Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar”, o autor faz um apanhado histórico essencial para compreensão das transformações ocorridas no setor pesqueiro no Brasil e no mundo, decorrentes da expansão capitalista, e traz elementos elucidativos, apesar das especificidades no tempo e espaço sobre como a pesca artesanal tem sido preterida pelo Estado.

Com a Revolução Industrial e a busca por atender o ritmo insustentável das cidades em efervescência no século XVIII, a infertilidade dos solos se firmou como uma problemática inerente da lógica irracional capitalista. À medida que os solos se tornavam inférteis, novas tentativas de enriquecer a terra eram pensadas, ou novos territórios eram explorados sem que a lógica insustentável de produção capitalista fosse afetada. No mar, a ganância e a lógica irracional de exploração social e ambiental advinda do modelo Europeu também foram determinantes para queda dos estoques pesqueiros nos mares do Norte. A infertilidade dos mares espoliados pela lógica capitalista e a busca por atender o aumento da demanda de consumo por pescado motivou, como ressalta Diegues (1983), as empresas europeias vasculhassem mares em outros continentes. Assim, principalmente a partir da Primeira Guerra, grandes barcos fábricas, em sua maior parte europeus, invadiram o litoral do continente africano e a costa peruana (conhecida por sua rica piscosidade) e outros tantos territórios pesqueiros em busca de satisfazer suas demandas. A exploração histórica do ambiente costeiro e marinho do Peru, pela rapina capitalista, ilustra bem como agem os países

centrais em relação aos países periféricos, à medida que seus territórios se esgarçam e seus recursos tornam-se escassos. Assim, tanto a exploração dos mares peruanos, e a conseqüente depleção de estoques pesqueiros para atender principalmente a produção de farinha de pescado de indústrias internacionais, bem como a exploração de seus solos, com destaque aos saques de toneladas de guano, na tentativa de enriquecer os solos europeus e norte-americanos, espoliados no século XVIII e que representam o colonialismo como projeto inacabado na América Latina.

O setor pesqueiro no Brasil, até a década de 30, era composto principalmente pela pequena produção mercantil, cujas comunidades litorâneas alternavam a pesca e a agricultura como principais meios de subsistência (DIEGUES, 1983). A chegada de grandes embarcações, dentre elas traineiras para captura de sardinha, provocaram transformações significativas nos modos de organização das comunidades, em um processo de desterritorialização de povos tradicionais, por meio da exploração capitalista de seus territórios e força de trabalho. Diegues salienta que, em 1967, o governo brasileiro, a partir do decreto-lei nº 221, oficializou a opção do Estado por tornar a atividade pesqueira uma indústria de base. Investimentos foram contingenciados para o projeto de desenvolvimento de uma pesca empresarial capitalista no Brasil, aos custos da invisibilização da pesca de pequena escala. Em nome do desenvolvimento industrial e da modernidade, territórios pesqueiros foram vilipendiados, “a pesca passou por inúmeras transformações no Brasil. Surgiram empresas de pesca e praias, antes célebres por seus pescadores, se esvaziaram, sendo ocupadas por residências secundárias” (idem, 1983, p.3). Para Diegues (idem, p.271) a estratégia do governo ao estabelecer o decreto 221 foi:

(...) romper o círculo fechado da baixa produtividade da pesca, causada pelo reduzido desenvolvimento das forças produtivas e pelas características dos canais de comercialização no contexto da pesca artesanal e da produção dos armadores embarcados. A solução encontrada inscrevia-se também no modelo de desenvolvimento brasileiro dos últimos anos, baseado na concentração dos meios de produção nas mãos de uma minoria e na exportação. Partia-se da afirmação de que o pequeno pescador e o pequeno armador eram ignorantes, atrasados e pouco produtivos, porque não sabiam pescar com as técnicas modernas. A solução foi a constituição de empresas onde os pescadores poderiam se transformar em simples assalariados, manejando instrumentos de produção rentáveis.

Doze anos após o decreto-lei nº 221, a política desenvolvimentista deu sinais de que o setor possuía limites, tanto é que as comunidades pesqueiras artesanais apesar de nenhum incentivo estatal, eram responsáveis por boa parte da produção do setor no país. Um dos objetivos principais do trabalho de Diegues foi colocar em tela como as comunidades pesqueiras tornaram-se pela ação do Estado, proletários e proletárias do mar, por meio da ruptura do metabolismo social desses grupos com as condições naturais, que são, inexoravelmente, seus meios de vida. O decreto-lei nº 221 de 1967, ilustrou o projeto de desenvolvimento assimétrico e excludente, que privilegiou um modelo de produção pesqueira voltado ao mercado exterior e cujos meios de produção se concentravam cada vez mais em um setor empresarial beneficiado pelo Estado.

A degradação ontológica envolvendo a irrelevância conferida pelo Estado brasileiro aos saberes ancestrais e toda dimensão cultural referentes aos povos tradicionais litorâneos e seus territórios, expressa o colonialismo não superado e a insustentabilidade intrínseca do sistema capitalista. Aquilo que a cegueira epistemológica do Estado tem considerado como baixa produtividade em uma métrica desenvolvimentista e que se pretende superar pela modernização da pesca de pequena escala, na verdade, como explica Diegues, está associada a própria característica do litoral brasileiro, que possui um estoque pesqueiro diverso, porém, limitado em termos de volume. Assim, o modelo organizacional das comunidades pesqueiras artesanais é extremamente adequado a quantidade de pescado disponível no litoral brasileiro, em uma relação dialógica, sustentável, que, mantém um metabolismo econômico, social e ambiental entre essas populações e as condições naturais existentes (DIEGUES, 1983, p.271). Porém, o Estado, governo após governo, tem optado por soterrar conhecimentos sobre o ambiente biótico, social e físico dos povos das águas, alimentando historicamente um projeto natimorto de industrialização do setor pesqueiro. Esse posicionamento tem gerado empobrecimento das comunidades pesqueiras e a depleção dos estoques, em um cenário cada vez mais distante das demandas da pesca artesanal.

O setor pesqueiro brasileiro vive um contexto permanente de crise, que já se anunciava no período analisado por Diegues, visto a incapacidade do país em atender adequadamente consumo interno nacional, nem em quantidade e nem em qualidade de pescado. O investimento estatal tem privilegiado historicamente o setor pesqueiro industrial, afetando primeiramente a manutenção dos meios de vida das comunidades pesqueiras artesanais. Porém, com a ampliação da depleção dos estoques pesqueiros,

também são desmantelados os setores industriais, o que traz ponderações sobre como essa atividade continua sendo lucrativa. Diegues (1983, p.272) explica que, de fato, a pesca predatória como a do camarão, tornou as embarcações industriais ociosas devido à queda dos estoques pesqueiros. Contudo, os empresários donos das embarcações não faliram. O autor denuncia que esses empresários nada perderam ao explorarem ao máximo as riquezas das águas ao ponto de nada mais poderem tirar, isso porque, o Estado, representado na década de 70 pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), financiou com “dinheiro fácil” o setor industrial da pesca. Assim, apesar de dilapidarem os oceanos e terem suas embarcações enferrujadas pelo tempo, diante da impossibilidade de manter a atividade pesqueira, tudo “valeu a pena”. Segundo Diegues, após faturarem com a destruição desses territórios, os empresários beneficiados pelo Estado simplesmente mudaram de ramo, dando continuidade à lógica capitalista no setor imobiliário, na construção civil entre outras atividades econômicas (DIEGUES, 1983, p. 272).

O carro de jagrená, associado por Giddens como símbolo da insustentabilidade inerente da racionalidade moderna, tem sido abastecido pela destruição de territórios e pela subalternização dos povos tradicionais, seus conhecimentos e culturas. A hegemonia do modo de produção capitalista e a lógica de exploração dos recursos naturais de forma predatória se alicerça na autorização de que determinados grupos podem ser dizimados em nome do desenvolvimento. O sistema capitalista promotor de profundas injustiças sociais, cognitivas e ambientais foi fundado na colonização e nessa perspectiva epistêmica opressora e continua ancorado. Para manutenção e aprofundamento das opressões colonialistas, patriarcais e capitalistas é preciso garantir que haja uma rede de profissionais e gestores dispostos a estabelecer limites entre grupos reconhecidos como verdadeiros produtores de conhecimento, com “V” maiúsculo e os que são considerados rústicos, selvagens e atrasados.

José Barra, em sua dissertação de mestrado (2013), que versa sobre a relação do trabalho e educação em acordos de pesca no âmbito de comunidades pesqueiras artesanais, destaca como o setor tem sido ignorado pelo poder público, que, nada faz de concreto para melhorar as condições precárias de moradia, educação, saúde, saneamento e trabalho em que vivem esses grupos. Barra (idem) reúne trechos de falas de gestores públicos que revelam o viés colonialista do Estado com relação a pesca artesanal. As falas, que expressam o racismo institucionalizado presente no Estado brasileiro, dentre várias questões, afirmam que as comunidades pesqueiras

artesanais são compostas por pessoas cujo atraso e acomodamento resultam em grupos sociais incapazes (MELO, 1985 *apud* BARRA, 2013). O autor também destaca outros trechos que retratam de maneira veemente a degradação ontológica que ainda é premente sobre as comunidades pesqueiras, como em Mendes (1968, p.69) *apud* Barra (2013, p.37), em que pescador é descrito como “sedentário, lavrador à beira rio (...) onde o encontrei sempre furtando trabalho diário, sem ardor e nem pressa (...). Já Maués (1979, p.105) *apud* Barra (2013, p.38), destaca que:

O pescador é sempre apresentado como incapaz, improdutivo, necessitando de ensinamento irracional em sua maneira de visualizar, ou operar o processo produtivo, inábil de aproveitamento dos recursos que a natureza coloca a sua disposição: alguém que executa sua atividade inadequadamente. (...) Ele aparece como alguém quase, ou totalmente, desprovido de conhecimentos científicos, que manipula por uma tecnologia extremamente rudimentar, como de resto é também todo o seu instrumento de trabalho.

A precarização dos modos de vida das comunidades pesqueiras artesanais como um projeto político, foi apresentado e discutido por Diegues (1983), que em suas conclusões, destacou como os modos de produção capitalista no ambiente marinho se desenvolveram pela espoliação dos mares e dos trabalhadores e trabalhadoras do ambiente costeiro. No período analisado por Diegues, os trabalhadores e trabalhadoras do mar não eram sindicalizados e o acesso a direitos previdenciários e trabalhistas eram muito defasados em relação aos trabalhadores urbanos. Ao fim do seu livro, Diegues (1983) destaca como a especulação imobiliária crescente, a depleção dos estoques pesqueiros pela pesca industrial, entre outros impactos, foram fatores que contribuíram para um contexto de aumento de pobreza e miséria das comunidades pesqueiras artesanais e que, mesmo diante de um cenário arrasador, cerca de 50% do pescado é proveniente do trabalho dessas comunidades.

A sindicalização da pesca artesanal só veio a ocorrer com a constituinte de 1988. Antes dessa conquista, a pesca artesanal carecia de definições e política públicas específicas para o setor. Barra (2013) salienta que a definição normativa de “pescador artesanal” foi estabelecida pelo Decreto-Lei 221/67 artigo 26, da seguinte forma: aquele que matriculado na repartição competente segundo leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão, ou meio principal de vida (BRASIL, 1967). Para Silva & Leitão (2012), o Decreto-Lei 221/67, também conhecido como Código de Pesca de 1967, apesar de definir quem era o pescador profissional, não apresentava uma categorização da atividade de pesca artesanal. Segundo as autoras, o objetivo principal

do código não era categorizar, ou definir a atividade, mas, sim, estabelecer critérios para que as empresas pesqueiras conseguissem abonar impostos entre outros benefícios. As autoras acrescentam que, desde 2009, a definição jurídica estabelecida para pesca artesanal apresenta lacunas e dubiedades. Um dos pontos destacados diz respeito aos critérios para definição de pesca artesanal, com relação a ser uma atividade exercida sob regime de economia familiar e por meio de embarcações de pequeno porte. Silva e Leitão (idem) salientam que muitas comunidades pesqueiras artesanais exercem suas atividades sem o uso de embarcações e que, dentre as que usam embarcações, não existe um consenso sobre o tamanho máximo de arqueação bruta, para que a pesca deixe de ser considerada artesanal. Ademais, o próprio regime de economia familiar não é devidamente disposto e explicado pela lei, o que torna ainda mais nebuloso os caminhos pelos quais pescadores e pescadoras artesanais podem ter acesso aos seus direitos.

O histórico recente de organização das comunidades pesqueiras artesanais, em âmbito institucional, expressa a subalternidade a qual esses grupos têm sido reiteradamente expostos. As comunidades pesqueiras têm origem nas populações indígenas que habitam *abya ayala*, termo que tem sido utilizado para “uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América”, considerada como uma designação eurocentrada e em disputa à medida que se fortalecem os movimentos de enfrentamento ao neocolonialismo (PORTO-GONÇALVES, 2009, p.26). Também compuseram a cultura e força de trabalho das comunidades pesqueiras artesanais, as populações escravizadas do continente africano, em um epistemicídio sem precedentes na história humana. Como Silva (1993) explica, muitas das nações escravizadas no processo de colonização contavam com pescadores com vasto conhecimento sobre a pesca em seus territórios, principalmente da costa ocidental da África. Tanto o conhecimento dos povos originários, como os das nações e povos de matriz africana, estabelecia uma relação com a natureza sustentável, baseada na apropriação comunal dos recursos, inclusive os pesqueiros. Com a modernidade e a hegemonia dos modos de produção capitalista, ocorreu o que Marx (FOSTER, 2005) denominou como falha metabólica na relação homem e natureza. O epistemicídio de culturas e modos de vida das comunidades tradicionais, a escravização desses grupos, a crescente divisão entre campo e cidade sob a hegemonia da racionalidade moderna, formaram o caldeirão da crise civilizatória, cada vez mais agudizada como avanço do neoliberalismo.

No continente Africano, no século XVI, os portugueses estabeleceram fortalezas e entrepostos por toda a costa, escravizando povos e nações, com o intuito de explorarem a pesca local (SILVA, 1993). Assim, foram estabelecidas rotas comerciais e pontos de abastecimento de embarcações, em vista de atender o movimento expansionista pesqueiro europeu (idem, 1993). No Brasil, a criação das colônias de pescadores a partir de 1919 e 1923 pela Marinha, teve o mesmo viés utilitarista e colonialista. A organização forçada de pescadores em torno de colônias tinha como principal objetivo, como explica Barra (2013, p.52), “reunir pescadores de todo o Brasil para atuarem como guias nos labirintos fluviais e para cuidarem dos porões dos grandes navios, tornando-se um instrumento de controle direcionado para fins operacionais”. A criação das colônias de pescadores também foi, segundo Silva (1991) *apud* Barra (2013, p.52), “uma dupla estratégia do Estado e do capital (...) para atrelar os pescadores à Marinha de Guerra e de organizar um mercado de trabalho para uma pescaria nascente organizada em moldes empresariais”. Assim, podemos compreender que as colônias de pescadores eram instrumentos de aparelhamento do Estado e que só foi reorganizado no sentido de se tornar uma entidade cada vez mais representativa da classe pesqueira, em 1988, como explica Barra (2013, p. 53):

Tal situação de representação dos pescadores e aparelho do Estado (...) persistiu até 1988, quando o Movimento Constituinte da Pesca, levado a cabo pelos pescadores artesanais e seus organismos de apoio, como a CPP, buscou alcançar a equiparação das colônias aos estatutos dos sindicatos, através da promulgação do artigo 8º da atual constituição Federal. Este momento pode ser considerado um marco no processo de mobilização e politização contemporânea da categoria dos trabalhadores da pesca.

Diegues (1983), em sua análise sobre a possível trajetória da pesca artesanal no final de década de 70 e início de 80, destacou a importância de criação de sindicatos próprios, capazes de defender os interesses da categoria. O autor também reforçou como os interesses da pesca artesanal eram eximidos de debates, em nome de uma agenda pró armadores e empresários da pesca, que se desenvolvia por meio da exploração do mar e dos trabalhadores do mar. Antes da sindicalização das colônias de pescadores em 1988, essas instituições foram subordinadas aos militares e, a partir de 1940, ao Ministério da Agricultura, o que, segundo Barra (2013, p. 53):

“estabeleceu o estatuto único para todas as colônias do Brasil, como se fosse uniforme a diferente realidade da pesca nas variadas regiões brasileiras. Desse modo, ao invés da subordinação aos militares, as colônias passaram a servir aos interesses de políticos e, por conseguinte, das elites locais”.

Atualmente, as Colônias de Pescadores, como sindicatos representativos da classe pesqueira artesanal, se responsabilizam por apoiar os membros e membras do setor, a acessarem direitos trabalhistas e previdenciários, dentre eles a aposentadoria, o seguro-defeso, o auxílio-doença, entre outros (BARRA, 2013). O seguro-defeso representa uma conquista importante da classe, visto que é uma política pública decorrente da institucionalização e profissionalização da pesca artesanal, que visa garantir o direito dos trabalhadores da pesca a receberem o benefício, nos períodos em que são proibidos de pescar.

Apesar das importantes conquistas de direitos sociais para pesca artesanal, principalmente em âmbito trabalhista e previdenciário, a regulamentação da atividade, ainda muito recente no Estado brasileiro, tem sido reiteradamente ameaçada por interesses contrários a manutenção dos territórios pesqueiros. Como explicam Silva e Leitão (2012, p.4) “a pesca artesanal por muito tempo permaneceu sem definição jurídica no Brasil” e somente em 2003, pescadores e pescadoras artesanais foram considerados profissionais e alçaram direitos sociais (idem, 2012). As autoras destacam que se a ênfase da legislação de 2003 foi a garantia de direitos sociais aos pescadores e pescadoras artesanais, em 2009, quando foi promulgada a legislação mais recente, a lei 11.959/2009, o objetivo principal era o financiamento de empréstimos para injetar recursos e fazer uma adequação cada vez maior do setor às necessidades do mercado. Assim, para Silva e Leitão (2012, p.11):

A legislação do setor não apresenta qualquer dispositivo que assegure aos trabalhadores da pesca direitos sociais. Na verdade, a legislação atual é eficiente para promover estímulos creditícios, mas não para garantir o acesso dos trabalhadores a seus direitos. Tal omissão dificulta não somente o exercício dos direitos dos pescadores, mas especificamente obsta o reconhecimento das mulheres como pescadoras profissionais.

A conjuntura atual pandêmica e a condução desastrosa do governo federal, tem agudizado o retrocesso no acesso de direitos e proteção assistencial aos pescadores e pescadoras artesanais do país (SILVA *et al*, 2020). Não bastasse o histórico de subalternização da pesca artesanal pelo Estado, o que limita o fortalecimento da cadeia produtiva do setor, durante a pandemia, a comercialização tem sofrido impactos

dramáticos. Os principais desafios se devem a necessidade do isolamento físico para conter a contaminação e a dificuldade de pescadores e pescadoras em acessarem o auxílio emergencial, benefício essencial para que possam ter condições mínimas para se manterem cumprindo isolamento físico, nesse período de crise econômica e sanitária. Segundo análise de Silva *et al* (2020), sobre os limites e possibilidades da política de enfrentamento a COVID-19 para a pesca artesanal, o período pandêmico requer a implementação de um conjunto de políticas públicas, previdenciárias e trabalhistas, que estão cada vez mais em risco no contexto neoliberal de desmonte de direitos sociais. Com muita luta e organização, em 2020, foi conquistado o auxílio emergencial de R\$ 600,00 para o setor da pesca artesanal, mesmo com a proposta obscena do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para que o valor fosse R\$ 200,00 (idem, 2020). Diante desse descalabro, os autores destacam a importância da pesca artesanal para manutenção da segurança alimentar de milhares de famílias e ressaltam como as dificuldades estruturais de acesso aos direitos sociais, tornam, ainda mais crítica, a manutenção dos modos de vida dessas comunidades tradicionais.

Outro importante destaque no trabalho de Silva *et al* (2020), diz respeito a falácia de que a tecnificação e informatização do sistema público são medidas suficientes e adequadas para dar conta das demandas da sociedade e enxugar os gastos do Estado com funcionalismo público. Nesse contexto, o que tem sido observado é que o acesso aos direitos sociais dos pescadores e pescadoras tem sido, cada vez mais, prejudicado (SILVA *et al*, 2020). Diante de um sistema de acesso às políticas públicas pensado unilateralmente pelo Estado, sem diálogo com a sociedade e com os grupos sociais prioritários, dessas medidas, excluídos dos debates, os resultados têm sido pífios e descolados das reais necessidades. Nesse contexto, as solicitações de auxílio emergencial, seguro-defeso, aposentadoria, auxílio-doença entre outros benefícios, se acumulam sem o devido acompanhamento. Compreendemos que, na impossibilidade de extinguir as políticas públicas, o processo de exclusão cruel e intencional tem se dado por meio dos mecanismos burocráticos de acesso confusos e ineficientes. A luta por acesso aos direitos tem se tornado uma verdadeira penúria, desestimulando, os que possuem direito a esses benefícios, de acessarem seus direitos, pois já estão desacreditados que isso seja possível (idem, 2020).

As comunidades pesqueiras artesanais são grupos sociais historicamente racializados e que, no período pandêmico, estão sofrendo de forma mais agudizada os efeitos da precarização no acesso aos direitos sociais (SILVA *et al*, 2020). A promessa

de modernização no acesso às políticas públicas, tem se revelado um verdadeiro engodo, em que populações vulnerabilizadas pelo sistema e sem letramento digital, ficam, cada vez mais, às margens no processo de acesso aos seus direitos (idem, 2020).

As dificuldades de acesso aos sistemas trabalhistas e previdenciários, evidenciam, principalmente após o golpe de 2016, a inépcia e indisponibilidade do governo federal em assegurar os direitos das comunidades tradicionais. A invisibilidade histórica da pesca artesanal implica em políticas públicas descoladas da realidade das comunidades, soterrando as especificidades locais. Nesse contexto, leis e normas legitimadas por um Estado ainda colonialista, trabalham a falsa ideia de pescador e pesca genéricos, ignorando as diferenças entre a pesca artesanal e a industrial, e as assimetrias entre essas distintas atividades econômicas. O desenvolvimento da pesca industrial e demais atividades lucrativas para uma elite empresarial do país tem perpetuado processos de desterritorialização das comunidades pesqueiras artesanais, com aval do Estado, sendo este, um dos principais responsáveis pelas condições precárias de trabalho e de manutenção dos modos de vida desses grupos.

3.1- Efeitos do neoliberalismo e da ampliação da linha abissal sobre a pesca artesanal

Várias tribos se levantaram contra o colonizador, mas, de todas, os Tamoios foram os mais perseguidos pelos portugueses e, por serem aliados dos franceses, lançavam sobre eles muitas calúnias como pretexto para exterminá-los. Os portugueses diziam ter encontrado com um povo inculto, sem religião, sem Deus, sem moral, espíritos primários sem conceito e sem concepção da vida social. Acusavam os índios de antropofagia, selvagens que viviam em plena animalidade, sem higiene e limpeza. Tinham interesse em fazer crer tudo isso ao mundo inteiro, para justificar as barbaridades praticadas contra eles (FERNANDES, 2012, p.57).

Compreendemos que a crescente perda de direitos sociais conquistados pelas comunidades pesqueiras artesanais seja uma consequência direta do aprofundamento do neoliberalismo. Para Santos (2020), foi principalmente a partir de 1989, que a ideia de necessidade de enxugamento do excesso de direitos passou a ser defendida, tanto pela elite, quanto por setores conservadores da sociedade. Para o autor, nesse período, foram derrotados tanto o comunismo soviético, como a social-democracia, o que possibilitou a ascensão do neoliberalismo, uma versão do capitalismo que se baseia na “desregulação da economia, na demonização do Estado e dos direitos laborais,

econômicos e sociais, na privatização total da atividade econômica e na conversão dos mercados em regulador privilegiado tanto na vida econômica como da vida social” (idem, 2020, p.23). Para Almeida (2020, p.207), sob o neoliberalismo, o racismo ganha novas formas, o que tem provocado tragédias sociais, visto que os grupos sociais racializados pelo sistema:

(...) não serão integrados ao mercado, seja como consumidores, ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia, minorias sexuais (...) serão vitimados por fome, epidemias, ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente pelo Estado - um exemplo disso é o corte nos direitos sociais. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos.

Silvio de Almeida (2020) a partir de leituras de Foucault, em especial o texto “Em defesa da sociedade”, nos alerta sobre como o racismo é uma das principais formas de opressão na formação dos Estados a partir do século XIX. Almeida (idem) ao analisar o conceito de racismo presente nos estudos de Foucault, ressalta que o autor compreende essa opressão como uma tecnologia de poder, que estabelece os principais grupos passíveis de serem expostos ao poder do Estado de deixar morrer, principalmente pela precariedade no acesso aos direitos necessários à manutenção da vida. O biopoder, ou o poder do Estado em suspender a morte, atinge os grupos historicamente subalternizados, pois atua por seletividade, em uma escala de degradação ontológica, onde os grupos racializados são os que menos acessam direitos sociais (idem, 2020). Como Almeida explica (2020, p.114), o acesso à “saúde pública, ao saneamento básico, às redes de transporte, abastecimento e à segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer”. Portanto, o racismo estabelece hierarquias, ou seja, uma linha divisória que define a diferença entre:

(...) superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão deixados para morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos. E que se entenda que a morte, aqui, não é apenas a retirada da vida, mas, também, é entendida como a exposição ao risco, à morte política, à expulsão e à rejeição (ALMEIDA, 2020, p.115).

A linha divisória analisada por Almeida (2020), demarcadora de subalternidades, em Santos (2003) é conceituada como uma linha abissal, que, por meio da ascensão do neoliberalismo, tem sido ampliada incluindo mais grupos sociais para uma zona de não ser, de ausência de contrato social.

Para ilustrar as diferentes camadas/círculos da sociedade e as linhas divisórias produtoras de subalternidades, Santos (2003) faz uma distinção entre três tipos de sociedade civil: a íntima, a estranha e a incivil. Em seu texto, Santos (idem) propõe um exercício imaginativo desses círculos concêntricos, onde a parte central representa o Estado.

A investigadora e professora auxiliar no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Sara Araújo⁴⁷, em um círculo de conversa realizado em 2021, o qual tive a oportunidade de participar, realizou um excelente debate sobre a ampliação da linha abissal no neoliberalismo e o papel da compreensão dos círculos da sociedade civil proposta Santos (2003) nesse contexto. Um dos slides do seu *power point*, trazia a ilustração dos 3 círculos da sociedade civil, que, foi extremamente pedagógica, e que tentei reproduzir, após printar a tela da reunião que ocorreu de forma remota. Assim, a figura 6, é uma cópia do slide produzido por Araújo, em sua apresentação.

Com o auxílio da imagem produzida por Araújo (Figura 06), vemos, que sobreposta ao centro, localiza-se o que Santos denomina como sociedade civil íntima, composta por elites que possuem uma relação “promíscua” de manipulação do Estado, para sustentar a manutenção de privilégios. Assim, esses grupos privilegiam a manutenção de seus próprios interesses, possibilitados por uma hiper-inclusão no acesso a um leque de direitos, praticamente inalcançáveis aos demais círculos da sociedade “é uma esfera de privatização do Estado, acessível apenas ao grupo dos 1%” (ARAÚJO, 2021).

Ao redor desse núcleo privilegiado, em uma camada intermediária, encontra-se a sociedade civil estranha, que segundo Santos (2003), conta com grupos sociais que alteram momentos de inclusão e exclusão no acesso aos direitos sociais, ou seja, vivem em um contexto de impermanência de acesso à direitos. Dentre os direitos mais acessados se destacam os civis e, dentre os mais escassos, se destacam os culturais.

⁴⁷ <https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/sara-araujo>

MODERNIDADE/COLONIALIDADE= CAPITALISMO

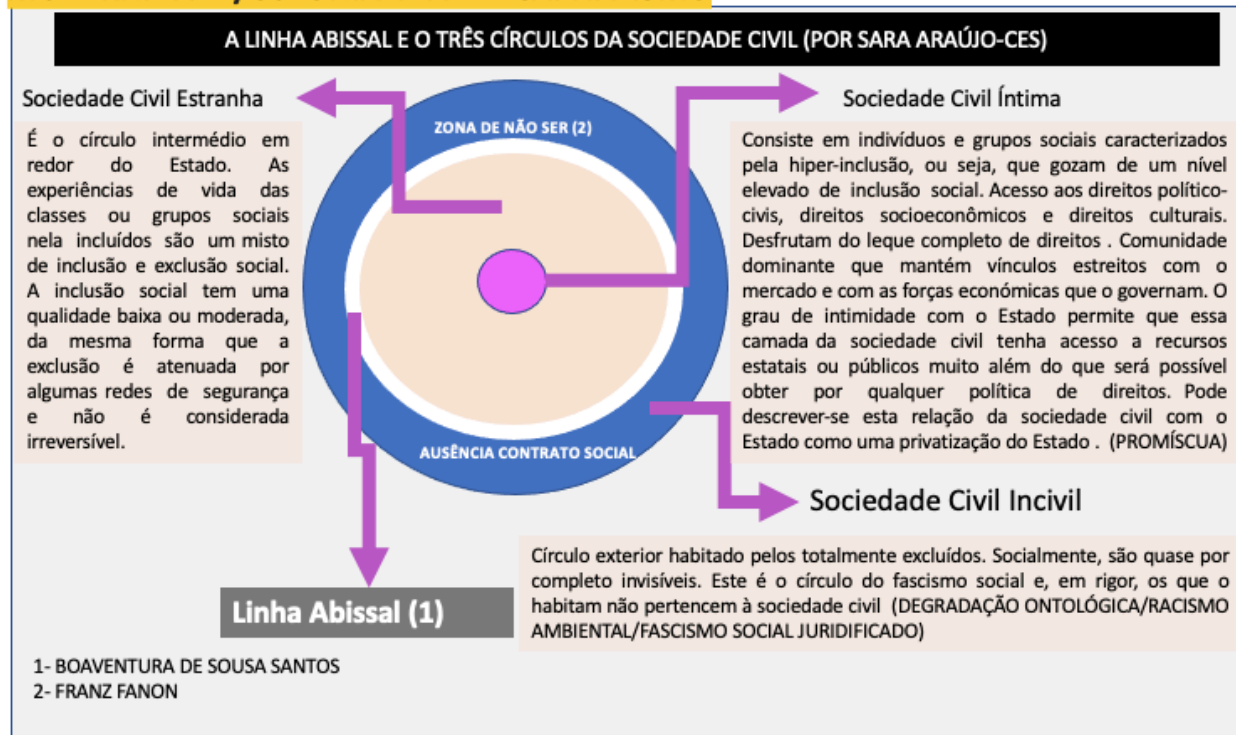


Figura 06: Círculos da sociedade civil- reprodução do slide produzido pela investigadora Sara Araújo

Ao redor dessa camada intermediária, existe o círculo da sociedade civil incivil, composta pelos que sofrem com a degradação ontológica, os que são completamente excluídos, em um contexto de ausência de contrato social. A linha que separa a camada intermediária da camada mais externa é a linha abissal. Nesse círculo as expectativas de direitos são praticamente inexistentes. Segundo Santos, essa estratificação da sociedade civil é parte imanente das sociedades modernas, mas varia de acordo com o grupo de países analisados. Enquanto nos países centrais, a camada da sociedade civil estranha ocupa maior espaço, insuflado principalmente pela classe média e média-baixa, nos países considerados periféricos, a linha abissal se amplia, aumentando a camada da sociedade civil incivil, ou seja, a maior parte da população desses países vive sob ausência de acessos a direitos.

Percebemos, diante do exposto, que o racismo institucional, estrutural do Estado moderno, ganha contornos cada vez mais significativos com o neoliberalismo, não é à toa que há uma crescente perda de direitos trabalhistas, previdenciários e ambientais nos países periféricos. Para Boaventura, foi a partir de 1989, que as classes dominantes e as elites conservadoras pautaram de maneira veemente sua

agenda neoliberal, extremamente prejudicial a maior parte da população mundial. Como explica o autor (2021, p.23):

Em retrospecto, pode se dizer que, em 1989, os derrotados foram tanto o comunismo soviético como a social-democracia. Quem venceu foi o capitalismo à custa da democracia. Essa vitória traduziu-se na emergência de uma nova versão do capitalismo, o neoliberalismo assente na desregulação da economia, na demonização do Estado e dos direitos laborais, econômicos e sociais, na privatização total da atividade economia e na conversão dos mercados em regulador privilegiado tanto da vida econômica como da vida social. O neoliberalismo começou por ser violentamente ensaiado no Chile (1973), por instigação da CIA e com a “cooperação” dos ditadores militares brasileiros, foi imposto em muitos países do Sul Global e presidiu às transições democráticas no sul da Europa na década de 1970 e na América Latina na década de 1980.

A crise do Estado de Bem-Estar Social gestada no contexto neoliberal do capitalismo, tem ganhado força à medida que a democracia tem sido suprimida (ALMEIDA, 2020). Os impactos negativos da crise ambiental que tem assolado o mundo, tem sido externalizados e concentrados em países periféricos, para permitir a manutenção das economias dos países centrais. Assim, tem sido imposto aos países do Sul Global, pacotes de austeridade fiscal, o que significa, segundo Almeida (2020, p.206):

(...) o corte de fontes de financiamento dos direitos sociais a fim de transferir parte do orçamento público para o setor financeiro privado por meio dos juros da dívida pública. Em nome de uma pretensa “responsabilidade fiscal”, segue-se a onda de privatizações, precarização do trabalho e desregulamentação de setores da economia. Do ponto de vista ideológico, a produção de um discurso justificador da destruição de um sistema histórico de proteção social revela a associação entre parte dos proprietários dos meios de comunicação de massa e o capital financeiro (...)

O neoliberalismo e o desenvolvimento sustentável são adaptações do capitalismo à crise ambiental sem precedentes históricos que vivenciamos (OLIVEIRA, 2007). Nesse contexto, a natureza é preservada como reserva de valor, para ser explorada por uma elite, por meio do Colonialismo/Imperialismo exercido países do Norte Global. Esses processos não visam uma mudança estrutural dos modos de produção e consumo capitalistas, responsáveis pela crise, ao contrário, a crise é uma “intempérie necessária ao modo de produção capitalista” (idem, 2007, p.6). O desenvolvimento sustentável como alternativa à crise ambiental, passou a ser defendido na década de 70, com a falácia de compatibilizar o crescimento econômico

com a preservação ambiental. A concepção do termo desenvolvimento sustentável, teve origem em 1968 no Clube de Roma, organismo composto por cientistas, grandes empresários e representantes de países ricos, que buscaram lidar com o contexto de crise, para manter o padrão predatório capitalista, no limite da resiliência dos ecossistemas. Em 1972, pelo Clube de Roma, foi produzido o relatório *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento), que buscou estabelecer os limites à exploração desenfreada, mas, que por fim, não alterou a lógica predatória capitalista. Na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, realizada em 1972, os países ricos propuseram um crescimento econômico controlado nos países considerados em desenvolvimento, para evitar o agravamento da crise ambiental em curso. Não houve consenso na conferência sobre respeitar os limites de crescimento, por meio do desenvolvimento sustentável. Nesse evento, ficou marcada a fala de representantes do governo do Brasil, que vivia um período de ditadura militar, que bradaram que se o preço a pagar pelo desenvolvimento fosse a poluição, isso seria feito. Na época, o então ministro da fazenda (1969-1974), Antonio Delfim Netto, afirmou que “primeiro temos que fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”. A partir da década de 70 o bolo no Brasil cresceu a um custo alto, o país, então, passou por uma enorme transformação com a implementação de obras de grande impacto, como a construção da Transamazônica, a Usina de Itaipu, grandes projetos agropecuários e atividades petroquímicas (AMARAL 1995). O modelo de desenvolvimento adotado pelo país afastou o crescimento brasileiro de qualquer meta de preservação a favor do desenvolvimento sustentável, como a transamazônica.

O mote de primeiro fazer o bolo crescer, para depois dividir, ainda tem força atualmente e é uma falácia, visto que, o Brasil já chegou a compor as 10 maiores economias do mundo ao mesmo que ocupava o ranking de países mais desiguais do mundo. Sim, o bolo cresceu, mas nunca foi, de fato, dividido. Assim, ainda que a crise civilizatória dê sinais cada vez mais expressivos de um ponto de não retorno, vide as emergências climáticas, novos jargões têm sido utilizados, com a promessa de expansão da economia e a preservação ambiental. A austeridade fiscal e o mito do desenvolvimento sustentável têm configurado um cenário cada vez mais precário para a sociedade, principalmente para as camadas mais empobrecidas nos países do Sul Global.

O processo de espoliação dos territórios e dos povos, sobretudo as comunidades tradicionais, tem se revestido de novas roupagens, recebido nomes diferentes, porém, com a mesma essência predatória e vilipendiadora própria do neoliberalismo. Nesse contexto, gostaríamos de apresentar a discussão trazida pelo economista belga, Gunter Pauli, autor de vários livros, sendo o mais conhecido “Economia Azul”. Pauli tem viajado o mundo para dialogar com governos de diversos países, com destaque os da América Latina, para divulgar o que ele defende ser um novo modo de produção global, a economia azul. Esse novo modelo de negócio defendido por Pauli, é um modelo novo de gestão, que” (...) utiliza todos os recursos existentes para responder a necessidades básicas, construindo capital e estimulando o empreendedorismo, trazendo inovações para o mercado. A chave são as inovações fazerem as coisas de maneira diferente⁴⁸. Para o autor, a economia azul se diferencia da economia verde, que esteve em voga nos últimos anos, em vários aspectos. Para Pauli, o verde se restringe a terras emersas, que ocupam um terço do planeta, enquanto o azul, representa como vemos o planeta do espaço, ou seja, o azul seria o todo. A ideia para preservar esse planeta azul, segundo o economista, tem centralidade no conhecimento da natureza e de seus processos eficientes, de forma que não sejam produzidos dejetos e nem sejam geradas externalidades. Para alcançar esse nível de eficiência, Pauli explica que em seus estudos utiliza “leis da física, da química e da biologia para inventar novos processos que eliminem a poluição e se transformem também em um bom negócio”⁴⁹.

Um dado importante é que Gunter Pauli, que lançou seu livro sobre Economia Azul, em 2010, é membro do Clube de Roma, escola formuladora do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 70. Sua proposta busca lançar luz sobre projetos de tecnologia cuja principal inspiração seja a própria natureza. Para o autor, mudanças tecnológicas teriam o poder de influenciar positivamente economias e ao mesmo tempo aumentar o acesso da humanidade aos direitos sociais, dentre eles: água potável, comida, emprego, moradia. Apesar da promessa, ainda é muito precária a justificativa de como a Economia Azul irá contribuir de fato para uma sociedade mais justa e sustentável. Assim como foi a criação do conceito de desenvolvimento sustentável, alguns/algumas autores acreditam que a Economia Azul não tem como

⁴⁸ <https://greensavers.sapo.pt/exclusivo-green-savers-entrevista-a-gunter-pauli/>

⁴⁹ <https://www.ecodebate.com.br/2010/06/08/os-segredos-da-economia-azul-entrevista-com-gunter-pauli/>

prioridade mudanças estruturais, mas, sim, a adoção de medidas conservacionistas, desde que não prejudiquem a acumulação de lucro das atividades econômicas hegemônicas.

Assim como foi a proposta do desenvolvimento sustentável, os apoiadores da economia azul defendem a ideia de que esse modelo de negócio, será capaz de expandir o crescimento econômico e preservar o ambiente, adotando a mesma lógica de Delfim Netto, de primeiro fazer o bolo crescer para depois compartilhar⁵⁰.

Sobre as inconsistências da Economia Azul, cabe destacar um relatório recente no qual pude participar, coordenado pelo pesquisador Leopoldo Cavaleri Gerhardinger, intitulado "*Baffling Shades of Blue*" (Tons de azul desconcertantes). O relatório teve como principal objetivo analisar os desafios e oportunidades decorrentes da economia azul, sobre os modos de vida da pesca de pequena escala nos dez países estudados, todos localizados na América Latina, sendo: Brasil, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Guatemala. (GERHARDINGER, 2021). Foram identificados e analisados 192 conflitos/injustiças nos países estudados, associados principalmente a pouca representatividade e protagonismo de membros da pesca de pequena escala, nas decisões envolvendo seus territórios. Outra questão importante foi o acesso precário às informações sobre os impactos positivos e negativos decorrentes das agendas internacionais, financiadas por bancos e instituições financeiras de grande porte.

No estudo, a Economia Azul foi compreendida como um novo rótulo para justificar velhas injustiças. Como encaminhamento, os autores ressaltaram: a importância de que a gestão dos recursos costeiros seja realizada atrelada aos princípios dos direitos humanos; a necessidade de serem desenvolvidas políticas públicas capazes de estabelecer uma distribuição econômica mais equitativa e a importância de processos participativos para o planejamento e para governança dos ambientes costeiros e marinhos. O relatório contou com pesquisa bibliográfica e com entrevistas realizadas com lideranças da pesca de pequena escala nos dez países incluídos no estudo. O trabalho coloca em tela um contexto desafiador para manutenção dos modos de vida das comunidades pesqueiras, grupos historicamente invisibilizados e altamente impactados pelo desenvolvimento de outras atividades econômicas, poluidoras e predatórias.

⁵⁰ https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=1af08PSlals&feature=emb_logo

Assumir que o problema é estrutural, implica em compreender o capitalismo como sistema necessariamente opressor, operando em congruência com o patriarcado e o colonialismo. Qualquer iniciativa de alternativa à crise, que não perpassa uma crítica ao capitalismo, decanta no limbo do conjunto de “mudanças para manter o mais do mesmo”. Apesar de nomes diferentes, a economia verde, a economia azul, compõem uma cartela reducionista de cores que pintam um contexto favorável à manutenção do *status quo*, favorecendo uma elite global e seus interesses privados, em detrimento do coletivo e suas demandas históricas.

Assim, concluímos que o processo de recrudescimento do neoliberalismo e ampliação da linha abissal tem aprofundado o contexto de injustiças ambientais vivenciados pelas comunidades pesqueiras artesanais. Como r-existência, as comunidades têm se organizado, para reivindicar a regularização dos territórios pesqueiros, marco fundamental para manutenção dos modos de vida desses grupos, pois, destruir os territórios é inviabilizar a reprodução social dos pescadores e pescadoras.

Cabe destacar que em 2022, será realizado o Ano Internacional da Pesca Artesanal, momento oportuno para que as demandas da pesca artesanal sejam colocadas em tela, o que pode significar um fortalecimento da organização social das comunidades pesqueiras, movimento necessário para fazer frente aos desafios históricos que limitam o setor.

3.2- Entre desmontes e descontinuidades: a pesca artesanal como moeda de troca política

Buscaremos analisar sucintamente, as recentes mudanças institucionais ocorridas nas pastas representativas da pesca artesanal na esfera federal. Percorrer esse caminho possibilita uma compreensão do racismo estrutural que atravessa as demandas políticas da pesca artesanal e os efeitos negativos do neoliberalismo na manutenção dos modos de vidas dessas comunidades. Percebemos que, apesar da importância social e econômica da atividade de pesca artesanal, está em um curso um processo de desestruturação de políticas públicas para o setor, o que torna cada vez mais precária a manutenção dos modos de vida das populações pesqueiras artesanais.

Assim, para analisarmos o contexto crescente de vulnerabilidade social das populações pesqueiras artesanais alguns pontos devem ser destacados, dentre eles, as constantes mudanças institucionais do setor pesqueiro e a desestruturação de políticas públicas voltadas para a pesca de pequena escala. Tal contexto histórico tem sido desafiador para que as comunidades pesqueiras artesanais tenham acesso aos seus direitos sociais. Importante também ressaltar, como tem sido desastrosa a expansão da pesca industrial no Brasil, principalmente no período entre 1967 e 1991, quando houve generoso incentivos do governo federal no setor. A ampliação da frota pesqueira industrial favoreceu o alijamento cada vez maior das comunidades pesqueiras artesanais, visto o crescente desmantelamento de seus territórios e a redução dos estoques pesqueiros (RUFFINO, 2016).

Com o incentivo a pesca industrial e sua lógica predatória, a situação dos estoques pesqueiros se tornou precária, o que acarretou forte pressão internacional, para que o Brasil se tornasse signatário de uma série de tratados, de forma que o país se comprometesse a proteger espécies de pescado, principalmente as de maior valor comercial (DIEGUES, 1983). De forma geral, as recomendações internacionais têm preconizado medidas que sejam capazes de conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Contudo, para Diegues, com a proposta de se alcançar o desenvolvimento dito sustentável, buscou-se apenas regulamentar e limitar a depredação, sem levar em consideração que nem todos os atores sociais impactam o ambiente da mesma maneira. Sob esse viés, naturaliza-se a produção capitalista, ocultando estrategicamente as distinções entre a pesca artesanal e a pesca industrial de forma que não haja uma opinião pública e legislações que regulem, de maneira proporcional, os limites e as formas de apropriação e uso dos recursos pesqueiros.

Para Neto (2010), a sobrepesca é resultante necessariamente do fracasso ou inadequação das políticas pesqueiras nacionais e internacionais, adotadas na segunda metade do século XX. Esse cenário político foi marcado por investimentos elevados em empreendimentos capitalistas da pesca em detrimento da pequena artesanal que, historicamente marginalizada, não entrou na pauta dos principais encontros voltados ao ordenamento pesqueiro (DIEGUES, 1983). Nesse contexto, houve massivo investimento na indústria pesqueira, o que possibilitou a modernização e expansão dos setores de captura e o processamento em plantas industriais, assim como da comercialização de produtos de pescado de alto valor (RUFFINO, 2016). O incentivo governamental concedido à intensa exploração realizada pela indústria pesqueira, se

deu por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE, criada em 1967, vinculada ao Ministério de Agricultura, o que levou os estoques de várias espécies ao declínio. Na SUDEPE foram criadas normas para a atividade da pesca, como o decreto lei 221.67, em que parte o texto é válido até o presente momento (BARRA, 2013). A lacuna de conhecimento científico sobre o contexto de pesca brasileiro, somado ao aumento do poder de captura conferido pelo Estado à indústria da pesca, contribuiu para o declínio dos estoques pesqueiros, o que culminou em um cenário de crise no setor (RUFFINO, 2016). Esse contexto desencadeou o estabelecimento de tratados e convenções específicas entre diversos países, para protegerem as espécies, principalmente as de maior valor comercial. Assim, foi necessária uma adequação às exigências conservacionistas, recomendadas como contrapartida para o recebimento de investimentos (LEROY, 2002). Dessa forma, a ampliação da questão ambiental no Brasil e a procura pela adequação aos parâmetros internacionais, não surgiram genuinamente por meio de movimentos sociais, mas, sim, a partir de uma necessidade do Estado em cooptar receitas necessárias ao “desenvolvimento” do país.

Com a criação do IBAMA, em 1989, atrelado ao Ministério de Meio Ambiente, algumas medidas foram implementadas para a recuperação dos estoques pesqueiros, possibilitando o aumento da população de várias espécies. Contudo, alguns fatores contribuíram para a reversão desses avanços, tais como a fragilização das estruturas públicas, devido ao aprofundamento de práticas neoliberais no país, fato que provocou um desarranjo político e perda de autoridade do instituto (NETO, 2010). O autor ressalta que, entre os anos 2000 e 2001, o governo deu continuidade a um confuso processo de divisão de competências do Poder Executivo sobre a atividade pesqueira, fortalecendo o retrocesso das políticas de recuperação dos estoques pesqueiros. Nos últimos anos a depleção dos recursos pesqueiros e a marginalização da pesca artesanal se intensificaram por meio da atuação de um Estado predominantemente patrimonialista e neoliberal (NETO, 2010).

A crise no setor pesqueiro representa a crise de um modelo de desenvolvimento da pesca, que acompanha uma crise civilizatória mais profunda e multidimensional, que envolve necessariamente a superação do modelo de desenvolvimento hegemônico e o avanço de epistemologias que contemplem a complexidade ambiental. Em consequência, na busca por mudanças, emergiram iniciativas com intuito de promover um modelo de gestão dos recursos pesqueiros, que envolvesse as comunidades

pesqueiras artesanais, estabelecendo um diálogo maior entre o saber técnico e o saber tradicional, para tomada de decisão (SILVA, A. 2014). Para o autor, a participação da comunidade pesqueira no ordenamento pesqueiro é fundamental, pois, o conhecimento tradicional viabiliza a implementação de ordenamentos mais adequados à realidade. Assim, em contraposição ao modelo hegemônico de gestão, centralizador e autoritário, busca-se mecanismos participativos de gestão ambiental, capazes de ampliar o poder de decisão das comunidades pesqueiras, em vistas a superação de injustiças ambientais e à manutenção da biodiversidade. Contudo, o nível de participação, depende do grau e interação com o Estado, que, apesar de alguns avanços, ainda é muito restrito no Brasil (SILVA, idem).

Sobre a fiscalização pelos órgãos ambientais, principalmente do IBAMA, Neto (2010) identifica algumas lacunas que inviabilizam a gestão ambiental, dentre elas: a insuficiência de trabalhos de conscientização e divulgação das medidas estabelecidas; a precariedade para o acompanhamento e aplicação do ordenamento pesqueiro; o baixo contingente de recursos humanos; a baixa remuneração e acusações de corrupção. Nesse contexto, os pequenos produtores reclamam que são alvos prediletos dos órgãos fiscalizadores, por não atuarem em longas distâncias, sendo mais fácil fiscalizá-los em relação aos barcos industriais. Mesmo ciente dos gargalos encontrados na fiscalização do ordenamento pesqueiro, o Estado cria cada vez mais normas, muitas das vezes com os mesmos objetivos, o que, segundo Neto (2010), acaba por “desmoralizar duplamente o sistema: pelas medidas que acabam não surtindo o efeito esperado e pela fiscalização, que continua mais ineficiente por ter mais medidas a acompanhar”.

Uma das medidas adotadas no país para proteção dos estoques pesqueiros, foi a criação da lei 7.679 de 1988, posteriormente revogada pela lei 11.959/2009, cujo texto versava sobre o período de defeso, momento de proibição de pesca para diversas espécies, englobando as etapas de reprodução e/ou recrutamento, por necessidades ligadas a fenômenos naturais ou acidentes. No Brasil, uma conquista importante para reprodução social dos pescadores, foi a inclusão da Política do Seguro-desemprego para o Pescador Artesanal - SPDA na constituição de 1988, cuja regulamentação ficou pendente na época de sua criação. Em 1991, a Lei nº 8.287 foi publicada pelo então presidente, Fernando Collor de Mello, garantindo o acesso ao seguro-desemprego ou seguro defeso, aos pescadores com pelo menos três anos de Registro Geral de Pesca-RGP ativo. Em 2003 foi aprovada a Lei no 10.779, que dispõe sobre a concessão do

benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso ao pescador profissional, que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, com registro de pelo menos um ano em carteira da pesca ativa. Nesse ano, a gestão pesqueira ficou subordinada a recém-criada Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2009, diante das demandas de pescadores e pescadoras artesanais, foi sancionada, pela Lei nº 11.958, a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Também foi sancionada a lei nº 11.959, que dispôs sobre a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e que revogou a lei 7.679/1988 e o decreto-lei 221/1967 (Código de Pesca de 1967).

Sobre a política do Seguro-desemprego para o Pescador Artesanal - SPDA - resultados positivos foram alcançados com a medida, porém, a política sofre críticas por não conseguir articular devidamente, em suas ações, o conhecimento tradicional. A política do seguro-defeso é ainda muito recente e necessita de avanços para a justa participação dos pescadores artesanais no ordenamento pesqueiro. Inicialmente, o foco principal era a proteção das espécies, porém, com o maior destaque dado à pesca artesanal mundialmente, devido à capacidade de abastecer os mercados internos sem prejudicar o meio ambiente, a comunidade pesqueira foi incorporada à política como um ator social fundamental para a efetividade da medida. Assim, o modelo adotado no Brasil, tem sido discutido em vários eventos, por agregar uma perspectiva de fortalecimento dos direitos sociais e da garantia à segurança alimentar, inserida nas diretrizes de combate à fome criadas pelo Programa Fome Zero, do governo Luís Inácio Lula da Silva (SILVEIRA, 2011).

Apesar dos avanços, em 2015, uma das medidas administrativas adotadas para diminuir gastos foi a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura e sua incorporação como Secretaria, no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No MAPA os pescadores artesanais alegaram que a emissão de carteiras e de outros documentos necessários para o acesso ao seguro-defeso foi prejudicado, principalmente devido aos novos tramites burocráticos (SILVEIRA, idem). Em nível nacional, a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil desamparou institucionalmente ainda mais as comunidades pesqueiras artesanais (HELLEBRANDT, 2016, p.1).

Na recente desestruturação do setor, no ano de 2017, a Secretaria de Aquicultura e Pesca passou por um período de transição, para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços- MDIC, com a justificativa governamental de conferir um

caráter mais industrial para o setor e incentivar investimentos empresariais nacional e internacional. Essa pressão está alinhada ao paradigma da modernidade, em que o (des)envolvimento econômico representa o nível máximo de dominação da natureza, “desenvolvido é ser urbano, industrializado, engloba essencialmente o que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade e a indústria (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.24). Com a desestruturação das políticas públicas recém desenvolvidas pelo MAPA e sem concluir a transição para o MDIC, a pesca passou a ser subordinada à Secretaria Geral da Presidência da República pelo Decreto 9.330, de 05/04/2018. Em 2020 a pesca representada pela Secretaria Especial de Aquicultura e pesca (SEAP), ficou subordinada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, por meio do decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020. Importante destacar que, a família de um dos recentes gestores responsáveis pela Secretária de Aquicultura e Pesca, detém uma das maiores indústrias de pesca do país, em Itajaí, Santa Catarina. Sua gestão foi alvo de polêmica e duramente criticada pelos movimentos sociais da pesca artesanal. Segundo a revista “Isto é”, o gestor, “editou uma norma do órgão, dobrando o número de espécies de peixes que poderiam ser capturadas dentro de uma modalidade específica de pesca industrial, praticada apenas por duas embarcações no país. Uma delas de propriedade do seu pai”⁵¹.

Segundo Mendonça *et al* (2018, p.1), o histórico instável de representação da pesca em âmbito institucional, atende interesses políticos, o que acaba:

Impedindo o desenvolvimento institucional cumulativo e a confiabilidade necessária para a concertação de interesses entre os envolvidos no setor”. A crise institucional e ambiental faz com que elementos básicos para uma gestão pesqueira sustentável, como a produção de informações científicas confiáveis sobre a captura, pescadores, espécies e ambientes haliêuticos (ambientes pesqueiros), sejam realizados de forma fragmentada e descontínua.

O governo federal tem apoiado o financiamento para expansão e industrialização da pesca artesanal e a cessão de uso de águas do domínio da União para piscicultura. Tais negociações têm favorecido empresas de grande porte e de investimento internacional⁵². Seguindo a fórmula histórica de fracasso o Estado tem

⁵¹ <https://istoe.com.br/as-trapalhadas-do-secretario-da-pesca/>

⁵² <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/01/governo-federal-anuncia-medidas-que-beneficiam-atividade-pesqueira>

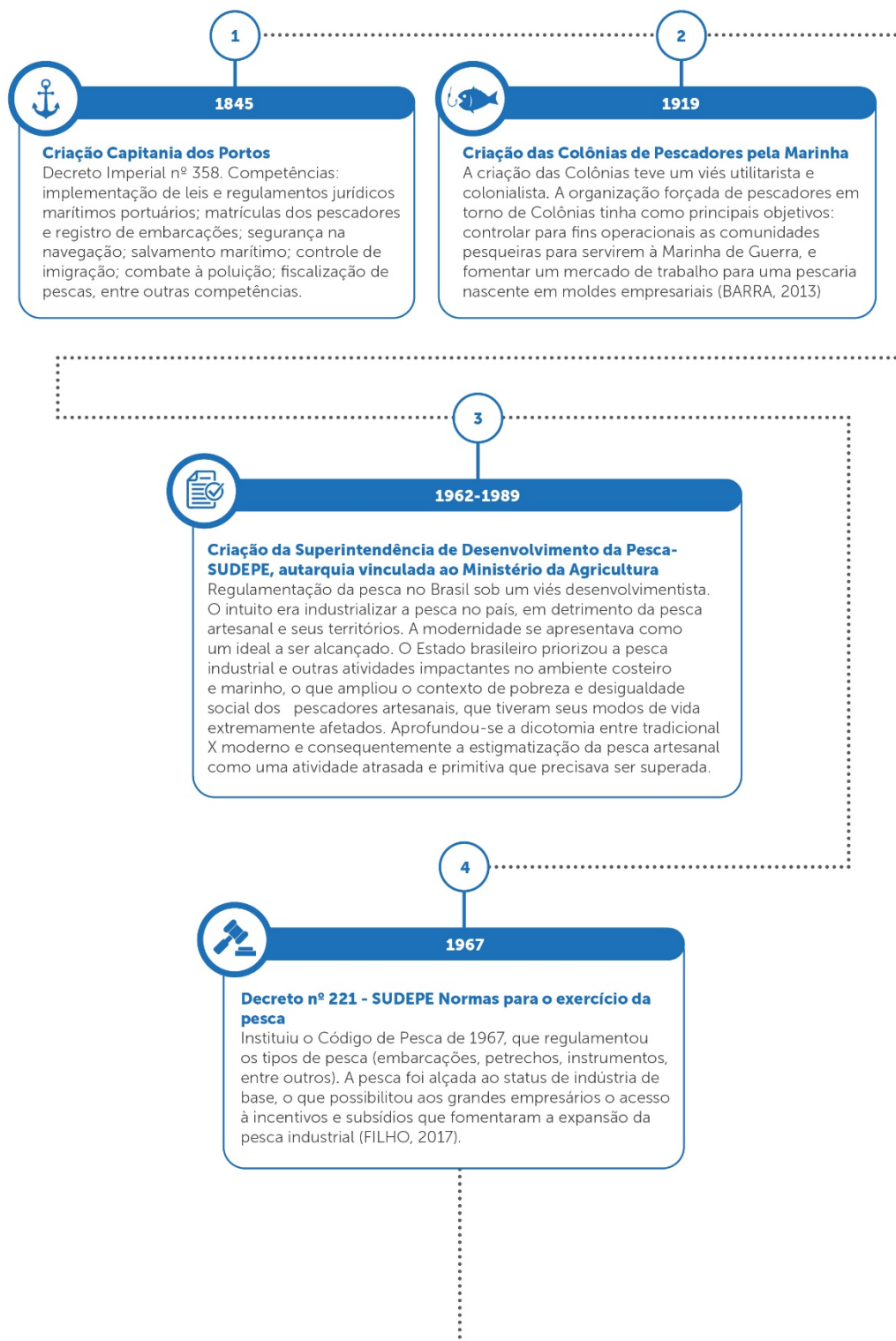
investido na industrialização do setor pesqueiro e tem priorizado a exportação de pescado, em detrimento do setor pesqueiro artesanal e da demanda por quantidade e qualidade de pescado em âmbito nacional. A comemoração do governo federal com relação aos benefícios para a atividade pesqueira, diz respeito a um setor específico, o industrial.

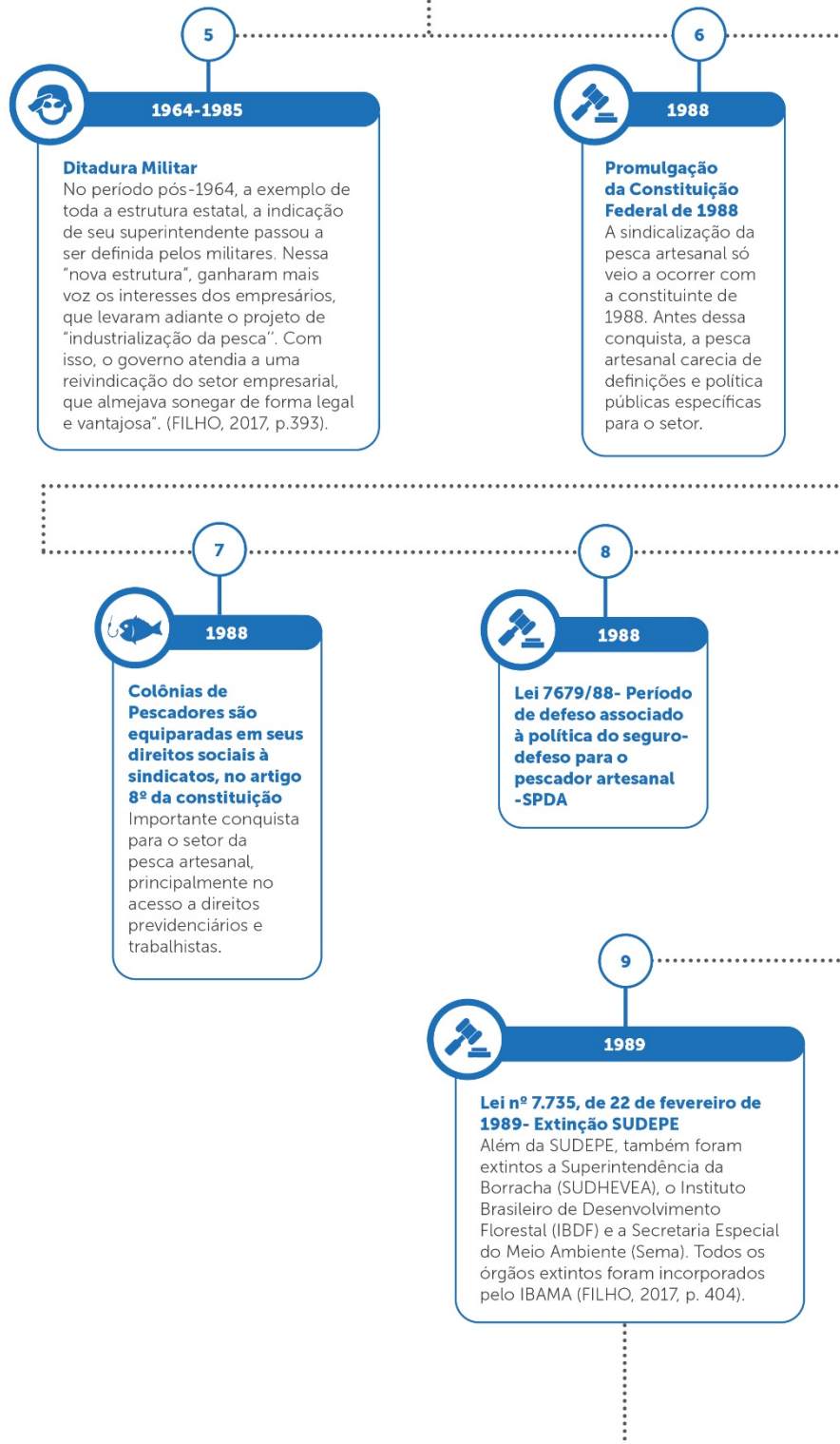
Com relação a representatividade da pesca artesanal e o acesso aos direitos, os retrocessos têm sido abissais. Como exemplo fático, sobretudo após o golpe de 2016, houve o aumento de denúncias de violação de direitos sofrido pelas comunidades pesqueiras artesanais, tendo como principais agentes violadores o próprio Estado e o setor privado.

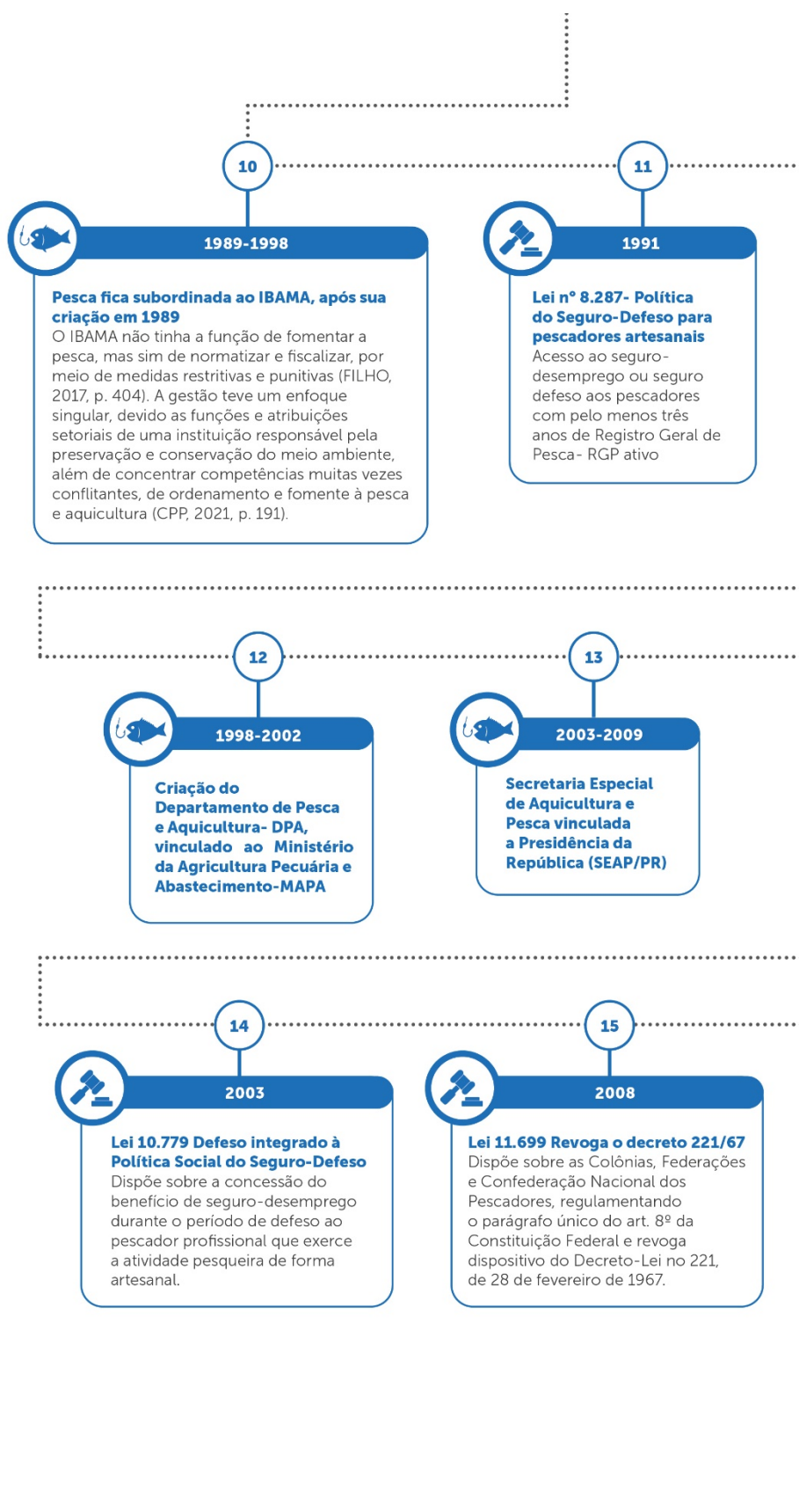
A partir das narrativas das comunidades pesqueiras, o discurso falacioso de sucesso na gestão pesqueira apresentado por representantes do Estado é desnudado. Assim, o governo que tem como incumbência consagrar um meio ambiente ecologicamente equilibrado a todos os brasileiros e brasileiras, por meio de uma gestão ambiental pública, acaba por impor instrumentos de ordenamento pesqueiro que agravam o contexto de injustiça ambiental vivido por essas comunidades. No próximo subitem serão apresentadas algumas das pautas de luta elencadas por movimentos sociais e grupos organizados relacionados à pesca artesanal.

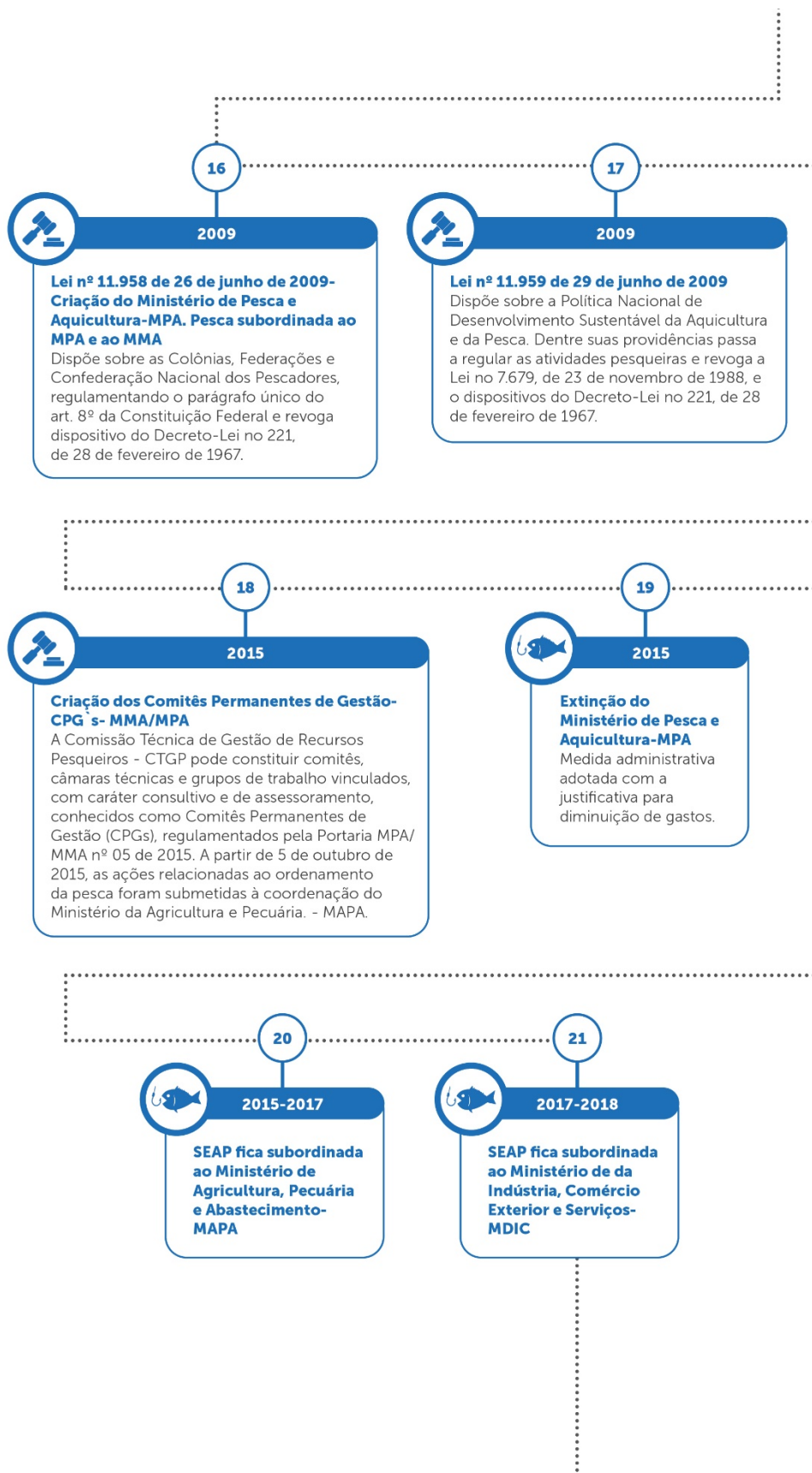
Abaixo, buscamos sistematizar em ordem cronológica, o histórico instável de representação da pesca em âmbito institucional, o que, segundo Mendonça *et al* (2018, p.1), atende interesses políticos que acabam:

Impedindo o desenvolvimento institucional cumulativo e a confiabilidade necessária para a concertação de interesses entre os envolvidos no setor. A crise institucional e ambiental faz com que elementos básicos para uma gestão pesqueira sustentável, como a produção de informações científicas confiáveis sobre a captura, pescadores, espécies e ambientes haliêuticos (ambientes pesqueiros), sejam realizados de forma fragmentada e descontínua.









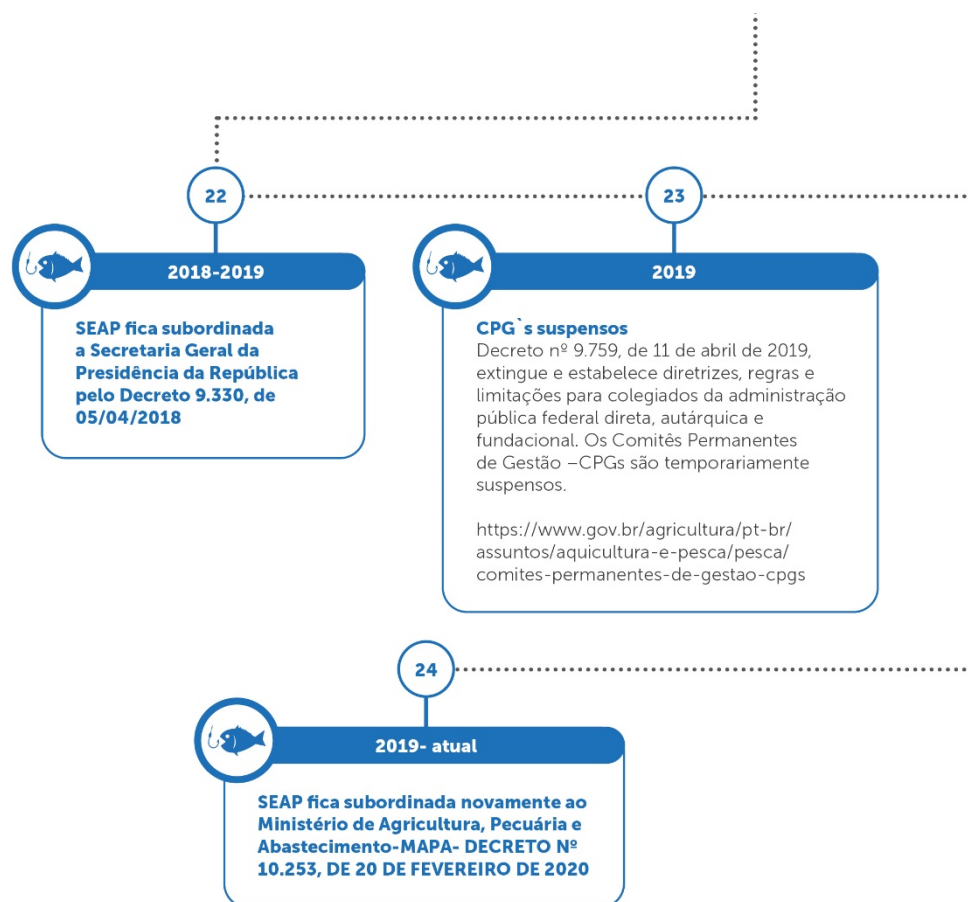


Figura 07: Linha do Tempo Pesca Artesanal. Fonte: Elaboração própria

3.3- Grito da pesca: Lutas e r-existências colocadas em tela pelos movimentos sociais e grupos organizados

*No Rio e no Mar: Pescadores na Luta!
 Nos Açudes e Barragens: Pescando Liberdade!
 Hidronegócio: Resistir!
 Cercas nas Águas: Derrubar.
 (Conselho Pastoral dos Pescadores)*

O contexto de crise ambiental em curso exige uma abordagem multidimensional, que não reduza os conflitos socioambientais a uma esfera técnica e conservacionista. A questão ambiental deve ser enfrentada com o fortalecimento dos movimentos sociais e das políticas públicas, em prol da transformação social para superação das contradições do capital (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013).

Em termos de contradições e desigualdades o Brasil segue um padrão ímpar de exclusão no mundo, com a renda média dos 10% mais ricos representando 28

vezes a renda média dos 40% mais pobres (Barros *et al* 2000). Um novo patamar foi alcançado entre os anos de 2004 e 2014, período em que, a implementação de programas sociais de redistribuição de renda possibilitou que mais de 28,6 milhões de brasileiros saíssem da pobreza, o que alterou o índice de Gini de 0,57 para 0,52. Os avanços conquistados no Brasil foram responsáveis por metade dos dados estatísticos referentes à redução da pobreza na América Latina (WORLD BANK GROUP, 2014)⁵³. Contudo, apesar de reduzir a desigualdade social, o Brasil se mantém como um dos países mais desiguais do mundo, com um coeficiente de Gini elevado, ficando abaixo apenas de 9 países como Colômbia, Paraguai, Haiti e países da África Subsaariana (CALIXTRE E VAZ, 2015). Segundo a Agência Senado⁵⁴, o Brasil se mantém entre os 10 países mais desiguais do mundo, com o índice de Gini igual a 0,539, segundo dados de 2018. Além disso, o país é o 2^a maior em concentração de renda em relação a outros 180 países analisados.

O trabalho de Barros *et al* (2000) direciona a origem da pobreza na extrema desigualdade social existente em nosso país, apresentando diversas análises estatísticas que corroboram para a conclusão de que o Brasil é um país de renda média, porém, com muitos empobrecidos. A pobreza é consequência de uma concentração de renda perversa, aliada a existência de poucas políticas públicas que de fato tenham como prioridade a justiça social. Os autores ressaltam que ainda predomina no discurso hegemônico, a ideia de que a melhoria para a população pobre, se dará, principalmente, mediante o crescimento econômico do país, o que é confrontado no trabalho por meio de dados estatísticos, que reiteram que, se houver crescimento sem redistribuição de renda, a concentração de riqueza não reduzirá e os padrões inaceitáveis de desigualdade se manterão. Com o aprofundamento do neoliberalismo, a projeção é de que o número de pessoas pobres volte a crescer, o que torna emergencial a manutenção e ampliação de políticas públicas voltadas para a distribuição de renda. Segundo a organização Oxfam (2017)⁵⁵, a desigualdade social mundial se agudizou, a assimetria é tamanha que as 85 pessoas mais ricas do planeta

⁵³ World Bank Group:

https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/02/NovosPobresBrasil_Portuguese.pdf Acessado em: 20/03/17.

⁵⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>

⁵⁵ <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2017/>

concentram um montante de US\$ 1,7 trilhão, equivalente ao valor disponível para 3,5 bilhões das pessoas mais pobres.

Uma importante estratégia para redução das desigualdades é a criação de empregos. A média de rendimentos oriunda do trabalho representa a maior porcentagem da renda dos 40 % mais empobrecidos no Brasil, o que reforça o papel da geração de trabalho no aumento da renda e, conseqüentemente, na redução da pobreza e de desigualdade (Barros *et al*, 2000).

Como é destaque, a pesca artesanal é uma atividade econômica com grande potencial empregatício e de importância fundamental no combate à insegurança alimentar. Boa parte do pescado consumido no Brasil é oriundo da pesca artesanal e 90,3% da força de trabalho no setor pesqueiro é composto por pescadores e pescadoras artesanais (CAMPOS E CHAVES, 2014). Segundo o relatório produzido pelo Conselho Pastoral dos Pescadores-CPP em 2021, intitulado Conflitos Socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil, ainda que a estatística pesqueira realizada no país seja descontinuada, principalmente por falta de incentivo público, estima-se que, ao menos, 60% do pescado produzido no país seja oriundo da pesca artesanal, ou seja, uma quantidade que alcança mais de 500 mil toneladas por ano. Apesar da relevância inquestionável da pesca artesanal para o país, o relatório denuncia como Estado colonialista brasileiro tem atuado frente as demandas do setor:

Ocorre que sistemas jurídicos e institucionais do capital promovem a exploração insustentável da natureza, ao mesmo tempo que intensificam o racismo ambiental estrutural que gera má distribuição de renda, fome e pobreza, injustiça social e cultural, vulnerabiliza pessoas e comunidades, discriminadas por sua origem, ou cor, conjunto de fatores esses que são agravados pelos efeitos das mudanças climáticas e por desastres naturais (CPP, 2021, p.160).

Assim, apesar da importância social e econômica da atividade da pesca artesanal, as comunidades pesqueiras configuram grupos vulnerabilizados, visto a destruição sem precedentes de seus territórios, acompanhada do aumento da pobreza e de constantes conflitos socioambientais. Na tese compreendemos o conceito de vulnerabilidade como uma condição produzida socialmente, em que determinados grupos sociais são afetados por uma proteção do Estado, desigual e insuficiente podendo ser definido por Acselrad (2010, p.2) como:

Uma noção relativa - está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior, ou menor, susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas, ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo. Se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais, para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que haja mudanças nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos.

Nesse sentido, para que seja possível a manutenção dos modos de vidas das comunidades pesqueiras, é necessário ampliar cada vez mais pautas que tratem o ordenamento participativo. Além disso, também é preciso pensar no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, que visem a superação das assimetrias nos âmbitos sociais, ambientais, culturais e econômicos aos quais essas comunidades têm sido historicamente submetidas.

Os contextos de opressões e r-existências têm sido denunciados por movimentos sociais e grupos organizados relacionados à pesca. Para consubstanciar o debate com relação ao contexto de injustiça ambiental e a necessidade de regularização dos territórios de pesca, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), igrejas e movimentos sociais, se articularam e produziram o relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Territórios Tradicionais Pesqueiros no Brasil” (CPP, 2016). Segundo o relatório, os conflitos mais citados pelas comunidades acompanhadas foram: 1) especulação imobiliária, 2) empreendimentos turísticos, 3) privatização das terras públicas, 4) carcinicultura e piscicultura, 5) degradação ambiental, 6) pesca predatória, 7) parque eólico, 8) ameaça de morte das lideranças locais, concretizados em homicídios que nunca vão a julgamento, 9) barragens, 10) despejo, 11) restrição de acesso às áreas de trabalho, a 12) indústria naval e 13) a indústria petrolífera, com suas consequências e formas de impactar os espaços dos pescadores que não são vista e , quando vistas, são desconsideradas como desimportante diante dos suposto progresso que trazem.

Com relação às expectativas de atuação do Estado apontadas no relatório, muitas se referem ao ordenamento pesqueiro e, dentre as questões que são elencadas por estas comunidades, temos as que destacam a necessidade de que os órgãos de controle, como o IBAMA, não atuem somente no período do defeso; que o direito de uso dos principais pesqueiros – usufruto das comunidades pesqueiras históricas — seja protegido e praticado; e que haja realmente multas aos agressores ambientais. Em

suas considerações finais, o CPP salienta que o movimento de pescadores e pescadoras artesanais, “possui consciência de que estes conflitos estão associados à injustiça ambiental agenciada pelo Estado” e relacionam os conflitos como expressões do modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista (CPP, 2016, p. 102).

Dessa forma, as inadequações das políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal, como denunciado pelo CPP e pelo MPP, se entrelaçam aos mecanismos colonialistas de regulação ambiental inaugurados pela sociedade moderna ocidental.

Já no II Fórum de Representantes da Pesca Artesanal da Bacia de Campos⁵⁶, realizado em 2017, representantes de comunidades pesqueiras localizadas em municípios do norte e da Baixada Fluminense, denunciaram a hostilidade e o distanciamento por certas instituições públicas, o que dificulta o acesso de pescadores e pescadoras aos seus direitos sociais. Também foi pautada a forma como tais instituições concentram informações sobre direitos e deveres, que deveriam ser amplamente publicizadas, debatidas e avaliadas pela classe. Foram muitas as falas sobre: o atendimento hostil no INSS por funcionários despreparados para lidar com as especificidades da seguridade especial no âmbito da pesca artesanal; o acúmulo de dúvidas sobre o acesso a aposentadoria, seguro-defeso e outros direitos, tanto entre as lideranças da pesca, como nas comunidades pesqueiras. Foi destacada também a necessidade dos órgãos ambientais articularem suas informações com o conhecimento tradicional da pesca artesanal, para formulação de projetos, políticas públicas, mudanças na legislação e afins, voltados para autonomia e independência da categoria.

A leitura crítica de relatórios e manifestos referentes às demandas da pesca artesanal colocam em tela como a ultrapassada teoria da tragédia dos comuns, se mantém potente no campo ambiental. Como exemplo da potência de teorias associadas a modelos de gestão ambiental autoritários e centralizados, podemos aludir à audiência pública sobre o processo de ordenamento pesqueiro no Brasil, realizada em junho de 2019⁵⁷, quando o representante do atual governo, colocou em tela algumas

⁵⁶ O II Fórum de Representantes da Pesca Artesanal da Bacia de Campos, sob o tema “reconhecimento e os direitos dos pescadores”, foi realizado no mês de maio de 2017 no município de Macaé teve por objetivo colocar em tela a visão do setor pesqueiro de pequena escala nos debates interinstitucionais, para o reconhecimento e estabelecimento dos direitos dos pescadores artesanais. O evento foi organizado pelo grupo de lideranças da pesca participantes do Conselho Consultivo do Programa Petrobras Mosaico, com o apoio técnico do Projeto de Comunicação Social Regional da Bacia de Campos (PCSR-BC).

⁵⁷ Acessado em junho de 2019: <https://www.sindipi.com.br/post/audiencia-publica-processo-de-ordenamento-da-pesca-no-brasil>

das concepções fundantes do que se considera ser o ordenamento pesqueiro no país e seus principais desafios. Foi destacado que, apesar de ser levado em consideração a existência de diversos elos que devem ser geridos no ordenamento pesqueiro, sendo estes os aspectos biológicos, econômicos, pesqueiros, ecossistêmicos e sociais, o mais importante, de fato, seria o foco no peixe, foco na espécie, pois esse elo significava o início de tudo. No decorrer da audiência, foram apresentadas as normas de ordenamento da pesca, que dispõem sobre: regimes de acesso; captura total permissiva; o esforço de pesca sustentável; os períodos de defeso; as temporadas de pesca; os tamanhos de captura; as áreas interditadas ou de reserva; as artes, os aparelhos e os métodos e o sistema de pesca. Segundo o palestrante, esses seriam os instrumentos para serem utilizados para o ordenamento da atividade, não apenas a proibição da pesca. Foi ressaltado que tais instrumentos estão bem regulamentados, para que os órgãos competentes utilizem como embasamento para tomadas de decisão. Entretanto, a realidade denunciada pelas comunidades de pesca, retrata justamente ao contrário, os instrumentos de ordenamento pesqueiro não são considerados justos e adequados. A perspectiva colonialista, reducionista e eurocêntrica tem permeado uma série de contextos, dentre eles, o ordenamento pesqueiro. As comunidades pesqueiras artesanais têm enfrentado uma série de desafios que se agudizam a medida em que se aceleram os processos de desestruturação de políticas públicas voltadas à proteção de seus modos de vida. As constantes mudanças institucionais e a falta de representatividade têm resultado na invisibilização cada vez maior do setor.

Ainda sobre a audiência, houve uma crítica à portaria nº 445, que lista uma série de espécies de peixes ameaçadas de extinção, e que seriam proibidas de serem capturadas. O palestrante argumentou que a medida foi discutida de forma unilateral pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA), quando deveria ter sido proposta como uma portaria conjunta com o extinto Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), visto que anteriormente, a pesca era regulamentada de forma interministerial, pelo MMA e pelo MPA. Nota-se que a contrariedade à portaria 445 foi expressa em vista de garantir interesses do setor industrial e não do artesanal. Destacou-se que, atualmente, a competência de regulação da pesca esta alocada no Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e na Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca (SAP), pelo decreto 9667/2019.

Em ambas as perspectivas, tanto a do MMA, como do MAPA, a pesca artesanal ocupa papel secundário. A perspectiva das instituições ambientais, como o MMA se alinha ao histórico da questão ambiental no Brasil, que germinou dentro de um contexto conservacionista, onde a preocupação com o meio ambiente se direcionou quase que exclusivamente aos aspectos naturais. Essa perspectiva reducionista reforça um “conceito oculto” de meio ambiente, onde o que importa é o potencial produtivo dos ecossistemas e a perda de biodiversidade, sem incluir devidamente as dimensões sociais e histórica (BRUGGER, 1994).

Já o desenho institucional da pesca, tem sido modificado ao sabor dos interesses políticos e privados, sob o discurso hegemônico e colonialista de que o governo deseja conferir um caráter mais industrial para o setor e atrair e incentivar investimentos empresariais nacionais e internacionais.

Para o palestrante, representante do atual governo, os problemas referentes a portaria n.º 445, dizem respeito à falta de diálogo do MMA com o MAPA e também o fato de não ter havido uma ampla discussão com a sociedade, sobretudo com os diversos entes do setor produtivo, com os órgãos do governo pertinentes e com organizações não governamentais (ONGs). Destacamos que apesar das críticas tecidas por membros do governo com relação a não participação da sociedade e sobretudo de atores sociais envolvidos com o setor pesqueiro nessa discussão, o próprio governo em questão, no mesmo mês em que a audiência foi realizada, manteve apenas 1,2% do total de 2.593 colegiados ligados à administração federal, extinguindo uma série de conselhos consultivos, dentre eles, os Comitês Permanentes de Gestão (CPGs), criados pela portaria interministerial MPA/MMA nº 05 de 2015. Os CPGs representavam os únicos espaços consultivos para participação da sociedade civil, setor pesqueiro e representantes do governo, e eram compostos por subcomitês científicos que possibilitavam, dentro de limitações, discussões e debates sobre a gestão dos recursos pesqueiros de grande importância economia e social para o país. Além disso, subsidiavam o governo no plano de gestão dessas espécies e no debate sobre políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro.

Este tem sido o contexto desafiador que paira como um limbo aos que se dedicam a estudar e se envolver com temas ligados à pesca artesanal no Brasil. Ainda que na época de existência dos CPGs houvesse espaços muito reduzidos de fala disponibilizados aos representantes da pesca artesanal, nitidamente desproporcional

à importância do setor e aos desafios que colocam em risco seus territórios, sem os CPGs, fica incerto os critérios que serão utilizados para ordenar a pesca no país.

Talvez a transferência da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca em agosto de 2019, de Brasília para o Município de Itajaí, em Santa Catarina, maior porto pesqueiro industrial do Brasil, forneça pistas sobre quem continuará reger, no contexto de correlações de poder, o ordenamento pesqueiro brasileiro. Assim, torna-se cada vez mais desafiador o estabelecimento de uma perspectiva de regulação ambiental democrática e participativa, para uma gestão ambiental com enfoque na participação da sociedade civil, na tentativa de superação da tutela do Estado e conquista de mais autonomia das comunidades tradicionais, sobre decisões pertinentes aos seus territórios (LAYRARGUES, 2000).

Sobre as pautas de luta da pesca artesanal, destaca-se o relatório lançado em 2021, pelo Conselho Pastoral dos Pescadores-CPP, sobre os Conflitos Socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil. Assim como o relatório publicado em 2016, o documento buscou colocar em tela os contextos de luta e r-existência vivenciados pelas comunidades pesqueiras em todo país. As pautas de luta das comunidades, quando comparadas ao contexto de 2016, foram agravadas pelo avanço neoliberal e pela gestão catastrófica do governo federal em relação a pandemia do Covid-19. O relatório denuncia a crescente criminalização dos movimentos sociais, sob a tutela de um governo genocida, que tem encorajado a deslegitimação de comunidades tradicionais, em favor de interesses do agronegócio e outros setores empresariais que desenvolvem suas atividades por meio de silêncios e impunidades. O relatório de 2021 busca dar continuidade ao relatório elaborado em 2016, que, entre tantos pontos importantes, evidenciou a judicialização de conflitos socioambientais que perduram por mais de 10 anos, o que revela que a “ação do Estado, por omissão, ou demora na solução dos conflitos, faz parte da engrenagem que sustenta as violações” (CPP, 2021, p.8).

Já em 2021, o documento denunciou o governo necropolítico brasileiro, que tem desestruturado o arcabouço legal relacionado aos direitos sociais de pescadores e pescadoras. A destruição das políticas públicas se dá de várias maneiras, podendo ser diretamente pela revogação de decretos e leis, ou pelo sucateamento de instituições importantes para que as comunidades pesqueiras busquem acessar seus direitos, como: SPU, INCRA, Fundação Cultural Palmares (CPP, 2021). Dentre os

principais desafios para manutenção dos modos de vidas das comunidades pesqueiras artesanais elencados no relatório e associados as ações do Estado e setor privado, destacam-se: a inviabilidade de permanência das comunidades em seus territórios, de forma parcial ou total; a poluição das águas; a diminuição de habitats; o assoreamento e a contaminação do solo. Diante de um contexto cada vez mais precário de existência, a principal pauta de luta das comunidades pesqueiras tem sido a luta pelo acesso ao território (idem, 2021). O relatório traz graves denúncias com relação a ingerência federal para o enfrentamento a pandemia e ressalta como as comunidades tradicionais foram as principais atingidas pela falta de estrutura governamental. Esse contexto desolador se deve ao fato do governo federal ter sido incapaz de garantir vacinas, profissionais de saúde, máscaras, informações qualificadas e tratamento para as comunidades e povos tradicionais, desde os residentes nas cidades, até os mais isolados do perímetro urbano.

Apesar dos desafios que se agigantam num período neoliberal e sob ingerência de um governo federal necropolítico, as comunidades pesqueiras artesanais de todo o país têm se organizado, com destaque para a última década, para que suas pautas de luta ocupem cada vez mais espaços em âmbito nacional e internacional. Um dos pontos de destaque nas pautas de lutas dos movimentos sociais organizados da pesca artesanal, como o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil - MPP é a campanha nacional pela regularização dos territórios tradicionais pesqueiros. O movimento conseguiu protocolar na câmara de deputados o projeto de lei 131/2020, cujo texto propõe a regularização e reconhecimento dos territórios pesqueiros (CPP, 2021). Sobre o tema, relatório elaborado pelo CPP (2021) conta com análises dos contextos das comunidades pesqueiras artesanais por Estado e um dossiê temático, tratando os conflitos socioambientais identificados nos territórios pesqueiros (CPP, 2021, p.157). A perda de territórios pesqueiros implica em consequências graves, dentre as quais destaca-se a perda de identidade coletiva, que representa:

(...) o mecanismo principal de sustentação das tradições consuetudinárias. É a identidade tradicional que garante o exercício da atividade pesqueira artesanal e a conexão primeira das garantias de manutenção dos ecossistemas do território. Os efeitos desses impactos mexem diretamente nos valores e na dignidade humana (CPP, 2021, p.157).

Outra dimensão considerada como uma das principais na violação de direitos das comunidades pesqueiras artesanais é a devastação ambiental, ocasionada principalmente pela “poluição com agrotóxicos, esgotamentos sanitários urbano e rural, pesca predatória, sobretudo através de barcos industriais, contaminação com metais pesados pela mineração, desastres de barragens e derramamento de petróleo” (CPP, 2021, p. 157). Nesse contexto, recentemente, uma tragédia ambiental resultante da ação humana, ganhou destaque na mídia internacional e colocou o Brasil em um novo recorde devastador: de ser o país onde ocorreu o mais severo desastre ambiental nos oceanos tropicais do Planeta, com um vazamento de óleo, que alcançou mais de 3 mil km da costa brasileira⁵⁸.

Pesquisadores do instituto de Ciências do Mar (Labomar), pertencente a Universidade Federal do Ceará-UFC, publicaram dois estudos recentes em uma das mais renomadas revistas de artigos científicos do mundo, a *Science*, sobre a tragédia ambiental que assola o país, e que continua sem definição de suas causas. Um dos artigos, com o título “*Brazil oil spill response: time for coordination*”, destaca que 40 unidades de conservação - UCs foram atingidas pelo óleo. Em reportagem sobre as publicações dos artigos, um dos autores, o professor Marcelo Soares, destacou que alguns dos impactos que já foram analisados, dentre eles: a contaminação a longo prazo de ecossistemas tropicais; perda de biodiversidade; insegurança alimentar de comunidades tradicionais; perdas econômicas de pescadores artesanais; danos psicológicos às comunidades impactadas e danos às unidades de conservação atingidas. Para Marcelo, os danos não puderam ser combatidos em um tempo adequado, devido a falha na ação governamental que não possibilitou que medidas preventivas e corretivas fossem realizadas. Além disso, com a extinção de comitês voltados a resolução de acidentes com óleo, a ineficácia na aplicação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo e os cortes financeiros em pesquisas e políticas ambientais, conformaram um cenário caótico, em que pouco, ou quase nada, pode ser feito para minimizar os danos.

A reportagem cita o segundo artigo, com o título “*Brazil oil spill response: protect rhodolith beds*”, que trata os possíveis impactos que o vazamento de óleo provocou nos bancos de rodólitos, que são algas calcárias que compõe os ecossistemas

58 <http://agenciaeconordeste.com.br/vazamento-de-oleo-foi-o-mais-severo-desastre-ambiental-em-oceanos-tropicais-destaca-artigo-cientifico/>

marinhos e que possuem papel de destaque no equilíbrio de carbono nos oceanos, visto que capturam CO². A contaminação desses bancos de rodólitos, podem intensificar as mudanças climáticas, visto que, menos CO² será capturado, contribuindo para o aquecimento global. O professor Marcelo explica na matéria que os bancos de rodólitos representam um verdadeiro berçário para a vida marinha e que a área de contaminação, onde o óleo precipitou, impactou justamente esse ecossistema. Também foi ressaltado que tragédias como essa podem se repetir, visto que, a exploração de petróleo em águas profundas tem se intensificado nos últimos anos.

O licenciamento ambiental, identificado pelo Estado neoliberal e pelo setor privado, como um empecilho ao desenvolvimento (TEIXEIRA *et al*, 2021) tem sido flexibilizado, em uma disputa de poder em que os interesses da coletividade, têm sido preteridos por demandas empresariais. Como consequência do sucateamento dos órgãos ambientais e de fortes retrocessos na legislação ambiental, as comunidades tradicionais têm sofrido impactos cada vez mais severos sobre seus territórios, o que coloca em risco a manutenção de seus modos de vida. Segundo o relatório sobre Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil, a manutenção da vida no planeta perpassa pela valorização das comunidades tradicionais pesqueiras, visto que, esses grupos historicamente mantêm uma relação com a natureza, baseada no contato contínuo, em um processo de interdependência, onde o devir das comunidades depende da sustentabilidade do ambiente natural de seus territórios, sendo assim:

(...) o direito à vida de pescadores e pescadoras artesanais é colocado em risco quando o ambiente não tem sua importância reconhecida, ou quando os pescadores são identificados apenas como utilitários, com mão de obra barata. (...) a garantia dos territórios, do ambiente saudável e da valorização da pesca artesanal garantem a manutenção da vida no planeta. Isto porque, como mestres e mestras da pesca artesanal ancestral, suas identidades se constituem como guardiãs da terra e das águas que reproduzem a vida. (CPP, 2021, p.161).

O relatório do CPP 2021, coloca em tela 297 conflitos envolvendo comunidades pesqueiras artesanais no Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do país. Os principais agentes impactantes identificados nos conflitos analisados pelos agentes do CPP, em ordem decrescente de total de menções foram: empreendimentos turísticos; agronegócio, incluindo a cadeia produtiva agrícola e pecuária, sendo identificado

também como latifúndio/fazenda; mineração; esgoto urbano; desmatamento; especulação imobiliária; esgoto industrial; dragagem; pesca predatória; barragem; construção de portos/indústria naval; hidrelétricas; aquicultura; indústria petrolífera/petroquímica; rodovia e energia eólica/parque eólico; lixão, pirataria, e invasão de área de pesca; contaminação por agrotóxico; criação de Reservas extrativistas - Resex - e Companhia de água e esgoto.

O relatório, no texto escrito por Jocemar Mendonça, traz uma importante crítica ao limbo de informações sobre a pesca artesanal, devido principalmente aos escassos programas/processos voltados para o setor, que, em sua maior parte, são descontínuos, mal planejados e implementados sem a devida participação da sociedade. As consequências da ausência de dados sobre o setor se refletem, principalmente, em políticas públicas descoladas das realidades das comunidades pesqueiras artesanais, prejudicando ainda mais o acesso historicamente precário desses grupos aos seus direitos sociais (CPP, 2021). Assim, a falta de clareza com relação ao real número de pescadores e pescadora e a distribuição desse grupo pelo país, dificulta a eficiência de políticas públicas voltadas para o setor (Campos e Chaves, 2015).

Apesar da precariedade nos dados sobre a pesca artesanal, o CPP (2021) buscou analisar os dados disponíveis, tendo como fontes, informações produzidas pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA, pelo IBGE (2020, por boletins estatísticos de produção) e pelo Portal da Transparência. O relatório destaca que os dados referentes ao número total de registro geral da pesca- RGP, datam de 2015, e contabilizam o total de 1.087.725 registros, em que 0,9% se referem a pesca industrial e 99,1% são de pescadores e pescadoras artesanais (CPP, 2021). Do total, 40% são pescadoras, e estão distribuídas da seguinte forma pelo país: 54,7% no Nordeste, 45% no Norte, 10% no Sudeste, 7,5% no Sul e 2,2 % no Centro-Oeste. A pesca artesanal é responsável por mais da metade da produção total do país, e por 90% dos empregos gerados (SILVA, 2014, apud CPP, 2021).

No lastro de ausência de dados e de um limbo informacional extremamente deletério para a pesca artesanal, recentemente, foi lançado de forma online, um novo processo para acessar o RGP. O novo sistema, SisRGP 4.0, implementado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca- SAP lotada no Ministério de Agricultura, Pecuária

e Abastecimento- MAPA, foi testado inicialmente em Pernambuco⁵⁹. Segundo movimentos sociais representativos da pesca artesanal, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco- (MPP-PE), a Associação Nacional de Pescadoras Artesanais (ANP) e o CPP Nordeste, o sistema é extremamente burocratizado e por ser online, representa um verdadeiro empecilho para que pescadores e pescadoras possam de fato acessar seus direitos. O novo sistema aprofunda as dificuldades já existentes, visto que, desde 2013 não são emitidos novos registros, apenas protocolos, o que dificulta que trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, possam se regularizar e assim ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Os representantes dos movimentos sociais ressaltaram que houve uma tentativa de compreender o sistema junto ao SAP/MAPA e que o governo deveria ter considerado as especificidades da pesca artesanal antes de implementar um sistema como esse. A matéria que tratou as informações acima foi publicada no site do Conselho Pastoral da Pesca.

No canal da “campanha pelo território pesqueiro”, na rede social *YouTube*, dois vídeos postados recentemente, trazem informações relevantes para compreendermos os impactos do novo sistema informatizado do RGP, sobre as comunidades pesqueiras e colocam em tela as perdas de direitos sociais promovidas pelo o atual governo federal. O vídeo intitulado “Balanço Político e organizativo dos 10 anos do MPP: luta, resistência e conquistas”⁶⁰, apresenta a reunião ocorrida em 24/11/2, em que foram destacados vários pontos considerados como prejudiciais para a pesca artesanal. Dentre os pontos debatidos, foi ressaltado o discurso falacioso do governo federal, que tenta justificar a burocratização do RGP, como forma de coibir a “fraude” de pessoas que se passam por pescadores artesanais para receber o seguro-defeso, sem de fato ter direito. Para os palestrantes, isso não confere com a realidade e, por isso, gostariam de entender que dados o governo tem analisado para concluir que dificultar o acesso aos direitos vai coibir uma “fraude”. Durante a discussão, foi enfatizado que as dificuldades enfrentadas por pescadores e pescadoras artesanais no acesso aos seus direitos, se relacionam ao fato do atual secretário de aquicultura

⁵⁹ <http://www.cppnacional.org.br/noticia/novo-programa-de-recadastramento-preocupa-pescadores-artesanais>

⁶⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=QCWSk35gabQ>

e pesca ser um dos maiores industriais no setor pesqueiro em Itajaí, Santa Catarina. Outra crítica realizada foi a sobre a possível transferência de funções até então realizadas pelas Colônias de Pescadores, para as prefeituras, o que significaria um retrocesso ainda maior para o setor pesqueiro artesanal, visto que, as experiências junto aos órgãos públicos no acesso a políticas públicas, principalmente municipais, não são exitosas. Para o grupo, os funcionários não sabem como lidar com as especificidades do setor, e, além disso, as prefeituras não possuem capacidade técnica e orçamentária para dar conta de mais essa função.

No encontro foi enfatizado uma perseguição direcionada aos pescadores artesanais por uma fiscalização ostensiva e desproporcional em relação à fiscalização destinada à frota industrial. O palestrante acredita que o cerco realizado contra o pescador artesanal se deve ao fato dos pescadores serem os primeiros a ver o que tem de errado, como o vazamento de óleo. A violência parece ter o intuito de silenciar aqueles que, segundo o palestrante, seriam os primeiros fiscais: os pescadores artesanais.

No vídeo, uma das palestrantes denuncia o absurdo que representam os decretos que restringem o acesso ao seguro-defeso, apenas aos pescadores que não possuem outra fonte de renda além da pesca. Para ela, que conhece muitas comunidades pesqueiras no país, por ser uma liderança ativa, essa restrição desconhece a realidade da pesca artesanal, cada vez mais difícil. Com todas os desafios para ser pescador e pescadora artesanal, é um disparate impor que os trabalhadores não busquem outras fontes de renda.

Já no vídeo sobre "Recadastramento Geral da Pesca: pescadores e pescadoras artesanais contra a cultura da invisibilidade" que transmitiu a reunião realizada no dia 23/11/21, lideranças de movimentos da pesca artesanal e representante do Ministério Público Federal – MPF - colocaram em tela os principais desafios para efetivação no acesso aos direitos sociais das comunidades tradicionais pesqueiras⁶¹. Foi denunciado pelas lideranças das comunidades pesqueiras, como o novo sistema informatizado definido pelo governo, tem dificultado o acesso ao RGP. Um dos principais entraves é o fato do sistema ser online, quando muitos pescadores e pescadoras não possuem acesso técnico e apoio para seguir todas as etapas requeridas. Outra questão denunciada como um verdadeiro retrocesso é a exigência

⁶¹ <https://www.youtube.com/watch?v=qvHL5mAXNzY>

de prova de vida dos pescadores e pescadoras artesanais de três em três meses, algo que não é requerido a nenhuma outra profissão no país e que demonstra o quanto a pesca artesanal é preterida pelo Estado. No encontro também foi denunciado que, se os pescadores artesanais não responderem os e-mails sobre documentação incompleta para acessar o RGP em 60 dias, todo o processo é perdido. Essa medida foi considerada inadequada, visto que, os pescadores em geral, são organizados com suas documentações, mas, pelo fato do sistema ser online, o processo de atualização das documentações é dificultado e por vezes se torna inacessível.

Algumas lideranças destacaram que em certas regiões, como o Norte, existem localidades em que a energia e o sinal de internet são precários, o que prejudica o recadastramento das comunidades tradicionais pesqueiras. Outro ponto, considerado como um verdadeiro gargalo, é o reconhecimento facial requerido para o cadastramento do RGP. Os representantes relataram várias experiências desgastantes vividas por pescadores e pescadoras que, por inúmeros motivos, não conseguiram utilizar esse tipo de sistema. Para o grupo, o sistema foi criado por quem não se importa com o povo e suas dificuldades. Foi relatado que uma pescadora, sabendo que iria passar por um reconhecimento facial, se arrumou, cuidou do cabelo e prontamente se dirigiu a Colônia de Pescadores, para conseguir apoio no recadastramento. Segundo a presidente da Colônia que contou essa experiência, o sistema não reconheceu o rosto da pescadora, que voltou a Colônia várias vezes para tentar terminar o processo, porém, sem sucesso. Quando, finalmente, a pescadora conseguiu enviar a foto como prova de vida, ela se ajoelhou e chorou. A liderança que a ajudava, também mulher, contou que ao ver todo o sacrifício e luta da companheira para completar aquele processo, se emocionou e foi ao banheiro chorar.

Segundo uma liderança de Pernambuco, Estado em que a implementação do SisRGP 4.0 foi iniciada como projeto piloto, o recadastramento foi um fracasso, visto que, a demanda era muito maior do que a Colônia conseguia em tempo hábil apoiar. Apesar disso, ela e sua equipe se dedicaram o quanto puderam, trabalhando desde cedo até tarde da noite para recadastrar o máximo possível de pescadores e pescadoras, para que todos pudessem acessar seus direitos. Outro problema relatado foi a diferença entre a foto da biometria por título e a foto de prova de vida. Um pescador estava com barba, cabelos pretos e obviamente mais novo no documento mais antigo e, ao tirar a foto de prova de vida, já mais velho, com cabelos brancos, o sistema não o reconheceu. Para tentar se adaptar ao sistema, o pescador pintou seu

cabelo de preto e, mesmo assim, ainda que tivesse apoio da Colônia, o sistema não o reconheceu. A saída para alguns pescadores e pescadoras para fazer o reconhecimento facial foi abrir conta no banco. Apesar de haver uma demanda urgente por emissão de novas carteiras de pesca, a forma como o sistema foi pensando, sem a participação da comunidade pesqueira, tornou o processo burocrático, insensível, inadequado e um verdadeiro empecilho para o acesso aos direitos sociais.

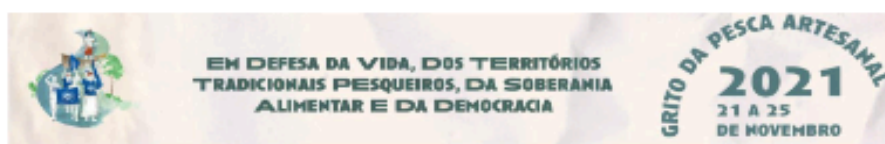
Essa situação desesperadora se repetiu com várias outras pessoas, principalmente porque o sistema de reconhecimento facial não funcionou e pelas dificuldades no acesso e uso de: e-mails; equipamentos como celulares e computadores e internet de qualidade. A consequência de tal arbitrariedade se reflete em processos perdidos de muitos pescadores e pescadoras para acessarem seus benefícios, dentre eles, a aposentadoria. Em alguns casos, quando os documentos requeridos pelo sistema não são enviados, os processos não são sequer suspensos, mas cancelados, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras têm seus anos trabalhados desconsiderados para conseguirem acessar a aposentadoria. Como exemplo fático, foi relatado que uma pescadora que trabalhava no mangue foi orientada, pelo sistema, a se dirigir a outro Estado para fazer sua prova de vida. A liderança relatou essa situação e tentou ajudar a pescadora no processo, explicando que o sistema não reconhecia a trabalhadora no Estado certo, onde ela morava. Ela tentou apoio com gestores públicos de Brasília, mas não foram solícitos. A liderança não conseguiu fazer o recadastramento apesar da pescadora possuir carteira ativa no sistema e atualizações todas corretas. O sistema só permitia que a liderança fizesse o registro inicial e não o recadastramento. A presidente de Colônia tentou falar novamente com representantes em Brasília e, até hoje, está sem resposta. A pescadora continua sem carteira, pois não foi feito o recadastramento e a liderança não fez o registro inicial, pois, se o fizesse, a pescadora que tem mais de 50 anos, poderia perder sua aposentadoria.

O evento relatado, ocorreu entre os dias 21 e 24 de novembro de 2021, em Brasília, e culminou com a elaboração de um manifesto (figura 16), intitulado Grito da Pesca 2021, que expressa os objetivos discutidos ao longo das atividades realizadas. O canal do *YouTube* da “campanha pelo território pesqueiro” reúne uma série de outros vídeos, com as discussões realizadas durante o evento. Durante toda a atividade, foram muitas as críticas com relação ao posicionamento do governo federal,

em propagandear o novo sistema SisRGP 4.0 como um grande benefício para os profissionais da pesca, com a frágil alegação de que por meio dessa ferramenta“ combaterá as fraudes e permitirá a desburocratização do processo e a garantia aos direitos, como a solicitação do seguro-desemprego do pescador profissional, o conhecido seguro defeso”⁶². Os relatos realizados pelos representantes dos movimentos sociais da pesca artesanal, contudo, expõem a falácia presente no discurso governamental, de que o SisRGP 4.0 é um sistema mais rápido e seguro.

Assim, durante o evento “O grito da pesca 2021” (Figura 07) foi colocado em tela a perspectiva colonialista do Estado, que tem como projeto político esfacelar as poucas políticas públicas ainda existentes direcionadas para a pesca artesanal. Contudo, diante das r-existências das comunidades pesqueiras artesanais em defesa de seus direitos e seus territórios, o Estado recuou em frentes de desestruturação de políticas públicas. Em contrapartida, sem conseguir destruir diretamente a implementação de políticas públicas, como o seguro-defeso, o governo tem criado obstáculos para que a população pesqueira artesanal ascese seus direitos. Com a justificativa de coibir fraudes, o governo tem boicotado a acessibilidade às políticas públicas, criando gargalos para que os beneficiários e beneficiárias cumpram as etapas necessárias para regularização do seu trabalho. Segundo o relatório da CPP (2021), a precariedade de informações e dados sobre a pesca artesanal contribui para um discurso, principalmente do Estado e do setor empresarial, que pormenoriza o papel da pesca artesanal para a geração de emprego e renda. Com a crescente dificuldade de registro de pescadores e pescadoras, o quantitativo de trabalhadores da pesca diminui e justifica o sucateamento das políticas públicas já escamoteadas pelo atual governo, como a recente tentativa de acabar com o seguro-defeso.

⁶² <https://www.anchieta.es.gov.br/noticia/ler/84866/pescadores-devem-regularizar-o-registro-geral-da-atividade-pesqueira-rgp>



MANIFESTO GRITO DA PESCA 2021

Da força resistente das águas, inspirados nas lutas históricas do povo brasileiro, nós pescadoras e pescadores artesanais reunidos de 21 a 24 de novembro de 2021, em Brasília, realizamos nosso **Grito da Pesca Artesanal 2021**, com o tema *Em defesa da vida, dos territórios tradicionais pesqueiros, da soberania alimentar e da democracia*.

Somos mais de 600 pescadores e pescadoras artesanais representando 16 estados brasileiros que se colocam na posição de luta em defesa da vida e dos territórios tradicionais pesqueiros frente a intensa violação de direitos humanos e retirada de direitos sociais historicamente conquistados desde o processo de redemocratização do país.

Ocupamos as ruas de Brasília para anunciar que é dos nossos territórios tradicionais que vem 70% do pescado que alimenta o povo brasileiro, para demonstrar a diversidade cultural de nossas comunidades e dos nossos modos de vida, somos nós que cuidamos das águas e da terra.

Ocupamos as ruas no dia 22 de novembro para denunciar os desmontes das políticas ambientais, da negação de direitos previdenciários e da intensificação da violência frente a privatização e mercantilização de nossos territórios.

Repudiamos a política excludente da Secretaria de Aquicultura e Pesca- SAP/MAPA, que sem consultar e considerar as organizações de pescadores e pescadoras artesanais, lança um processo de recadastramento que não considerou a diversidade e as especificidades das comunidades pesqueiras. A SAP atende de forma prioritária aos interesses da aquicultura e da indústria pesqueira capitalista, que é insustentável e não coloca o peixe na mesa do povo com preço acessível. Denunciamos o desmonte da frágil política pesqueira e da ausência de políticas públicas que atendam as demandas imediatas dos pescadores/as

Seguimos na resistência pesqueira, na defesa da vida, dos nossos territórios de vida e trabalho. Somos um povo que conhece bem as águas e nos colocamos como parte do território das águas, saímos na sua defesa frente a mercantilização desse bem comum. Não seremos cancelados e canceladas, resistiremos!

Reafirmamos nosso compromisso com o povo brasileiro de defesa da pesca artesanal, das águas e de toda biodiversidade presente em nossas comunidades.

Pescadoras/es artesanais seguem sendo sinal de resistência e de organização na defesa da vida, da democracia e dos bens comuns.

**No Rio e no Mar: Pescadores na Luta!
Nos Açudes e Barragens: Pescando Liberdade!
Hidronegócio: Resistir!
Cercas nas Águas: Derrubar.**



Figura 08: Manifesto Grito da Pesca 2021

Sobre o tema, o pesquisador Rafael Barsotti Torres, em uma matéria recente para o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*⁶³, trouxe o seguinte questionamento “O seguro-defeso é um gasto ineficiente para quem?”. Segundo o autor, o seguro-defeso, pensando em sua origem como um direito social, em 2003, passou a ser considerado uma política pública, ampliando significativamente o número de membros das comunidades pesqueiras beneficiados. Contudo, desde 2015, o acesso ao seguro tem sido cada vez mais dificultado, principalmente pela suspensão de emissão do registro geral da pesca-RGP, documento requerido para garantir o direito ao seguro e outros benefícios. O que aparenta ser um problema burocrático, para o pesquisador, é um projeto de desmonte da política, que pretende transferir recursos públicos para o rentismo internacional, dando continuidade ao projeto colonialista do atual governo federal.

O não recebimento do seguro-defeso, mesmo após o período de proibição iniciar e o sentimento de não pertencimento em relação à gestão dos territórios pesqueiros, são fatores que tornam algumas normas ineficazes. Sobre os motivos apontados por comunidades pesqueiras para o não cumprimento de normatizações sobre seus territórios, Colaço (2012, p.272), destaca:

As justificativas para transgressão que se enquadram no eixo material articulam uma ideia de necessidade ligada ao provimento de comida (peixe, ou dinheiro/ganhos obtidos com as vendas de pescado) para a família. Mesmo os pescadores que estão cadastrados na Colônia e que, por este motivo, estão aptos a receberem o Seguro-defeso em períodos nos quais a pesca está proibida pelo IBAMA, reclamam do valor baixo das mensalidades quando comparadas ao ganho corrente da atividade. Outros reclamam do atraso nos pagamentos “da Federal” que, muitas vezes, são iniciados - conforme pude constatar em 2009 - dois meses após o início do Defeso. “Assim não posso parar, Zé! Ninguém olha pelo pescador!”, disse um interlocutor experimentado

Para Pereira (2008), as condições sociais das comunidades pesqueiras são determinantes para o cumprimento, ou não, do ordenamento pesqueiro vigente. Nesse contexto, é provável que as comunidades utilizem malhas e petrechos fora das especificações e que pesquem no período do defeso, sempre que for preciso atender as demandas mais imediatas. Esse processo contribui para um cenário em que a prática da pesca predatória piora a situação dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, das próprias comunidades pesqueiras (idem, 2008).

⁶³ <https://diplomatique.org.br/o-seguro-defeso-e-um-gasto-ineficiente-para-quem/>

Nesse contexto colonialista, uma das medidas apresentadas pelo governo que assumiu a presidência sem eleições diretas, em 2016, foi o decreto nº 8.967, de 23 de janeiro de 2017, que visa extinguir o seguro-defeso e criar na legislação o conceito de pesca alternativa. Com a nova classificação, o período de defeso continuaria, mas, a todos os pescadores que possuem mecanismos de manter uma pesca alternativa, seria liberada a pesca, porém, sem recebimento do seguro-defeso. Para a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA - a medida representa um verdadeiro retrocesso nos direitos sociais dos trabalhadores da pesca, como explica o pescador, representante da CONFREM Brasil, Sr. Carlos Alberto Santos, conhecido como Carlinhos, em uma *live* sobre a "Auditoria da pesca Brasil 2021" promovido pela Oceana Brasil⁶⁴: "A gente vive uma realidade onde a política pesqueira é através dos meus para os nossos, não para todos. O incentivo que sempre falam né? Dizem que tem que acabar com os incentivos e os subsídios para pesca. Subsídios e incentivos para quem? Porque eu sou pescador artesanal, tenho embarcação de sete metros e meio, uma jangada, e eu nunca vi incentivo, muito menos subsídios. Ah, mas o seguro defeso é um subsídio, é um incentivo. Não! O seguro-defeso ele é uma reparação ao serviço prestado a sociedade. Porque o pescador quando ele para de pescar no período de defeso e da desova, seja do camarão, seja da lagosta, seja do robalo, ele está prestando serviço para toda sociedade e não só para a pesca. Esse serviço ambiental que é prestado, ele tem que ter uma reparação, haja vista, que somos obrigados a parar de trabalhar."

A política do defeso, caso o decreto se efetive, pode perder seu caráter social, para ser uma medida estritamente conservacionista. Assim, acreditamos que, diante de um cenário político de instabilidade dos direitos sociais conquistados, pesquisas voltadas a compreender a efetividade das políticas sociais, a apoiar as lutas das comunidades pesqueiras artesanais, são de grande relevância.

Dentre as muitas pautas de luta, as comunidades pesqueiras artesanais do país têm se organizado para reivindicar a manutenção dos territórios pesqueiros e dos seus direitos sociais, principalmente por meio da "Campanha pelos Territórios Pesqueiros"⁶⁵. O movimento busca destacar a importância cultural, social, econômica e ambiental da pesca artesanal para o Brasil, visto que, as comunidades pesqueiras, de matriz indígena e afro-brasileira desenvolvem uma atividade de grande relevância

⁶⁴ https://www.youtube.com/watch?v=5CbUQLP_TV8

⁶⁵ <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/>

para a geração de trabalho e renda e para soberania alimentar. Além disso, como a campanha ressalta⁶⁶, os modos de vida dessas comunidades se constituem de forma sustentável com a dimensão natural e, portanto, são grupos cujos conhecimentos devem ser valorizados para a conservação dos territórios.

Um dos entraves para que sejam efetivados os direitos das comunidades pesqueiras sobre seus territórios, é que, embora sejam reconhecidas como populações tradicionais pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - não existe ainda uma lei específica que assegure por ancestralidade, os territórios pesqueiros, como já foi conquistado pelas populações indígenas e quilombolas (idem). Importante destacar que a OIT, criada em 1919, tem como uma das principais preocupações, assegurar os direitos das populações tradicionais, tendo como foco inicial as populações indígenas, compreendendo a reparação histórica necessária para os séculos de trabalho escravo e todo o extermínio decorrentes do processo de colonização. A Convenção 169 da OIT dispõe sobre povos indígenas e tribais, e representa o primeiro instrumento internacional que trata especificamente sobre essas populações. Como populações tribais, o documento compreende todos os grupos que se distinguem da população nacional, por suas dimensões culturais, econômicas e sociais, dos quais as comunidades pesqueiras artesanais fazem parte.

O Brasil é signatário da OIT e ratificou a convenção 169 em 2002, um importante avanço na defesa dos direitos sociais dos povos tradicionais do país. Nesse contexto, objetivo da “Campanha pelos Territórios Pesqueiros” é mobilizar comunidades pesqueiras artesanais de todo país, para que fortaleçam e ampliem o debate sobre a importância da criação de lei que ratifique os territórios pesqueiros, como pertencentes aos pescadores e pescadoras. A campanha para conseguir assinaturas de 1% do número do eleitorado do Brasil, no apoio para regularização dos territórios pesqueiros das comunidades tradicionais pesqueiras, foi lançada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) em 2012. Apesar das assinaturas digitais não contarem como válidas para o projeto de lei, o movimento salienta que assinar a petição fortalece a campanha, pois coloca em tela o amplo apoio da sociedade na proposta entregue em Brasília, por isso, segue o link para quem tiver

⁶⁶ <http://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro>

interesse em compor a luta⁶⁷, e não esmorecer. Como o relatório (CPP 2021, p.166) destaca:

Os problemas são muitos, mas a capacidade de resistência e de construção de alternativas por parte de povos indígenas, comunidades tradicionais e moradores(as) das periferias urbanas; de negros(as), mulheres, jovens e tantos outros(as) são valiosas. Os debates sobre Bem Viver e Bens Comuns ganham cada vez mais destaque nas nossas agendas. Os movimentos agroecológicos e pela segurança alimentar e nutricional se fortalecem a cada dia. Também os movimentos sociais contra todas as formas de discriminação e violência nos fazem ter uma visão alargada do que realmente sejam direitos humanos.

Gostaria de destacar como outro importante documento, referente as pautas de luta das comunidades pesqueiras artesanais, produzido no âmbito de execução do PEA Pescarte, onde trabalho como educadora socioambiental desde 2014. Dentre as várias ações desenvolvidas pelo projeto, todas registradas com relatórios, fotografias e por vezes filmagens, destaco a o evento intitulado “4º Pescarte (Re)Une Regional”, realizado em Macaé, entre os dias 05 à 07 de julho de 2019. Esse encontro foi o último em escala regional, realizado antes da pandemia, e reuniu representantes de comunidades pesqueiras dos sete municípios de atuação do Projeto Pescarte, sendo: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra. Também participaram da atividade representantes de outros PEAS, pesquisadores e equipe técnica do PEA Pescarte, da Petrobras e outras instituições relacionadas às pautas que foram discutidas no evento. Os objetivos principais para realização do evento foram: promover uma integração entre os sujeitos e sujeiras da ação educativa para consolidar uma agenda socioambiental, contemplando as principais pautas de luta das comunidades pesqueiras artesanais; formalizar a posse do Grupo de Acompanhamento de Obras - GAO - composto por lideranças das comunidades pesqueiras da área de atuação do PEA Pescarte, eleitos pelas comunidades que representam. O GAO tem como principal função ser um elo de comunicação entre o PEA e as comunidades que representam, para dialogar sobre o processo de implementação dos projetos de geração de trabalho e renda, estabelecido como prioritários para os grupos

⁶⁷https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Congresso_Nacional_Eu_apoio_o_Projeto_de_Lei_pelo_Territorio_Pesqueiro/?fbclid=IwAR2WRrtnjd5lZsgzLCd4-6mr5H3LNCyWSZdWt_eNFo0t7eeE6wLU3iH7M3g

envolvidos. O PEA Pescarte tem como principal objetivo fortalecer a organização social das comunidades pesqueiras, por meio da geração de trabalho e renda; oportunizar integrações em múltiplas dimensões, dentre elas sociais e culturais, entre as comunidades pesqueiras. O evento também buscou promover um intercâmbio cultural entre os participantes, visto ser uma oportunidade ímpar para articulação entre comunidades pesqueiras artesanais de diferentes territórios.

Os participantes foram divididos em cinco grupos, para discutir ao longo do evento, o planejamento de ações de curto, médio e longo prazo, para o enfrentamento das principais pautas de luta destacadas pelas comunidades pesqueiras ao longo da segunda fase do PEA (2017-2019). Os temas discutidos foram: Grupo 1- Criação de um Conselho Estadual de Pesca; Grupo 4- Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável- CEDRUS; Grupo 2- Participação nos Comitês Permanentes de Gestão - CPG's; Grupo 3- Participação nos Comitês de Bacia Hidrográficas e Grupo 5- Tramites para obtenção do Selo de Inspeção Municipal e Estadual Sanitários. Os temas acima foram priorizados por serem prementes para manutenção dos meios de vida das comunidades pesqueiras participantes do PEA Pescarte.

Convergindo como as pautas de luta colocadas em tela por movimentos sociais da pesca artesanal em nível nacional, no Pescarte, as discussões centrais debatidas no evento, envolveram: a necessidade de maior participação das comunidades pesqueiras nos espaços de decisão sobre seus territórios, como os CPG's (Figura 08) e Comitês de Bacia Hidrográfica (Figura 11).

Importante destacar que, durante a preparação para o evento, foi percebido que muitos dos participantes nunca haviam tido contato os CPG's. No mesmo período em que esse espaço foi discutido no âmbito do projeto, os CPG's foram extintos pelo "regogaço" promovido pelo governo Bolsonaro⁶⁸; a demanda por mais representatividade da pesca artesanal no Estado.

⁶⁸ <https://www.oc.eco.br/revogaco-pode-dar-prejuizo-ao-pais/>

<p>Grupo 2 - Ocupação dos Comitês Permanentes de Gestão Mediadores: Naete Reis e Lucas Aragão Relatora: Patrícia Pereira</p>	AÇÕES	CURTO PRAZO (3 MESES)	MÉDIO PRAZO (6 MESES)	LONGO PRAZO (12 MESES)
	BUSCA DE INFORMAÇÕES	PROCEDIMENTOS E FORMAÇÃO DO FISCAL;	ENTENDIMENTO DOS CRITÉRIOS DA FISCALIZAÇÃO DA PESCA INDUSTRIAL E ARTESANAL; PESQUISA POR MODELOS DE AUTOGESTÃO DO ORDENAMENTO PESQUEIRO PELOS PESCADORES ARTESANAIS.	CRIAÇÃO DE UMA OUVIDORIA (FISCALIZAÇÃO)
	PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	CARTA DE INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA RECRIAÇÃO DOS CPGs		CARTILHA DE ABORDAGEM DE FISCALIZAÇÃO
	ARTICULAÇÕES	CONTATO COM A FIPERU; ARTICULAÇÃO SAP / MAPA: ELIELMA, CONFREM (FERNANDO BIFÓ) E NEGO DA PESCA; BUSCAR INFORMAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS: MPP SOBRE DOCUMENTAÇÃO DA PESCA	EVENTO ENTRE PESCADORES (AS) E A FIPERU	

Figura 09: Esquematização planejamento grupo 2. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019

O grupo ressaltou a importância de ser criado um conselho estadual de pesca (Figura 09), para que a cadeia produtiva do setor fosse fortalecida. Uma estratégia que o grupo tem adotado, enquanto não existem possibilidades concretas para criação do conselho estadual, tem sido participar do CEDRUS, conselho com décadas de criação e boa representatividade.

<p>Grupo 1 - Conselho Estadual de Pesca</p> <p>Grupo 4 - Ocupação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDRUS</p>	<ul style="list-style-type: none"> Adaptar o projeto aos interesses da pesca - curto prazo; Grupo de Trabalho do Projeto - propor as alterações no documento - curto prazo; Propor reconsideração sobre a criação do Fundo com recurso dos Royalties - curto prazo; Lutar pela criação de um Conselho de Pesca da Bacia de Campos ou Conselhos Regionais - curto prazo; Buscar apoio parlamentar para a tramitação do Projeto - curto, médio e longo prazo; Provocar Audiência Pública para discutir a necessidade de criação de Conselhos de Pesca - médio prazo; Mobilizar os PEAs, Colônias, Associações e Movimentos locais para criação do Conselho que abarque toda bacia de campos - Curto, médio e longo prazo; Criar um Conselho Estadual com subcomitês regionais independentes - longo prazo; Utilizar as reuniões do GAO, assembleias e outros espaços do PEA Pescarte para elaborar as instruções no projeto e as demais ações que e fizerem necessárias - curto, médio e longo prazo; Articulação com PEA Territórios do Petróleo para criação do Conselho - contínuo Estabelecer contato comissão para entrar em contato com o deputado e relator da comissão do Conselho Estadual de Pesca e solicitar um prazo para enviar propostas - curto prazo; Formar comissão para levantamento das demandas a serem encaminhadas ao CEDRUS - curto prazo
--	--

Figura 10: Esquematização planejamento grupo 1 e 4. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019

Recentemente, o grupo conseguiu, por meio da organização social, criar uma câmara técnica de pesca e aquicultura artesanal no CEDRUS, um avanço importante diante da perda crescente de direitos sociais do setor e da necessidade de políticas públicas específicas para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.

Diante de deste contexto, os participantes do PEA Pescarte alegam que, sem o incentivo estatal e diante de muitas burocracias, tem sido cada vez mais difícil se regularizarem, tanto com registros individuais (RGP), como também de forma coletiva, para criarem empreendimentos solidários, como cooperativas e associações.

AÇÃO	3 MESES	6 MESES	12 MESES
Grupo 5 - Obtenção do Selo de Inspeção Municipal e Estadual Mediadores: Kíssila Rangel e Rafaela Machado Relator: Victor Carvalho			
Escolha da Comissão no GAO (Grupo de estudo)	GAO e Equipe (1ª Reunião do GAO)	-	-
Grupo de estudos (Informações da prefeitura e estudo da Lei 7.889/89- (disposição sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal)	GAO e Equipe - DEVOLUTIVAS -	- DEVOLUTIVAS -	- DEVOLUTIVAS -
Grupo de Trabalho	-	Montar o projeto de lei (Convocar PEAs, vereadores e instituições interessadas.)	- DEVOLUTIVAS-
		- DEVOLUTIVAS -	
Provocar audiência pública para <u>aprovação do texto do projeto de Lei</u>	-	-	Grupo de Trabalho mobilizar para a ação e fazer o acompanhamento
Acompanhar e pressionar	- DEVOLUTIVAS -	GAO E EQUIPE -DEVOLUTIVAS-	- DEVOLUTIVAS

Figura 11: Esquematização planejamento grupo 5. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019

Um dos entraves nesse sentido tem sido as dificuldades para obtenção do serviço de inspeção municipal (Figura 10), estadual e federal.

Sem que essas demandas sejam devidamente encaminhadas, as comunidades se mantêm reféns de atravessadores, recebendo um valor pífio por seu trabalho e pelo pescado.

	AÇÃO	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO
Grupo 3 - Ocupação dos Comitês de Bacia Hidrográfica Mediadores: Bruno Bonfim e Rafael Moraes Relatora: Laís Almeida	Verificar transparência dos Comitês	Formar grupo de trabalho para coleta de insumos	Apresentação dos insumos coletados	Acionar órgãos competentes de acordo com as informações adquiridas
	Articular com os representantes que já ocupam cadeiras nos comitês	Identificar possíveis parceiros que ocupam cadeira nos comitês		Participação nas eleições dos comitês em 2021
	Criar um canal de discussão com os pescadores (as) - Reuniões do GT	Encontros municipais do GT - utilizar espaço das reuniões do GAO (bimestralmente)	Encontro do GT Regional - por comitê (bimestralmente)	Encontros regionais dos Grupos de Trabalho - utilizar espaço das reuniões do grupo integrador (quadrimestralmente)
	Utilizar e produzir ferramentas de comunicação (recursos audiovisuais)	Articulação com outros PEAs e outros canais de comunicação	Produção articulada de materiais de comunicação (fotos, vídeos e boletins)	Devolutiva para as comunidades (fotos, vídeos e boletins)

Figura 12: Esquematização planejamento grupo 5. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019

Esquematização planejamento grupo 3. Fonte: Arquivos Pescarte, 2019

Concluimos nesse subitem da tese que, a perspectiva colonialista, reducionista e eurocêntrica tem permeado uma série de contextos, dentre eles, o ordenamento pesqueiro. As comunidades pesqueiras artesanais têm enfrentado um contexto desafiador com o acelerado processo de desestruturação de políticas públicas voltadas para o setor. As constantes mudanças institucionais têm resultado no desmantelamento de agendas políticas que representem a pesca artesanal. Nesse cenário, consideramos que a interlocução entre o conhecimento científico, a linguagem institucional e os conhecimentos tradicionais, com o devido protagonismo para as comunidades historicamente subalternizadas, no campo da questão ambiental, é condição primordial para uma gestão ambiental pública participativa⁶⁹.

⁶⁹ No Brasil, em meados da década de 80, durante a formulação da Constituição Federal de 1988, deu-se início a debates sobre experiências de descentralização de políticas públicas. Já na década de 90, experiências apoiadas por organismos internacionais, colocaram em tela metodologias participativas de caráter sistêmicos e integrados (MASSON, 2004). Entendemos a Gestão Ambiental como um processo de mediação de conflitos de interesses com uma ampla diversidade de atores sociais envolvidos num contexto de assimetrias de poder. Nesse processo o grupo dominante pode, ou não, levar em consideração o interesse dos demais, podendo prejudicar outros grupos através de suas decisões. Quintas (2006) ressalta que o termo participação pode possuir diferentes significados no Brasil. Em projetos governamentais é comum se falar em “participação da comunidade” que na realidade significa a aceitação da comunidade à proposta já construída pelos técnicos envolvidos. Para Quintas, a participação “ocorre quando a população contribui, influi e usufrui forma mais efetiva e direta, na construção e transformação de sua realidade, através de ações organizadas”.

Nesse sentido, é urgente superar as barreiras epistêmicas, expressas principalmente pelo baixo reconhecimento do saber tradicional. Esse processo implica no reconhecimento de que o Estado, hegemonicamente colonialista, bem como a ciência moderna, compõem uma epistemologia necropolítica, que, parte da pressuposição de que existem grupos, em especial os grupos étnico raciais, incapazes de produzir conhecimento verdadeiro, com “V” maiúsculo. Sob esse prisma, a perspectiva hegemônica, presente em grande parte das instituições governamentais, tem conferido a ciência não somente um papel hegemônico, mas um caráter perigoso, pois invalida a existência de outras epistemologias e de outras explicações do mundo (ANDRADE, 2000).

Esse contexto de ordenamento pesqueiro abissal, elaborado à revelia das comunidades de pesca, é hegemônico no campo da gestão ambiental. Dessa forma, é preciso reformular o papel da gestão ambiental no sentido de ampliar a participação da sociedade, para construção de outros modelos civilizatórios que não sobreponham os interesses do mercado aos interesses coletivos. Encerraremos esse subitem do texto, com intuito de ter conseguido colocar em tela as principais pautas de luta dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras.

“Ao cursar uma disciplina na pós-graduação, o professor, especialista em gestão de recursos pesqueiros, de grande competência na área, explicou à turma que ao se reunir com outros especialistas para definir espécies de pescado que entrariam na lista de animais em risco de extinção, utilizou uma margem de “gordurinha”. A margem da gordurinha, seria a inclusão de espécimes que não atendiam ao critério para serem inclusos na lista, mas que, por seu valor intrínseco e pela preocupação dos cientistas, poderiam ser adicionadas, visto que, seria quase inconcebível que o saber perito dos biólogos e demais especialistas, pudesse ser questionado. A neutralidade científica em sua insólita jornada rumo a verdade com “V” maiúsculo, é recheada de gordurinhas, erros e resultados de experiências não desejadas, que são prontamente varridas para baixo do tapete. Por vezes, entender a cosmovisão científica tradicional, implica em associar tal perspectiva a um ângulo determinado milimetricamente, que, sob determinada temperatura, volume e pressão, torna possível a existência do fenômeno estudado. No entanto, basta que os olhos ousem caminhar por outros emaranhados de vida e sentidos, que outras cosmovisões passem a existir. Ousar perceber que explicamos verdades a partir de pressupostos, criados socialmente, arrepiava dos pés à cabeça, pois coloca em questão as certezas das quais fomos nutridos. Após a sensação de vazio, um torpor colore a alma com novas possibilidades de ser e estar no mundo. Precisamos aceitar que nossa perspectiva no mundo é apenas uma das tantas possíveis e que a possibilidade de vivermos em uma sociedade melhor, depende de nossa capacidade de integrar conhecimento em uma ecologia de saberes (Naetê Reis).”

4- PERCURSO METODOLÓGICO PARA UMA PESQUISA PÓS-ABISSAL

Gostaria de iniciar esse capítulo salientando que as metodologias aqui adotadas, bem como as abordagens teóricas selecionadas ao longo de todo o trabalho, se retroalimentaram de forma dialógica. Foi à luz das teorias brevemente apresentadas no capítulo II, com os pés fincados na materialidade de vida dos grupos em situação de vulnerabilidade e em profundo diálogo com suas cosmovisões, como discutido no capítulo II, que nos dedicamos a refletir a práxis para realização da pesquisa.

O percurso metodológico trilhado no presente trabalho é composto por uma série de experiências que precisam ser colocadas em tela, de maneira que seja possível compreender o arranjo escolhido para caminhar rumo aos objetivos propostos. Assim, pretendemos apresentar no presente capítulo: as contribuições de Boaventura de Sousa Santos na busca por uma pesquisa pós-abissal e o percurso metodológico adotado.

Nessa caminhada, o PEA Pescarte possui um papel fundamental, pois, foi no projeto que tive meu primeiro contato alargado com o tema pesquisado. Por isso, buscarei no próximo tópico apresentar brevemente informações sobre o desenho institucional envolvido na arquitetura desse tipo de projeto, e a importância da perspectiva teórico-metodológica da educação ambiental crítica para a promoção de uma gestão ambiental pública pós-abissal.

4.1- Projetos de Educação Ambiental - PEAs - espaços de escuta sensível na gestão ambiental pública

Os projetos de educação ambiental são medidas que podem ser mitigatórias, ou compensatórias, e que, no âmbito do licenciamento ambiental de atividades da cadeia de petróleo e gás, devem ser implementados sob orientação específica da nota técnica nº 01/10, onde constam as diretrizes para implementação de programas e projetos de educação ambiental. No documento, existe a orientação para que projetos de educação ambiental que façam parte do mesmo programa tenham aderência à diferentes linhas de ação, ou seja, com objetivos centrais e grupos prioritários distintos. As linhas de ação orientam os objetivos centrais dos projetos de educação ambiental para que possam atender os diferentes grupos sociais localizados nas áreas de influência da atividade licenciada, evitando sobreposição de ações. Contudo,

cabe ressaltar que, independentemente da linha de ação definida, os projetos possuem como objetivo básico e contínuo o fortalecimento da organização social dos sujeitos e sujeitas da ação educativa, para participação qualificada na gestão ambiental pública. Assim, a despeito da linha de ação definida, os projetos de educação ambiental devem fazer uso de metodologias participativas, conforme os pressupostos da educação no processo de gestão ambiental e a nota técnica 01/10, de forma a fortalecer a organização social dos diferentes grupos afetados pelos impactos da cadeia de petróleo e gás e, assim, promover uma participação qualificada nos espaços de decisão sobre seus territórios.

Apesar dos avanços da educação no processo de gestão ambiental pública promovidos pela educação ambiental crítica exigida no licenciamento, alguns desafios precisam ser analisados. Serrão (2012) argumenta que as experiências envolvendo os PEAs colocam em tela uma linha tênue entre as possibilidades de emancipação promovidas por processos pedagógicos fundamentados pela educação ambiental crítica e os limites próprios do licenciamento ambiental, que é um processo tutelado pelo Estado hegemonicamente capitalista. Um dos mecanismos utilizados pelas empresas produtoras de petróleo e gás para cooptar as ações dos PEAs é tornar nebuloso o desenho institucional dos projetos e omitir o caráter compulsório de execução dos programas. Sem uma compreensão adequada sobre os PEAS, as ações desenvolvidas por meio da implementação dessa política pública são atreladas aos projetos de responsabilidade social, desenvolvidos de forma optativa pelas empresas. Os PEAs constituem exigências legais que devem ser executadas pelas empresas, para que mantenham as licenças ambientais necessárias para operação de suas atividades. Já os projetos de responsabilidade social são instrumentos utilizados pelas empresas para que possam favorecer sua imagem junto à sociedade, bem como obter vantagens referentes a isenção de impostos. Para Xavier & Maranhão (2010), as ações de responsabilidades social, que nada se diferem da filantropia, têm alcançado cada vez mais espaços à medida que o Estado reduz sua legitimidade como provedor de políticas públicas. Os autores destacam que o anuviamento sobre o real papel do Estado tem sido promovido pelo campo da responsabilidade social, que atua a favor do grande capital. Assim, as empresas, via projetos de responsabilidade social, oferecem serviços de filantropia, muito aquém do que a sociedade de fato tem direito, o que tem dificultado o entendimento sobre a natureza das políticas públicas.

Assim, muitas das vezes, os participantes dos PEAs no âmbito do licenciamento ambiental federal apresentam dificuldades em diferenciar o desenho institucional que envolve a implementação dos PEAs, que possui caráter obrigatório, dos projetos de responsabilidade social. Sem essa compreensão, os PEAs, acabam sendo associados às medidas não obrigatórias, promovidas pelas empresas por livre decisão. As diferenças entre os PEAs e os projetos de responsabilidade social não se dá apenas pelo caráter obrigatório de um e o caráter voluntário do outro, mas também pelo teor crítico que os embasam. Enquanto os PEAs são balizados por orientações fundamentadas em uma educação ambiental crítica e emancipatória, os projetos de responsabilidade social versam sobre temas muitas das vezes alinhados a uma perspectiva conservacionista ou pragmática da educação ambiental.

Serrão (2012), ao analisar os limites dos PEAs no âmbito do licenciamento, para que sejam de fato instrumentos de implementação de uma educação ambiental crítica, destacou como principais desafios: a escassez de profissionais com experiência em processos de educação ambiental crítica e o desmantelamento das condições de trabalho para que seja possível o acompanhamento das ações dos PEAs pelo Estado por analistas ambientais. Para a autora, essas condições facilitam que práticas educativas sem a perspectiva crítica exigida pela nota técnica 01/10 sejam estabelecidas.

Atualmente a vertente conservacionista e a pragmática de educação ambiental formam um bloco hegemônico, que atende às demandas da sociedade por preservação, em níveis que não afetem os interesses econômicos da elite global e satisfaz, em parte, as urgências de movimentos ambientalistas e de pesquisadores ultrarradicais, que defendem que áreas de importância ambiental sejam anecúmenos (DIEGUES, 2008). A hegemonia dessas vertentes tem fortalecido uma perspectiva a-histórica e acrítica sobre a questão ambiental, o que agudiza a invisibilização dos modos de vida das comunidades tradicionais. Para além do bloco formado pelo conservacionismo e o pragmatismo, temos no campo da educação ambiental crítica, que agrega uma série de teorias que buscam colocar em tela as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que perpassam a dimensão natural, compondo uma natureza-histórica (Figura 12).



Figura 13: Principais vertentes da Educação Ambiental. Elaborado pela autora a partir de imagens disponíveis no www.cpt.com.br

O contexto de escassez de profissionais que trabalhem sob uma perspectiva crítica da educação ambiental, coloca em tela um cenário que Sousa *et al* (2011) evidenciou ao analisar os cursos de licenciatura da UFF no município de Niterói. Para Sousa (*idem*), os cursos ressaltam uma visão naturalista e antropocêntrica e não existe de fato uma aproximação crítica em relação a questão ambiental. Com exceção dos cursos de Ciências Biológicas e de Geografia, os entrevistados pertencentes aos demais cursos analisados, demonstraram desconhecimento com relação ao papel da educação ambiental. Serrão (2012) ressalta que dentro do próprio IBAMA e do MMA existe pouco espaço e reconhecimento com relação ao papel da educação no processo de gestão ambiental. Porém, apesar do cenário desfavorável para a implementação da educação ambiental crítica, para a autora (*idem*), os PEAs demonstram capacidade de promover mudanças sociais.

Como participante do PEA Observação, pude ter acesso a uma série de discussões, inclusive com pesquisadores de referência no campo da educação ambiental crítica, como o prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, carinhosamente conhecido pelas comunidades tradicionais e pelos educadores ambientais como Fred. Nesse contexto, tive oportunidade de participar em uma série de formações e pude compreender e me encantar com o uso de metodologias participativas. Tal foi meu enlace com as possibilidades de implementação de uma

educação ambiental crítica em espaços não formais de educação que, a partir de oportunidades que surgiram, me aproximei cada vez mais e passei a trabalhar em um PEA como educadora ambiental. Esse emprego representou, para mim, uma conquista profissional e financeira sem precedentes, visto que, a área ambiental possui escassez de vagas e de condições interessantes de trabalho.

O PEA que inicialmente trabalhei como educadora ambiental foi o Projeto de Educação Ambiental Rede de Estudos para o Meio Ambiente - REMA - que tinha como área de abrangência cinco municípios, sendo Cabo Frio, Macaé, São João Barra, São Francisco de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e Itapemirim, no Espírito Santo. Os municípios em que o REMA foi implementado correspondem aos locais de interposição entre as operações da cadeia de petróleo e gás ligadas ao Campo de Frade e a pesca artesanal. O grupo prioritário do projeto era composto por jovens ligados a pesca artesanal e o objetivo era contribuir para participação qualificada desse grupo na gestão ambiental pública, bem como fortalecer os laços entre a juventude e as comunidades de pesca envolvidas. No projeto, atuei como educadora nos municípios de Cabo Frio e Macaé.

Assim, como previsto nos documentos que orientam a implementação dos PEAs, as metodologias utilizadas no projeto tinham como pressuposto serem participativas e emancipatórias. Nesse sentido, desde 2012, foram realizadas diversas atividades dentre as quais destacamos: a produção de spots com as narrativas dos pescadores sobre diversos temas; realização de esquetes alinhadas as metodologias do teatro do oprimido, colocando em tela os principais desafios vividos pela comunidade pesqueira; elaboração de mapas no programa ArcGIS, destacando os territórios impactados pelos macroimpactos da cadeia de petróleo e gás e uma série de ações com o intuito de possibilitar intervenções críticas e qualificadas dos jovens e suas famílias em questões socioambientais de seus territórios. Atuei a maior parte do tempo no município de Cabo Frio, cidade conhecida por seu forte atrativo turístico, mas que, em termos de políticas públicas voltadas à juventude, vive um retrocesso. Segundo o índice de vulnerabilidade juvenil à violência de 2017, que analisou municípios com mais de 100 mil habitantes, Cabo Frio ocupa o 9º lugar no ranking nacional (BRASIL, 2017). Nesse contexto, a juventude, em sua esmagadora maioria

negra, têm sido dizimada pela violência local, colocando o município como o 4º mais violento do Estado do Rio de Janeiro, segundo o Atlas da Violência 2017⁷⁰.

Durante o período em que fui educadora no projeto, vivenciei experiências que me marcaram e que foram valiosas para meu amadurecimento e minha compreensão do que significava uma educação ambiental crítica. Uma reunião em específico, em que os jovens convidaram seus responsáveis para conhecer o projeto que participavam, foi muito significativa em vários aspectos. Os jovens nessa oficina apresentaram: uma detalhada matriz de impactos, potencialidades e conflitos, relacionados a cadeia de petróleo e gás, construída coletivamente ao longo das oficinas; uma série de spots com áudios de entrevistas que realizaram com pescadores artesanais do município e que foram editadas por eles, utilizando o programa Audacity; um mapa com os impactos socioambientais identificados no município, relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás, utilizando o programa ArcGIS e um vídeo que produziram sobre o significado do projeto REMA em suas vidas⁷¹. A oficina foi extremamente emotiva, muitos dos responsáveis confessaram não saber o que os jovens tanto faziam todos os sábados, por tantas horas, no tal projeto REMA. Quase todos foram as lágrimas. Uma das participantes relatou que os pais do seu sobrinho, participante do projeto, não sabiam o tesouro de filho que estavam tratando de forma tão distante. Ela abraçou o sobrinho e afirmou estar muito orgulhosa dele. Outra mãe comentou que seu filho, apesar de trabalhar até tarde todas as sextas-feiras com um amigo em uma carrocinha de cachorro-quente, sempre acordava cedo no sábado para não perder a hora do início da oficina, pois, morava cerca de uma hora distante, em um local com precariedade de transporte público. Esse mesmo jovem era o primeiro a chegar, sempre me ajudava a organizar a sala para a oficina e nunca havia comentado os percalços que enfrentava para chegar e participar ativamente do projeto. Recentemente, ele se tornou parte da equipe do PEA REMA em Macaé.

Considero que a oficina integrou os responsáveis dos jovens em suas atividades no PEA, um marco no projeto, pois foi notória a felicidade e orgulho dos familiares em relação aos jovens participantes. Para os jovens, que vivem em duras

⁷⁰ <https://www.folhadoslagos.com/geral/cabo-frio-aparece-como-quarta-cidade-mais-violenta-do-estado-em-atlas-da-violencia-2017/7014/>

⁷¹ <https://www.youtube.com/watch?v=URJQDT28j3k&t=9s>

rotinas de superação, ouvir elogios, após expressarem brilhantemente o que haviam estudado com tanto empenho foi um momento significativo e de muita emoção. As histórias de superação dos jovens eram muitas, uma delas versava sobre encarar os perigos diários de viver em bairros esquecidos pelo poder público, tomado pelo tráfico e por milícias. Era muito comum a oficina ser cancelada, ou iniciar com atraso, pois os jovens, que em sua maioria moravam nos bairros da periferia da cidade, ligavam para mim explicando que não poderiam sair de casa por conta de tiroteios.

Era comum também que houvesse problemas familiares, principalmente, relacionados a uma relação difícil com os pais, além da cooptação de amigos e familiares para a atividade de tráfico de drogas e a perda constante de conhecidos do bairro por conta da violência. Em dois momentos diferentes, dois jovens participantes do PEA relataram as dificuldades financeiras e emocionais que viviam e que quase os fizeram tomar rumos que provavelmente seriam irreversíveis em suas trajetórias de vida. Um dos jovens que sonhava ser historiador, ou filósofo, relatou que sua família passava por problemas de renda muito graves e que sua mãe estava doente. Ele confessou que por frações de segundo, ao ser convidado a trabalhar para o tráfico, quase aceitou, mas que, ao pensar nas perspectivas que o projeto lhe apresentava, acabou desistindo. Na época ele conseguiu um emprego e, atualmente, passou para uma universidade pública. Outra jovem que sempre relatou viver dificuldades em casa, por conta de sua relação difícil com o pai, confessou que pensou em se envolver com atividades que não gostaria para conseguir sair de casa. No entanto, ela também conseguiu evitar essa situação e passou a participar de outros PEAs na região. Ela foi classificada no vestibular para uma universidade pública, porém, por se sentir insegura em viver em outra cidade, onde se localizava o centro de ensino, acabou renunciando à vaga. Ela expressou que pretende tentar novamente o vestibular e que deseja ter um acompanhamento com psicólogo, para tratar questões que considera necessárias para superar suas inseguranças e seguir em frente.

Poderia relatar uma série de histórias complexas, de superação, sofrimento, mas, aqui pretendo focar nos impactos que os PEAs exercem sobre os participantes. A ligação com os projetos perdura inclusive nos jovens que estão se tornando adultos, que antes eram participantes do REMA, e que recentemente passaram a vivenciar as atividades de outros PEAs. O movimento tem se retroalimentado e novos participantes

têm fortalecido o REMA⁷², que sem dúvidas representa um importante projeto de fortalecimento da organização social da juventude.

Após uma experiência ímpar no projeto REMA, em 2014, tive a oportunidade de trabalhar em um PEA desenvolvido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, o PEA Pescarte. Com a bagagem de ter trabalhado com jovens ligados a comunidade pesqueira, me lancei em um desafio que foi trabalhar com pescadores e pescadoras artesanais e seus familiares, para apoiar o fortalecimento da organização social dessas comunidades por meio de projetos de geração de trabalho e renda. A proposta do PEA Pescarte é um convite a transformação de uma realidade extremamente injusta vivida pelas comunidades pesqueiras artesanais, localizadas em municípios litorâneos da Bacia de Campos, sendo estes: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. O projeto Pescarte tem como principal objetivo promover a criação de uma rede social regional de pescadores e pescadoras artesanais e seus familiares, por meio de projetos voltados a geração de trabalho e renda. Assim como o REMA, o Pescarte tem nas metodologias participativas a centralidade de seus processos pedagógicos. O projeto é executado pela UENF e possui como coordenador técnico e como coordenador geral, professores doutores da UENF vinculados ao programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, o que conforma um contexto *sui generis* para a implementação de uma educação ambiental crítica, com potencialidades de transformação social.

Como participante da equipe técnica do projeto Pescarte, atuei como educadora socioambiental em Cabo Frio, entre 2014 e 2019, coordenando uma equipe de educadores, composta também, por membros da comunidade pesqueira. Esse período, contou com um ano de intervalo, entre 2016 e 2017, quando o projeto, por razões burocráticas, passou por uma interrupção. Importante citar que nesse período de um ano, tanto os educadores ambientais, como boa parte dos participantes do projeto, foram eleitos pela comunidade para representá-las, formando um grupo gestor, se encontravam mensalmente, para manter as ações iniciadas. Esse período foi de grande relevância para manutenção da organização criada na primeira fase do

⁷² O PEA REMA terminou em dezembro de 2020, bem como o PEA Observação, que juntos passaram a compor o novo Projeto de Educação Ambiental do Campo de Frade, o PEA Rede Observação. Para mais informações: <http://www.pearedeobservacao.com.br/>

projeto e fortaleceu os laços entre a equipe técnica do Projeto Pescarte com o grupo gestor.

Trabalhar no PEA Pescarte me permitiu observar a carne viva de uma classe que tem sido preterida historicamente. Um dos processos mais intensos que vivi foi a aplicação de um censo pesqueiro que ocorreu nos sete municípios de atuação do projeto. Eu e a equipe nos dedicamos intensamente em explicar o projeto e motivar pescadores e pescadoras a participarem da pesquisa, O processo foi extremamente desafiador, visto que, as comunidades pesqueiras de Cabo Frio relataram um cansaço e descrença em projetos em geral, justamente por terem sido abordados anteriormente para participarem de ações para melhoria de suas vidas, quando na realidade, só percebiam uma severa piora. Os participantes do censo relataram que os projetos que os decepcionaram, foram ligados a empresas da cadeia produtiva de petróleo e gás. Importante destacar que, quando o assunto era aprofundado, chegava-se à natureza dos projetos, que eram quase sempre projetos de responsabilidade social. Para esclarecer as diferenças entre os PEAs e os demais projetos que a comunidade teve contato, durante o Censo e em praticamente todas nossas atividades, eu e a equipe nos dedicávamos a explicar o desenho institucional dos PEAs, com intuito de demarcar seu caráter obrigatório e suas diferenças estruturais com relação aos projetos de responsabilidade social. Porém, esse desenho institucional continua sendo uma discussão desafiadora e necessária, sendo sempre discutida nas atividades do Pescarte quase como um mantra.

No processo de realização do Censo, na maior parte das vezes, éramos convidados a adentrar a casa dos entrevistados, momento em que a situação de vida difícil dos pescadores e seus familiares era exposta. Manter o coração e as lágrimas contidas em certos momentos era quase impossível. A experiência de realização do Censo possibilitou que eu e a equipe presenciássemos as dificuldades de renda e a insegurança alimentar severa que assola justamente quem trabalha produzindo alimento. O diálogo travado com os participantes do Censo, colocou em tela a falta de diálogo sistemática entre as mais variadas instâncias governamentais e a classe pesqueira. Toda essa experiência, que ocorreu na primeira fase do projeto (2014-2016), reforçou ainda mais a necessidade de se atingir os objetivos do projeto, principalmente, no que se refere ao fortalecimento da organização social para melhora da renda e geração de emprego, condições essenciais para superação da insegurança alimentar que foi exposta na pesquisa.

O censo Pescarte atingiu 3.478 famílias e 4.234 pescadores e pescadoras nos sete municípios de atuação do projeto. Dentre as ações realizadas na primeira fase, destacam-se: reuniões com lideranças de pesca em âmbito municipal; reuniões com as comunidades de pesca locais; reuniões municipais e grupos focais envolvendo as comunidades de pesca; aplicação de censo; reuniões constantes para debate sobre o contexto da pesca e os objetivos do projeto; eleição do grupo gestor; curso de letramento digital I e II, curso de economia solidária e de licenciamento ambiental; encontros regionais com os grupos gestores dos sete municípios.

Entre o final da primeira fase e início da segunda fase do projeto, um dos participantes, pescador há muitas décadas em Cabo Frio, informou ao grupo que estava com câncer. Sr. Luís Fernando era tido como uma pessoa mais reservada desde sua adolescência e, segundo amigos que compunham o grupo gestor com ele, a participação no projeto havia provocado mudanças significativas no comportamento do Sr. Luís. Durante as atividades que participou foi possível perceber sua desenvoltura cada vez maior, sempre comentando e discutindo os assuntos problematizados nas ações do PEA. No curso de letramento digital, Sr. Luís afirmou: “o conhecimento me libertou”. De forma muito doce, sempre agradecia a equipe pelos momentos em que passávamos juntos, discutindo e tecendo a realidade desafiadora da pesca artesanal e as possibilidades para transformação social. Contudo, apesar de toda problematização realizada, a precarização do sistema de saúde do município tornou o processo, de realização de exames e de tratamento do câncer, moroso e ineficaz. Sr. Luís Fernando faleceu tentando ser atendido, querendo viver e aprender, mas infelizmente perdemos sua doce companhia e importante participação em nossas atividades. Sr. Luís, um pouco antes de partir, solicitou a sua mãe que ao ser enterrado, que fosse com a camisa do projeto Pescarte, a que recebeu ao ser eleito pela comunidade pesqueira para compor o grupo gestor de Cabo Frio. A equipe ficou muito emocionada com o carinho e importância que Sr. Luís Fernando concedeu à sua experiência no projeto. Segundo relato de um grande amigo do Sr. Luís, que visitou a família dele após seu falecimento, ele guardava cada crachá de participação em atividades do projeto em seu quarto. O amigo encontrou também uma série de crachás, todos guardados com carinho. Essa situação emocionou todos os participantes do projeto, de todos os municípios e sempre que por algum momento duvidamos de nossa capacidade de transformar a realidade, lembramos e falamos do Sr. Luís e de toda sua confiança nesse processo.

Na segunda fase do projeto, que ocorreu entre os anos de 2017 e 2019, uma série de formações foram realizadas com o grupo gestor e os projetos de geração de trabalho e renda de cada projeto foram selecionados. O projeto passou por um novo período de transição, visto todo o processo burocrático, entre 2019 e 2020. A terceira fase teve início em 2021, e as ações realizadas desde então, buscam manter e fortalecer a organização do novo grupo eleito, o Grupo de Acompanhamento de Obras - GAO - bem como das comunidades envolvidas no projeto. Nessa fase também serão implementados os projetos de geração de trabalho e renda definidos pelo grupo gestor em consonância com as comunidades pesqueiras, sob o acompanhamento do grupo eleito no final da segunda fase, GAO.

Assim, a segunda fase contou com uma série de ações, dentre elas: reunião de integração e (re)encontro; georreferenciamento das comunidades e localidades de pesca; grupos de trabalhos voltados aos projetos de geração de trabalho e renda; eventos microrregionais, contando com encontros entre comunidades de pesca do norte fluminense e outro encontro com comunidades de pesca do sul fluminense; reuniões regionais, contando com comunidades de pesca dos sete municípios; eleição do grupo de acompanhamento de obras; cursos de economia solidária, cooperar para bem viver, produção audiovisual, mediação de conflitos, gestão democrática do meio ambiente, gestão de negócios, redes de economia solidária e elaboração de projetos; visitas técnicas em empreendimentos de geração de trabalho e renda no setor da pesca; reuniões do grupo integrador, composto por três representantes de cada grupo gestor, eleitos pelo próprio grupo; articulações com diversos atores sociais nas esferas municipais, estaduais e federais, de relevância para o cumprimento dos objetivos do projeto; reuniões ordinárias do grupo gestor; assembleias comunitárias, para devolutivas das ações do projeto e do grupo gestor e ações do grupo gestor nas comunidades de pesca locais, para manutenção e fortalecimento da organização social. Em termos quantitativos, na segunda fase do projeto foram realizadas as seguintes ações nos sete municípios de atuação do Pescarte: 264 articulações, entre os gestores eleitos pelo projeto Pescarte com suporte da equipe técnica com diversos atores sociais importantes para implementação de ações voltadas ao setor da pesca artesanal; foram concluídas 133 turmas nos cursos oferecidos pelo projeto Pescarte; foram alcançados, somando-se todas as atividades desenvolvidas entre cursos, reuniões de grupo gestor, reuniões regionais, reuniões microrregionais, visitas

técnicas, reuniões de integração, assembleias comunitárias e articulações entre instituições, 1.954 trabalhadores da pesca e familiares.

Entre a primeira e a segunda fase do projeto, as ações foram momentaneamente paralisadas para que alguns processos burocráticos relacionados a licitação pudessem ser devidamente concluídos, o que durou um pouco menos de um ano. Nesse período, passei no processo seletivo para o doutorado em Políticas Sociais do LEEA/CCH/UENF. Como projeto de tese, eu e meu orientador decidimos por trabalhar a questão referente ao período de defeso imposto à comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada em Cabo Frio, no entorno da Lagoa de Araruama. A indignação referente ao ordenamento pesqueiro tem sido uma pauta de discussão que permeia meu trabalho nos PEAs desde 2012. Ainda no projeto REMA, uma das jovens participantes pescadora da Praia do Siqueira relatou que a comunidade sofria com dificuldades de renda, principalmente no período de defeso que ocorre entre 1º agosto a 31 de outubro. Ela explicou que no período em que a pesca de camarão é permitida, as águas ainda estão quentes o que não favorece quanti e qualitativamente o crescimento dos crustáceos na Lagoa. Durante o defeso, segundo relatos, o camarão atinge tamanho e quantidades melhores sendo considerado o período de safra do crustáceo para a comunidade.

Durante minha atuação no PEA Pescarte, pude acompanhar as falas recorrentes de lideranças pesqueiras da Praia do Siqueira, sobre a insatisfação com relação ao período de defeso e ao saneamento ambiental. Essas pautas de luta ganharam repercussão por terem sido denunciadas em encontros microrregionais e regionais realizados pelo Pescarte, atividades em que representantes de comunidades pesqueiras de vários municípios se articulam para debater pautas de luta em comum. Nos encontros foi ressaltada a notória falta de diálogo do Estado com o setor da pesca artesanal, devido principalmente ao baixo reconhecimento e valorização do saber tradicional, o que acarreta a implementação de políticas públicas descoladas da realidade, como tem sido a gestão pesqueira.

O doutorado tem me possibilitado refletir, no âmbito acadêmico, pautas de luta recorrentes no contexto de execução do PEA Pescarte. O próprio PEA constitui um espaço de formação continuada, tanto para os comunitários, quanto para a equipe técnica, que possui um considerável número de integrantes que são pertencentes às comunidades de pesca. A equipe técnica, em todo período de execução do PEA Pescarte, tem tido a oportunidade de participar de formações ministradas por

professores da UENF e também de outras Universidades e instituições, dentre as quais destacamos: a Universidade Federal do Rio Grande-FURG; a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; a Universidade Federal Fluminense-UFF; analistas ambientais pertencentes a CGPEG, atualmente Coordenação Geral de Empreendimentos Marinhos e Costeiros- CGMAC, vinculada ao IBAMA; lideranças de movimentos sociais ligados a pesca artesanal; consultores e educadores populares especialistas em temas como “Economia Solidária”, “Cooperativismo”, “Educação Ambiental”, “Gestão Ambiental Pública”; representantes do SEBRAE, entre outros.

A participação contínua em atividades com as comunidades pesqueiras de Cabo Frio e mais esporádicas com comunidades dos demais municípios de atuação do PEA Pescarte, me proporcionaram reflexões não sobre, mas, sim, a partir dos conhecimentos tradicionais. Além das atividades previamente estipuladas no plano de trabalho do projeto, uma gama de articulações com o poder público e outros atores sociais foram realizadas com os SAEs, o que tem proporcionado avanços em áreas até então distantes da classe pesqueira. Nesse processo, uma série de propostas elaboradas com o grupo gestor foram incluídas no orçamento público municipal, audiências e reuniões foram realizadas para debater questões consideradas importantes pelas comunidades. Como exemplo, em 2015, os participantes do Pescarte, oriundos dos sete municípios de atuação do projeto, somaram forças com representantes de outros PEAs e movimentos sociais e lotaram a audiência pública sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Produção da Bacia de Campos, que teve como pauta “Reflexões sobre a Atividade de Produção de Petróleo e Gás na Bacia de Campos: Perspectivas Futuras e Desafios”. Previamente a data de realização da audiência, as equipes locais do Pescarte e os comunitários participantes do projeto se dedicaram a leitura do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - que seria pauta do evento. Esse momento que possibilitou a sistematização de questões dos SAEs sobre o documento. Todo o rito que envolve a realização de uma audiência foi discutido para que os participantes pudessem intervir em momentos chave da atividade. A reunião com os participantes se chamou (Re)Une Prepara e os resultados dessas atividades foram significativos. Acreditamos que o alinhamento prévio a audiência fortaleceu a organização social dos grupos para uma participação qualificada e, como desdobramento desse debate, outros três municípios foram incluídos na área de abrangência do PEA Pescarte na terceira fase, sendo: Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras.

Importante destacar que na primeira fase do projeto Pescarte, cada atividade realizada pela equipe técnica gerava um relatório, que em geral, discriminava os objetivos da reunião, os participantes, a pauta discutida, entre outros pontos relevantes. Na segunda fase, com o amadurecimento da equipe e dos processos de elaboração de evidências, o modelo do relatório foi readaptado e tornou-se mais complexo, incluindo outros itens para colocar em tela, de forma mais aprofundada, as ações realizadas. Como destaque, foi adicionado um espaço para análise sucinta, com o intuito de registrar brevemente a perspectiva do relator em relação a atividade que participou. Como educadora socioambiental de Cabo Frio, pude mediar boa parte das atividades desenvolvidas no município de forma integrada com a equipe que coordenava. Além da mediação, tive oportunidade de elaborar uma série de relatórios sobre as ações realizadas e revisei os demais relatórios elaborados pela equipe. Tanto os relatórios da primeira fase, como o da segunda fase, com suas devidas diferenças, compõem um material significativo para a pesquisa, pois muitos deles versam sobre a concepção dos pescadores com relação ao período de defeso imposto na Lagoa de Araruama. Além de produzir relatórios para ações locais, as equipes de educadores também produziram esse tipo de documento para outras atividades, como: reuniões que envolveram comunidades pesqueiras dos sete municípios de atuação do Projeto Pescarte, encontros regionais; reuniões que envolveram os municípios por proximidade geográfica, chamadas de microrregionais; grupos focais; assembleias e reuniões do grupo integrador, que contava com representantes eleitos do grupo gestor de cada município. Os relatórios contendo pautas da presente pesquisa também foram analisados.

Além das atividades promovidas pelo projeto Pescarte, participei de outras ações como pesquisadora, convidada por representantes da comunidade da Praia do Siqueira e de outras localidades, cujos temas discutidos eram geralmente relacionados ao ordenamento pesqueiro e ao saneamento ambiental.

O respaldo legal que embasa os processos educativos no licenciamento ambiental federal é fundamental para garantir recurso financeiro, quadro técnico e formação qualificada da equipe em temas voltados para uma atuação crítica e qualificada no campo. Sem dúvidas, minha participação no projeto Pescarte em um desenho institucional que me permitia seguir orientações para uma educação ambiental crítica, por meio de metodologias participativas, fortaleceu minha relação de confiança com representantes das comunidades pesqueiras de Cabo Frio. Essa

proximidade me permitiu participar em diversas atividades realizadas fora do âmbito do projeto e facilitou meu acesso a documentos, atores sociais e informações relacionadas ao tema de pesquisa.

Apesar de ser muito vantajoso o duplo papel como pesquisadora e educadora no projeto Pescarte, considero importante salientar alguns dos desafios que envolvem esse contexto. Rodríguez-Garavito (2014), conceitua esse duplo papel como “sociologia anfíbia” e ressalta que apesar de haver algumas vantagens relativas ao pesquisador que atue tanto na via institucional, mas também como militante, também existem riscos nessa dupla atuação na pesquisa. Para o autor, as vantagens que observou e que se destacam no que classificou como sociologia anfíbia são: a militância, que nutre o pesquisador com uma poderosa motivação; o acesso a dados empíricos mais acurados, visto que, o pesquisador possui momentos como pesquisador e como militante, interagindo em diferentes escalas e perspectivas com o contexto pesquisado; relevância e influência do pesquisador no campo, visto que sua dupla atuação permite sua presença quase constante no campo. Sendo assim, o pesquisador alcança um status de ator social e não um “intruso interessado em extrair informações” (VITOVSKY, 2017, p. 312). Por outro lado, esse duplo papel pode provocar uma série de dificuldades no avanço da pesquisa, dentre elas, Rodríguez-Garavito (2014) destaca: o risco de dispersão, visto que se torna desafiador problematizar e dar conta academicamente da riqueza de informações obtidas no campo. Outros pontos desafiadores trazido por Vitovsky (2017), a partir das análises de Rodríguez-Garavito (2014), são: o risco de perda de independência na pesquisa, pois o pesquisador, ao interagir com uma série de grupos sociais, pode acabar sendo capturado por uma delas, por seus anseios, perspectivas e agendas; a dificuldade em conseguir a distância necessária do campo para analisar e escrever sobre as informações obtidas, visto que, as informações e ações ocorrem em um ritmo incessante; o quadro de *burnout*, um cansaço intenso e esgotamento mental que pode atingir o pesquisador diante da dupla atuação e o constante requerimento do pesquisador-militante nas ações e atividades dos grupo social com o qual atua.

A reflexão sobre o duplo papel que um pesquisador pode desempenhar, teve como suporte o percurso metodológico discutido na tese de doutorado de Vladimir Santos Vitovsky (2017), que sob orientação de Boaventura de Sousa Santos atuou como juiz, sendo assim membro do Estado, e pesquisador e ativista social no contexto que se dedicou a estudar. Vitovsky (idem), optou por se dedicar a leitura das autoras

Gabriela Cunha & Aline Mendonça dos Santos (2011) para refletir seu duplo papel no contexto em que pesquisava. As autoras, apesar de reconhecerem os riscos que envolve esse tipo de pesquisa, defendem que a postura de um pesquisador engajado é a ideal, frente ao silêncio de pesquisadores e intelectuais que não estão comprometidos com uma transformação social, no sentido de romper com as severas injustiças sociais (CUNHA & SANTOS, 2011 *apud* VITOVSKY, 2017). Segundo Cunha & Santos (2011, p.15), existem cuidados que devem ser levados em consideração para que nesse duplo papel do pesquisador a produção acadêmica não seja prejudicada, sendo: a manutenção da objetividade; a formulação da crítica; a explicitação da trajetória e dos pressupostos que são levados em consideração na interpretação da realidade do estudo/experiência (*apud* VITVOSKY, 2017).

O que percebemos a partir dessa discussão é a possibilidade de se produzir conhecimento científico com rigor, de forma a responder aos questionamentos de pesquisa e ter comprometimento político com os temas que são tratados no trabalho acadêmico, para contribuir com a materialização do inédito-viável (FREIRE, 1987). Consideramos importante acrescentar mais alguns pontos de dificuldades e soluções trazidas por Cunha & Santos (2011, p.49-50), que retratam o contexto do pesquisador-militante e que foram destacadas por Vitovsky (2017) a partir das seguintes orientações: os conflitos internos não devem ser explicitados nominalmente, porém não devem ser ignorados na análise; é preciso ter discernimento para elencar situações passíveis de posicionamento e outras em que deve se mostrar neutro; é importante ter a compreensão da dualidade que envolve participar da própria produção dos dados bruto e depois sistematizá-los e analisá-los; é importante ter a compreensão da dualidade e complexidade de participar da formulação e gestão dos projetos e, em seguida, como pesquisador, fazer a avaliação dos mesmos. As soluções propostas por Cunha & Santos (*idem*, p.50-51) para os problemas identificados na pesquisa-militante e que também foram elencados por Vitovsky (2017, p.319) e que aqui destacamos foram: explicitar os múltiplos papéis assumidos; situar a realidade abordada no contexto de lutas políticas e ideológicas, explicitando os paradigmas nos quais se filia a pesquisa.

Talvez o momento mais delicado, tanto como educadora do projeto Pescarte, bem como pesquisadora, foram as eleições realizadas em outubro de 2018, quando, por divergências políticas intensas, as postagens que publicava em uma rede social, na qual eu mantinha contato com uma série de componentes das comunidades

pesqueiras passaram a ser questionadas. As discussões travadas resultaram em falas um pouco mais duras com participantes de grande relevância para o projeto, para pesquisa e para minha vida, pois, devido aos vários anos de trabalho juntos, alguns dos participantes se tornaram pessoas muito próximas. Como exemplo, um pescador da Praia do Siqueira, que apoiava o atual presidente, na época candidato, deixou um recado mais duro e desfez a amizade *online* que possuíamos. Apesar de ter sido um momento delicado, a situação impunha um posicionamento meu, como pesquisadora de uma Universidade pública, compromissada com valores e projetos divergentes dos propagados pelo então candidato à presidência, que acabou vencendo a disputa. Com o tempo, os vínculos se reestabeleceram, acredito que as inúmeras atividades realizadas em colaboração com a classe pesqueira pelo Pescarte criaram vínculos de amizade, carinho e respeito, superiores e mais fortes do que o desgaste imenso relacionado às divergências políticas.

Na internet as postagens com relação ao atual governo, tanto a favor, quanto contra se mantêm e os participantes do PEA que acabam sendo também participantes da pesquisa, sabem das perspectivas que possuo, bem como de outros educadores do projeto, mas, diferentemente dos anos de eleição, as opiniões políticas, ao menos em Cabo Frio, estão veladas. Isso pode ser devido a uma precaução do grupo, para evitar possíveis atritos, ou por um recuo diante de uma série de notícias perturbadoras para classe pesqueira artesanal e que implicam em uma má gestão no âmbito federal, o que inclui: o fim dos comitês permanentes de gestão e conselhos em geral; e a tragédia sem precedentes de vazamento de óleo que atingiu em 3 meses mais de 200⁷³ praias do litoral nordestino e que avança para o norte do Espírito Santo, podendo atingir a foz do Rio Doce, o que tem o potencial de conformar um cenário trágico de confluência⁷⁴ com outro desastre ambiental, que atingiu essa região, que foi o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, em Minas Gerais.

Apesar de todo esse contexto caótico, as falas sobre essas tragédias, ainda são balizadas pelo que circula na mídia *mainstream* e pelas notícias veiculadas principalmente pelo *WhatsApp* e pelas redes sociais. Ainda que o projeto tenha problematizado em anos anteriores questões relacionadas a influência da mídia e o seu poder sobre a sociedade, principalmente no curso de audiovisual realizado na segunda

⁷³<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-pior-ainda-esta-por-vir-afirma-bolsonaro-sobre-vazamento-de-oleo/>

⁷⁴<https://veja.abril.com.br/ciencia/mariana-e-vazamento-de-oleo-duas-tragedias-se-encontram-em-abrolhos/>

fase, ações como essa acabam sendo enfraquecidas pelo constante bombardeio de *fake news* disparadas com foco em determinada parcela da sociedade.

Posto os cuidados que devem ser tomados ao longo da pesquisa diante do duplo papel que desempenho no contexto estudado, dou continuidade a explicitação de minha trajetória, como pesquisadora e como educadora ambiental no projeto Pescarte.

Um momento importante nesse percurso foi a conclusão do cumprimento das disciplinas obrigatórias no doutorado, bem como dos créditos necessários para qualificação nos quatro primeiros semestres, sendo que, um dos semestres não foi cursado, devido a uma greve geral que durou 6 meses. Já com os créditos concluídos, busquei outras possibilidades de formação para aprofundar conceitos, questões que percebi como fundamentais ao longo da minha atuação no projeto Pescarte e para a tessitura da tese, principalmente no campo da educação ambiental crítica e da ecologia política. Foi assim que conheci o curso de extensão em “Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina”, organizado pelo grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde El Sur - GEASUR⁷⁵, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO. O curso foi oferecido em três momentos, em 2017, 2018 e 2019, e destes, tive a oportunidade de participar nos dois eventos mais recentes. Como os próprios organizadores definem, o curso busca articular conhecimentos entre pesquisadores, educadores e movimentos sociais, com a perspectiva de compor uma ecologia de saberes. As mesas de debate foram compostas majoritariamente por representantes de movimentos sociais e, em parte, por membros da academia científica, que tratam de questões referentes aos territórios tradicionais, em uma perspectiva contra hegemônica, de resistência e luta contra os processos de subalternização promovidos pelo sistema capitalista, patriarcal e colonialista.

No curso, de forma geral, os palestrantes colocaram em tela a necessidade de articulação entre diferentes saberes para que o processo de epistemicídio promovido pela ciência moderna hegemônica e eurocêntrica seja superado. Em 2019, o curso abordou os seguintes temas: Educação Ambiental desde el Sur e Ecologia Política; Educação Ambiental, Justiça Ambiental e Ecologia Política; Metodologias de Base Popular; Militâncias Investigativa; Soberania Alimentar e Ecofeminismos;

⁷⁵ Para maiores informações: <https://geasur.wordpress.com/cursos/>

Neoextrativismo e pedagogias das lutas sociais. Vários autores que passei a aprofundar a leitura, foram discutidos ao longo das atividades, dentre eles, Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, Fals Borda, Aníbal Quijano, dentre outros.

As discussões realizadas no curso me provocaram muitas inquietações, que me levaram a pesquisar os temas e conceitos debatidos pelos palestrantes. Nesse percurso, além de excelentes leituras, encontrei documentários e aulas na rede social *YouTube*, dentre as quais gostaria de destacar as aulas magistrais do professor Boaventura de Sousa Santos, realizadas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra- CES, disponíveis no canal Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra⁷⁶. O canal possui uma série de aulas magistrais proferidas por Boaventura de Sousa Santos, de diversos anos, bem como uma coletânea de apresentações de trabalhos realizados por pesquisadores do centro. Meu orientador também havia sugerido Santos como referência bibliográfica fundamental para tessitura da tese. Após assistir todas as aulas disponíveis, transcrever algumas delas e me dedicar a leitura de obras de Boaventura, optei, em consonância com meu orientador, por trabalhar alguns conceitos trazidos pelo autor, principalmente no que se refere ao pensamento abissal e as perspectivas de superação de tal perspectiva.

Acrescento aqui, que, participei no segundo semestre de 2019, com suporte parcial da UENF, em um dos cursos de verão oferecido pelo CES, na Universidade de Coimbra, intitulado *Summer School CreA(c)tivar o Fazer Científico nas Ciências Sociais e Humanidades*. Minha intenção foi de me aproximar aos pesquisadores que trabalham na perspectiva das epistemologias do Sul, trazidas por Boaventura de Sousa Santos. O curso me possibilitou acessar discussões importantes sobre o papel da criatividade no fazer científico, o que vem de encontro a dificuldade mencionada por Cunha & Santos (2011 *apud* VITOVSKY, 2017), com relação a riqueza de informações obtidas no campo e os desafios que envolvem tornar esse abundante material em um trabalho com rigor científico. Também como forma de manter meus estudos sobre as epistemologias do Sul, concluí o curso internacional "Justiça entre saberes: As epistemologias do Sul e os saberes nascidos nas lutas" e finalizei a especialização em Epistemologias do Sul, ambas realizadas pela CLACSO, sob coordenação geral do professor Boaventura de Sousa Santos.

⁷⁶ Para acessar o canal: <https://www.youtube.com/user/canalces/featured>

Assim, após uma breve explicitação sobre minha trajetória e o duplo papel que assumo como pesquisadora e como educadora ambiental, nos próximos tópicos me dedicarei a apresentar algumas das premissas que considero fundamentais, trazidas principalmente por Santos (2019), Freire (1987) e Maturana (2009), sobre o papel das metodologias não extrativistas/pós-abissais no fortalecimento dos movimentos de luta de diversos grupos sociais subalternizados e espoliados na atual conjuntura. Serão discutidos os pressupostos elencados por Santos (2019), necessários para a realização de pesquisas pós-abissais, que valorizem e incorporem os saberes artesanais e apresentadas as técnicas metodológicas escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa.

“Em uma visita a um renomado instituto de pesquisa em engenharia, localizado na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada por lideranças de pesca artesanal de uma cidade do interior do estado, foi apresentado um plano para despoluição da Lagoa de Araruama. Os pescadores ao longo de toda a visita na conceituada instituição, demonstraram interesse em entender os equipamentos que foram e que seriam utilizados no processo de despoluição, fizeram perguntas e mais ouviram do que falaram. Quando um mapa da Lagoa foi exposto pelo data show, em uma sala com alunos da instituição e com o grupo que viajou para compreender como seria o projeto de despoluição, um dos pescadores presente, que vive quase que diariamente naquele ambiente, se levantou e solicitou a palavra para explicar com mais detalhes, as correntes no corpo hídrico, que o professor especialista, se dedicava a apresentar. O pescador falou rapidamente, pois, sempre que tentava concluir, era interrompido. A situação durou até o momento em que o pesquisador e o pescador discordaram em um determinado tema. O pesquisador afirmou que daquilo ali o pescador não sabia, e que iria explicar para todos. O pescador então questionou o porquê de chamar a classe pesqueira para reunião, se lá, eles não poderiam falar quase nada. Em apoio aos pescadores, solicitei a palavra posteriormente e destaquei que já era mais do que sabido que, a gestão ambiental, seja qual for o ecossistema, possui maior capacidade de promover justiça ambiental e sustentabilidade, quando incorpora em seu plano de gestão, o conhecimento tradicional. Tanto minhas palavras, como a dos pescadores artesanais, pareceram apêndices de uma situação que já estava posta. Apesar do momento único em que pescadores artesanais alcançaram uma Universidade Pública e renomada para tratar os problemas referentes ao saneamento básico da Lagoa que dependem para pescar, a aproximação realizada pareceu não muito convincente. A participação possibilitou um encontro, uma conversa, mas não de fato uma colaboração, uma ecologia de saberes. Naquela experiência falou-se para os pescadores e não com os pescadores, sobre um local e sobre experiências que vivem diariamente. A arrogância por parte da comunidade científica tradicional, por mais maquiada que esteja de receptividade e respeito, acaba por transparecer em momentos de questionamento e tensões. Bastou um pescador apresentar uma outra perspectiva com relação a um problema que, a carteirada possibilitada pelos diplomas acadêmicos foi dada “você não sabe do que está falando”. O slide, os gráficos que se moviam imitando ondas, as bonitas luzes, que antes poderiam chamar atenção dos pescadores artesanais, para novas formas de representação de seu território, se tornaram parte de um show que admitia apenas uma estrela: o cientista (Naetê Reis).”

“Em tom de brincadeira e de revanche, um dos pescadores que esteve presente na reunião citada acima, contou que em uma atividade anterior, quando conheceu os especialistas que seriam responsáveis por elaborar um projeto de despoluição para Lagoa, resolveu que iria provar aos cientistas que os pescadores artesanais sabiam de fenômenos que eles desconheciam. Assim, perguntou aos especialistas, em uma roda de conversa que se formou em uma reunião: - Vocês sabem o que é “estoura posses”?”

Rindo comentou que por uns instantes reinou um silêncio, e que os especialistas tiveram que expressar em alto e bom som, que não sabiam do que se tratava o que o pescador perguntava. O pescador

aproveitou o momento para explicar que “estoura posses” era um fenômeno em que as águas da lagoa e do mar, se aproximavam em um nível máximo, devido ao estreitamento da faixa de areia que separa esses corpos hídricos. Quando esse fenômeno ocorre, algumas espécies de um ambiente, migram para o outro. Segundo o pescador que nos contou essa história rindo, naquele momento, de alguma forma, ele sentiu que passou a ser um pouco mais respeitado (Naeté Reis e pescador Orlando Pacheco).”

4.2- Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para pesquisas pós-abissais com uso de metodologias não extrativistas

A miríade de conhecimentos produzidos nas experiências de luta e resistência aos processos de dominação promovidos pelo sistema capitalista, patriarcal e colonial, por diversos grupos sociais subalternizados, compõe o que Santos (2019) conceitua como Epistemologias do Sul. Incorpora-se à pesquisa, bem como em sua metodologia, a noção de que esses conhecimentos produzidos na luta e na resistência como alternativas ao projeto epistemicida promovido pelo Estado Moderno, devem ser valorizados de forma a tensionar a hegemonia do conhecimento científico tradicional, designado por Boaventura (2010), como cartesiano, positivista, reducionista e determinista.

Em contraposição ao modelo hegemônico exercido pela ciência moderna ocidental, articulam-se uma gama de saberes que têm se integrado conformando um processo que Santos (2019) define como Ecologia de Saberes. Santos (idem), explica que Ecologia de Saberes se difere em dois tipos básicos de conhecimento, os que nascem nas lutas e os que apesar de não nascerem nas lutas, são úteis a ela. O autor ressalta também que, nos dois tipos de conhecimento, podem ser estabelecidos conhecimentos científicos e não científicos. Assim, Guatarri (1992), Santos (2019), Demo (200), Morin (2003c), Maturana (2009), Brugger (2004), Freire (1987), Leff (2016) coadunam sobre a importância política que o saber científico pode e deve exercer a favor das lutas dos grupos historicamente oprimidos. Nesse sentido, faz-se urgente apoiar a luta dos grupos subalternizados, o que implica na valorização e no reconhecimento dos conhecimentos não científicos, saberes que segundo Santos (2019), são práticos, empíricos, populares e produzidos de forma integrada às práticas sociais. Contudo, os desafios para composição de uma Ecologia de Saberes são imensos. Para Morin (2003b), um dos principais obstáculos à diversidade epistemológica tem sido a dominação técnico científica que esfacela a diversidade cultural planetária, resultando em uma perda irreparável e de consequências imprevistas.

Para que seja possível transmutar os valores epistêmicos da Ciência Moderna, como a neutralidade, a objetividade e o pretensão acesso a uma realidade pré-existente (SANTOS, 2019), precisamos problematizar o papel do cientista moderno e seu poder de explicar o outro. Também devemos refletir sobre a impossibilidade de acessarmos a realidade livre de subjetividades morais, sociais e políticas (SANTOS, idem).

Diante do exposto, é de suma importância o questionamento levantado por Santos (idem), sobre como a ciência moderna eurocêntrica conservacionista poderá dentro de suas limitações ser incluída em um diálogo intercultural. Para o autor (idem) será preciso que a ciência respeite um duplo critério de confiança, que são a objetividade, própria do conhecimento científico, bem como a confiança no contexto das epistemologias do Sul, o que inclui uma atuação com os grupos que passam por um processo de colonialismo, de forma a fortalecer as lutas e resistências.

O trabalho junto aos grupos subalternizados implica necessariamente em estabelecer uma análise crítica sobre o contexto de exclusão social desses grupos, e os “modelos de desenvolvimento implantados tradicionalmente desde a época da conquista e da colônia, com a instauração dos estados-nação e seus regimes políticos constitucionais” (LEFF, 2016, p.431). Para o autor (idem), a reapropriação cultural da natureza e dos territórios dos grupos sociais historicamente subalternizados, perpassa por uma série de lutas, dentre elas, a r-existência ao processo de dominação cultural, que tem produzido sistematicamente à colonização do saber. Assim, para que de fato uma pesquisa possa contribuir aos processos de luta e resistência, no sentido de promover a decolonização do saber, será preciso lançar mão do que Santos (2019) conceitua como metodologias não-extrativistas e se ater a algumas questões necessárias para que um pesquisador se torne pós-abissal.

Segundo Santos (idem), a ciência pós-abissal busca a construção de conhecimentos científicos integrados a outros tipos de conhecimentos, os saberes artesanais, de forma que ambos possam se beneficiar da integração, que seria então uma minga epistêmica. Para que essa integração ocorra, Santos ressalta três ideias orientadoras, que são: a incompletude de todos os conhecimentos envolvidos; o interesse em comum em promover a convergência de interesses diferentes; o fato do interesse em questão, não ser associado a um interesse intelectual variável, mas, sim, à capacidade de se operar contra-hegemonicamente aos processos de dominação promovidos pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (SANTOS, 2019, p.214).

O desafio que se coloca é dantesco, pois torna-se cada vez mais necessário a integração de cosmovisões de mundo diferentes, por meio do diálogo intercultural e a compreensão do tipo de Ciência que a Ecologia de Saberes pretende superar. Como alerta Vasconcellos (2002), para perceber que algo mudou ou que está em processo de mudança, devemos compreender como era antes de iniciar a mudança. Dessa maneira, a busca por novos valores, novos olhares, perpassa necessariamente pela compreensão da concepção de mundo que ainda prevalece e que constitui o atual paradigma hegemônico, que afeta diretamente a formação de pesquisadores e fomenta a produção de pesquisas extrativistas.

A complexidade dos problemas gerados pelos processos de dominação orquestrados pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo colonialismo, coloca em tela a necessidade de uma revolução epistemológica das instituições de ensino, para superação do atual paradigma representacionista, que reduz a formação do conhecimento à um processo meramente instrutivo, uma ação de transferência de informações, de um emissor para receptores. Segundo Andrade & Silva (2005), a educação tem fundamentado hegemonicamente seu conhecimento na aparente linearidade de uma relação causal entre os objetos do mundo e os organismos.

Assim, sob a hegemonia do paradigma cartesiano, mecanicista e reducionista, o conhecer se reduz a representar o mundo internamente e o aprender se traduz como um ajustamento cada vez maior do organismo a um mundo previamente existente. Em contraposição ao representacionismo, o subjetivismo absoluto, ou solipsismo, também é preocupante, pois induz a conclusão de que a natureza não existe, de que a realidade não passa de representações culturais, imagens construídas, como se o sistema nervoso funcionasse em um grande vazio (SOFFIATI, 2008, ANDRADE & SILVA, 2005).

Uma nova abordagem tem sido trabalhada em alguns programas de pesquisa, de forma ainda tímida, situando-se em caminhos que não convergem nem para o reísmo e nem para o solipsismo, mas no que Maturana (2010) chama fio da navalha⁷⁷, um objetivismo moderado, ou “objetividade-entre-parênteses”. Sob essa abordagem, compreende-se que o observador adota uma postura de humildade, não no sentido de virtude, mas pela própria natureza de formação do conhecimento (SOFFIATI, 2008, ANDRADE & SILVA, 2005). Caminhar no fio da navalha remete ao que Morin (2001),

⁷⁷ Ver MATURANA (2010) Págs. 147-150.

chamou de uma dialógica certeza-incerteza, separação-inseparabilidade, elementos necessários para abarcar a complexidade própria do processo educativo.

Para Demo (1993), as pesquisas podem oscilar em momentos de mais leitura e aprofundamento teórico e momentos de mais intervenção, no entanto, o processo de pesquisa faz com que da prática sempre retorne a teoria e a teoria à prática. Sob a perspectiva do modelo tradicional de ciência, cartesiano e positivista, a pesquisa é compreendida de maneira coisificada, reduzida a espaços como as extensões e praticamente ausente no cotidiano de professores, que se propõe apenas a oferecer suas aulas (DEMO, *idem*). Dessa forma, poucos são os que de fato se propõem a pesquisar nas Universidades, preponderado os professores especialistas em dar aulas, o que para Demo (*idem*), desqualifica o papel de educar das Universidades à ordem da sucata.

Embora o contexto seja desafiador para a produção de pesquisa acadêmica, as instituições de ensino possuem um papel importante e necessário para formação de conhecimentos, valores, habilidades, orientados a ajudar na compreensão e resolução dos principais problemas que afetam a humanidade (LEFF, 2003). Porém, para que seja possível uma contribuição do conhecimento científico nas lutas contra os processos de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, é preciso que haja concretamente uma abertura à cooperação e a integração aos conhecimentos artesanais.

Santos (2019), ao discutir o papel do cientista social em pesquisas pós-abissais ressalta seu caráter artesão, visto que, precisa operar uma série de técnicas metodológicas de forma criativa, e não mecanicista, para romper as amarras do pensamento eurocêntrico conservador. Sobre os instrumentos, Santos (*idem*) ressalta a necessidade de que todas as técnicas escolhidas e empregadas na tessitura de um trabalho científico sejam cuidadosamente conhecidas, de forma a contribuírem para a produção de saberes híbridos, comprometidos com as transformações pertinentes a superação do contexto de opressão atual. Santos (2019), destaca algumas orientações metodológicas que devem ter a atenção daqueles que se propõe a ser um pesquisador pós-abissal. O primeiro ponto que o autor ressalta, refere-se a importância de um senso de humildade do pesquisador pós-abissal, que tal qual um artesão, não se deslumbrasse em produzir conhecimentos inéditos, em vista de se tornar um superautor.

O deslumbramento do pesquisador que acredita ter sido autor de uma pesquisa inédita, expressa a perspectiva clássica da ciência moderna ocidental que neutraliza as

condições históricas prévias, que possibilitaram sua hegemonia, produzindo um efeito falso de condição zero, o ponto zero (*hybris del puento cero*), de produção de conhecimento verdadeiro, a partir do surgimento da linguagem científica (CASTRO-GÓMEZ, 2005c *apud* BALLESTRIN, 2013). O pesquisador abissal estrutura seu pensamento abissal em uma epistemologia abissal, que retira e ignora, do contexto de pesquisa, as cosmovisões de mundo de outros grupos sociais. Segundo essa perspectiva, o conhecimento é produzido a partir do cientista, que de forma neutra e objetiva utiliza metodologias capazes de acessar uma realidade pré-existente. Sob tal viés, o pesquisador conhece a realidade sobre um determinado tema baseado no arcabouço teórico metodológico científico tradicional, de forma quase solitária, o que Pellanda (2009, p.43) ressalta ser “um processo ilusório, pois conhecer é sempre conexão”.

Santos (2019), relembra que uma pesquisa pós-abissal busca conhecer-com e não conhecer-sobre, o que emerge novos significados com relação ao processo autoral e exige que o pesquisador lance mão de instrumentos/técnicas, capazes de contribuir criativamente para a tessitura, sobre o que pretende problematizar-com. O autor chama atenção para a indissociabilidade da criatividade, com o compromisso junto à sociedade, na tessitura de um trabalho científico, ou seja, o caminho para uma pesquisa pós-abissal não parte de um espontaneísmo e descomprometimento, nem ao menos de um rigor mecanicista, que cria amarras ao pesquisador (SANTOS, *idem*).

Para Maturana (2009), aos educadores cabe o desafio de superar tanto a perspectiva epistemológica tradicional, que pretende dar acesso a um mundo objetivo, em que a realidade é pré-existente à observação, como também a abordagem solipsista, no qual a objetividade é negada, dando espaço para o que Maturana aponta como arbitrariedade. Para Freire (1987), a objetividade e a subjetividade quando analisadas em permanente dialeticidade, permitem uma análise crítica da realidade, pois, a transformação objetiva da realidade, perpassa por uma transformação subjetiva, ou seja, uma transformação não existe sem a outra. Tanto a abordagem que privilegia a objetividade em detrimento da subjetividade, chamada de objetivismo e a perspectiva que privilegia a subjetividade em relação a objetividade, o subjetivismo, representam para Freire (*idem*) uma polarização que distorce a realidade “em um simplismo ingênuo. É admitir o impossível: um mundo sem homens, tal qual a outra ingenuidade, a do subjetivismo, que implica em homens sem mundo” (p.24). Maturana (2009) destaca o

caminho desafiador a quem se dedica ao processo educativo, que é caminhar no fio da navalha, sem incorrer em dualidades que engessem o pensamento.

Alinhado aos autores supracitados, Santos (2019) ressalta que a perspectiva de pesquisa pós-abissal tem como pressuposto subverter o pensamento cartesiano, típico da ciência moderna tradicional, indo de encontro a processos criativos e com compromisso metodológico para que possam de fato contribuir para os movimentos de resistência. Ao pesquisador pós-abissal, cabe o compromisso de colocar em tela questões que sejam relevantes para os conhecimentos artesanais. Os que vivenciam os problemas em seus cotidianos devem ser integrados à pesquisa, desde a priorização dos problemas, bem como para as demais etapas da pesquisa de forma que o percurso metodológico se integre aos conhecimentos artesanais continuamente.

Como Morin (2003) enfatiza, para que seja possível superar o paradigma hegemônico da fragmentação, do pensamento que isola e não consegue dar conta da complexidade da vida, é preciso substituí-lo por um pensamento complexo capaz de distinguir e integrar. Sendo assim, “é preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (idem, p.89).

O paradigma reducionista e cartesiano da ciência moderna reverbera em metodologias profundamente limitadas frente a complexidade dos problemas que se apresentam no contexto atual. Santos (2019) argumenta que para que seja possível elaborar respostas aos desafios de investigação, é preciso a adoção de novas orientações metodológicas que são fortalecidas pelas epistemologias do Sul, de forma que se possa: “analisar e amplificar simbolicamente, as práticas emergentes que decorrem da substituição das monoculturas do pensamento abissal, pelas ecologias do pensamento pós-abissal, ou seja, quando se procede à sociologia das emergências”(SANTOS, 2019, p.219).

Dentre as orientações metodológicas, Boaventura de Sousa Santos (idem) cita como exemplo a utilização de várias escalas de análise para problematizar os temas de pesquisa, o que ele chama de ecologia transescalar. Assim, é importante analisar um problema em seu contexto local, mas também articulado a uma escala global, associada aos processos de dominação colonial, patriarcal e capitalista.

Boaventura (2019), também sinaliza a necessidade de se ater a ecologia das diferenças, o que implica em colocar em tela o que tem sido omitido por narrativas oficiais sobre os grupos sociais oprimidos, bem como nas narrativas dos próprios

grupos, no que se refere a existência de processos opressores. Uma pesquisa pós-abissal valoriza saberes que tem sido sistematicamente silenciados e desqualificados, não somente na esfera social e política, como atenta Santos (*idem*), mas também em contextos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, o que torna os processos de dominação ainda mais difíceis de serem identificados, pois estão imersos e naturalizados em nossos corpos e em nossas consciências.

Sob a perspectiva hegemônica, a ciência se reduz a um processo em que se produz conhecimento por alguém de fora (*outsiders*), os pesquisadores, sobre os que estão dentro (*insiders*), os pesquisados, grupos estes, capazes apenas de fornecer conhecimento, mas nunca de produzi-lo (*idem*, 2019). Para romper com o paradigma da fragmentação, reducionista e universalista, rumo a uma epistemologia da complexidade, é necessário superar o pensamento binário que alimenta dicotomias como sujeito x objeto, homem x natureza, natureza x cultura, e alcançar uma visão capaz de dar conta da realidade multidimensional, que não existe de forma independente do observador (PELLANDA, 2009).

Outra questão discutida por Santos (2019), é o pertencimento ou não do pesquisador ao grupo social sobre o qual a pesquisa. Para o autor, essa questão não é central no fortalecimento das epistemologias do Sul, visto que, nesse contexto, o que mais importa é o grau de comprometimento do pesquisador com os grupos subalternizados em seus processos de luta contra os mecanismos de dominação.

Segundo Freire (1987), para compreensão sobre as formas de ser e comportar-se dos grupos oprimidos, é necessário que haja convivência, de maneira que seja possível ao pesquisador compreender os processos de dominação e resistência vividos pela comunidade. Existe nos oprimidos uma dualidade, em que o opressor é introjetado como uma sombra e sem que o oprimido localize o opressor concretamente, ou que tenha consciência do processo de opressão e quase sempre assumirá uma atitude fatalista, em vista da situação concreta de opressão que experiencia (FREIRE, 1987). Sem a postura de humildade ressaltada por Santos (2019), o pesquisador poderá incorrer em análises superficiais, como Freire alerta: “Esse fatalismo, alongado em docilidade, é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial da forma de ser do povo” (FREIRE, 1987, p.31).

Santos (2019) explica que as festas, o prazer sexual, o carnaval, as refeições fartas e rituais promovidos pelos grupos oprimidos, representam formas de apropriação do mundo no sentido de eliminar os mecanismos de dominação e sofrimento. Um

pesquisador que lance um olhar superficial, pode interpretar essas ações como incoerentes, contudo, Santos (idem) sinaliza que a dominação nunca é total, o dominado nunca o é em sua totalidade.

Um investigador que decida trilhar um caminho sob a perspectiva das epistemologias do Sul para a produção de uma pesquisa pós-abissal, deve permanecer em vigília para que não reproduza o caminho explicativo da objetividade-sem-parênteses como alerta Maturana (2009), que opera no sentido de universalizar seu domínio explicativo em detrimento de outras cosmovisões.

A transição para pesquisas que produzam conhecimento-com e não conhecimento-sobre exige que as metodologias adotadas sejam híbridas, compostas por métodos próprios das comunidades envolvidas e por métodos elaborados no contexto da ciência moderna, porém sob uma perspectiva contra hegemônica pós-abissal (SANTOS, 2019).

Para Morin (2003), a transição do paradigma reducionista para um paradigma da complexidade passa, necessariamente, pela reforma do pensamento que deve atuar no sentido de superar o pensamento fracionário reducionista possibilitado pelo avanço técnico e científico. A atuação integrada entre ciência, técnica e burocracia, segundo Morin (2001), apesar de produzir conhecimento, produz também cegueira e ignorância, visto que, sob o reinado dos especialistas, os peritos, ignoram uma série de saberes, estabelecendo limites entre os que conhecem e que produzem conhecimento, daqueles considerados ignorantes. Uma pesquisa pós-abissal, implica em um investigador plenamente consciente sobre os aspectos referentes a linha abissal e os processos de dominação que a configuram, bem como, deve ser crítico a objetividade-sem-parênteses e ao universalismo, característicos da ciência moderna. Para que esse caminho explicativo, de uma objetividade-entre-parênteses (MATURANA, 2009), do paradigma da complexidade (MORIN, 2003), de uma pesquisa pós-abissal (SANTOS, 2009), seja trilhado, devemos ter atenção à trajetória pessoal do pesquisador envolvido, visto que, sua história, atua no sentido da aproximação ou distanciamento com outros saberes, relação essa, fundamental para discutir o fortalecimento das epistemologias do Sul (SANTOS, 2009).

A discussão sobre uma perspectiva alternativa à ciência hegemônica deve ser fortalecida e ter seu espaço ampliado no campo científico, visto a necessidade de novas formulações e abordagens de pesquisa, que sejam capazes de fortalecer o enfrentamento às barbáries decorrentes do atual modelo civilizatório. Enquanto isso

não ocorrer, a academia científica, que deveria por missão promover discussões e pesquisas capazes de atuar frente às questões de relevância para a sociedade, acaba por tornar-se em alguns momentos desacreditada.

Santos (2019) salienta que muito provavelmente o investigador pós-abissal, tenha se formado em instituições de ensino em que as epistemologias dominantes sejam as do Norte, o que implica uma série de desafios de autorreflexividade, de forma que seja possível questionar o paradigma atual e vislumbrar outras cosmovisões. Assim, é necessário ao pesquisador refletir sobre o que aprendeu e sobre o que aprendeu sobre aprender, o que implica repensar os aspectos epistemológicos e o modo como esse paradigma tem se colocado como o único possível.

Para superação do paradigma cartesiano que atravessa a ciência e a técnica e que tem promovido a crise de pensamento atual, é preciso desaprender, mas não no sentido de esquecer (SANTOS, 2019). Para o autor, desaprender significa lembrar de forma diferente, estranhar aquilo que por séculos foi alocado como única forma possível de se produzir conhecimento. Para o estranhamento do que é caracterizado como naturalmente posto, Santos (2019) sugere que os pressupostos paradigmáticos hegemônicos, sejam sujeitos a um exercício mental de transposição de um lugar de confiança, para um lugar de questionamentos e desconforto. Dentre os exercícios sugeridos, Santos (idem) convida os pesquisadores a analisarem e questionarem os pressupostos voltados à eficácia da ciência hegemônica, dentre eles: a concepção de sociedade como objeto e não como sujeito de conhecimento, o que implica na restrição dos diálogos e questionamentos sobre a ciência apenas aos investigadores, excluindo a sociedade desse processo. E a dimensão de metodologias como mecanismos de respostas apenas aos questionamentos científicos sem que haja o espaço adequado para que a sociedade inclua suas demandas. Sob essa lógica, ainda que a sociedade denuncie as questões mais relevantes para que possam superar os processos de dominação vigentes, apenas o seleto clube de pesquisadores formatados nos moldes da ciência moderna, seria capaz de identificar o que de fato é um problema passível de ser pesquisado.

Santos (2019) chama atenção para outros exercícios desafiadores e relevantes no caminho para uma pesquisa pós-abissal, dentre eles: não esquecer a identidade sempre precária de um investigador pós-abissal, visto que precisa atender ao critério duplo de confiança, com a comunidade, no sentido de partilhar a luta, e também frente aos critérios científicos em sua pesquisa; o pesquisador deve manter constante vigília

para não incorrer na tentação de um triunfalismo intelectual. Esse processo inclui uma perspectiva de pesquisa que consiga alinhar em seus objetivos e em suas metodologias um patamar de participação, de fato colaborativa, não apenas um jargão que permita certas aproximações, como explica Fasanello *et al*:

Este é, portanto, o sentido fundamental das metodologias colaborativas não extrativistas. Elas transcendem as propostas de pesquisas e metodologias participativas por considerarem a participação mais que uma devolução, partilha, troca, ou *empowerment*, junto aos sujeitos sistematicamente excluídos, ou tutelados. Trata-se de pensar a pesquisa como uma 'co-criação' para a produção de conhecimentos 'co-labor-ativos', assim como a intervenção no mundo uma 'co-responsabilidade' decorrente do trabalho conjunto, um 'co-laborar' de natureza simultaneamente ética, política e epistemológicas (FASANELLO *et al*, 2018, P.401).

Além de manter vigília, sobre a tentação do triunfalismo intelectual, visto que, em uma pesquisa pós-abissal, o processo é conduzido de forma colaborativa, Santos (2019) também ressalta os meandros que envolvem a sensação equivocada que pode envolver o pesquisador, de que ele possui total controle em relação aos métodos empregados na pesquisa. Para Freire (1987), a denúncia do uso da educação como mecanismo de dominação, serve principalmente para alertar os educadores que se propõem a lutar pela libertação, chamados por Freire de verdadeiros humanistas, para que nesse caminhar não sejam cooptados por uma concepção bancária da educação. Incorrer nessa falha, coloca em risco suas lutas, visto que, não se alcança a liberdade, praticando uma educação que aliena e subalterniza.

Outro equívoco salientado por Santos (2019), refere-se à sensação de um heroísmo político, que pode surgir no peito dos investigadores que se alinham às orientações metodológicas pós-abissais, de que, após cumprirem com essa perspectiva metodológica contra hegemônica, fortalecerão necessariamente as lutas e resistências dos grupos subalternizados. Uma perspectiva alternativa à educação bancária, implica em uma postura de humildade pelo investigador, e de respeito aos grupos com os quais se relaciona, no sentido de valorizar seus conhecimentos, de forma que o objetivo principal não seja o de depositar conteúdos necessários para transformar os processos de dominação em curso, mas, sim, de problematizar esses processos e superar a contradição educador e educando (FREIRE, 1987). Para Santos (2019), nada é mais falacioso do que crer que o apoio às comunidades oprimidas está garantido, pois quem de fato pode avaliar as contribuições da pesquisa pós-abissal, no fortalecimento das lutas é quem vive nelas. Assim, para pesquisas pós-abissais é

fundamental avaliar-com comprometido com o combate real, sem a busca por heroísmo, ou protagonismo, para ser um pesquisador pós-abissal, um intelectual de retaguarda (idem, 2019).

Como nos ensina Freire (1987), para uma educação problematizadora, os processos educativos devem ser capazes de romper com a hierarquização do conhecimento que separa os considerados possuidores do conhecimento, daqueles que receberão o conhecimento, ou seja, devem superar a contradição que distancia o educador do educando, como discute no trecho a seguir:

(...) não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já, agora, ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (FREIRE, 1987, p.69).

Além dos exercícios para caminhar como pesquisador pós-abissal, Santos (2019) destaca os desafios concernentes à realização das mingas epistêmicas. O não pertencimento do investigador à comunidade pesquisada e o não conhecimento sobre as propostas de aprendizagem/desaprendizagem das epistemologias do Sul, dificultam o processo para cocriação de conhecimento (SANTOS, idem). Freire (1987) explica que sob o viés da educação bancária, o educador se posiciona como único ser cognoscente no processo, com aval para narrar conteúdos, que se tornam propriedades do narrador, que assim promove qualquer outra coisa, menos um ato educativo. Para que haja um ato cognoscente, os temas discutidos devem ser problematizados por sujeitos reconhecidos igualmente cognoscentes, de forma verticalizada, em que todos tenham possibilidade de participar (FREIRE, 1987).

Sob a perspectiva pós-abissal, a devolução da pesquisa se torna muito mais intensa e constante, diferentemente do que foi postulado como devolução de pesquisa na década de 60, pela sociologia crítica, processo em que os pesquisadores retornavam às comunidades para apresentar os resultados obtidos com a investigação realizada (SANTOS, idem). Em uma pesquisa pós-abissal, não se faz a devolutiva ao final, a cocriação do conhecimento exige a renovação de votos de confiança e de

mingas epistêmicas ao longo de todo o processo. (SANTOS, 2019). Já o cumprimento, ou não, do fortalecimento dos processos de luta e de resistências das comunidades em face aos processos de dominação, só podem ser avaliados *a posteriori*, após a finalização da pesquisa (SANTOS, idem).

Para dar conta das transformações necessárias à superação dos processos de dominação vigentes, o pesquisador que tome a posição pós-abissal deve possuir o que Santos (2019) chama de vontade histórica, que o possibilite identificar, analisar e denunciar a linha abissal que oprime e subalterniza. Além disso, ainda que a o papel da pesquisa seja de grande relevância nos processos de luta, o pesquisador deve ter consciência de que sua atuação constitui uma entre outras forças necessárias para transformação, visto que, como Santos (idem) destaca, a superação dos processos de subalternização constitui uma tarefa coletiva e histórica, que exige ações integradas, as mingas epistêmicas e a ecologia de saberes.

Para que seja possível transformar o contexto de injustiça vivido por essas comunidades, é preciso que a correlação de forças extremamente desigual, geradora de injustiças seja alterada e um dos caminhos necessários para essa mudança é a valorização e reconhecimento do conhecimento dos grupos oprimidos. A pesquisa pós-abissal, por meio das mingas epistêmicas, possui um compromisso decolonizador, pois coloca em tela a linha abissal geradora de injustiças, promove a valorização e o reconhecimento de outras epistemologias que foram historicamente silenciadas pelo paradigma eurocêntrico (SANTOS, idem).

Assim como torna-se imprescindível colocar em tela a linha abissal geradora de injustiças, é preciso que a utopia, seja concretamente alimentada no sentido de estabelecer uma nova realidade, desejada pelos grupos e atores sociais envolvidos em movimentos contra hegemônicos. Loureiro (2019), ao discutir a questão do método, principalmente no contexto da educação ambiental voltada aos povos tradicionais, articula seu pensamento com o legado de Paulo Freire e reforça a necessidade de que haja espaços coletivos de diálogo onde se possa articular saberes e análises realistas, capazes de conferir materialidade aos sonhos e desejos por uma vida melhor e tornar o inédito-viável.

Freire (1987) explica que em situações-limite, contextos considerados de extrema subalternidade e violência, as ações contra hegemônicas desencadeadas a partir da reflexão coletiva, constituem atos-limites, frente a situação que se quer superar. Nesse contexto, de situação-limite, Freire (idem) destaca que existem os

atores sociais que a promovem e os que se colocam em re-existência e, junto aos que se opõem aos processos de dominação, é preciso promover a integração de conhecimento, sejam científicos, artesanais, ou híbridos, isso é o que Santos (2019) conceitua como Ecologia de Saberes. Assim, a Ecologia de Saberes pode incorporar conhecimentos individuais, coletivos, escritos, orais, materiais audiovisuais, artes, música, poesia, teatro, entre outros (SANTOS, *idem*). Esses conhecimentos em suas variadas formas, compõem instrumentos de luta no sentido de fortalecer uma justiça cognitiva, necessária às epistemologias do Sul. Fasanello (*et al*, 2018) enfatizam a necessidade de ampliarmos a diversidade de percursos metodológicos, com diferentes estratégias, visto que a:

“(...) incorporação de inúmeros saberes e práticas que podem humanizar a pesquisa e os métodos utilizados a partir de uma ampliação dos sentidos corporais e afetivos que, ao vibrarem em ressonância com os diferentes sujeitos da pesquisa, permitem uma orquestração polifônica não apenas de vozes, mas um diálogo diferenciado, autêntico, que melhor se aproxima da dimensão ética pretendida por uma pesquisa colaborativa” (FASANELLO *et al*, 2018, p. 204).

Acrescenta-se às reflexões sobre o percurso metodológico pós-abissal, a discussão trazida por Santos (2019) sobre as implicações dos sentidos nas experiências do investigador. Santos explica que, a produção de conhecimento envolve necessariamente uma experiência, e só há experiência por meio dos sentidos. Para Maturana (2009), sob a perspectiva da objetividade-sem-parênteses, que corresponde ao paradigma da epistemologia hegemônica, o corpo é compreendido como um instrumento de expressão do operar cognitivo, porém, limitador dessa expressão. Sob esse domínio, as percepções que destoam do que é referenciado como realidade, são consideradas como ilusões, erros, falhas na apropriação da realidade pré-existente pelo observador. Já na concepção de uma objetividade-entre-parênteses, o corpo não corresponde a um limitador da expressão cognitiva, mas sim, um instrumento que possibilita a expressão humana, como seres vivos conscientes, existentes na linguagem (MATURANA, 2009). Sob esse domínio de explicação, a indistinguibilidade entre ilusão e percepção é compreendida como constitutiva do observador, e não um erro ou falha do observador em sua deriva com o mundo. Assumindo esse aspecto, compreende-se que existam múltiplos domínios de explicação da realidade, que operam em domínios particulares de coerências experienciais, e que por conseguinte são igualmente válidos (MATURANA, *idem*).

Santos (2019) destaca a importância dos sentidos na produção de conhecimento e na formulação de explicações sobre a realidade e critica a atenção insuficiente dedicada a essa questão pelas epistemologias do Norte. O conhecimento entendido como um processo corporizado, envolve a combinação dos cinco sentidos, ou, segundo Santos (idem), até mesmo de um sexto sentido que compõe uma série de conformações na abertura do ser com o mundo.

Maturana (2009) defende que as emoções conformam diferentes domínios de ação nas pessoas e animais, e as disposições corporais que os constituem, sendo assim, cada ação humana corresponde a algum domínio de emoção. O autor (idem), ressalta que, para que fosse possível um convívio tal que permitisse o surgimento da linguagem humana, deveria haver uma emoção particular, fundadora do que ele conceitua como amor:

“o amor é a emoção que constitui o domínio de ações em que nossas interações recorrentes com o outro fazem do outro um legítimo outro na convivência; as interações recorrentes no amor ampliam e estabilizam a convivência; as interações recorrentes na agressão interferem e rompem a convivência. Por isso a linguagem, como domínio de coordenações consensuais de conduta, não pode ter surgido na agressão, pois, esta restringe a convivência, ainda que, uma vez na linguagem, ela possa ser usada na agressão” (MATURANA 2009, p.22 e 23).

Para Maturana (2009), as mudanças estruturais que resultam da incorporação do modo de viver, não são simples de serem transformadas, visto que resultam de um contingente histórico de interações. Porém, ainda que o contexto seja desafiador, urge a necessidade de uma mudança de pensamento e de uma problematização sobre as questões ontológicas e epistemológicas. O autor defende que as interações humanas recorrentes se dão por meio de emoções, das quais destaca duas que ele considera como pré-verbais: a rejeição e o amor. Para Maturana, a rejeição implica a negação do outro como legítimo outro na convivência, enquanto o amor corresponderia a aceitação do outro como legítimo outro na convivência. Amor e rejeição não seriam emoções opostas, visto que, na ausência de um, não haveria necessariamente o outro, mas, segundo Maturana (idem), teriam como oposto comum a indiferença. Sob diferentes emoções, diferentes domínios de ação serão acionados, o que coloca em questão, quais são os domínios de ação acionados pela ciência moderna, nos pesquisadores, e quais implicações dessas disposições corporais nas relações desses investigadores com os outros grupos sociais envolvidos na pesquisa.

Santos (2019) enfatiza que sob os domínios explicativos das epistemologias do Norte, é vetada a valorização dos sentidos como fonte de conhecimento, visto que, o conhecimento é concebido como o acesso acurado à realidade, que só pode ser acessado pelo uso da razão. Maturana (2009) chama a atenção para cultura hegemônica que desvaloriza as emoções e cultua a racionalidade e alerta que, sob esse prisma, o entrelaçamento entre razão e emoção, existente no cotidiano, é negado, o que dificulta a compreensão de que para todo sistema racional, existe um fundamento emocional. Santos (2019) destaca que a ciência moderna compreende os sentidos como mal necessário, pois são considerados processos traiçoeiros, que precisam ser controlados e desmascarados pela razão. Dentre os sentidos, a visão e a audição são consideradas os mais passíveis de controle e, por isso, são submetidos às regras condicionadas por metodologias extrativistas, que buscam treinar o pesquisador para ser o mais racional possível (SANTOS, idem).

Assim, sob a perspectiva abissal, o sentir relacional é compreendido como se fosse invariavelmente apartado do mundo que vivemos, uma espécie de aparato cognitivo ajustado a acessar direta e indiretamente o real, o objetivo, e ainda, “ (...) é desde esse sentir que atuamos pensando que qualquer afirmação cognitiva que se fundamente no que chamamos de o real, ou o objetivo, tem que ser de validade universal e, portanto, aceitável para qualquer ser humano” (MATURANA e YAÑEZ, 2009, P.95).

Santos (idem) ressalta que o domínio explicativo em que operam as metodologias extrativistas, requer um olhar e uma audição abissais, onde se vê e ouve apenas aquilo que se quer captar, em uma perspectiva de objetividade-sem-parênteses (MATURANA, 2009).

Tudo o que não for interessante à pesquisa abissal, ou o que não pode ser captado por suas metodologias extrativistas, é ignorado, como Santos explica:

“A experiência dos sentidos abissais é, assim, parcial e superficial, parcialidade e superficialidade essas que foram fundamentais para produzir (e para tornar invisível) a linha abissal presente na origem da ciência moderna. Nesse sentido, poderemos dizer que o pensamento abissal também compreender ver e ouvir, porém com olhos e ouvidos capitalistas, colonialistas e patriarcais” (SANTOS, 2019, p. 238).

Santos (2019) ressalta que sob a hegemonia da ciência moderna tradicional, desenvolveu-se uma economia política dos sentidos e da sensorialidade, que estabeleceu uma hierarquização dos sentidos, em que a visão e a audição ocuparam

o topo da lista. Já o olfato, o tato, o paladar, foram depreciados como sentidos menos importantes e associados às sociedades e raças consideradas inferiores e selvagens (idem).

A hierarquização adotada pelo paradigma hegemônico, estabelece o padrão hegemônico eurocêntrico como o modelo de sociedade humana civilizada e desenvolvida, em contraponto às sociedades marginais, classificadas como selvagens e primitivas, como salienta Brugger (2004) ao discutir os sentidos encontrados no conceito de “desenvolvimento”:

“Como “civilizado” e “desenvolvido” assim o são em função da adequação a um determinado parâmetro, é lícito questionar se desenvolver não teria sido, na maioria dos exemplos históricos, (des)envolver, isto é, romper o elo de envolvimento de determinados povos com a sua cultura no sentido mais amplo – fragilizar e “pasteurizar” tanto a diversidade biológica quanto cultural, até que todos os padrões se convertam em apenas um. (Des)envolver, nesse sentido que tem sido hegemônico, encontra assim uma convergência filosófica surpreendente com a tese (...) do pensamento unidimensional. Sem exagero algum, essa foi a História da colonização da maior parte dos povos primitivos (...) do hemisfério Sul, que graças aos povos civilizados do hemisfério Norte foram aculturados e puderam decolar então para níveis superiores de existência (...). Por trás dessa “aculturação”, contudo, sempre houve motivos nada altruísticos (2004, p.73).”

Além de manter vigilância com relação a hierarquização de sentidos, Santos (2019) ressalta a dificuldade encontrada pelos pesquisadores em distinguir o “sentir” e o “ser-se sentido”, visto a dualidade engendrada pelo sistema hegemônico entre os conceitos de sujeito/objeto.

Por vezes, para que seja possível a compreensão de um objeto, é necessário que haja um intercruzamento de sentidos, ou seja, uma intersensorialidade, que, no entanto, a ciência moderna não possibilitou aos investigadores, que, sem a devida autorreflexão, permanecem com suas práticas científicas extrativistas (SANTOS, 2019). Freire (1987) enfatiza que assim como a consciência, o método possui uma intencionalidade permanente e irrecusável, e nesse contexto, educador e educando, atuam sob uma co-intencionalidade, que confere ao oprimido no caminho para sua libertação, um papel histórico de recriar o conhecimento. Assim, em contraponto à perspectiva tradicional de uma mera participação, em uma perspectiva problematizadora de educação, a atuação de educadores e educandos será no sentido do engajamento. Nesse percurso, o método representa caminhos trilhados pela prática

de liberdade e que, por ser uma alternativa aos processos de dominação, possibilitam a liberdade tanto do oprimido, como do opressor (FREIRE, idem).

Para uma educação libertadora, destacamos o que Santos (2019) compreende como o duplo papel do investigador pós-abissal, em que o primeiro papel refere-se à compreensão da existência de corpos desiguais e que dessas desigualdades se configuram diferentes formas de luta. O segundo papel diz respeito ao fortalecimento e proposição de ações que transfigurem as transcrições da realidade dos grupos subalternizados, de uma passividade/fatalidade, para criação de alternativas.

Um risco que se corre, segundo Santos (idem), ainda que em uma pesquisa pós-abissal, é uma interpretação equivocada de um determinado contexto pelo pesquisador, visto que, ser-com é um processo muito mais complexo do que o conhecer-sobre. O conhecer-com uma pesquisa pós-abissal, refere-se a uma interpretação limitada de um contexto muito mais amplo e complexo, em constante transformação e que não pode ser abarcado pelo investigador em sua totalidade. Os contextos não são armazéns de sentidos e sensações, postos a serem descobertos pelo investigador, “os corpos sentem e são sentidos em contextos” (SANTOS, 2019, p.243). Freire (1987) destaca que não é possível o diálogo com os grupos subalternizados, caso o educador mantenha uma postura arrogante e se posicione como dono da verdade, sem ter consciência de sua incompletude, como explica a seguir:

A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade, ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito para caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 1987, p.46).

Em um contexto incomensurável de sentidos e sensações e de profundas desigualdades de ser e existir é necessário que o pesquisador pós-abissal supere pretensas equivalências entre o que percebe e o que os grupos com os quais se relaciona vivenciam (SANTOS, 2019). Para Santos (idem), um dos maiores desafios para um enfrentamento robusto contra os processos de dominação, se dá pela diversidade e a desigualdade dos corpos e seus sentidos, visto que, que dificultam aproximações e articulações urgentes à resistência dos grupos subalternizados. A articulação necessária, colaborativa, responsável para a construção de um mundo que

supere os processos de dominação que subalternizam e promovem barbáries, passa pelo diálogo, pelo reconhecimento do outro, como explica Freire:

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo. Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 1987, p.20).

Sem que haja uma tradução intercultural, as diferenças culturais inscritas nos sentidos dos grupos subalternizados, alimentam distâncias e enfraquecem os movimentos contra hegemônicos (SANTOS, idem). Dessa forma, a ecologia de saberes e a tradução intercultural são condições fundamentais para permitir as articulações e alianças necessárias para superação das injustiças promovidas pelo sistema capitalista, patriarcal e colonialista.

Para o autor, ainda serão necessárias várias gerações de investigadores, para que esse modo de fazer ciência, supere a perspectiva extrativista e se torne uma ciência pós-abissal, como Santos ressalta, “o dilema do investigador pós-abissal é ter de reconhecer que ele próprio é a linha abissal e que construir o pós-abissal é sobretudo um ato de autodestruição (...) um esforço quase desumano para promover humanidade” (2019, p.249).

Uma educação libertadora deve romper com as amarras necrófilas, limitantes da concepção de educação bancária, que nega a legitimidade do outro em uma tentativa de ajustar o outro a um mundo de injustiças para que os grupos subalternizados se adaptem, mas não o transformem (FREIRE, 1987). Ao investigador pós-abissal, em sua jornada no contexto de uma pedagogia sensorial intercultural libertadora, cabe a capacidade de se distanciar do que lhe é comum e ousar a conhecer o que lhe é estranho, como Santos explica, é preciso:

“construir uma ecologia interna de experiências sensoriais capaz de lhe proporcionar suficiente flexibilidade para atender aos diferentes encontros gerados pela investigação (...). A copresença e o *corazonar* podem exigir que, em momentos de perigo, sejam tratados os corpos feridos, ou ofendidos, e quem em momentos de festa, os corpos jubilosos possam desfrutar de comida, de bebida, de dança e do canto” (2019, p. 262).

Os desafios para se lançar a uma investigação pós-abissal são vertiginosos, pois implicam uma autorreflexividade sobre os alicerces que foram gradualmente construídos nas dimensões epistemológicas de cada um. Romper com as premissas que nutriu nossa a visão de mundo, pode ser angustiante em alguns momentos, porém, envolve momentos de libertação, de surpresas, de calorosas e prazerosas equivalências sensoriais com os grupos com os quais caminhamos na pesquisa e que podem revelar semelhanças no paladar, no tato, na audição, na visão e no olfato (SANTOS, 2019). Esse corazonar, contribui sobremaneira para o fortalecimento da cumplicidade do pesquisador e da comunidade na luta e no viver.

“Em um evento voltado às comunidades pesqueiras artesanais, em que trabalhei na organização, um dos pescadores artesanais ao final de uma oficina desejou compartilhar comigo uma poesia sobre a reprodução dos caranguejos que existiam na beira da Lagoa de Araruama décadas atrás, antes de se tornar extremamente poluída. Ele escreveu a poesia, pois não tinha como filmar e fotografar aquela cena, e temia que sem o registro, ela fosse esquecida para sempre. Ele queria eternizar aquele momento (Naeté Reis e pescador Luís Cláudio).”

4.3- Percurso metodológico à luz das epistemologias do Sul: técnicas e perspectivas

Nesse tópico serão elencadas as metodologias de pesquisa que foram implementadas para tessitura da tese. Destaca-se que o critério de escolha dos instrumentos metodológicos para pesquisa, se deu pela perspectiva teórica que incorpora a experiência do vivido no território, como forma de apreender os sentidos de uso e as desigualdades socioambientais existentes, em contraposição à leitura reducionista do território, restrita a critérios estatísticos e técnicos, excluindo sua intrínseca dimensão social (REGINENSI, 2013). Como Santos (2019, p.215) analisa, a contribuição da pesquisa científica pós-abissal para a *minga* cognitiva, refere-se, principalmente, por colocar em tela os diferentes modos de dominação, o que inclui:

“o que são e como funcionam em geral e no caso concreto de uma dada luta social; as suas causas e a sua trajetória histórica; as suas diferentes manifestações e disfarces; as suas forças e as suas fraquezas; os modos como se articulam para reproduzir a dominação social, econômica, política e cultural; os modos como os grupos sociais oprimidos têm organizado a sua resistência e as suas lutas em diferentes espaços e tempos; os êxitos e os fracassos; etc.

Com relação aos conhecimentos artesanais, Santos (2019) destaca seu papel fundamental por contribuir com experiências dentro e fora do contexto de dominação, sob perspectivas concretas de corpos injustiçados e que possuem conhecimentos específicos sobre os processos de luta e resistência, de erros e ilusões, perdas e conquistas. O autor enaltece as possibilidades dos conhecimentos artesanais e os científicos se surpreenderem mutuamente, o que pode vir a fortalecer a integração entre diferentes saberes e a cooperação entre diferentes grupos sociais, para co-criação de horizontes mais justos.

Sob a perspectiva de pesquisa científica abissal, o baixo reconhecimento do saber tradicional e sua invisibilidade no campo da gestão ambiental se deve, em parte, a uma pressuposição que uma população sem estudo não consegue produzir conhecimento. Essa perspectiva epistemológica epistemicida invisibiliza a cultura e a cosmovisão dos povos tradicionais, subalterniza a compreensão desses grupos em relação ao meio onde vivem, refuta suas práticas culturais e impede cada vez mais a reprodução material simbólico dessas comunidades.

Percorrer o caminho da objetividade-entre-parênteses para produzir uma pesquisa pós abissal provoca uma série de questionamentos, dentre eles, quais seriam as técnicas metodológicas ideais, coerentes com a perspectiva epistemológica adotada? Fasanello (*et al*, 2018), com base nas discussões trazidas por Boaventura de Sousa Santos, defendem que, em uma abordagem colaborativa, por ser um trabalho em conjunto, os resultados não podem ser garantidos a priori. Sendo assim, a metodologia utilizada nesse processo tem por característica não ser engessada e “não pode ser encerrada na formalização de um roteiro, na definição de técnicas que atribui lugares e tarefas específicas a diferentes participantes e em momentos definidos num cronograma” (FASANELLO *et al*, 2018, p.408). No processo colaborativo de uma pesquisa pós-abissal, as práticas incorporam e integram diferentes saberes, o que envolve momentos de improvisação próprios de atividades que sejam capazes de criar e recriar e que Santos (2018, *apud* FASANELLO *et al*, 2018) conceitua como artesanias, o que inclui uma série de atividades artísticas, como dança, teatro, contação de história e a pesquisa.

Santos (2019) explica que as epistemologias do Sul não buscam substituir um paradigma por outro, mas, sim, integrar conhecimentos da ciência tradicional, por meio da Ecologia de Saberes, sob uma perspectiva decolonial. Assim, sob uma abordagem pós-abissal, várias possibilidades teóricas podem ser utilizadas, contando que, dois

princípios mais relevantes sejam considerados, como orienta Fasanello *et al* (2018, p. 409):

(...) a participação social ativa dos pesquisadores nas lutas travadas pelos grupos e movimentos sociais com quem trabalham e evitar excluir possibilidades ancoradas num único enfoque, ou paradigma. O que importa é que essa escolha seja feita considerando o tema, o problema, o contexto em que se trabalha, os saberes e práticas que a situação nos apresenta e os modos de definir a melhor configuração de conceitos e de métodos que permita lidar com a situação, tendo em conta as limitações identificadas no exercício de sociologia das ausências.

Sob essa perspectiva teórico-metodológica, as metodologias de pesquisa escolhidas têm em comum o que Ribeiro *et al* (2011) destacam como uma abordagem dialógica e democrática, que busca representar todos os outros no espaço e na sociedade. Não haverá, assim, como orientado por Fasanello (*et al*, 2018), a negação de métodos, ou técnicas que possam contribuir para tessitura da tese, de forma que as possibilidades de se colocar em tela as epistemologias do Sul se ampliem. Nesse sentido, utilizamos metodologias participativas, colaborativas, não extrativistas, para identificar a complexidade dos atores sociais envolvidos, como: observação participante observada; método dos itinerários, entrevistas semiestruturadas/não-estruturadas; pesquisa bibliográfica e exploratória, turnê guiada, entre outros.

Pretendemos adotar para análise, o método aperfeiçoado por Boaventura de Sousa Santos (1983), de estudo de caso alargado, que tem como premissa compreender de forma mais ampla a complexidade de relações sociais existentes a partir de um estudo de caso, para colocar em tela os detalhes mais minuciosos do campo e dados mais gerais. Essa abordagem se contrapõem a perspectiva de estudo de caso positivista, que atua principalmente na generalização a partir da preocupação em descobrir regularidade empíricas de dados, como explica Santos (1983):

Em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequada, o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interacionas dos diferentes participantes numa dada prática social setorial. Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhes descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem. Em vez de delinear por fases, os graus sucessivos de abstração o acesso dos <<dados>> à teoria, o método de caso alargado propõe o salto de imaginação

sociológica entre o mais detalhado e minucioso e o mais geral e indeterminado (SANTOS, 1983 p. 11-12).

Nesse contexto, as técnicas utilizadas deverão ter o compromisso de valorizar o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, em uma perspectiva pós-abissal de pesquisa, visto que, o ordenamento pesqueiro ainda deve avançar muito para articular devidamente o conhecimento científico e o tradicional. Um dos gargalos principais nesse sentido é a abordagem presente em grande parte das instituições governamentais em que o conhecimento científico se propõe como universal e aplicável a vários contextos. Sob esse viés, a regulação e fiscalização do ordenamento pesqueiro acaba por produzir um monitoramento padronizado, soterrando especificidades essenciais para a gestão ambiental dos territórios. Além disso, frequentemente, os processos de monitoramento pesqueiro são descontínuos, tornando a base de dados de estatística pesqueira defasados. Na ausência de outras referências, essa base de dados, mesmo descontínua, é utilizada como modelo para o ordenamento pesqueiro.

Sem pretensão de aprofundar ou esgotar um tema de grande relevância e complexidade, no próximo tópico, serão apresentados os resultados e discussões da tese, com destaque para as técnicas que utilizamos em nosso percurso metodológico, com objetivo de alinhar nossas escolhas às epistemologias do Sul. Ressaltamos que objetivou-se, nesse processo, não incorrer em protocolos rígidos, mas, sim, conseguir articular adequadamente diferentes metodologias. Como exemplo, Mendes (2003) explica que a entrevista como técnica metodológica possibilita acessar espectros que uma observação não alcança, contudo, uma observação continuada, pode abarcar contextos mais profundos do que poucas horas dedicadas a uma entrevista. Cabe ao pesquisador, analisar criticamente as ferramentas disponíveis, para que possa obter coerência em sua investigação. Assim, a pesquisa abarca uma perspectiva de que não existe uma fórmula metodológica correta para compreender cada uma das questões propostas. Porém, à medida que o pesquisador se dedica a compreender profundamente seus instrumentos de pesquisa e cuida dos procedimentos e das ferramentas que utiliza, ampliam-se as possibilidades de se atingir, o mais criticamente possível as metas definidas. Apesar do objeto das ciências sociais ser intrinsecamente ideológico, é preciso fundamentar adequadamente o posicionamento adotado, para defender e controlar aquilo que é científico, daquilo que não se sustenta como ciência. Esse controle dar-se-á por uma vigilância crítica constante em relação a ideologia, sem, no entanto, negá-la, no seu enfrentamento, de forma que prevaleça o que

consideramos ser ciência, conceito este que reside justamente no fio da navalha, em que não se recai sobre a ilusão da isenção ideológica e nem se acomoda na ideologia exacerbada (DEMO, 1993).

5- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ninguém, nem aos deuses nem aos demônios, nem às tiranias da terra nem às tiranias do céu, foi dado o poder de impedir aos homens o exercício daquele que é o primeiro e o maior de seus atributos: o exercício do pensamento. Podem amarrar as mãos de um homem, impedindo-lhe o gesto. Podem atar-lhe os pés, impedindo-lhe o andar. Podem vazar-lhe os olhos, impedindo a vista. Podem cortar-lhe a língua, impedindo a fala. O direito de pensar, o poder de pensar, porém, estão acima de todas as violências e de todas as repressões, que nada podem contra seu exercício. [...] Parece claro que não há abuso mais abominável que o de tentar impor limitações ao pensamento de qualquer pessoa. Pretender suprimir o pensamento de quem quer que seja é o maior dos crimes. Pois não é apenas um crime contra uma pessoa, mas contra a própria espécie humana, uma vez que o pensamento é o atributo que distingue o ser humano dos demais seres criados sobre a face da terra. [...] Na vida na cidade, se um homem neutraliza dentro de si o direito de pensar, a cidade pode ser tomada e dominada pela ferocidade de um tirano, cujo despotismo levará o povo à morte pela fome, pela crueldade ou por outras formas de injustiça e prepotência. E se não o povo todo, pelo menos uma parte do povo, certamente, será arrastada à opressão, à tortura, ao cárcere ou a qualquer outra forma de perdição. Os tiranos não gostam que as pessoas pensem. (Teócrito de Corinto, filósofo grego, século II d.C.)

5.1- Sobre a análise documental e de discurso

Tendo como orientação a perspectiva de Mendes (2003), buscamos, com base na análise documental qualitativa, nos debruçar sobre elementos variados como vídeos, notícias online, relatórios, mensagens de WhatsApp, redes sociais, jornais, debates, discursos, entre outros, para acessar, em um período, informações como:

Quem disse o quê, como e com que interesses; argumentos foram avançados para justificarem os diferentes níveis identitários; aliados foram mobilizados e que adversários foram identificados; quais os aspectos e dimensões consensuais e aqueles sobre os quais se extremaram as posições; acontecimentos de âmbito regional, nacional e internacional que marcaram, inflectiram ou acentuaram certas componentes identitárias, conduzindo ao abandono e esquecimento de outras. (MENDES, idem, p.15-16),

Mendes (2003, p.16) utiliza o conceito de análise crítica de Van Dijk (1997b), que tem como premissa estudar “como o poder, as desigualdades e a dominação social são ativados, reproduzidos e resistidos através dos textos e das conversas e em contextos políticos e sociais concretos”. A análise de discurso também deve estabelecer conexões entre o que foi dito e contexto em que o discurso foi produzido, de modo que seja possível correlacionar aspectos superestruturais que influenciam o contexto analisado (MENDES, idem). O autor (idem) salienta a importância referente a análise sobre como a memória social e coletiva preserva, ou elimina determinados elementos, produzindo narrativas diferentes sobre um determinado acontecimento. Sobre a análise de discurso, João Manuel de Oliveira Mendes, em seu artigo “Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”, discute aspectos que consideramos de grande relevância na análise de discurso que pretendemos realizar na pesquisa, além de orientações para condução de outras técnicas, como a entrevista, de maneira que estejam alinhadas a uma perspectiva pós-abissal de pesquisa (MENDES, 2003). O autor explica que o estudo que realizou em Açores, sobre produção identitária, convocou que ele abarcasse uma série de contextos, com variados grupos, indivíduos e suas agendas, o que exigiu a utilização de técnicas de pesquisa variadas, que fossem eficientes para estabelecer diálogos e narrativas, capazes de ampliar seu olhar e aprofundar seu conhecimento sobre o contexto analisado. Contudo, Mendes (idem) ressalta que a utilização de técnicas variadas, não buscou acessar uma verdade pré-existente, via triangulação de dados, mas, sim, estabelecer contato com a realidade analisada, em diversas escalas e perspectivas, visto que, citando Santos (1995, p.460), a escala cria o fenômeno.

Ainda sobre a escala, Santos (2019) destaca que o contexto de exclusão abissal condiciona o olhar dos grupos sociais subalternizados em um alcance do aqui e do agora, ao que é mais urgente e necessário para sobrevivência, o que dificulta o alcance de um campo de visão maior. Contudo, como Santos (idem) chama atenção, o pesquisador pós-abissal, ao buscar contribuir para ampliar o olhar da comunidade com relação aos processos de dominação que os subalterniza, pode incorrer no equívoco de perder de vista características e informações mais refinadas, de grande relevância, visíveis aos olhares da comunidade. O autor (idem) indica um caminho pela pedagogia transescala, aproximando as escalas mais amplas e as mais localizadas, o pequeno e o grande, o aqui e o agora, de forma que não perca de vista

os pormenores presentes nos olhares subalternos e nem o olhar amplo com relação a uma luta ou a um território, trazido pela pesquisa pós-abissal.

Mendes (2003, p.8) discute a construção de uma etnografia multi-localizada, que seja passível de comparação e que se baseia no passo a passo elaborado por George Marcus (1998), destacando as seguintes etapas:

seguir as pessoas, acompanhando o movimento de um grupo inicial de sujeitos; seguir as coisas, tais como mercadorias, ofertas, o dinheiro, obras de arte e a propriedade intelectual; seguir as metáforas, quando o que se está a estudar o discurso e os modos de pensamento; seguir os argumentos, as histórias e as alegorias, como instrumentos heurísticos para a compreensão de outros locais, ou processos; seguir as vidas, ou as biografias, pela possibilidade que dão de justaposição de contextos, de tempos e de espaços.

Sobre acompanhar os movimentos de determinados sujeitos, Santos (2019) chama atenção para impossibilidade de partilhar sentimentos, sem que se partilhe experiências de sentidos, ou seja, sentir, cheirar, comer, tocar, junto com os grupos envolvidos com a pesquisa. Contudo, isso não significa que o pesquisador e a comunidade sintam e reajam da mesma forma aos estímulos vivenciados. O que Santos (idem) ressalta é que o mais importante é o sentir-com, estimule o respeito às diferenças, em contraposição aos preconceitos, engendrados por pesquisas abissais e por suas metodologias extrativistas. Para isso, é preciso, como destaca Mendes (2003), estar atento e legitimar as percepções do grupo em relação ao contexto de injustiças vivenciados, o que implica em não plantar certezas, onde o grupo possui dúvidas e nem plantar dúvidas onde o grupo já possui uma perspectiva estável.

Não existe equivalência entre o que o investigador percebe e sente e o que a comunidade percebe e sente, essa questão implica uma postura de vigília por parte do pesquisador, de forma que não caia na tentação de pressupor o que os grupos com quem interagem sentem, tanto em relação a ele, quanto em relação a investigação que pretende realizar (SANTOS, 2019).

Com relação a análise das entrevistas, Mendes, em seu estudo em Açores, se baseou nas propostas de análise discursiva dos autores Margaret Wetherell e Jonathan Potter (1995; 1992), cuja centralidade é “no que as pessoas fazem com as suas práticas discursivas e o tipo de recursos que mobilizam para tal”, o que coloca em tela o que está em jogo no momento presente, para os indivíduos, ou grupos entrevistados (MENDES, 2003, p.11). Para os autores citados por Mendes (idem), não é preciso que haja uma preocupação em descobrir narrativas ocultas nos discursos, visto que os

discursos representam a situação presente e como o entrevistado é afetado por diferentes contextos.

Importante destacar que, o investigador pós-abissal que busca conhecer-com as comunidades subalternizadas, deve se desafiar a perder o controle sobre a sequências de silêncios e sons, e permitir que a comunidade gradualmente estabeleça seu ritmo (SANTOS, 2019). Também precisa compreender a diversidade estrelar de formas de ouvir o mundo, e lançar mão de uma tradução intercultural, de forma a aproximar lutas e fortalecer processos contra hegemônicos (SANTOS, *idem*).

Outro ponto que incorporamos para ajustar nossa análise em uma perspectiva pós-abissal, foi o conceito utilizado por Mendes (2003, p. 11-12) em sua pesquisa, de “repertórios interpretativos” de (Wetherell e Potter, 1992: 90-93), que é descrito pelo autor da seguinte forma:

um conjunto abrangente de termos, descrições e tropos ordenados em torno de metáforas, ou imagens marcantes. São recursos para avaliar, construir versões factuais e desempenhar ações específicas. Os repertórios interpretativos permitem compreender os conteúdos dos discursos e a forma como estão organizados. Contudo, os repertórios interpretativos não devem ser vistos como sistemas rígidos, mas, sim, como jogadas ou movimentos coreografados, em que os sujeitos (tanto o entrevistador como o entrevistado) se constroem, ou reformulam pelo discurso. Os repertórios são, assim, fragmentados e caleidoscópicos. O objetivo do analista é ver que repertórios são usados em que contextos e como conceitos como identidade, cultura, região, nação e outros, são mobilizados, traduzidos e colocados nas sequências discursivas.

É preciso compreender os movimentos coreografados, ao que Santos (2019) adverte os pesquisadores que creem na possibilidade de serem somente eles os observadores, como se fosse possível observar sem ser observado. Para esses, cabe destacar que a comunidade também os observa, desde o fenótipo, ao estilo de vida.

Assim, para não incorrer em análises reducionistas, Mendes (2003) indica que o pesquisador se dedique a conhecer um repertório mais vasto de narrativas, para evitar que poucos relatos ganhem uma proporção não representativa do grupo em vista e para permitir que a discussão realizada tangencie a coletividade e às implicações, tanto pessoais como comunitárias das histórias contadas. Mendes (*idem*) indica e resume a perspectiva de análise de discurso do autor John Law (1994, p.95) que deve abarcar os seguintes aspectos:

1 – o discurso deve ser visto como um conjunto de padrões que podem ser imputados às redes do sociais; 2 – devemos procurar os discursos no plural; 3 – os discursos devem ser tratados como tentativas de ordenar e não como ordens em si; 4 – devemos explorar como os discursos são desempenhados, incorporados e contados em diferentes materiais; 5 – e, por último, devemos ver como os discursos interagem, mudam e se extinguem (MENDES, 2003, p. 12-13).

A partir dos pressupostos acima, no tópico a seguir, nos propomos a discutir nos tópicos 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, o contexto de escolarização, renda e grau de confiança nas instituições, dos pescadores e pescadoras do município de Cabo Frio, área do estudo, por meio da análise de dados do PCR-BC (2012), Censo Pescarte (2016) e DataSus (2010), entre outros documentos. Nos tópicos 5.3, buscamos colocar em tela a demanda pela mudança no período de defeso da Lagoa de Araruama pela comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, com foco na análise de relatórios do PEA Pescarte. No item 5.4, nos debruçamos principalmente sobre os relatórios do Comitê de Bacias Lagos São João, instituição envolvida na implementação do período de defeso. No tópico 5.5.1, buscamos analisar as entrevistas e as saídas de campo (chamadas de turnê guiada) realizadas no âmbito da pesquisa, bem como dados do Censo Pescarte (2016), específicos sobre a comunidade da Praia do Siqueira e relacionados ao tema de pesquisa. Por fim, o item 5.6, dispõe sobre a metodologia de observação participante observada, e as análises referentes a participação nos eventos de abertura do defeso da Lagoa de Araruama nos anos de 2017, 2018 e 2019.

5.2- Escolarização, renda e grau de confiança nas instituições- O contexto das comunidades pesqueiras artesanais no município de Cabo Frio

A área de estudo do presente trabalho é o município de Cabo Frio, localizado na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro (Figura 13). De acordo com os numerosos sítios arqueológicos pesquisados na região, a localidade é povoada há no mínimo 6.000 anos, quando um pequeno grupo de nômades iniciou a ocupação do Morro dos Índios, às margens do Canal do Itajuru. Os povos indígenas também ocuparam de forma expressiva a região, principalmente os Tupinambás, que se dedicavam às atividades como a pesca, a caça e a plantação de mandioca (PCR-BC, 2013).

Os sítios arqueológicos localizados na Região dos Lagos apontam para um conhecimento considerável dos povos originários com relação à Lagoa de Araruama e aos ambientes costeiros (FERNANDES, 2012). Sobre o passado, há algumas décadas, representantes de Cabo Frio buscam comprovar que a cidade foi a primeira feitoria do Brasil, por meio da análise de sítios arqueológicos. O assunto carece de mais estudos, processo que tem sido dificultado, pois muitos dos sambaquis do litoral do Brasil foram destruídos para a fabricação de cal, utilizado na área de construção, desde o período colonial (idem, 2012).



Figura 14: Mapa elaborado pela autora, a partir de arquivos disponíveis no site da prefeitura de Cabo Frio

Os povos originários que habitaram a região de Cabo Frio, além de serem bons caçadores eram também excelentes pescadores, como aponta os estudos de Fernandes (2012, p.46) no trecho:

Sempre retornavam da mata com algum animal, pois eram bons caçadores, como também bons pescadores, possuindo olhos aguçados que ao avistar o peixe, atiravam logo a flecha, acertando sempre. Quando o peixe flechado era grande e nadava para o fundo, eles mergulhavam para apanhá-lo. Utilizavam também a rede de pesca, feita com as fibras das folhas de *tucum*, uma planta muito comum na restinga da região. Quando pescavam longe da aldeia, eles torravam os peixes, amassavam até formar uma farinha e

secavam ao sol para conservá-la e para facilitar o transporte até a aldeia, Toda a pescaria era dividida entre os pescadores, costume que perdura até hoje.

Os Tamoios se concentravam em áreas entre Macaé e Saquarema e viviam em aldeias no entorno da Lagoa de Araruama, região em que conseguiam ter acesso a uma excelente alimentação, principalmente pela colheita e cultivo de moluscos (FERNANDES, 2012). O grupo foi perseguido por colonos Portugueses devido ao apoio declarado aos franceses, que em represália humilhavam como podiam os Tamoios, afirmando que eram:

(...) um povo inculto, sem religião, sem Deus, sem moral, espíritos primários sem conceito e sem concepção de vida social. Acusavam os índios de antropofagia, selvagens que viviam em plena animalidade, sem higiene e limpezas. Tinham interesse em fazer crer tudo isso ao mundo inteiro, para justificar as barbaridades praticadas contra eles (FERNANDES, 2012, p.56).

Há relatos de que entre 1552 e 1563 ocorreram 6 epidemias de doenças virais, que rapidamente contaminaram a população Tupinambá. Assim, além dos combates, os portugueses também lançaram mão do uso de armas biológicas, nesse caso virais, para dizimar as populações indígenas em vista de usurpar seus territórios (FERNANDES, 2012).

O padre André Thever, ao conviver um ano com os Tamoios, os declarou como povo sem fé e sem lei. Apesar de considerar os indígenas ignorantes, também os consideravam muito generosos e hospitaleiros (FERNANDES, 2012). O religioso concluiu que, apesar de se uma população selvagem, luxuriosa e carnal, além de completamente ignorantes, os nativos eram sadios e bem-dispostos (2012, p.59).

Em 13 de novembro de 1615, foi oficialmente criada a cidade de Cabo Frio, considerada a sétima mais antiga do Brasil. A região conhecida pelos Tupinambás como Gecay, que significava um tempero produzido pelo grupo a partir de pimenta vermelha e sal, como parte de um ataque simbólico, foi renomeada como Cabo Frio. Os índios Tamoios e Tupinambás apesar de terem resistido na luta por seus territórios até a segunda década do século XVII, acabaram sendo dramaticamente massacrados (SOUZA e MENEZES, 2011).

A economia da cidade que foi baseada em trabalho escravo por muitos séculos, passou por um período de recessão após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888. Muitas fazendas faliram pela falta de mão de obra escrava o que ocasionou o

declínio da produção nas lavouras. Alguns fazendeiros passaram a se dedicar à criação de gado e, a partir de 1914, houve o crescimento de indústria salineira na região (FERNANDES, 2012). Na segunda metade do século XX, a indústria salineira sofreu um significativo declínio e o turismo assumiu uma posição central na economia da cidade, mantido até os dias atuais, integrando o circuito nacional de lazer e entretenimento (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2009).

O incentivo ao turismo foi possibilitado pela pavimentação da rodovia litorânea Niterói-Campos dos Goitacazes nos anos 50, pelo surgimento de estradas melhores e mais acessíveis dentro da própria cidade e, posteriormente, pela inauguração da ponte Arthur da Costa e Silva, em 1973, ligando o Rio de Janeiro a Niterói, o que promoveu uma procura inédita na região por casas de veraneio e pelo turismo.

Nesse contexto, a pesca artesanal, a agricultura familiar e a produção de sal, atividades tradicionalmente praticadas na região, perderam território com o aumento da especulação imobiliária (CUNHA, 1996). A disputa por território, como a guerra entre franceses e portugueses que resultou em uma diminuição drástica dos povos originários na região, tem sido repaginada nos tempos atuais por meio da especulação imobiliária e outras injustiças ambientais responsáveis pela desterritorialização das comunidades pesqueiras artesanais.

A história e cultura dos povos tradicionais da região mantêm-se marginalizadas, restritas aos poucos rastros culturais ainda preservados, como alguns geônimos⁷⁸ da região, como Araruama, Itajuru, Però, que apesar de sua importância, não se comparam a quantidade de topônimos de origem portuguesa na região (SOUZA & MENEZES, 2011). Além disso, desde a década de 80, a exploração de petróleo na Bacia de Campos reconfigurou a região com a entrada significativa de recursos dos *royalties* aos cofres municipais, colocando em tela um novo cenário de desenvolvimento e exploração para as comunidades tradicionais, já extremamente ameaçadas.

5.2.1- Escolarização

O Município de Cabo Frio, no último Censo IBGE, contava com 186.227 habitantes, com a proporção de 95,2 homens para cada 100 mulheres, com projeção para 2016 de uma população com 212.289 habitantes (IBGE, 2010). Em 2010, a

⁷⁸ Estudo dos nomes geográficos, que busca compreender os diversos aspectos associados ao espaço geográfico, dentre eles: ocupação antrópica, elementos naturais da paisagem, identidade territorial, disputas pelo controle de áreas, entre outros (SOUZA E MENEZES, 2011).

população residente na área urbana correspondia a 75% e, em comparação com a década passada, o município obteve a 9º maior taxa de crescimento do Estado, aumentando em 46,8% sua população.

A proporção de pessoas ocupadas em 2014, em relação à população total era de 24,7%, posicionando Cabo Frio no 28º lugar entre 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Com relação à escolaridade, a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos foi de 96,9% em 2010, situando o município em 68º lugar de 92 no Estado. Segundo o Censo IBGE, em 2010, 15,83% da população não possuía o 1º ciclo fundamental completo ou era sem instrução, e 74,28% possuíam o 1º ciclo fundamental completo ou mais (Figura 14).

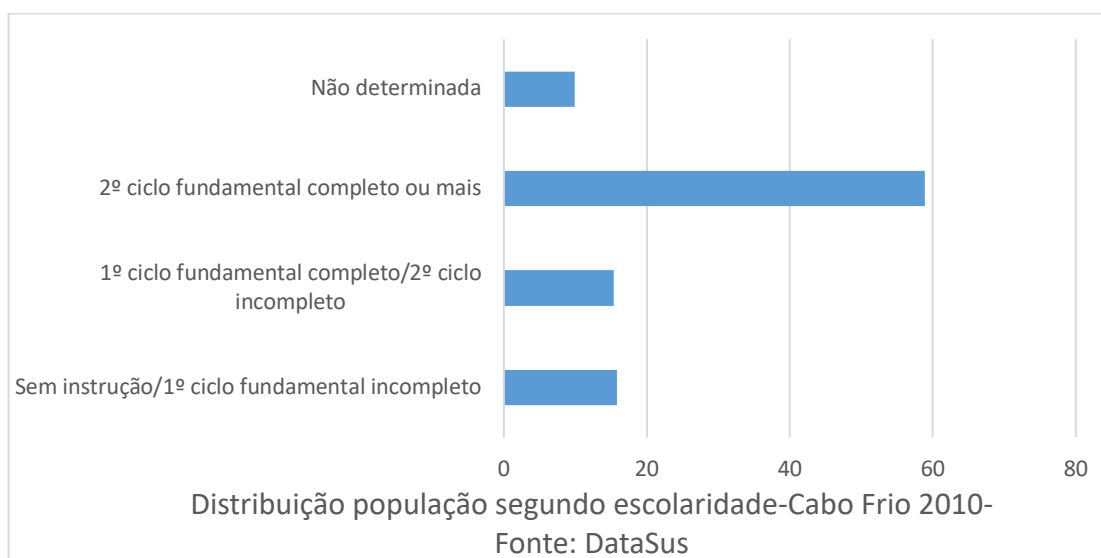


Figura 15: Distribuição população, segundo escolaridade, Cabo Frio 2010- Fonte: DataSus

Em 2016, o Censo Pescarte⁷⁹ analisou o nível de escolaridade das comunidades pesqueiras nos municípios de atuação do projeto, incluindo pescadores e pescadoras das áreas marítimas e de águas de interior. Em Cabo Frio, conforme a figura 15, 57% dos entrevistados afirmaram possuir o ensino fundamental incompleto, 2,6% declararam nunca ter estudado e que não sabiam ler, e 2,6% que nunca estudaram, mas sabiam ler. Entre setembro de 2009 e março de 2010, o Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos-PCR-BC coordenou entrevistas realizadas com membros das comunidades pesqueiras artesanais de Cabo Frio.

⁷⁹ Base de dados completa do questionário CENSO PESCARTE deve ser solicitado pelo e-mail: censo.pescarte@uenf.br

Nesse período, foi identificado que do total dos residentes em domicílios de pescadores, 29% estudavam, e a maioria estava frequentando o ensino fundamental.

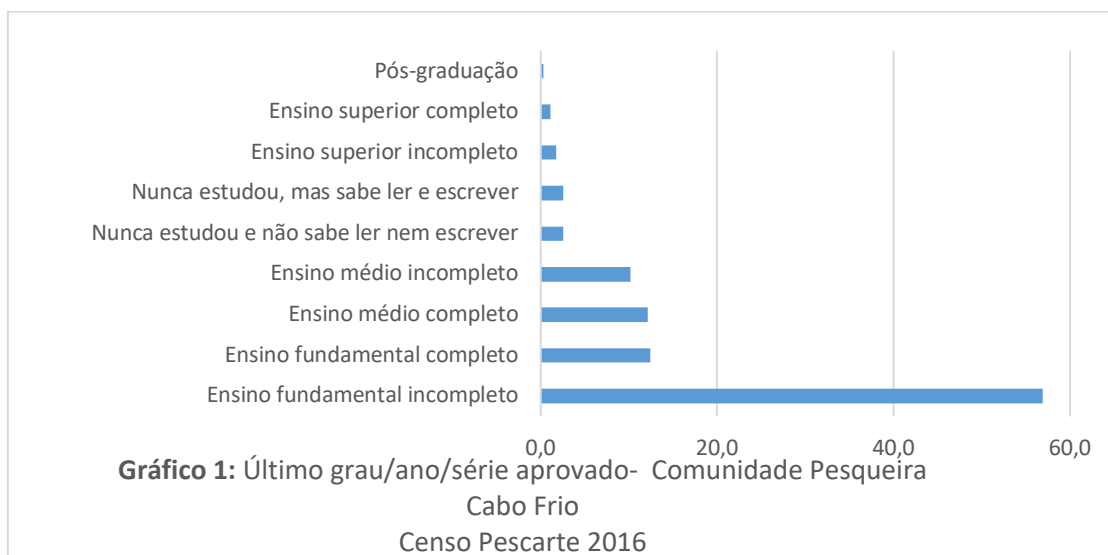


Figura 16: Último/grau/ano/série aprovado. Comunidade Pesqueira Cabo Frio. Censo Pescarte 2016

A população que não estava estudando, correspondia a 57%, desses, 70% não haviam concluído o ensino fundamental (Figura 16), o que configura um nível de escolaridade baixo para a maioria dos residentes em domicílios de pescadores em Cabo Frio (PCR-BC-2013).

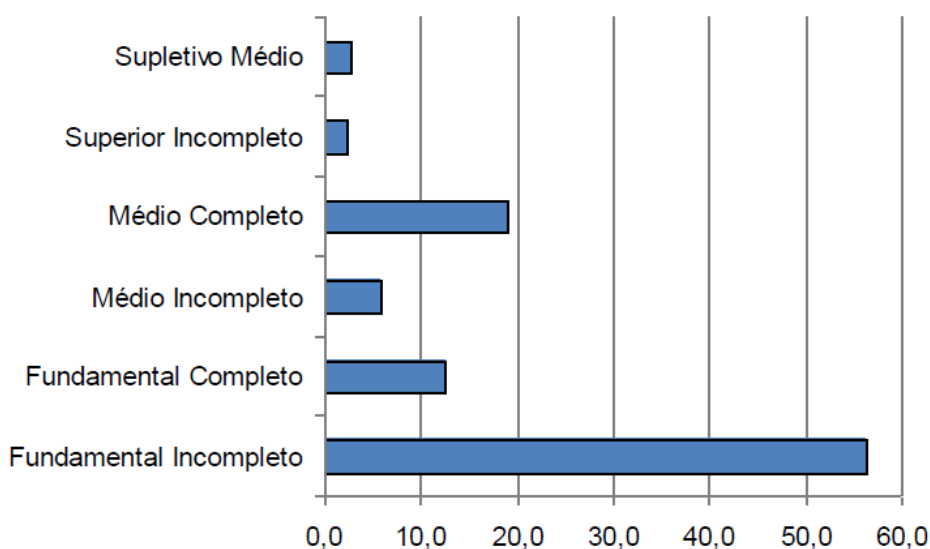


Figura 17: Nível da escolaridade da população residente em domicílio de pescadores marítimos, que já estudou. Fonte: PCR-BC (2013)

Em uma cidade em que 75% de sua população possui o ensino fundamental completo, os dados produzidos pelo Censo PEA Pescarte (2016) e pelo PCR-BC (2013) colocam em tela um cenário desafiador de baixa escolaridade presente nas comunidades pesqueiras. Os dados referentes aos pescadores de águas de interior, que em Cabo Frio correspondem a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada na Laguna de Araruama, também foram preocupantes. Segundo PCR-BC (2013), o nível de escolaridade da população que não estudava na época, mas já havia estudado, mostrava que 78% dos moradores de domicílios de pescadores de áreas lagunares não chegaram a concluir o ensino fundamental e apenas 15% concluíram o ensino médio.

5.2.2- Renda

Em 2014, o salário médio mensal no município de Cabo Frio era de 2,2 salários-mínimos e, em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo era de 34,5 %. A caracterização referente a ocupação, trabalho e renda, realizado pelo PCR-BC (2013), teve como universo a População em Idade Ativa - PIA - com idade de 10 anos, ou mais, nos domicílios de pescadores marítimos pesquisados. Em Cabo Frio, a PIA correspondeu a 82 % dos moradores. Desse total, 65 % tinham como trabalho principal a pesca. Na época de referência da pesquisa, 25% dos trabalhadores apresentaram rendimentos entre R\$401,00 a R\$600,00, 26% tiveram rendimentos inferiores a R\$400,00 e 5% rendimentos inferiores a R\$200,00, e 17% apresentaram uma renda superior a R\$1.000,00 (Figura 17).

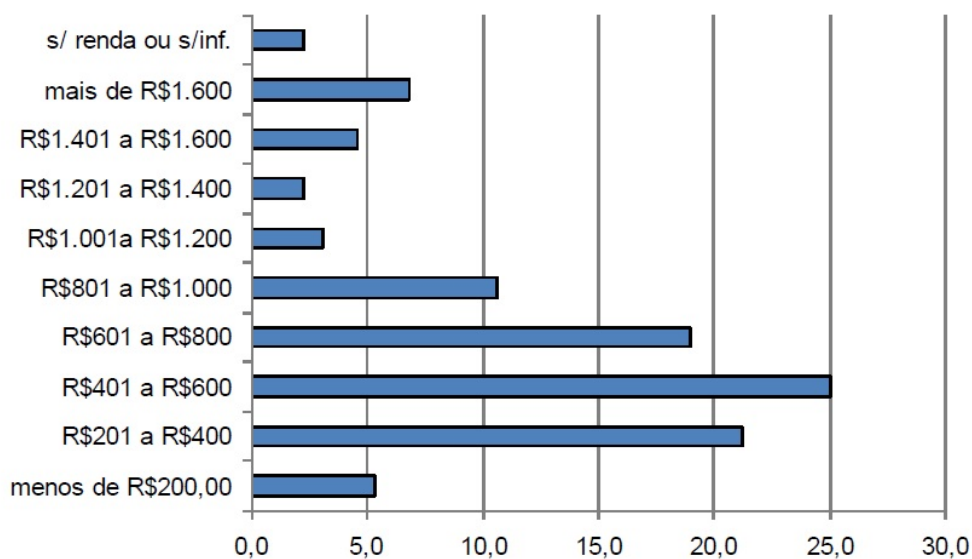


Figura 18: Distribuição de renda Bruto Mensal da PIA residente em domicílios de pescadores marítimos no período de referência da pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013)

Os dados colocam em tela uma situação de alta vulnerabilidade social (PCR-BC, 2013). A distribuição da renda mensal familiar (Figura 18) foi realizada com 86% dos domicílios, segundo os dados do PCR-BC (2013).

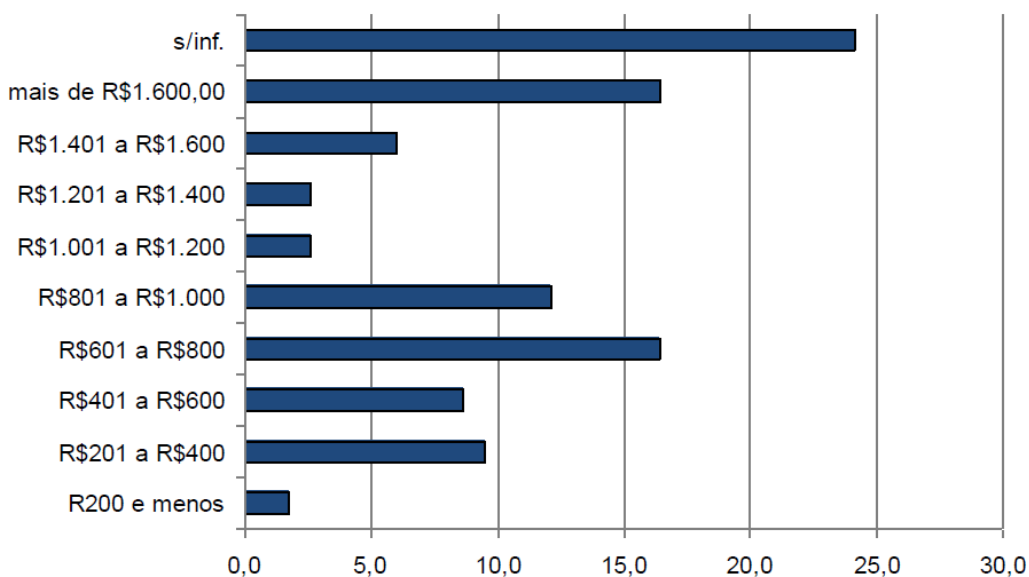


Figura 19: Distribuição da Renda Mensal Familiar por Faixas de Rendimento em domicílios de pescadores marítimos, no período de referência da pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013).

A grande concentração foi nas faixas entre R\$601,00 e R\$800,00, já os rendimentos superiores a R\$1.600,00, abrangeu 16% do total das famílias.

A caracterização da ocupação, trabalho e renda dos pescadores lagunares residentes em Cabo Frio, teve como universo a população em idade ativa, residente na casa de pescadores lagunares, o que correspondeu 85,7% do total dos moradores. Lembrando que, em Cabo Frio, os pescadores artesanais lagunares se referem comunidade da Praia do Siqueira. Dentre a população que trabalha, 69% dos entrevistados expressaram ter como atividade principal a pesca. No período de referência da pesquisa, a maior parte dos rendimentos, 58%, era inferior a R\$ 200,00, e 35% tinham como faixa de rendimento o valor entre R\$ 201,0000 a R\$ 600,00 (Figura 19).

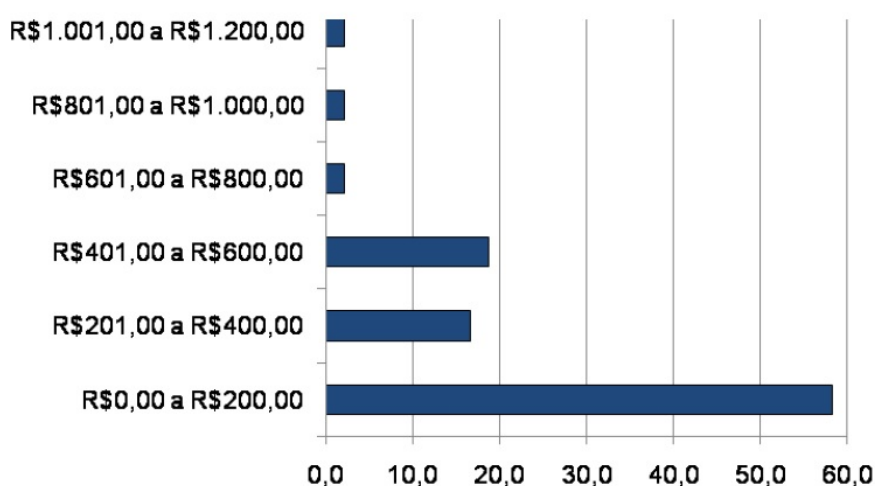


Figura 20: Distribuição do Rendimento Bruto Mensal da PIA residente em domicílios de pescadores lagunares, no período de referência da Pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013)

A Renda mensal familiar (Figura 20) foi pesquisada em 65% do total de domicílios da amostra. A maior parte da renda mensal familiar se deu nas faixas entre R\$401,00 e R\$600,00 e no período de referência da pesquisa, nenhuma família teve renda mensal superior a R\$800,00.

Um dado relevante refere-se à declaração da maioria das famílias sobre a correlação entre a variação da renda mensal familiar e a sazonalidade da pesca. Foi observado também que grande parte das famílias declarou não acessar outras fontes complementares de renda, como o bolsa família.

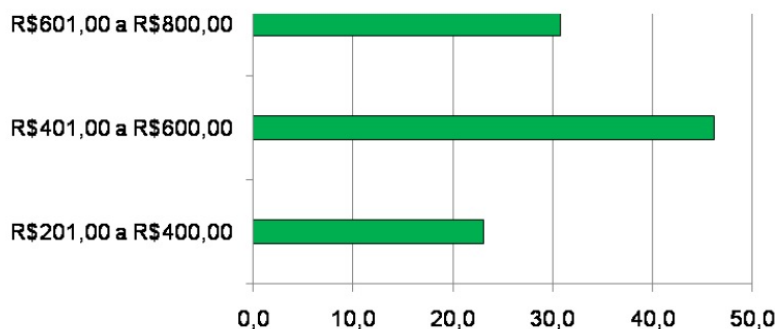


Figura 21: Distribuição da Renda Mensal Familiar por Faixas de Rendimento no período de referência da pesquisa. Fonte: PCR-BC (2013)

O Censo Pescarte (2016), entrevistou pescadores artesanais marítimos e lagunares e 60% dos entrevistados declararam receber menos do que R\$231,00 reais por saída, ou seja, após uma jornada de trabalho, que engloba tanto os que vão e voltam no mesmo dia, como aqueles que ficam vários dias no mar (Figura 21). Esse valor muitas das vezes é usado para pagar o óleo, o gelo, o rancho, não ficando disponível integralmente para o trabalhador.

Em um contexto de dificuldades para o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, a pesquisa do PCR-BC (2013) perguntou aos pescadores marítimos sobre o desejo de mudarem de atividade. Os entrevistados, com 57%, responderam que gostariam de se manter na profissão, contra 41% que manifestaram não desejar mais e 2% ficaram em dúvida, ou indiferente. Já os pescadores lagunares, em sua maior parte, com 87%, responderam desejar se manter na atividade. No Censo Pescarte (2016), pescadores marítimos e lagunares responderam, com 83,7%, desejar se manter na profissão, contra 11,4% que não desejam mais e 4,8 % responderam estar em dúvida quanto à questão.

Apesar das duas pesquisas apontarem para um cenário de permanência na pesca, o mesmo não acontece quando os pescadores artesanais são questionados sobre o desejo de seus filhos seguirem a profissão. Assim, a pesquisa PCR-BC, ressaltou que, apesar da maioria dos pescadores marítimos desejar continuar na profissão, 87% dos respondentes não almejam que seus filhos se mantenham, ou desenvolvam a atividade pesqueira (PCR-BC, 2013).

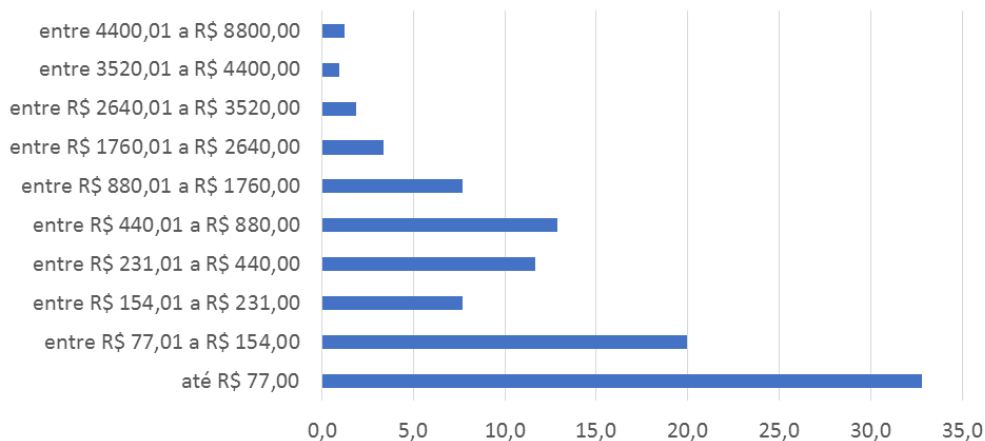


Figura 22: Quantia recebida na última saída de trabalho - Comunidade Pesqueira Cabo Frio – Censo Pescarte 2016

O mesmo acontece com os pescadores lagunares, em que, 87% dos entrevistados desejam se manter na profissão, enquanto 55% não deseja o mesmo para seus filhos. O Censo Pescarte (2016) aponta para o mesmo caminho, visto que, dos entrevistados, apenas 15,9% desejam que seus filhos entrem para a atividade, contra 84,1%, que não desejam que seus filhos ingressem na profissão de pescador.

5.2.3- Grau de Confiança

São muitas as dificuldades vividas pelas comunidades pesqueiras, tanto em relação à escolaridade, quanto à renda e à estigmatização que sofrem na luta por seus direitos, visto que, o conhecimento tradicional em muitas instituições públicas é tido como menos verdadeiro e importante em relação ao conhecimento científico. Sobre o tema, o Censo Pescarte (2016) avaliou o grau de confiança de comunidades pesqueiras artesanais da área de abrangência do projeto em relação a algumas instituições como Prefeituras, Colônias de Pescadores, Associações, Empresas de Petróleo, Universidade, Igreja, IBAMA, FIPERJ, INEA, Capitania dos Portos, Tripulação de trabalho e o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura. O grau de confiança foi estipulado entre 0 e 10, sendo 0 o grau de confiança mínimo em relação a instituição analisada e 10 o grau de confiança máximo.

Em Cabo Frio, das 4 empresas de petróleo analisadas pelo Censo Pescarte (2016), três receberam mais de 50% das avaliações igual ou abaixo de 5. Destaca-se nessas avaliações o alto percentual da confiança 0, atingindo o máximo de 28% em uma das avaliações. As 4 instituições ligadas a fiscalização ambiental, legislação

ambiental e a estatística pesqueira, nos níveis federais e estaduais, receberam 50% das avaliações igual ou acima de 5. A Universidade e a Igreja, receberam notas de confiança altas, sendo 70% das avaliações com notas acima de 7. A Universidade recebeu 43% das avaliações de confiança 10, e a Igreja 70%. A Capitania dos Portos recebeu 77% das avaliações acima de 6. A tripulação dos foi avaliada com nota 10 de confiança por 60% dos entrevistados. A Colônia recebeu nota 10 por 50% dos entrevistados e as associações receberam 0 por 36% dos respondentes. A prefeitura concentrou 41% das avaliações na nota 0 de confiança.

Outra informação contida no Censo Pescarte, refere-se à percepção dos pescadores com relação aos conflitos entre eles e os órgãos fiscalizadores. Em Cabo Frio, 47% dos respondentes afirmaram existir esse tipo de conflito na região, sendo o 2º maior índice dentre os municípios participantes do Censo, ficando em 1º lugar o Município de Arraial do Cabo.

Sobre o desejo de fazer algum curso profissionalizante, cerca de 62% dos entrevistados em Cabo Frio afirmaram que gostariam. Os cursos mais requisitados foram: mecânica geral, informática/letramento digital e aperfeiçoamento da atividade da pesca. Sobre a participação na Colônia de Pescadores, 63,1% afirmaram participar da entidade. Já em relação a participação em associações, 19,7% afirmaram participar desse tipo de organização.

O Censo Pescarte colocou em tela um cenário aparentemente contraditório de insegurança alimentar e nutricional, em comunidades pesqueiras artesanais e produtores de alimentos dos municípios da área de atuação do Projeto. Apesar dos volumosos recursos recebidos pelos municípios em termos de *royalties* e participações especiais, somados a outros repasses e fontes de arrecadação, os dados colocam em tela o cenário crítico vivido por essas comunidades (CAMPOS *et al*, 2016). O Censo revelou situações graves de insegurança alimentar ao questionar os entrevistados sobre o medo de passarem fome, por não terem como adquirir alimentos antes do fim do mês. Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e São João da Barra apresentaram as situações mais graves, sendo que respectivamente, 62,4%, 46,7% e 45,3% das famílias entrevistadas afirmaram temer passar fome.

Diante de tantas dificuldades, era de se esperar que os entrevistados tivessem acesso a algum benefício social, contudo, segundo o Censo Pescarte (2016), o acesso dessas comunidades pesqueiras às políticas sociais de redistribuição de renda, como o bolsa família, seguro-defeso, vale cidadão e também as ligadas à

previdência social, como a pensão e auxílio-doença, é praticamente nulo. Um total de 94% dos respondentes afirmou não acessar nenhum benefício social. Outra hipótese, é que, as dúvidas em relação às perdas de direitos, após o cruzamento de dados, impliquem na negação de recebimento de qualquer benefício.

Os dados sobre renda, escolaridade e grau de confiança nas instituições, revelam um contexto de grave vulnerabilidade social vivido pela comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira. Além disso, as mudanças percebidas pelos pescadores com relação ao ambiente natural, o relato de existência de conflitos socioambientais com a fiscalização, devido, principalmente, ao abuso de poder e ao período de defeso inadequado, colocam em tela a urgência de uma sociologia das ausências, para o devido protagonismo das narrativas de representantes da comunidade da Praia do Siqueira, sobre as injustiças ambientais sofridas.

A seguir, munidos dessas problematizações, buscaremos apresentar o percurso metodológico escolhido para analisar o estudo de caso, à luz das epistemologias do Sul, por meio da sociologia das ausências.

5.3- Gestão Pesqueira Abissal: O Defeso da Lagoa de Araruama como processo de desterritorialização e expressão do racismo institucional

Os movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais têm reiteradamente denunciado as violações de direitos as quais são submetidas as comunidades pesqueiras artesanais, principalmente no que concerne a perda dos territórios pesqueiros, como foi exposto nos relatórios produzidos pelo CPP, em 2016 e 2021. O último relatório, intitulado “Violações de Direitos Humanos em Territórios Tradicionais Pesqueiros no Brasil” (CPP, 2021, p.228), destaca a sinergia dos impactos gerados pela pandemia por corona vírus e pela expansão na produção de petróleo e gás, concluindo que:

“No geral, a combinação disso tudo é uma negação à reprodução da pesca artesanal, o que significa um entrave a um modo de vida ancestral. E isso levou, para inúmeras pessoas, e ainda pode levar para tantas outras, dificuldades também de ordem subjetiva e psicológicas: tristeza, estresse, depressão, medo, insegurança, pânico, por exemplo. São impactos que se desdobram não apenas no hoje, como também no amanhã e o mesmo pode ser dito em relação ao petróleo no ambiente. Percebe-se que as condições do bem-viver da pesca – no tempo presente e no futuro – sentem os reflexos de duas ações devastadoras combinadas (petróleo e o novo corona vírus),

que são potencializadas pela omissão dos poderes públicos e que também se juntam a outras barreiras historicamente enfrentadas pelos povos das águas: ausência de políticas públicas; especulação imobiliária; avanço de empreendimentos públicos e privados sobre seus territórios de morada e trabalho; poluição nos rios e estuários ocasionada pelos esgotamentos domésticos e industriais; negação do modo de vida das populações que vivem material e simbolicamente da pesca; injustiça e racismo socioambiental; desregulamentação da legislação ambiental; dentre tantas coisas”.

Já o relatório produzido em 2016, intitulado, “Relatório de Conflitos Socioambientais em Comunidades Pesqueiras” ressalta que o movimento “possui consciência de que estes conflitos estão associados à injustiça ambiental agenciada pelo Estado” e relacionam os conflitos como expressões do modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista (CPP, 2016, p. 102). Acreditamos que o fracasso das políticas pesqueiras, como tem sido denunciado pelo CPP e pelo MPP e outros movimentos organizados, se entrelaça aos mecanismos de regulação ambiental, autoritários, centralizadores e colonialistas que atuam privilegiando setores empresariais em detrimento da manutenção dos modos de vida das comunidades pesqueiras artesanais. Nesse contexto, a ciência hegemônica atua também como agente promotor da desterritorialização da pesca artesanal, visto que, sob um viés reducionista, concentra seus esforços na conservação ambiental, desconsiderando as relações sociais, culturais e simbólicas que perpassam a sustentabilidade e a justiça ambiental.

Com o recrudescimento do neoliberalismo e a perda crescente de direitos sociais, predomina no campo da gestão ambiental brasileira processos de regulação ambiental autoritários e centralizadores, o que dificulta ainda mais a manutenção e efetividade dos frágeis mecanismos de participação social de nossa jovem democracia (SILVA, 2014). A baixa participação social nos espaços de tomada de decisão tornam as políticas públicas cada vez mais apartadas em sua implementação, das reais demandas da sociedade. Para Silva (2014), a participação da comunidade pesqueira no ordenamento de seus territórios é condição *sine qua non* para superação de injustiças ambientais e para manutenção da biodiversidade.

O defeso representa juridicamente uma paralisação temporária em favor da manutenção e preservação das espécies, visto que, proíbe a pesca em períodos considerados fundamentais para a manutenção dos estoques pesqueiros, sendo o

recrutamento e a reprodução⁸⁰. O defeso é justificado por fenômenos naturais, ou acidentes, que prejudiquem a manutenção dos estoques pesqueiros. Durante a proibição, o pescador artesanal tem o direito de receber um seguro-defeso, que equivale ao seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo. Incluímos aqui o gênero feminino como passível de receber o seguro-defeso, para lembrar que as mulheres possuem esse direito, apesar de todo o desenho político existente atuar no sentido de criar barreiras para que as mulheres consigam se registrar como profissionais da pesca. Sem o registro, as mulheres pescadoras são impossibilitadas de acessarem direitos sociais como o seguro-defeso, a aposentadoria, o auxílio-doença, entre outros. Atualmente, quem define os períodos de defeso por meio de atos normativos é o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - e as normas dispostas anteriormente por outros órgãos continuam vigentes. Já a competência pelo pagamento dos benefícios, direitos dos pescadores e pescadoras, é do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS⁸¹.

Etimologicamente o defeso significa “não permitido; proibido, vedado”, “época do ano em que é proibido pescar e caçar”, “benefício equivalente a um salário-mínimo por mês que o Estado paga aos pescadores artesanais durante o período de proibição da pesca”⁸². Como sinônimos de defeso, compreendido como algo que não é permitido, se destacam: “proibido, interditado, interdito, impedido, vedado, vetado, negado, inconcesso, ilícito, ilegal, tabu”.⁸³ Acreditamos que alinhado a dimensão etimológica, o debate político sobre o defeso representa um assunto interditado, vide a forma como esse instrumento de gestão tem sido implementado, tanto no período regulado pelo IBAMA, quanto atualmente pelo MAPA, sem a justa participação das comunidades pesqueiras artesanais. Sob esse viés verticalizado, as medidas implementadas têm atuado no sentido contrário ao que se propõem, promovendo a perda de biodiversidade e injustiças ambientais. O relatório produzido pelo CPP (2016) destaca a preocupação para que os órgãos fiscalizadores não atuem somente no período de defeso e nem somente com foco sobre as comunidades pesqueiras artesanais. O que o conselho espera é que haja uma atuação a favor da manutenção

⁸⁰ Ver NETO (2011), págs. 32, 48 e 62.

⁸¹ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/pesca/periodo-defeso/>

⁸² <https://michaelis.uol.com.br/palavra/OWod/defeso/>

⁸³ <https://www.sinonimos.com.br/defeso/>

dos territórios pesqueiros, o que inclui a proteção dos modos de vidas das comunidades pesqueiras e uma fiscalização adequada que puna os reais agressores ambientais, que em geral, são poupados pelo sistema, como as empresas poluidoras e a pesca industrial.

O defeso nos remete a preocupação histórica em conter os impactos sobre os recursos naturais, que data de tempos imemoriais, como o período egípcio, há mais de 3.000 anos. Já na sociedade moderna, um dos países em que a “consciência ambiental” possui raízes mais antigas é a Inglaterra, onde reis eram autores de leis e estatutos que estipulavam quais espécies poderiam ser predadas ou não (BRUGGER, 1994). Porém, as medidas adotadas por essas sociedades em tempos longínquos não foram oriundas de preocupações puramente conservacionistas. Por de trás de uma aparente dedicação ao ambiente natural, havia interesses de grupos ou pessoas isoladamente, para determinar o que deveria ser conservado e o que poderia ser exterminado (idem, 1994). Como exemplo, enquanto o rei Henrique VIII liberou a matança de corvos por razões arbitrárias ao conservacionismo, o rei Eduardo IV protegeu o cisne branco. Dentre as regras criadas para a conservação do cisne branco, constava que o animal seria concedido como posse privada aos que comprovassem possuir terras que valessem mais de cinco marcos por ano, tal feito, tornou o cisne um símbolo da aristocracia (BRUGGER, idem).

Com relação a conservação no âmbito da pesca artesanal, o ordenamento pesqueiro é um instrumento de gestão muito importante, que, no entanto, não conta com espaços de participação adequados. Em geral, a gestão pesqueira tem como foco principal a conservação do peixe, mas não qualquer pescado e sim as espécies priorizadas pelo Estado/mercado e pela ciência moderna, ainda que por motivações distintas. Enquanto o Estado/mercado busca criar desenhos políticos que privilegiem o acesso do setor industrial às espécies de maior valor comercial, os que trabalham no campo das ciências exatas e biológicas, que atendem pesquisas voltadas ao setor pesqueiro, como a biologia, a biologia marinha, a oceanografia, engenharia de pesca, os motivos são outros (GIULIETTI & ASSUMPÇÃO, 1995; MOURA, 2019). Moura (2019) destaca a utilização da teoria da Tragédia dos Comuns tanto numa escala espacial, como temporal, para subsidiar perspectivas de manejo a-críticas e reducionistas, dando como exemplo a Síndrome do Deslocamento Referencial. Segundo o autor, esse diagnóstico tem sido utilizado, principalmente, por áreas clássicas da biologia da conservação e das ciências da pesca para atribuir às

mudanças nas percepções sobre as espécies pescadas entre gerações de pescadores, parte considerável da responsabilidade pela queda dos estoques pesqueiros. Moura (idem, p.26) destaca o movimento de ruptura paradigmática em curso no âmbito das próprias áreas clássicas da conservação, com destaque para a crítica referente à:

“ incapacidade de perceber mudanças históricas por parte de alguns cientistas e de pescadores do estado natural do ambiente, aceitando o presente (a partir do início de suas próprias carreiras) como referência do estado normal dos recursos pesqueiros e levando a perdas econômicas e a sobrepesca

Nesse campo científico a perspectiva conservacionista ainda é hegemônica e, por isso, é comum e aceitável ampliar o número de espécies em algum tipo de medida protetiva, o que é conhecido nesse *métier* como gordurinha da conservação. A gordurinha pode significar incluir espécies em listas de proibição, ou restrição de pesca, com o objetivo de tentar assegurar um pouco mais a conservação, ainda que, tais medidas prejudiquem uma série de populações pesqueiras que são excluídas das discussões que afetam suas realidades.

Em relação a pesca, Diegues (1983), destaca que no período da idade média já havia uma preocupação com os estoques pesqueiros, tanto que, foi criada no século IX, uma legislação especial para proteção dos alevinos do salmão. No século XIV a pesca de arenque também foi regulada e, em 1357, foi travado o primeiro “tratado sobre permissão de pesca entre os reis da Inglaterra, da Dinamarca, os Condados de Flandres e Holanda” (DIEGUES, 1983, p.17).

Meu contato com o tema ordenamento pesqueiro se deu em 2012, quando iniciei meu trabalho como educadora ambiental no Projeto de Educação Ambiental - PEA REMA. Esse contato se manteve em 2014 e dura até os dias atuais, quando passei a trabalhar no PEA Pescarte, cujos Sujeitos da Ação Educativa - SAEs - são pescadores artesanais e seus familiares de 7 municípios da área de abrangência do PEA, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

A aproximação da equipe de Cabo Frio, do qual fazia parte, com os SAEs foi tamanha que havia presença de participantes quase que diariamente na sede do projeto, mesmo em dias sem atividades oficiais. Na maior parte das vezes eram

pescadores residentes da Praia do Siqueira, comunidade pesqueira localizada às margens da Lagoa de Araruama, situada em Cabo Frio. O objetivo principal do grupo, era desenvolver com detalhes, relatos sobre os conflitos ambientais vivenciados naquele território e obter apoio para fortalecer a organização social da comunidade, a fim de garantir a manutenção dos seus modos de vida, considerada em risco.

A frequência com que os pescadores compareciam na sede para contextualizar historicamente quais fatores foram determinantes para o estado crítico em que se encontra a Praia do Siqueira, provocaram-me profundas reflexões que extravasaram as ações do PEA Pescarte e foram encaminhadas para pesquisa de tese à qual passei a me dedicar. Além das visitas quase diárias à sede do projeto, as denúncias sobre a inadequação do período de defeso da Lagoa de Araruama, ocorreram em praticamente todos os eventos realizados pelo PEA Pescarte, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021, dentre os quais destacamos: o (Re)Une Regional, encontro que conta com a participação de lideranças de comunidades pesqueiras artesanais dos sete municípios de abrangência do Pescarte; Microrregional, encontro realizado como etapa anterior ao Regional, contando com a participação de lideranças de pesca artesanal dos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Macaé; reunião Municipal, atividade realizada mensalmente com lideranças pesqueiras de Cabo Frio; Grupo Focal, atividade realizada com mediação de pesquisadores do PEA Pescarte junto a lideranças pesqueiras de Cabo Frio; oficinas, cursos realizados com as comunidades ao longo de todo o projeto, com foco em temas relacionados a gestão ambiental pública, ao cooperativismo e a economia solidária.

No relatório do 4º (Re)Une Regional (Figura 22), realizado em 2019, o grupo de lideranças pesqueiras dos 7 municípios da área de abrangência do PEA Pescarte, que foram separados em grupo para discutir os Comitês Permanentes de Gestão - CPGs - em vários momentos da atividade relataram a existência de períodos de defeso inadequados.

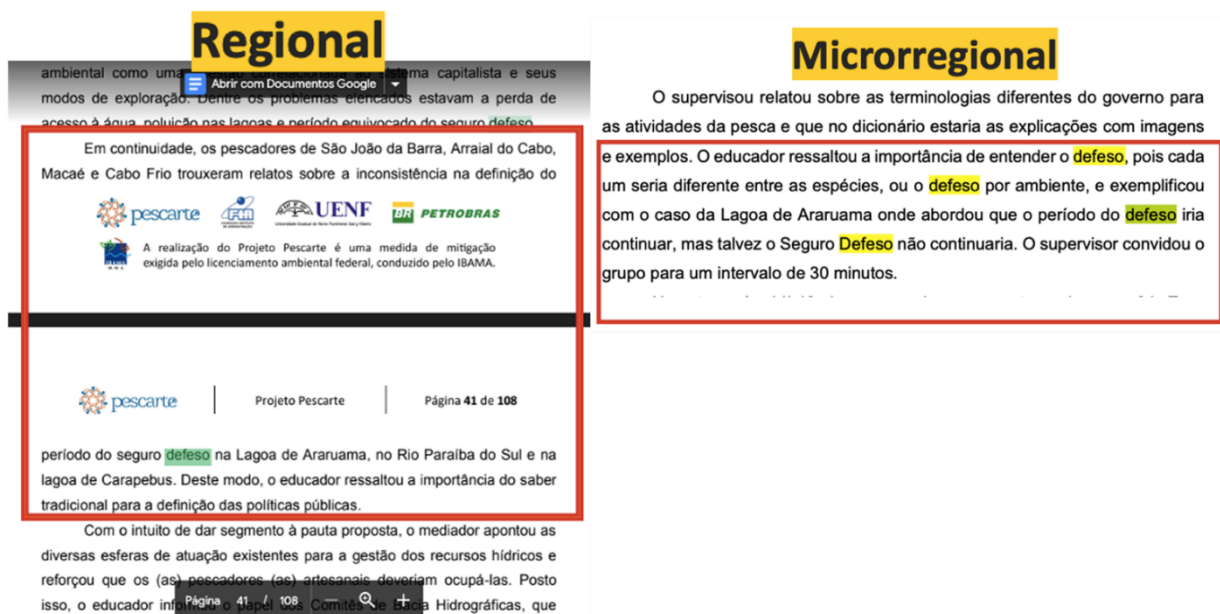


Figura 23: Trechos de relatórios produzidos no âmbito do PEA-Pescarte. À esquerda o relatório referente ao 4º (Re)Une Regional e à direita referente ao encontro Microrregional, ambos realizados em 2019. As figuras contêm destaques com relação aos pontos que dizem respeito ao defeso da Lagoa de Araruama.

Foram citados o defeso do camarão na Lagoa de Araruama e do Guaiamum, na comunidade de Chavão, ambos em Cabo Frio, e o defeso de camarão em Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes.

No encontro Microrregional, lideranças das comunidades pesqueiras de Cabo Frio indicaram como um problema o período de defeso do camarão na Lagoa de Araruama. Durante a discussão, refletimos sobre a possibilidade de serem implementados dois períodos diferentes de defeso, um para os peixes e outro para os crustáceos. Um entrave para esse processo, foi a publicação de um decreto, pelo então presidente Michel Temer, que buscou endurecer as regras de concessão do seguro-defeso e, por isso, criou o conceito de pesca alternativa. Nesse modelo, se o pescador estiver no período de defeso, mas com a possibilidade de pescar outras espécies não proibidas, ele não estaria mais apto a receber o seguro-defeso. A medida é mais uma dentre tantas outras colonialistas, visto que, ignora a cultura local e a forma histórica em que cada comunidade pratica seu trabalho. Na Praia do Siqueira, por exemplo, em que pescadores historicamente se dedicam majoritariamente a pesca de camarão, caso fossem criados dois períodos de defeso, sob esses critérios, perderiam o direito de receber o seguro defeso, visto que, o governo federal entenderia que os peixes estariam livres para serem pescados enquanto a comunidade estiver proibida de pescar camarão. O mesmo ocorreria no período de defeso do pescado, os pescadores dessa

área poderiam pescar o camarão, como pesca alternativa e não receberiam o seguro-defeso. Essa regra expressa como os gestores públicos estão distantes e desconsideram o manejo tradicional existente nos territórios pesqueiros. No caso estudado, como os pescadores da Praia do Siqueira, cujos petrechos são quase todos adaptados a pesca de camarão, como vão se dedicar ao peixe se essa prática não é culturalmente existente na comunidade? O Estado mais uma vez demonstra sua ineficácia e seu colonialismo ao impor medidas que não incluem o conhecimento tradicional no planejamento e ordenamento pesqueiro.

O contexto sobre o período de defeso inadequado também foi citado no grupo focal realizado em Cabo Frio (Figura 23), em que, foi ressaltado que o período imposto está em descompasso com os tempos ecológicos locais. Além do período de defeso, outras atividades impactantes foram citadas como prejudiciais a manutenção da pesca artesanal da Praia do Siqueira, sendo: o cartel estabelecido pelos atravessadores, a disputa entre pescadores artesanais e a pesca industrial; a fiscalização sobre os instrumentos de pesca, redes e pesqueiros; a poluição da Laguna e a falta de pescado.

Grupo Focal Cabo Frio

O grupo enumerou as seguintes questões como empecilhos do desenvolvimento da atividade pesqueira: o cartel estabelecido pelos atravessadores; o período de **defeso** em descompasso com os tempos ecológicos locais; a disputa entre pescadores artesanais e a pesca industrial; a fiscalização sobre os instrumentos de pesca, redes e pesqueiros; a poluição da laguna; e, por fim, a falta de pescado.

O mediador questiona se os pescadores gostariam que os seus filhos viessem a trabalhar com a pesca. Todos os presentes destacam que não incentivariam a pescaria. Os jovens, destacam que gostariam de continuar na pesca, mas não gostariam de largar os estudos. Os pais por sua vez destacam que o valor recebido pelo trabalho da pesca não é satisfatório. Um pescador ressalta que se interessaria em ver seus filhos exercendo a mesma profissão que ele desempenha, contudo declara que eles não exibem vontade em praticar essa atividade.

Municipal



Projeto Pescarte

Página 7 de 17

Problema	Projeto	Grupo
Falta de organização dos pescadores, falta de infraestrutura para a pesca, dificuldade na venda de pescados.	UBP de grande porte	1
Defeso na data errada, falta representantes da pesca no poder público.	Articulação com o poder público, pensado a normatização do defeso .	2
Despejo de lixo na lagoa, no mar e nas restingas da região.	Projeto de conscientização cidadã.	3

Figura 24: Trechos de relatórios produzidos no âmbito do PEA-Pescarte, com ênfase no defeso da Lagoa de Araruama. À esquerda é um trecho referente à realização do Grupo Focal e à direita o encontro Municipal em Cabo Frio

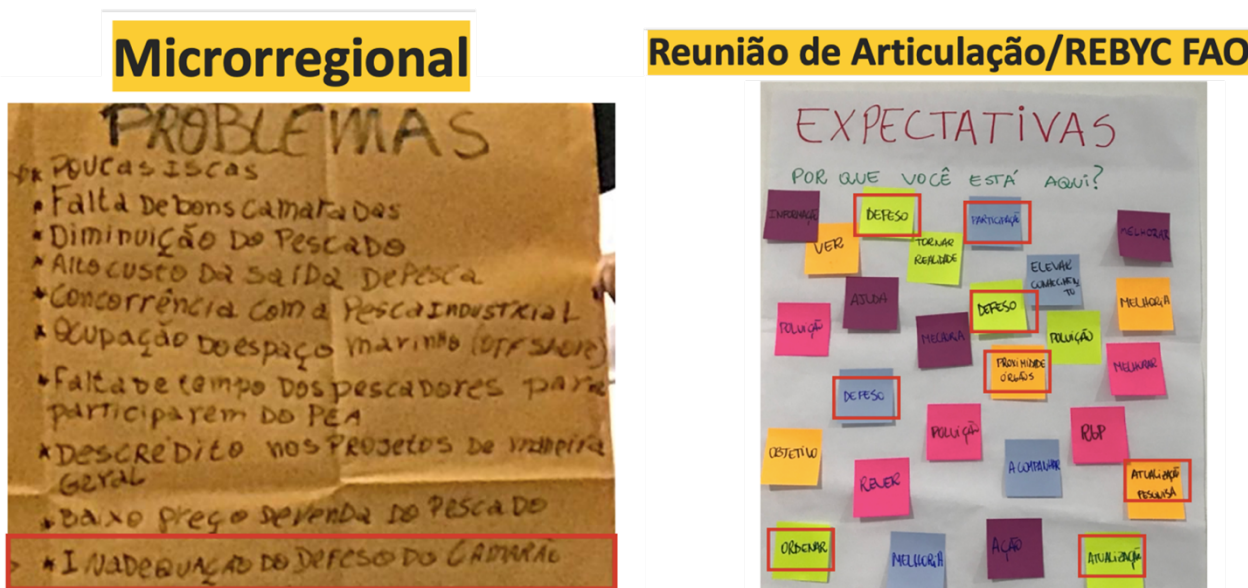


Figura 25: Trechos de relatórios produzidos no âmbito do PEA-Pescarte, com ênfase no defeso da Lagoa de Araruama. À esquerda é um trecho referente ao encontro Microrregional e à direita atividade de articulação com a FIPERJ e Projeto Rebyc da FAO

Na figura 24, à direita temos uma imagem referente a uma atividade realizada pela FIPERJ, que apresentou um projeto desenvolvido pela FAO, chamado REBYC II LAC, este, tem como objetivo propor a realização de Planos de Gestão da Pesca de Camarões no Sudeste e Sul, de forma articulada com base no enfoque ecossistêmico. Assim, pescadores lagunares foram convidados para participar dessa reunião e elencar os principais problemas que enfrentam para trabalharem.

A atividade ocorreu em várias comunidades, e essa em específico, por ocorrer em Cabo Frio, atraiu a participação de pescadores lagunares da cidade, que são os pescadores da Praia do Siqueira. O defeso foi o problema que o grupo demonstrou maior expectativa para discutir. O encontro proporcionou discussões importantes, porém, o tempo para o debate foi insuficiente para que os temas pudessem ser tratados de forma mais aprofundada. Outra questão diz respeito a sugestão de que a atividade fosse realizada, em uma próxima oportunidade, no território pesqueiro, para ampliar a participação de outros pescadores no processo. Mas ao fim e ao cabo, a reunião foi importante por aproximar pescadores de várias localidades do entorno da Lagoa, de forma que puderam compartilhar experiências e discutir possíveis soluções, apesar de nem sempre haver um consenso, o que indica a necessidade de mais debates com esse teor.

Diante do exposto, para analisar a problemática relacionada ao defeso, temos como perspectiva a sociologia das ausências proposta por Santos (2002), no sentido de colocar em tela conhecimentos e narrativas dos grupos subalternizados, que, em nossa pesquisa, correspondem a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, cujos modos de vida estão ameaçados por um ordenamento pesqueiro imposto pelo Estado.

Os mecanismos de disciplinarização dos territórios pesqueiros, operados pelo Estado Moderno, de caráter colonialista, foram pesquisados por Moura (2013) em sua pesquisa de tese. O autor buscou evidenciar como a imposição de um ordenamento pesqueiro pela Instrução Normativa Conjunta de 2004 (INC 2004), no âmbito do Fórum da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, representou um processo de epistemicídio sobre a coletividade regional de pesca do estuário. Moura também colocou em tela as táticas de r-existência (PORTO-GONCALVES, 2009 apud MOURA, 2013) das comunidades pesqueiras, tanto aquelas consideradas silenciosas, exemplificadas por ações como a camuflagem de redes e a difusão de informações falsas, como as táticas consideradas abertas, caracterizadas por manifestações ostensivas. Moura (idem) conduz a discussão sobre os conflitos ambientais territoriais, centrado nos modos de manejo produzidos pelas comunidades tradicionais, frente ao modo de manejo condicionado pelo pensamento governamental. O autor compreende que a busca pela reapropriação dos territórios, se dá pela criação de espaços de r-existência, nos quais se desenvolve “um movimento diagramático infinito e que, ambos, Estado Moderno e comunidades de pesca, des-re-territorializam um ao outro” (MOURA, 2013, p. 343).

Dias Neto (2010) em sua pesquisa sobre o manejo da atividade pesqueira na comunidade de pesca da Ponta Grossa dos Fidalgos, localizada no município de Campos dos Goytacazes-RJ, analisou como a perspectiva técnica de analistas ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - regula, via ordenamento pesqueiro oficial, as atividades haliêuticas do território. O autor destaca a relação de descrédito aos saberes artesanais expressa na concepção destes analistas: sob a perspectiva destes, os sujeitos da comunidade pesqueira não atuam como “atores competentes o suficiente para gerir o ecossistema da Lagoa Feia de maneira autônoma e longe de interesses particularistas” (2010, p.183). Assim, da mesma forma como as pesquisas supracitadas colocaram em tela o epistemicídio regulado pelo Estado sobre as

comunidades pesqueiras artesanais, partimos da problemática inicial, referente à imposição do período de defeso na Lagoa de Araruama, denunciado pela comunidade da Praia do Siqueira, como um ordenamento inadequado. As denúncias sobre essa opressão, estão contidas em vários relatórios de atividade realizadas no âmbito do PEA Pescarte e também em atividades que desenvolvemos especificamente para a tese.

Nesse contexto, além da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira ser proibida de pescar anualmente no período de defeso, que ocorre entre os dias 1º agosto ao dia 31 de outubro, também não conseguem pescar no começo do ano, pois as águas estão muito quentes e as larvas de camarão não suportam as altas temperaturas, deixando a comunidade sem pescar por quase 9 meses (3 meses do período de defeso somados aos meses em que as águas estão quentes). A pesquisa, segundo a comunidade, é uma oportunidade para denunciar as injustiças as quais o grupo tem sido submetido e para que suas narrativas a respeito do processo sejam devidamente documentadas e encaminhadas. Para isso, buscamos por meio do estudo de caso alargado, aperfeiçoado por Santos (1983), conhecer em profundidade e de forma a multiescalar as relações sociais existentes na comunidade e sua complexidade.

5.4- A falsa escolha de Sofia: a desterritorialização da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira como opção política do Estado

O ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama (Figura 25) reflete localmente o contexto desfavorável para a pesca artesanal em escala nacional, que opera no sentido de desterritorializar comunidades pesqueiras artesanais.

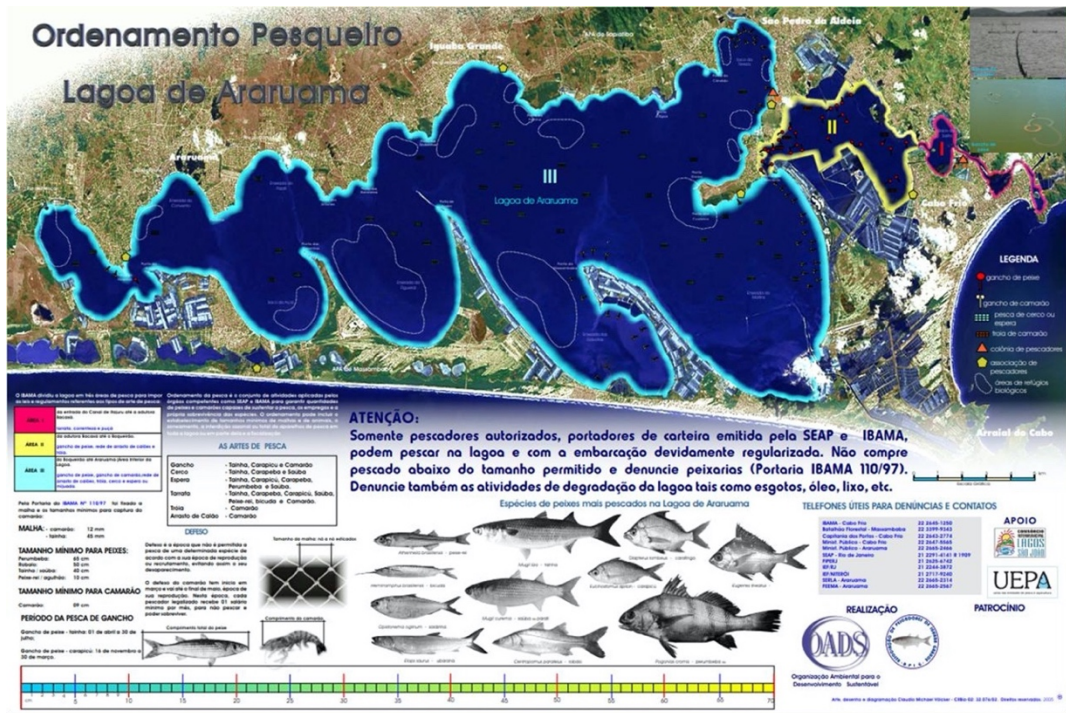


Figura 26: Mapa da Lagoa de Araruama com suas áreas de pesca. Fonte: Claudio Michael Völcke (2005)

A Lagoa de Araruama, mais conhecida como Lagoa de Araruama, se conecta ao mar por meio do Canal do Itajuru, no município de Cabo Frio. Localizada na Região dos Lagos, na Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, a Lagoa encontra-se inserida no território de seis municípios: Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema (BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002). A região, nas últimas décadas, passou a ser intensamente explorada por atividades de turismo e veraneio. A pesca artesanal, a agricultura familiar e a produção artesanal de sal, constituem atividades tradicionalmente praticadas na região, antes mesmo da chegada dos portugueses em Cabo Frio, onde foi fundada uma das primeiras feitorias do Brasil (CUNHA, 1996). Atualmente, a pesca, principalmente do camarão rosa e da tainha, possibilita a subsistência de muitas famílias do entorno da Lagoa, e constituem importantes itens de venda na região (CBHLSJ, 2012).

Nota-se que esta área, intensamente explorada por atividades de turismo, constitui o maior ecossistema lagunar hipersalino do mundo. Porém, apesar de sua relevância ambiental, econômica e cultural, estudos apontam para um processo de eutrofização⁸⁴ nas últimas décadas, ocasionado pelo contínuo recebimento de efluentes domésticos ricos em matéria orgânica (SCHETTINI, 1994; FERNANDES *et al.*, 2019).

Esse processo foi intensificado após a pavimentação da rodovia litorânea Niterói-Campos dos Goitacazes, nos anos 50, com a construção de estradas melhores e mais acessíveis dentro das cidades e a inauguração da ponte Arthur da Costa e Silva, em 1973, ligando o Rio de Janeiro a Niterói. A ampliação do acesso à Região dos Lagos modificou profundamente a área, ocasionando uma urbanização rápida e pouco planejada, caracterizada por escassos investimentos em infraestrutura, incluindo serviços públicos como o saneamento básico (RAMÃO, 2014).

No ano 2000, a Laguna de Araruama encontrava-se saturada devido principalmente à intensa descarga de efluentes domésticos ricos em matéria orgânica, o que provocou em vários momentos uma explosão de algas típicas de ambientes eutrofizados e mortalidade de peixes. Nesse período, a pesca foi praticamente extinta, desencadeando graves problemas para as comunidades tradicionais pesqueiras da região (SAAD, 2003). Buscando resolver o problema de abastecimento e de emissão de esgoto na Laguna, foi criado em 1999, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ - que tem como objetivo gerir a Bacia Hidrográfica do Rio São João. Na tentativa de reverter o processo de degradação ambiental, o Consórcio, com o apoio das empresas PROLAGOS⁸⁵, Águas de Juturnaíba, organização World Wide Fund for Nature - WWF - e do Instituto Estadual do Ambiente - INEA - iniciou os estudos e o monitoramento das mudanças na Laguna. Diante da gravidade da situação, algumas

⁸⁴ A eutrofização é um processo de enriquecimento de águas superficiais devido a compostos orgânicos oriundos de atividades agrícolas, urbanas e de efluentes industriais e domésticos. Nesses ambientes as plantas aquáticas encontram condições favoráveis para crescerem com uma taxa acima do normal. Com o crescimento exagerado das plantas e com sua morte, uma grande quantidade de oxigênio da água é utilizado para o processo de decomposição. A eutrofização em estágios mais avançados causa liberação e acumulação de substâncias nocivas na água e nos sedimentos, poluindo o ambiente, podendo causar a morte de diversos organismos, inclusive peixes. Fonte: <http://nucleodeaprendizagem.com.br/aguas2.pdf>. Acessado em 10/10/18.

⁸⁵ De forma contraditória, a PROLAGOS, concessionária responsável pelo saneamento básico dos municípios de Cabo Frio, Búzios, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia e pelo abastecimento de água de Arraial do Cabo apoia o monitoramento das mudanças na Lagoa, mas é apontada pelos pescadores como responsável por poluir a Laguna de Araruama, principalmente a Praia do Siqueira onde localiza-se seu emissário. Fonte: <http://www.rafaelpeanha.com/2014/09/esgoto-e-poluicao-assolam-praia-do.html>. Acessado em: 10/09/18.

medidas foram tomadas para recuperação da Laguna, dentre elas: o monitoramento ambiental, o ordenamento pesqueiro e os grandes investimentos em saneamento básico, por meio da construção de quatro estações de tratamento de esgoto no seu entorno e de redes coletoras, alcançando o tratamento de 70% do esgoto (Relatórios técnicos - CILSJ⁸⁶ - 2008 apud CBHLSJ, 2012). Representantes da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada às margens da Lagoa de Araruama em Cabo Frio, tem reivindicado a revogação da paralisação total de pesca, que ocorre no período entre 1º agosto e 31 de outubro, enquanto um diálogo entre o Estado e a comunidade local não for efetivamente firmado. Assim, uma das comunidades pesqueiras que tem sido diretamente impactada pelo ordenamento pesqueiro na Laguna de Araruama é a da Praia do Siqueira, localizada na área de pesca II.

Consoante a essa pauta, Silva (2014), ressalta que, apesar do defeso ter sido aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), pelo Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) e pela Câmara Técnica de Pesca do Consórcio Lagos São João, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) reconheceu que o defeso foi inadequado, no que tange a política ambiental, visto que não se baseou em dados científicos. Porém, segundo representantes da FIPERJ, o defeso iniciado em 2013, já apresentou resultados positivos com o aumento no tamanho do pescado, apesar dos dados não poderem ser comprovados em números⁸⁷.

O ordenamento pesqueiro na região da Praia do Siqueira remete à década de 70, quando a pesca artesanal passou a ser fiscalizada pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que apreendia cargas de camarões e peixes com tamanho inferior ao estipulado pela legislação. Em 1974, o órgão enviou uma equipe técnica com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO)¹ e dos pesquisadores Slack Smith & Farias, para realização de estudos sobre os recursos pesqueiros do camarão (CBHLSJ, 2012). De acordo com o estudo, houve uma expressiva mortalidade de camarões com tamanho inferior ao estipulado (9 cm), provocada pela pressão da pesca artesanal, seguida por uma queda na produção pesqueira.

86 Consórcio Intermunicipal Lagos São João.

87 <http://www.fiperj.ri.gov.br/index.php/noticia/detalhe/480> em: 15/10/16.

A legislação atual, mantém o tamanho mínimo para a comercialização do camarão, contudo, os pescadores alegam que as normas precisam ser revistas, pois o camarão alcança o tamanho permitido, principalmente no período de defeso e, como são proibidos de pescar nesse período, não conseguem se organizar melhor para comercializar o pescado. A demanda da comunidade pesqueira por adequações nos dispositivos legais entrou como pauta em algumas das sessões públicas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ. Em uma delas, um dos deputados estaduais, nativo de Cabo Frio, colocou em tela as demandas para revisão do ordenamento pesqueiro da Laguna. O deputado destacou a inadequação do defeso visto que, o camarão em tamanho maior, no período de proibição, acaba por seguir seu ciclo de vida no mar, sendo capturado por embarcações da pesca industrial na boca da barra, deixando de alimentar e gerar renda para muitas famílias que vivem da pesca na Lagoa (MENDES, 2016). Ele explicou que o IBAMA, inicialmente, requeria uma malha 15 mm para a pesca de camarão com rede de Trolha, mas a Câmara Técnica de Pesca, conhecendo as tradições dos pescadores, apontava para a continuidade da malha 10 mm, utilizadas na Lagoa há mais de um século.

Neste cenário, os conflitos têm se tornado cada vez mais viscerais, devido as dificuldades encontradas pela comunidade pesqueira da Praia do Siqueira em colocar em tela suas demandas e pela falta de diálogo por parte das instituições fiscalizadoras. O ordenamento pesqueiro foi questionado pelos pescadores artesanais, por meio de audiências e ofícios, porém, a Portaria 110/97 entrou em vigor, sem que as demandas dos pescadores fossem devidamente encaminhadas. No documento, a Lagoa foi dividida em três áreas de pesca, com leis e regulamentação específicas, de acordo com a distribuição de peixes e com o grau de salinidade (figura 24). Em maio de 2013 o ministro de Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, publicou a Instrução Normativa Interministerial nº 2, de 16 de maio de 2013, estabelecendo o período de defeso total da Laguna de Araruama entre 1º agosto e 31 de outubro (MPA/MMA, 2013) / (Figura 26). Em 2014, um ano após a publicação da inserção normativa, foi oficializada em Brasília a demanda dos pescadores da Laguna por uma revisão de alguns pontos contidos no documento. Os pescadores reivindicavam uma modificação no período de defeso que, de acordo com eles, não se adequava ao ciclo de vida do camarão rosa, e da malhagem mínima de 12 mm para 10 mm, nas redes de pesca de camarão, por serem tradicionalmente utilizadas na região. A reunião na capital contou com a participação da Comissão de Assuntos Municipais da Alerj, do deputado estadual Jânio

Mendes e do então Ministro da Pesca, Eduardo Lopes. O encontro gerou uma proposta de rediscussão do período do defeso e da malhagem das redes em um prazo máximo de um ano e meio, buscando atender à demanda das comunidades pesqueiras (TOTONHO, 2014).



Figura 27: Imposição de um período único de defeso, tanto para peixes, como para crustáceos.
Elaborado pela autora

Apesar das audiências, ofícios e reuniões, a portaria 110/97 entrou em vigor sem que as demandas dos pescadores, fossem incluídas. Nela, o período de defeso e a malhagem mínima se mantém inalteradas e a responsabilidade pela fiscalização na Laguna nos períodos de defeso é das guardas marítimas, com o apoio da Unidade de Polícia Ambiental do Estado. Nesse processo, a principal prejudicada foi a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, cuja espécie alvo é o camarão, pois o período de defeso se sobrepõe ao período de safra para o grupo.

Grande parte dos pescadores do bairro se arrisca a pescar e a descascar camarão no período de proibição da atividade, seja por não validar o ordenamento pesqueiro, ou por se encontrar em condições financeiras complicadas, sendo necessário pescar para se manter. Dados da pesquisa realizada pelo Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos - PCRBC - de 2013, colocam em tela a adversidades vividas por essa comunidade, visto que, dos respondentes atuantes em

áreas Lagunares de Cabo Frio, que se localizam principalmente na Praia do Siqueira, 58% possuíam rendimento inferior a R\$ 200,00 e 35% tinham como média de rendimento o valor entre R\$ 201,00 a R\$ 600,00 (PCR-BC, 2013).

Assim, a despeito do relatório consolidado Lagoa de Araruama, elaborado por Neto *et al* (2012) intitulado "Estudos ambientais para períodos de defeso específico nas Lagoas de Araruama e Saquarema", indica a necessidade de ordenamentos específicos. O período de defeso se mantém inalterado.

O estudo sobre os dados bióticos apresentados no relatório envolveu a coleta de dados em cada estação do ano, nos municípios de Araruama, Cabo Frio, Iguaba e São Pedro da Aldeia. Nesses municípios foram realizados estudos estatísticos sobre o pescado e, em Cabo Frio, essa análise se deu na Praia do Siqueira sobre o camarão rosa. As espécies analisadas em todo o estudo foram: o camarão-rosa, a tainha, a carapeba, o parati, o carapicu, a cocoroca, o papa-terra e o peixe-rei. Já os dados abióticos, sobre a qualidade da água, foram produzidos pela concessionária de abastecimento que atua na região.

A comunidade de pesca artesanal mais prejudicada pela manutenção da medida, é a da Praia do Siqueira, localizada na área II, em Cabo Frio, pois o defeso corresponde a safra do camarão, espécie alvo do grupo. Segundo o Censo Pescarte (2016), no território da Praia do Siqueira, 93,1% dos respondentes afirmaram que a espécie mais pescada é o camarão (Figura 27).

O relatório aponta o verão e o outono foram como períodos de maior produção pesqueira na Lagoa de Araruama, compondo 75% da produção de pescado total (leia-se peixe e não camarão). Os autores do documento (NETO *et al*, 2012, p.170), apresentaram as seguintes recomendações para o ordenamento pesqueiro na Lagoa de Araruama:

Atualização da Portaria normativa 110/97 IBAMA, tendo em vista as mudanças ambientais ocorridas ao longo de 12 anos na Lagoa de Araruama; Inserir nas alterações da portaria, áreas de refúgio biológico; Inserir nas alterações da portaria, a diminuição do esforço de pesca para assegurar a manutenção dos estoques pesqueiros; Realizar um novo cadastramento das artes de pesca fixa e moveis de acordo com a proposta de formulário discutido e aprovado na Câmara Técnica de Pesca; O esforço de pesca deve ser concentrado em indivíduos maiores, propiciado pela paralisação estratégica **uma para crustáceos e outra para peixes**; Realizar um plano de integrado de fiscalização, através das Secretarias de Meio Ambiente, guarda ambiental municipal, batalhão florestal, IBAMA, MPA e CICA. Uma das grandes experiências é a criação e atuação da guarda marítima ambiental do Município de Arraial do Cabo, onde a maioria de seus integrantes são pescadores; Realização de um plano de trabalho preventivo de fiscalização e

sensibilização ambiental, através de programas de **educação ambiental**; A pesca artesanal dentro da lagoa está ligada à disponibilidade dos recursos pesqueiros. Desta forma, não cabe a utilização de apenas uma licença específica para cada pescador, e sim licenciar de acordo com as espécies que cada comunidade tem o hábito tradicional de capturar; Os períodos de defesos implantados com devida fiscalização e monitoramento serão imprescindíveis para a recuperação ambiental dos estoques pesqueiros deste ambiente; **A fiscalização e as ações de recuperação não devem ficar só no âmbito da pesca. Devem se preocupar também com recuperação ambiental das faixas marginais da Lagoa, criar plano de contingência para diminuir a carga de nutrientes que ainda encontra-se neste ambiente em épocas de chuva devido ao sistema de esgotamento sanitário ser tempo seco** (grifos nossos).

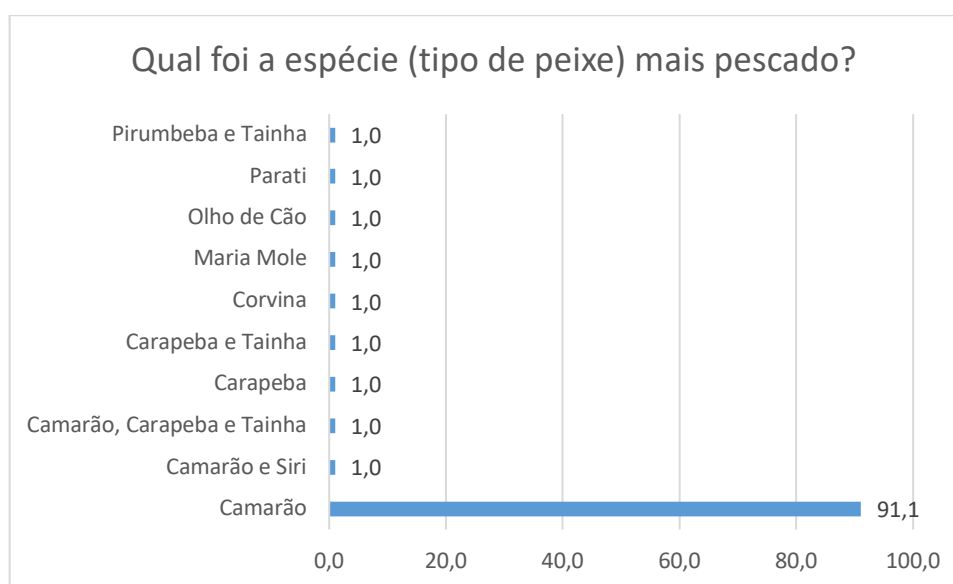


Figura 28: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Pescarte 2016- Pescadores lagunares respondem a espécie mais pescada

Segundo o Plano Nacional de Gestão para o Uso Sustentável de Camarões Marinhos do Brasil, a gestão do uso sustentável do camarão-rosa em áreas estuarinas e lagunares deve considerar o aporte de larvas e a saída de pré-adultos para estabelecer o ordenamento pesqueiro. Na Praia do Siqueira, o recrutamento do camarão ocorre em dois períodos, sendo que, o período principal ocorre entre março e junho, conforme figura 28.

O documento também orienta que, a gestão em áreas estuarinas e lagunares deve ser realizada com a ausência de aplicação do defeso, e sim com a definição por meio de instruções normativas adequadas a cada dimensão territorial e cultural onde a atividade pesqueira é realizada (NETO, 2011).

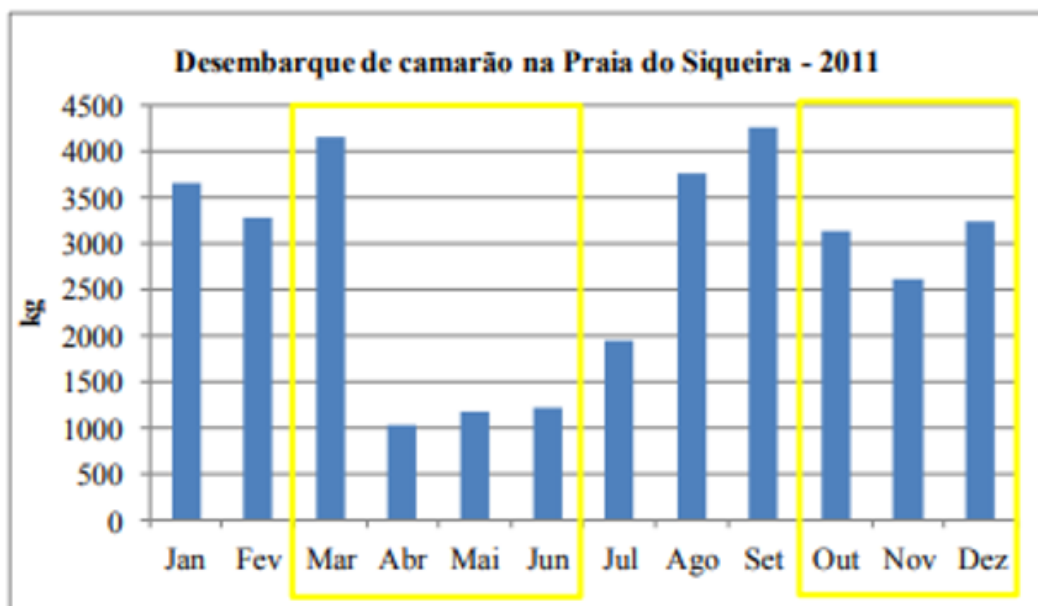


Figura 29: Produção de camarão na Praia do Siqueira nos períodos de recrutamento (destaque em amarelo). Fonte: relatório consolidado: Lagoa de Araruama.

Se tratando de camarão-rosa e as espécies *F. brasiliensis* e *F. paulensis*, Neto (2011), esclarece que os pré-adultos se localizam em áreas estuarinas e lagunares, enquanto os indivíduos adultos são pescados em alto mar, pela frota de pesca industrial.

Importante destacar que, em uma perspectiva pós-abissal de gestão ambiental, a centralidade do processo está nas narrativas dos grupos historicamente subalternizados, como as comunidades de pesca artesanal, para que medidas possam ser planejadas, executadas e avaliadas de forma colaborativa, em busca de promover uma gestão ambiental democrática e participativa. Para a pesquisa, os entrevistados citaram vários contextos que tem contribuído para a queda de estoque de camarão na Praia do Siqueira, e que não são devidamente incorporados ao debate, dos quais destacamos: o assoreamento do Canal do Itajuru, região de grande importância para a pesca, que conecta a Lagoa de Araruama ao oceano. Segundo os pescadores, o canal tem sofrido com o assoreamento decorrente principalmente da supressão dos mangues, o que prejudica a entrada de larvas de camarão no estuário; as mudanças nas correntes e marés que desaguam na Lagoa e que interferem em seus aspectos químicos, físicos e biológicos, o que pode afetar o período das safras; a Salinidade e Esgoto. O grupo destaca que o esgoto lançado na Lagoa é responsável por modificar sua salinidade e interfere na sobrevivência das larvas que chegam do mar; a interação Pesca Artesanal e a Industrial. Nesse caso, embarcações industriais

posicionadas na boca da barra, em áreas mais próximas do que o permitido legalmente, pescam grandes quantidades de camarão adulto, o que provoca a depleção do estoque. Com a queda da população adulta, a reprodução é prejudicada, bem como a desova, o que diminui a quantidade de larvas que retorna pelo canal do Itajuru para repovoar a Lagoa. Essa redução afeta diretamente a disponibilidade de camarão para que a pesca artesanal da Praia do Siqueira possa se realizar (figura 29). A comunidade aponta a ocorrência de fenômenos climáticos atípicos que acreditam estar associados às mudanças climáticas. Dentre as mudanças percebidas, o aumento da temperatura das águas prejudica a sobrevivência das larvas de camarão, situação que tem se intensificado nos últimos anos.

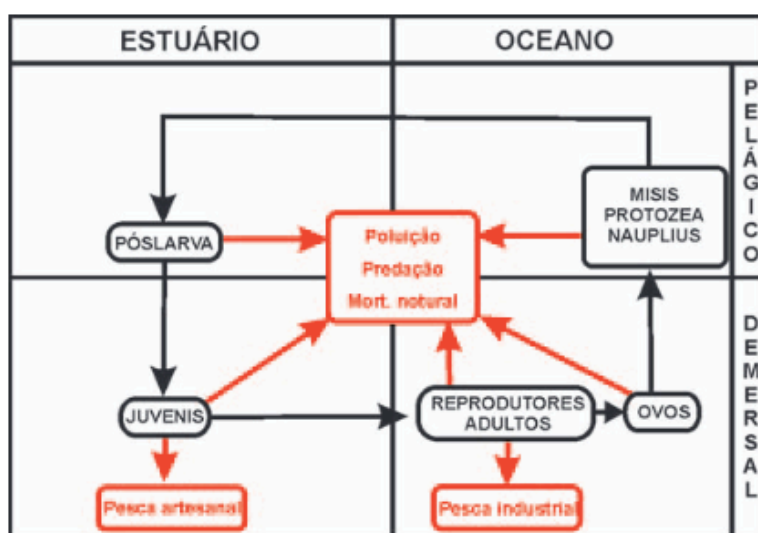


Figura 30: Organograma explicativo do ciclo migratório típico da maioria dos camarões peneídeos, mostrando as principais fases do seu ciclo de vida (preto) e as causas de mortalidade (vermelho).
Fonte: Plano Nacional de Gestão para o Uso Sustentável de Camarões Marinhos do Brasil

Importante destacar que, diante das imprevisibilidades das condições naturais, coloca-se em tela a necessidade de ordenamentos mais flexíveis, menos interditados, que acompanhem a dinâmica de vários fatores ambientais que mudam, inclusive de ano para ano. Na Praia do Siqueira os picos de recrutamento analisados por Neto *et al* (2012) correspondem aos períodos entre março e maio e entre outubro e dezembro (Figura 30). Na gestão de uso sustentável do camarão, o recrutamento é o parâmetro populacional adotado para o ordenamento pesqueiro (OLIVEIRA, 2015; FERNANDES, 2011). O relatório consolidado sobre a Lagoa de Araruama, a partir de estudos, conclui que o ideal para o uso sustentável dos peixes e crustáceos seria a

implementação de dois momentos de paralisação, um específico para os crustáceos e outro para os peixes, visto que possuem ciclos de vida diferenciados (Figura 31).

Espécies	Picos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
F. brasiliensis	REC												
F. paulensis	MIG												

Figura 31: Dados sobre o período de recrutamento (REC) e migração (MIG) de camarão, na Praia do Siqueira. Fonte: relatório consolidado: Lagoa de Araruama.

O relatório também ressalta a necessidade de que haja um monitoramento contínuo dos estoques, para que seja possível avaliar e identificar alterações ambientais e outros fenômenos que possam afetar os dados estatísticos.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Peixes												
Crustáceos												

Figura 32: Proposta de períodos de defeso para peixes e crustáceos na Lagoa de Araruama. Fonte: relatório consolidado: Lagoa de Araruama

Por fim, o relatório propõe que o defeso do camarão ocorra nos meses de Abril, Maio e Junho, enquanto o do peixe nos meses de Agosto, Setembro e Outubro (Figura 32).

Apesar do relatório propor dois períodos de defeso, um para o camarão e outro para o peixe, por determinação da IN nº 02/2013, o período de proibição definido tanto para peixe, como para crustáceo, foi de 1º de agosto a 31 de outubro. Assim, de acordo com as entrevistas realizadas para a pesquisa, bem como com as denúncias realizadas durante as atividades do PEA Pescarte e o relatório de estudo produzido para definição do ordenamento pesqueiro, o defeso, que dura até os dias atuais, se sobrepõe ao período de safra do camarão, espécie alvo da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira.

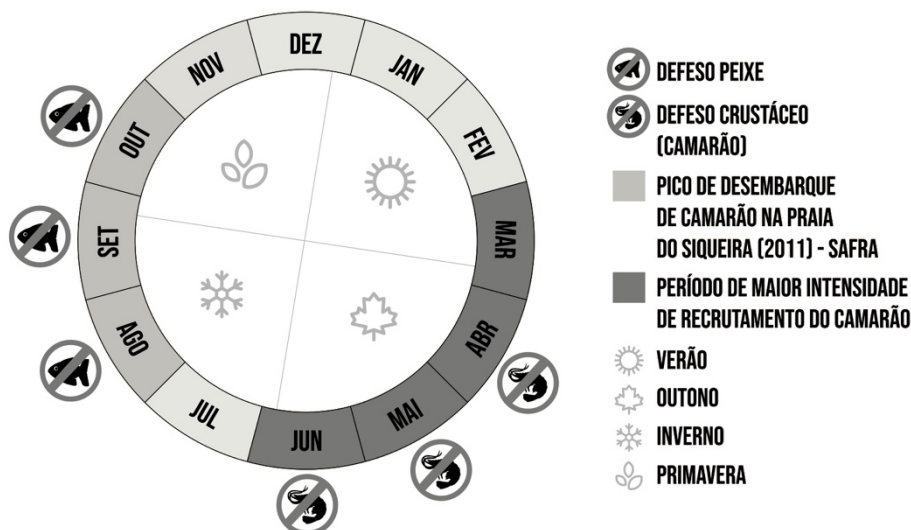


Figura 33: Proposta de períodos de defeso específicos para o crustáceo e para o pescado, elaborado pelo relatório consolidado: Lagoa de Araruama. Elaborado pela autora

Após dois anos de imposição do defeso no período entre 1º de agosto e 31 de outubro, no dia 20 de fevereiro de 2015 foi elaborado um ofício, por parte Consórcio Intermunicipal Lagos São João, endereçado ao então Ministro de Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho e a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, com o assunto: Instrução normativa interministerial MPA/MMA nº2, de 16 de maio de 2013/Lagoa de Araruama-RJ Destacaremos aqui, o texto do ofício, que teve contato por meio de uma foto enviada pelo *WhatsApp* (Figura 33):

“ Excelentíssimos Ministros,

Vimos por meio deste, solicitar em caráter de urgência a ALTERAÇÃO DA REFERIDA NORMATIVA, no que tange o artigo 2º (I) “Proibido o exercício da pesca de peixe e crustáceos, com qualquer método, ou arte de pesca, anualmente, no período de 1º de agosto a 31 de outubro”.

Esta solicitação está baseada nos estudos apresentados e na demanda da câmara técnica de pesca do Comitê de Bacia Lagos São João, onde especifica que:

O referido período para o defeso seria adequado somente para espécies de peixes. Os crustáceos principalmente o camarão, deveriam ter seu defeso entre março e junho, seguindo a legislação nacional.

O camarão foi incluído neste defeso total devido à burocracia na época referente à publicação da portaria. No entanto este fato tem causado graves problemas socioeconômicos, pois, é o período adequado à pesca do camarão, por estarem com o tamanho adequado, permitindo por lei e abundância.

Nos meses fora do defeso, o camarão não pode ser pescado, pois estão como tamanho inferior ao permitido por lei e em base de recrutamento (onde deveria estar sendo protegido, conforme defeso nacional).

Esta demanda, para esta revisão, foi entregue aos representantes do Ministério da Pesca, através da câmara técnica de pesca do Comitê de Bacia Lagos São João e Consórcio Ambiental Lagos São João, em reunião no Município de Iguaba Grande, conforme documento em anexo.

Desta forma, solicitamos a exclusão dos crustáceos neste período de defeso, deixando somente os peixes. O camarão na Lagoa de Araruama (o camarão rosa *Farfantepenaeus paulensis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*) teria o defeso entre o março e junho, conforme o desenho nacional.

Atenciosamente:

Cláudio Vasque Chumbinho dos Santos, Presidente do Consórcio Intermunicipal Lagos São João e Prefeito Municipal de São Pedro da Aldeia.”

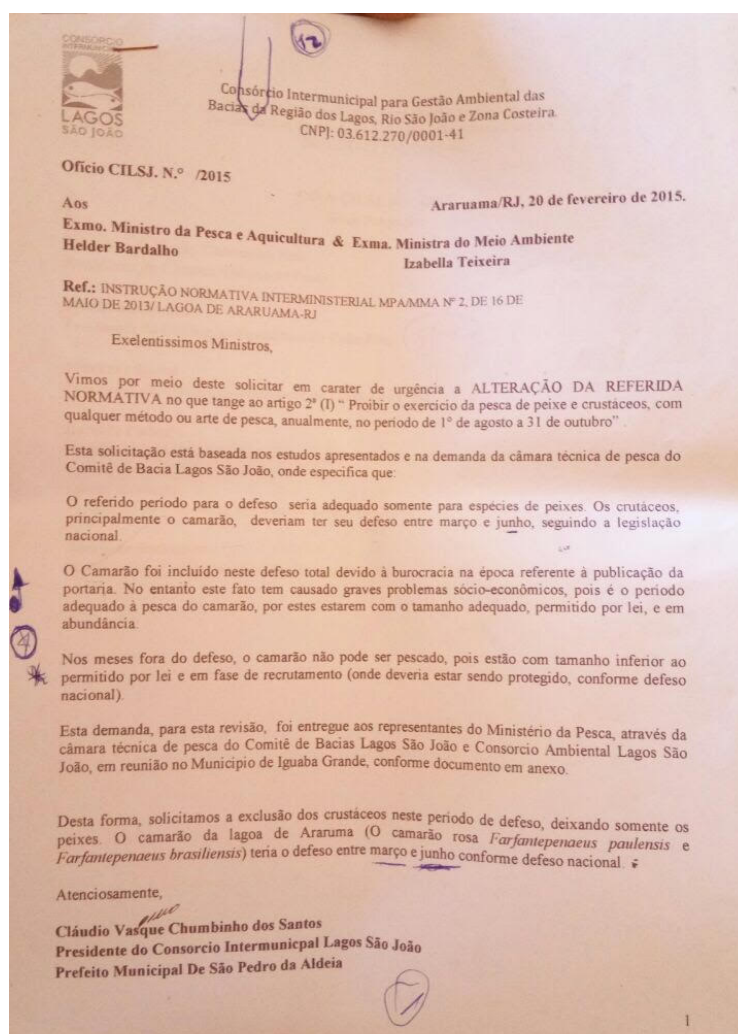


Figura 34: Foto do ofício solicitando mudança no período de defeso para o camarão enviada por WhatsApp.

O relatório produzido por Neto *et al* (2012), associa a menor produção de camarão ao uso de rede trolha, pois, apesar da rede de trolha não capturar camarões juvenis, acaba por matar os indivíduos que estão no fundo com o arrastar da rede. Apesar da rede de trolha ser, de fato, considerada predatória, inclusive pela própria comunidade artesanal da Praia do Siqueira, a queda do estoque de camarão não se deve somente ao seu uso, mas também à liberação por parte do governo para que os pescadores pesquem o camarão no período de recrutamento. Obedecendo as regras que o próprio Estado impôs, os pescadores pescam no período em que deveria ser evitada a captura e utilizam a rede de trolha que se tornou a arte de pesca majoritária devido ao processo histórico que será discutido. O tópico a seguir apresenta algumas das orientações que consideramos relevantes para buscar realizar e analisar as entrevistas sob uma perspectiva pós-abissal e os resultados da metodologia adotada.

5.5- Orientações para realização e análise de entrevistas

Quando é pertinente a utilização da técnica da entrevista? Mendes (2003) buscou respostas sobre essa questão em vários autores e considerou que as ponderações mais avançadas nesse sentido seriam as das autoras Kleinman *et al*. (1994), que destacam entre outros aspectos que as entrevistas não captam o indivíduo, mas, sim, sua localização social e que sua utilização seria interessante para auxiliar a compreensão sobre como “membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam uma ou várias identidades” (MENDES, 2003, p.9). A técnica da entrevista favorece que aspectos significativos da vida de indivíduos e grupos sejam acessados, bem como o estudo de múltiplas dimensões da vida, como aspectos culturais, sociais, simbólicos, cognitivos e políticos (MENDES, *idem*).

Entrevistas envolvem a utilização de sentidos, que sob a perspectiva da ciência moderna, são sistematicamente colonizados, de forma que, para que seja possível romper com as premissas que envolvem metodologias extrativistas, a autorreflexividade do pesquisador sobre essas amarras é essencial. Acreditamos que a discussão realizada por Santos (2019), sobre o papel da escuta profunda na pesquisa pós-abissal, traz elementos de suma importância para reflexão sobre o papel dos sentidos no âmbito da cultura ocidental, que privilegia a escrita e a fala em relação ao ouvir e escutar. O pesquisador abissal possui um ouvido treinado para ouvir a si próprio,

e eliminar ruídos que não sejam foco do que pretende abordar, sua audição é treinada para extrair o que é relevante, no menor tempo possível, de maneira que não há espaço para autorreflexividade, o pesquisador abissal, portanto, possui uma audição abissal (SANTOS, *idem*). A pesquisa abissal é marcada por ritmos controlados e por roteiros e técnicas pré-definidas. Em contraposição, uma pesquisa pós-abissal, que é centrada na colaboração, foge aos padrões abissais justamente porque a colaboração impõe um ritmo que se faz junto, em um processo que, apesar de possuir uma orientação e perspectiva, não é determinista e pré-moldado (FASANELLO *et al*, 2018). Uma proposta de comunicação profunda, tende a horizontalizar o processo investigativo, no qual, o entrevistador e o entrevistado correspondem a sujeitos legítimos e a pesquisa é compreendida como um processo de colaboração e não de extração de informações. Em um movimento análogo, Freire (1987) destaca que, uma educação problematizadora, implica na superação da contradição educador-educando, visto que, parte-se da premissa que ambos são sujeitos, cognoscentes, co-intencionados, que, além de conhecer um determinado contexto, também integram seus saberes de forma a recriar o conhecimento para intervir na realidade.

Santos (2019) destaca que, diferentemente da reciprocidade existente na visão, onde se vê mas também se é visto, no contexto da audição, o pesquisador busca controlar as sequencias entre o ouvir e ser ouvido, ou seja, o que e quando quer ouvir, ou o que e quando será ouvido. Em contraposição, Santos (*idem*) incorpora influências de Paulo Freire e Katherine Schultz para discutir o significado de uma escuta profunda, ou uma escuta pós-abissal, que incorpora essa perspectiva do contexto pedagógico, para o metodológico, visto que pesquisar-com os grupos subalternos significa superar a audição abissal e avançar em uma escuta profunda pós-abissal.

Para Fasanello *et al* (2018), a entrevista narrativa tem como pressuposto metodológico permitir ao entrevistado, que sua história e contextos significativos em sua vida sejam contados em um processo espontâneo, mas com intencionalidade. Em contraposição a esse modelo fluido, os autores apontam os modelos de entrevistas diretas e semiestruturadas que acabam por inibir a fluidez necessária para que os grupos sociais e seus representantes coloquem em tela os temas e contextos que desejam abordar, como explica Fasanello *et al* (*idem*, p.410):

Na co-criação, o foco passa a ser a construção de narrativas que tragam à tona elementos, ou relatos significativos, em termos de prioridades estratégicas de luta, saberes situados e ações voltadas à transformação. Mais que discursos obtidos a partir de entrevistas a serem objetivamente analisadas, o que está em jogo são formas de comunicação vivas obtidas através de narrativas, histórias e relatos significativos.

Mendes (2003) traz outra perspectiva com relação aos modelos de entrevista, em que defende as variadas formas possíveis de desenvolver essa técnica, inclusive as diretas e as semiestruturadas, desde que, o pesquisador tenha compromisso em colocar em tela as relações de poder que conseguir mapear e que esteja aberto ao imprevisto e às inflexões discursivas. O autor ainda ressalta que:

Numa situação de entrevista, o entrevistado, mais do que comunicar, ou partilhar significados, pode estar negociando as suas identidades, arrastando nesse processo o entrevistador e obrigando este a negociar, alterar, ou sublimar também as suas identidades. Ninguém, para o bem e para o mal, sai incólume de uma entrevista. E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes e ausentes, que jaz toda a riqueza das entrevistas, mais do que numa busca distante e objetiva de factos ocorridos (MENDES, 2013, p.10).

Sob a perspectiva das epistemologias do Sul, o entrevistador deve aguçar uma escuta pós-abissal, que o permita acessar o som inaudível e compreender a relação entre o som e o silêncio, visto que, esse movimento representa valores estratégicos nos processos de luta e resistência presentes nos grupos subalternizados (SANTOS, 2019). É preciso o autossilenciamento profundo para ouvir o som inaudível produzido pela linha abissal e todo o sofrimento e injustiças decorrentes dela, como Santos afirma: “a apropriação/violência, traduz-se em vozes inaudíveis porque essas vozes se referem à realidades que se tornaram impronunciáveis devido ao silenciamento reiterado” (idem, p.254).

A entrevista quando é conduzida de forma métrica, estática, em modelos inflexíveis não adaptados a dinâmica e fluidez do que é vivo e conduzida pelo pesquisador como se o mesmo fosse um maestro que conduz grupos e seus ritmos, para produzir determinado som, estará condenada a um viés bancário, como nos alerta Freire (1987). Assim, como pesquisadores dispostos a romper com metodologias extrativistas e bancárias, buscamos atuar metodologicamente em uma relação de partilha de luta com os grupos envolvidos na pesquisa (SANTOS, 2019), com ouvidos pós-abissais, necessários para que entrevistador e entrevistado sejam, dialogicamente, educandos e educadores (FREIRE, 1987).

Mendes (2003) destaca algumas recomendações que considera como relevantes para que seja possível pesquisar sob certa padronização em contextos que exigem grande flexibilidade, de forma que o entrevistador guie e seja guiado e que esteja aberto a ser surpreendido em um diálogo horizontal. Sendo um processo dialógico, entre sujeitos cognoscentes, em uma perspectiva metodológica não extrativista, Mendes (idem) destaca que essa co-construção deve ser adequadamente transcrita, o que implica em explicitar as perguntas, expressões e demais condutas do entrevistador, bem como todas as partes que envolveram a atividade. Mendes (2013) destaca que autores como Bizeuil (1988) e Briggs (1986) também orientam que sejam transcritas as condições em que as entrevistas foram realizadas, o que inclui as interferências que porventura ocorreram, momentos mais delicados, local e como ocorreu e outros pontos que sejam considerados elementos constituintes da situação apresentada.

Ainda incorporando as orientações de Mendes (2003), destacamos alguns dos princípios que o autor incorporou em sua pesquisa e que buscaremos, com as devidas adequações, utilizar na análise das entrevistas da presente pesquisa. Mendes (idem) orienta, como primeiro passo para interpretação de dados, que se faça o resumo de cada entrevista e que se destaque pontos de relevância em temas e subtemas, de forma que seja possível analisar possíveis conexões entre os entrevistados, seja por dimensões políticas, ideológicas, epistemológicas, entre outros. Mendes (idem) seguiu as orientações das autoras Natasha Mauthener e Andrea Dooreta (1998) em sua pesquisa, que versam sobre o método relacional como mecanismo para analisar entrevistas, no qual, as transcrições são lidas uma série de vezes, cada uma com um objetivo diferente, como cita:

A primeira leitura procura deslindar o enredo (acontecimentos principais; protagonistas e sub-enredos) e as respostas do entrevistador ao que está a ser dito (explicitar o posicionamento pessoal do entrevistador em relação à entrevista). A segunda leitura deve procurar a voz do entrevistado, isto é, como este sente e fala de si, e que pronomes pessoais são usados (eu, nós, tu). Segundo as autoras, é esta procura da voz de cada pessoa que distingue o método relacional do método da teoria ancorada, pois este centra-se mais na ação e na interação entre as pessoas. Uma terceira leitura deve centrar-se nas relações interpessoais e nas redes sociais mais vastas. Uma quarta leitura procura situar os entrevistados em contextos culturais e estruturais mais amplos. Este método enfatiza os múltiplos níveis presentes em toda a narrativa. Mais do que se preocupar com a codificação, o analista deve assumir-se como um detector e modulador de vozes, mantendo as diferenças dos entrevistados. O método relacional na análise das entrevistas procura simultaneamente as

semelhanças e as diferenças. (MAUTHENER & DOORETA, 1998, P.126-132 *apud* MENDES, 2003).

Como passo seguinte, Mendes (*idem*) orienta que as entrevistas resumidas sejam analisadas e comparadas, sem que o pesquisador perca de vista as relações de poder e as consequências delas, de forma que consiga valorizar e defender vozes que historicamente são silenciadas. O pesquisador pós-abissal precisa praticar sua visão profunda, vendo o inimaginável “algo que não é sequer considerado socialmente invisível pela simples razão de que não se pode imaginar que exista, ou seja, a linha abissal que divide sociedades/sociabilidades metropolitanas e sociedades/sociabilidades coloniais” (SANTOS, 2019, p.248).

Em busca de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, no período entre 2017 e 2019, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 13 respondentes, sendo produzido um roteiro específico para gestores públicos, aplicado a 2 respondentes, e um roteiro para a comunidade pesqueira, realizado com 11 respondentes. Dentre os 11 respondentes pescadores, 6 participaram de entrevistas para pesquisa ao menos 3 vezes. As entrevistas foram realizadas no ponto de venda do camarão na Praia do Siqueira, no quintal das casas dos entrevistados, nas embarcações dos pescadores e na sede do projeto Pescarte, ao final do expediente. Os participantes iniciais foram os pescadores que rotineiramente procuravam a sede para dialogar sobre o tema e, estes, indicaram outros membros da comunidade para serem entrevistados. Também foram realizadas três atividades baseadas na técnica de *turnê guiada* (GRENIER, 1998), procedimento em que o pesquisador acompanha membros dos grupos sociais envolvidos no estudo em um percurso definido pelos entrevistados. A todos entrevistados foi garantido o sigilo de suas identidades, visto que, apesar de não reconhecerem a legitimidade do defeso imposto, pescar nesse período implica em crime ambiental.

5.5.1- Entrevistas com representantes da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira - Narrativas sobre os processos de desterritorialização e re-existências

O bairro da Praia do Siqueira é tradicionalmente habitado por pescadores artesanais que utilizam embarcações de pequeno porte, sem motor, identificadas na localidade como botes e estacas de bambu, que funcionam como remos, identificadas como varas. As artes de pesca praticadas são principalmente a pesca de trolha/tróia e a de arrasto. Parte do camarão é vendido em um leilão assim que é pescado, chamado de Ponto de Camarão, localizado na beira da Lagoa. Os pescadores, na maior parte do ano, saem para pescar em torno das 18:00h e retornam entre 20:00h e 21:00h, quando a maioria negocia o pescado no leilão com atravessadores, turistas, donos de restaurantes e moradores. Porém, com a escassez cada vez maior do camarão e a pandemia, o “Ponto de Camarão” tem ficado fechado e os atravessadores têm imposto o preço que desejam pagar, sem muita brecha para negociação. Para usar a estrutura do Ponto de Camarão, que conta com uma pequena área coberta, uma balança e o balanceiro, que além da pesagem faz a limpeza do ponto, os pescadores pagam ao balanceiro o que eles chamam de “pinga”, uma porção de 0.5kg de camarão, sempre que a pesagem total ultrapassar 7kg. O camarão rosa é o principal item de venda da comunidade pesqueira do bairro, porém, alguns pescadores possuem gancho de peixe e capturam principalmente a tainha e a tainhota. São poucos os que trabalham com essa arte de pesca, que é mais custosa e trabalhosa de fazer, além disso, ter um gancho implica em conquistar um espaço bem disputado na Lagoa, por ser uma armadilha grande. A maioria dos pescadores trabalha no bote, utilizando a trolha, tipo de pesca que conta com 4 pescadores, dois no barco e dois na água, puxando a rede. Na trolha, o lucro é repartido em 5, sendo que cada um dos 4 pescadores recebe uma parte e o dono do barco, ou da rede, recebe a quinta parte, mas caso o dono da rede também pesque, então, ganha duas partes, uma da rede e uma da pesca. Uma outra parcela de pescadores utiliza o arrasto, arte de pesca em que dois pescadores puxam a rede na água, nesse caso, o lucro é repartido para dois. O camarão é geralmente descascado nos quintais das casas dos pescadores, pelas mulheres que trabalham em conjunto. Assim, o camarão é descascado por mulheres da comunidade (Figura 34), nos quintais das casas dos pescadores, ou dos atravessadores, que pagavam cerca de R\$ 5,00 pelo quilo de camarão descascado, o que equivalente a dois quilos de camarão com casca. O valor

pago por quilo de camarão descascado muda ao longo do ano. As descascadeiras cobram um valor mais alto para trabalhar com o camarão menor, por ser mais difícil de descascar e mais barato quando são maiores.



Figura 35: Pescadoras e Pescadores da Praia do Siqueira. Acervo pessoal

Com relação à quantidade e ao tamanho do camarão, os pescadores relatam que o camarão prefere a água fria e que a melhor época para pescar é justamente no período do defeso e a pior época é quando a pesca está liberada, pois as águas ficam mais quentes e o camarão fica em menor tamanho e em pouca quantidade. Ultimamente, as descascadeiras de camarão têm reclamado que o camarão no bairro escasseou e que muitas vezes descascam um camarão vindo de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes.

Quando questionados sobre o que tem favorecido a escassez de camarão, os pescadores indicaram como principais razões: o período de defeso; a poluição por esgoto; a poluição por produtos químicos despejados por indústrias que operam às margens da Praia do Siqueira.

A gente fica 6, 9 meses sem apanhar nada na Lagoa e tem empresa que solta um resíduo na Lagoa que mata as larvas de camarão. Tem outra empresa que trabalha com sal que solta uma química também, que mata as larvas do camarão. Isso tudo vem prejudicar a Lagoa. (Pescador/a D)

Tem remédio aí que matou um bocado de larvas de camarão, tão vendendo um remédio que serve pra limpar a água. (Pescador/a E)

A poluição tá muita, tem gente que já perdeu perna, dedo... Se cortar e botar a perna na água da Lagoa, entra em contato com várias bactérias, eu tive micose e tive que fazer tratamento. (Pescador/a A)

Uma grande companhia de sal, pegaram e fizeram uma enseada pra fazer um aeroporto. A água que entrava na Lagoa, a enseada amortece a velocidade, e a água que antes limpava a Lagoa perde força. Como a gente que pesca camarão vai brigar com uma potência financeira dessa? Só se os órgãos competentes tivessem do nosso lado. O dinheiro fala mais alto. (Pescador/a G)

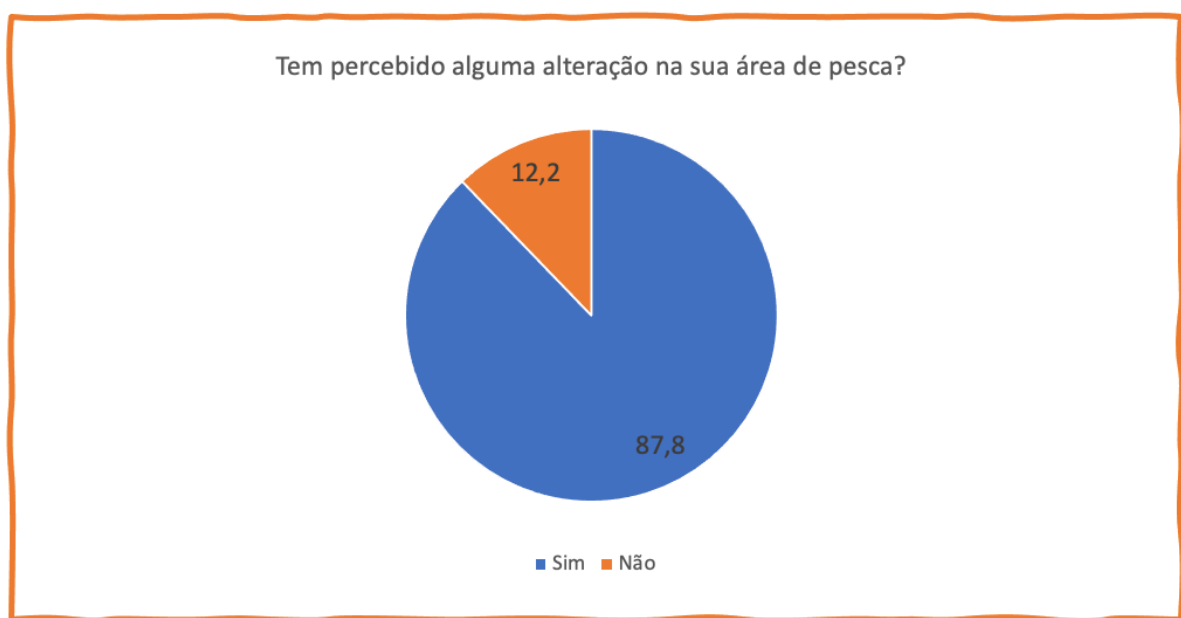


Figura 36: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Tem percebido alteração na sua área de pesca?"

Os dados do Censo Pescarte (2016), colocam em tela que, boa parte da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, mais especificamente 87,8% dos respondentes percebem alterações na área de pesca (Figura 35).

Recentemente foi iniciada uma tratativa sobre um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - firmado entre Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MPRJ), concessionárias de águas e esgoto da região e prefeituras, prevendo investimentos na ampliação de redes separativas de esgoto⁸⁸. Apesar dos aparentes esforços, segundo estudos de Fernandes *et al.* (2019) concluiu-se que o tratamento de esgoto realizado pela Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Praia do Siqueira não tem sido eficiente e seus efluentes apresentam riscos ao meio ambiente, visto que, a

⁸⁸ <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2019/02/26/prefeituras-da-regiao-dos-lagos-do-rio-decidem-ampliar-redes-separativas-de-esgoto-para-protger-lagoa-de-araruama.ghtml> Acessado em: 12 abril de 2020.

qualidade da água indica que o meio em questão está em processo de eutrofização (Figura 36).

Eu sei que todo mês tem reunião com a concessionária e a Lagoa continua a mesma coisa, cheia de esgoto, cheia de lama! Aqui então, tem caminhão que descarrega esgoto, joga pra água, tudo aqui de noite, de madrugada. Já vi lá no Vinhateiro caminhão descarregando na boca do bueiro lá pra jogar pra Lagoa. Se eu tenho um celular pra filmar eu ia filmar na hora. É um crime ambiental. Assim que colocaram aquela estação de tratamento de água na Praia do Siqueira, isso aqui virou uma fossa, virou lama. Prejudica os turistas, tudo, ninguém vem tomar um banho, pescador sai dali com coceiras nas pernas, nos braços, bactéria tá aí dentro. Já tenho 62 anos e durante esses anos todos não vi ser feito nada pela Lagoa, eu perco a esperança. Meus netos estão vindo aí, porque eu tenho neto que já pesca, e não vai ter futuro na pesca pra eles não. (Pescador/a D)

Aqui na Praia do Siqueira, o esgoto atrapalha na área de banhista, pra quem tem comércio (...) A Lagoa limpa claro que é bom. Mas, se você parar com a trolha agora e deixar a Lagoa do jeito que tá, e a empresa todo dia jogando caminhão de bagunça lá dentro, vai chegar ao ponto que ninguém vai poder entrar dentro dela, porque a trolha, mal ou ruim, ela tá todo dia mexendo, ela é o câncer da Lagoa tá entendendo, mas como tá esse esgoto, ela tem que tá bulindo nela para dissolver, mexendo pra impureza refinar, pra ela poder sair na maré. Não tem defeso na Lagoa, se eles quiserem endireitar a Lagoa, se quiser melhorar a produção da Lagoa, é tirar o esgoto, endireitar a Lagoa e limpar e botar o arrasto, acabou. Primeiro endireitar a Lagoa, com o tratamento, o esgoto tem que parar. A hora que ele parar, aí o que acontece, limpou a Lagoa, vai ser bom porque você parte pra rede, tira a rede de trolha de ação. (Pescador/a E)

As lideranças da comunidade de pesca da Praia do Siqueira, em várias atividades dentro e fora do âmbito do projeto Pescarte, têm denunciado que a queda na quantidade e na qualidade do camarão, se relacionam principalmente ao defeso único e a falta de saneamento básico.

No censo Pescarte (2016), a questão sobre “as principais alterações percebidas no ambiente” , respondida pela comunidade lagunar de Cabo Frio, que corresponde a Praia do Siqueira, trouxe respostas que se alinham ao que é reiteradamente denunciado tanto nas atividades do PEA, como nas entrevistas para a pesquisa, as principais alterações citadas foram: assoreamento/poluição, com 19,1%, assoreamento/poluição/redução no tamanho/volume (pescado)/quantidade de pescado, com 15,7%; assoreamento/poluição/ diminuição de volume e quantidade de pescado, com 13% (Figura 37).



Figura 37: Registros realizados durante a técnica de turnê guiada. A foto à esquerda se refere a água da Lagoa com coloração atípica rosa, e as fotos à direita, ao despejo de esgoto na beirada da praia.
Fonte: acervo pessoal

O assoreamento, a poluição e a redução de pescado, somados a um período de defeso inadequado, tem conformado um contexto extremamente desafiador para a manutenção dos modos de vida da comunidade da Praia do Siqueira.

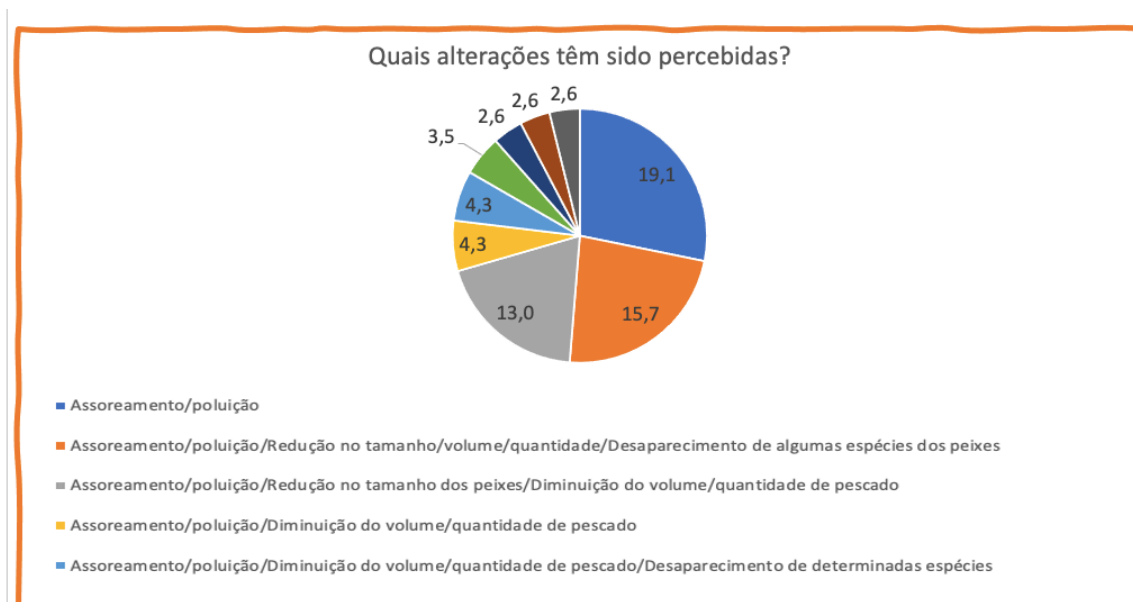


Figura 38: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Quais alterações têm sido percebidas?"

Outro dado importante produzido pelo censo Pescarte, diz respeito a segurança alimentar e nutricional- SAN de comunidades de pesca artesanal nos sete municípios

de atuação do projeto. Campos dos Goytacazes e Cabo Frio apresentaram as situações mais graves, em que, respectivamente, 62,4% e 46,7% das famílias entrevistadas, afirmaram temer não ter como adquirir alimentos antes do fim do mês (CAMPOS *et al*, 2016).

Eu acho que na verdade nós estamos num defeso nosso de 9 a 10 meses, olha o tempo que ficamos sem camarão! E agora que a gente começa a pegar o pescado maior, de melhor qualidade, entra o defeso, e a data está completamente errada! A data do defeso certo é no mês de abril, maio e junho, que ele tá pequeno e em pouca quantidade, e aí vai reproduzir mais e não prejudica tanto o pescador. Que quando o camarão aparece, fecha a pesca e aí ele fica prejudicado. Olha o tempo que o pescador ficou sem matar camarão e agora que aparece um pouquinho entra o defeso. Isso que tem que falar. (Pescador/a F)

Fecha a pesca hoje e fica 30 dias sem receber nada. Tenho que arrumar um trabalho ou roubar a Lagoa de madrugada, a gente fica sem dinheiro durante 30 dias. Vai fechar aí com o camarão na Lagoa, ficou aí 6 meses sem camarão, mais 3 do defeso, 9 meses. O camarão que se cria aqui dentro, ele vai embora, e se bater o vento sudoeste aí varre tudo, aí lá fora os barcos de traineira pega os VG. (Pescador/a D)

Pereira (2008), ressalta a relevância das condições sociais das comunidades pesqueiras no cumprimento ou não do ordenamento pesqueiro vigente. O acesso cada vez pior à alimentação, a poluição em níveis cada vez maiores e o sentimento de não pertencimento em relação à gestão de seus territórios, são fatores que tornam algumas normas ineficazes. Nesse contexto, a comunidade pesqueira utilizará malhas e petrechos fora das especificações, inclusive no período do defeso, caso seja preciso atender as suas necessidades. Esse processo contribui para um cenário caótico em que a prática da pesca predatória acaba por piorar a situação dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, das comunidades pesqueiras, agravando a situação de pobreza (PEREIRA, 2008). A resposta dos pescadores lagunares de Cabo Frio, para o censo Pescarte (2016), com relação a pergunta “Pesca todos os meses?” (Figura 38), indica que 60,2 % dos respondentes pescam ao longo de todo ano, inclusive no período de defeso. Esse índice alto de não reconhecimento do período de defeso, reforça sua deslegitimação pela comunidade, que, segundo membros da Praia do Siqueira, foi uma decisão unilateral, tomada sem participação dos pescadores.



Figura 39: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Pesca todos os meses?"

Outra possibilidade, para compreendermos o porquê da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira responder, em sua maior parte, que pesca ao longo de todo o ano é que, mesmo cientes do período de proibição, as condições materiais, associadas a precarização da renda, sejam determinantes para que os pescadores se arrisquem no período do defeso e com a fiscalização. Sobre os motivos para não pescar todos os meses, 91,7% dos respondentes mencionaram, ou o período, ou o mês de agosto, quando oficialmente é iniciada a paralisação da pesca, como podemos ver na figura 39.

O impacto do defeso sobre a renda da comunidade tem sido dramático, pois a paralisação oficial de três meses que o grupo denomina quando a Lagoa "está fechada", ou o "defeso está fechado", de fato equivale a 9 meses, ou mais, visto que, no verão e boa parte do outono as águas estão quentes e as larvas de camarão resistem menos. As larvas se desenvolvem melhor na água gelada, no inverno, no período de defeso.

A safra do camarão é a mesma coisa do passado. É a mesma coisa de água. No verão a água esquenta e mata as larvas, mata elas todinhas e no inverno tá recesso, o mar grosso joga as larvas pra cá. Até agosto, setembro outubro dá camarão. Teve arrasto de matar 40/50kg com o defeso fechado. (Pescador/a E)

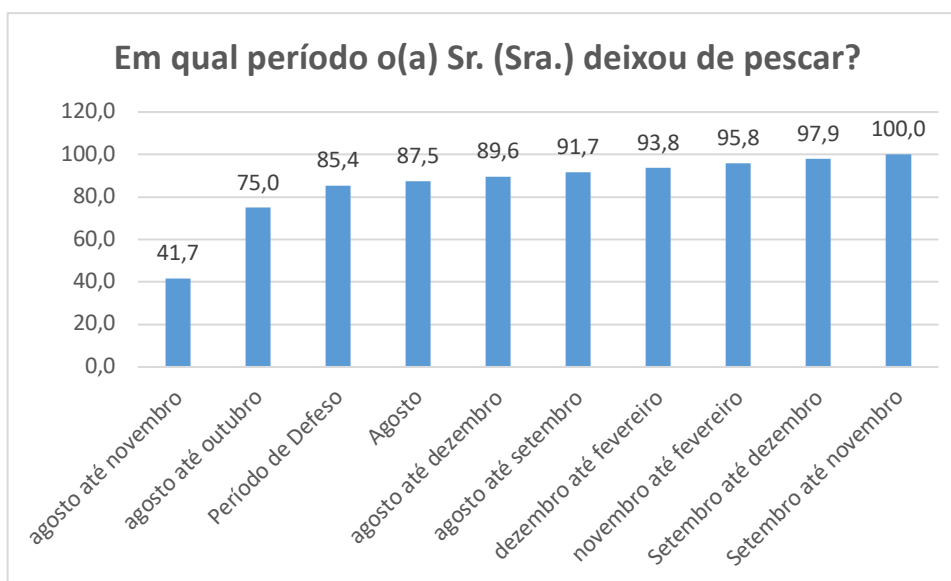


Figura 40: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Em que período deixou de pescar?"

Para a comunidade, a safra do camarão se dá no período em que as águas estão mais frias (Figura 40), nos meses de agosto, setembro e outubro, podendo começar antes ou terminar depois, visto que, as condições da natureza são fluídas e não interdidas.

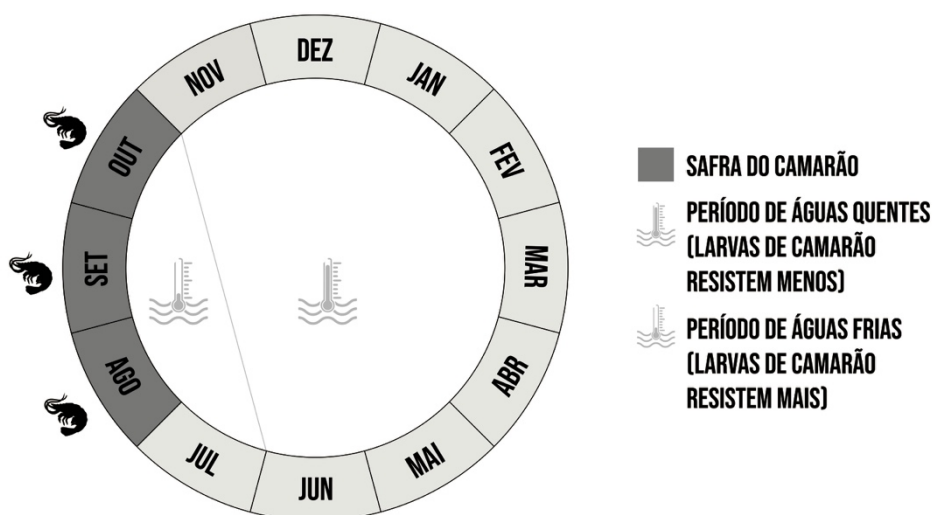


Figura 41: Período de safra do camarão: Agosto, Setembro e Outubro. Elaborado pela autora.

Com relação ao ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama, um dos gestores públicos entrevistados, que esteve envolvido diretamente com a implementação do defeso, explicou que inicialmente havia sido planejado dois

períodos de paralisação, visto que, peixes e crustáceos possuem ciclos de vida diferentes. Contudo, diante da falta de condições técnicas e financeiras alegadas por representantes do extinto Ministério de Pesca e Aquicultura - MPA - para criar ordenamentos específicos, foi decidido que haveria um único defeso, incluindo todas as espécies.

Entrevistamos um segundo gestor público, também relacionado com a implementação do defeso, que foi uma das medidas implementadas na busca pela recuperação da Lagoa. Ele ressaltou que os maiores interessados na despoluição da Lagoa, eram justamente os representantes dos municípios de Araruama⁸⁹, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, por dependerem quase que exclusivamente desse ecossistema para as suas atividades de turismo, visto não serem defrontantes com o mar. Acrescentou que os municípios do entorno da Lagoa que também contam com áreas de praias, sofreram com o inchaço populacional, pois os turistas que antes tinham como destino a Lagoa, direcionaram-se para as praias, causando transtorno nesses locais.

O gestor explicou que o problema de saneamento básico era gravíssimo no passado e que essa questão se tornou foco de todos os movimentos ambientais locais, do poder público e da sociedade civil. Assim, diante de uma situação caótica em que todo o esgoto das cidades do entorno da Lagoa era jogado em suas águas, em 1999, foi criado o Consórcio para tentar reverter a situação.

Foi ressaltado que as atuais concessionárias de abastecimento e saneamento da região, localizadas em Araruama e em São Pedro da Aldeia, eram de origem Portuguesa e propuseram um contrato para despoluir a Lagoa em 25 anos, com data para o início das atividades bastante distante. Contudo, a necessidade de salvar a Lagoa era urgente e, assim, cinquenta e duas ONG's, oito prefeituras, o Ministério Público e o Consórcio conseguiram modificar o contrato para ser iniciado em 2 anos. O foco naquele momento era resolver o problema de esgoto da Lagoa, que começou a ser tratado em 2008. Em 2006 foram realizadas dragagens no Canal do Itajuru e construída a Ponte do Ambrósio, medidas que, segundo o gestor, melhoraram significativamente a balneabilidade da Lagoa e possibilitaram a volta do turismo.

Com relação ao ordenamento pesqueiro, explicou que a partir da recuperação da Lagoa, em 2008, as comunidades de pesca puderam voltar com suas atividades e

⁸⁹Araruama possui contato territorial com o mar no distrito de Praia Seca.

que o estudo técnico utilizado nesse processo foi uma tese de doutorado sobre a dinâmica de distribuição de espécies de peixe na Lagoa.

Sobre o período de defeso, explicou que a ideia inicial era dividir entre peixes e crustáceos, mas que o MPA não possuía recursos financeiros para manter fiscalização em dois momentos. Além disso, os representantes do consórcio foram pressionados a escolherem entre um período de defeso, ou nenhum, e, sob essas circunstâncias, ele e os demais envolvidos decidiram por aproveitar a paralisação da pesca, mesmo que fosse um defeso total.

O entrevistado reforçou sua opinião de que ainda que fossem dois momentos de paralisação, **os pescadores de camarão continuariam burlando as regras**. Lembrou também, que na época, muitas lideranças de pesca foram a favor de um período único **e que hoje em dia não assumem a decisão tomada** (grifos nossos).

Com relação a reação dos pescadores de camarão sobre o defeso, o gestor lembrou que na época houve manifestações contrárias e muitos conflitos. Para resolver a questão foi preciso “divulgar o defeso, dar informação, dar cestas básicas, **distribuir legumes e verduras**” (grifos nossos). Sobre terem sido ao menos informados sobre a implementação do defeso, os pescadores da Praia do Siqueira afirmaram que nunca foram sequer consultados.

Não, pediram opinião não, acho que nem o presidente da Colônia eu acho que chamaram, eu não sei. Isso aí foi povo de Iguaba e um determinado gestor. Quer saber, é uma “comédia” de dinheiro. É a mesma coisa que ter uma “varreção”, e você tem direito de botar 15 pessoas pra trabalhar pra você numa rua e você bota 10. Mas vai entrar o dinheiro dos 15, você vai comer o de 5. Esse defeso tem gente que come dinheiro, o pescador é a mula pra fazer a travessia do dinheiro. Se endireitar, o governo vai mandar dinheiro pra quê? (Pescador/a E)

Para o gestor, ainda que mudasse o período de defeso, não daria certo, pois 90% dos que reclamam são os pescadores de camarão da Praia do Siqueira e de alguns pontos em São Pedro da Aldeia, como Mossoró, Poço Fundo e Camerum. Segundo ele, justamente as comunidades de pesca que não sabem respeitar regras, “são verdadeiros **anarquistas do mal**” (grifos nossos). Sobre um possível acordo de pesca para proibição da rede de trolha, arte de pesca predatória na captura de camarão, o gestor enfatizou que isso não aconteceria, pois os **pescadores de camarão são os mais complicados de conscientizar** (grifos nossos). Essa abordagem assistencialista, busca compensar pontualmente e individualmente grupos

historicamente vulnerabilizados em contextos conflituosos e de reivindicação, sem que haja mudanças concretas e robustas na realidade. A abordagem assistencialista apresentada pelo gestor, foi seguida por comentários racistas, como na afirmação de que seria uma característica dos pescadores de camarão da Praia do Siqueira a incapacidade de respeitar regras.

Os pescadores entrevistados, ao contrário do exposto acima, sinalizaram serem favoráveis tanto em realizar acordos para mudanças no período de defeso, bem como para proibição da rede de trolha.

Muito sujeitos pescam com malha miúda né, tinha que ter um mínimo tinha que voltar os arrastos, acabar com esses negócios de trolha, voltar com os arrastos de 12 mm de novo, que aí ia criar mais camarão de novo. E aí não ia precisar de defeso, porque ia ter camarão o ano todo. Porque as trolhas, eu tenho trolha também e essa rede é uma assassina. Abria mão dela se todo mundo fizesse: eu botava a minha primeiro e tacava fogo, todo mundo botava em cima da minha e tacava fogo. Tinha que pegar as trolhas, deixar só arrasto, ia voltar a dar mais camarão, porque eles não entram no fundo, não pega na coroa. Assim que tinha que ser. (Pescador/a D)

Ainda sobre os pescadores de camarão, foi afirmado pelo gestor, que alguns reagem como bandidos, visto que atacam a guarda marítima durante as abordagens de fiscalização no defeso. Já a comunidade de pesca relata uma série de condutas inadequadas pela fiscalização.

O fiscal prende a rede do pescador e vai vender lá na frente. Esse negócio de prefeitura, essa turma aí, não era pra fazer proibição, era florestal, IBAMA, porque essa turma aí, prende nossa rede aí e vende lá na frente. Tudo errado! Tem um da praia do Sudoeste, policial aposentado, prendia rede e levava tudo pra lá e vende aqui. É perigoso, mexe com um cara desse pra ver se você não morre, tá doido! Guarda municipal correndo atrás de pescador, armado, pá, pá, pá, dando tiro em cima de pescador aí, guarda municipal que nem IBAMA é, prendendo rede, vendendo rede pros outros. (Pescador/a D)

Ano passado, estavam pegando rede aí, não apresentaram pescado na delegacia, simplesmente pegam pronto e acabou, não registram não anotam nada. Cara com arma na mão, você vai fazer o que? Pode ser qualquer um. O troço é tão errado, por exemplo, a fiscalização só poder ser ambiental ou então a florestal, ou isso ou você não entrega a rede. Eu posso muito bem pegar uma lancha com uma camisa preta e aí você vai falar o que? Eles não identificam nada. Aí acontece igual já aconteceu muito aqui, outro dia sua rede aparece na mão de outro, porque eles vendem. Soube que os caras, os aposentados e os reformados da polícia civil vão ajudar a fiscalizar, tudo errado! O certo é a ambiental da cidade e a florestal, eles é que tem que fiscalizar. (Pescador/a F)

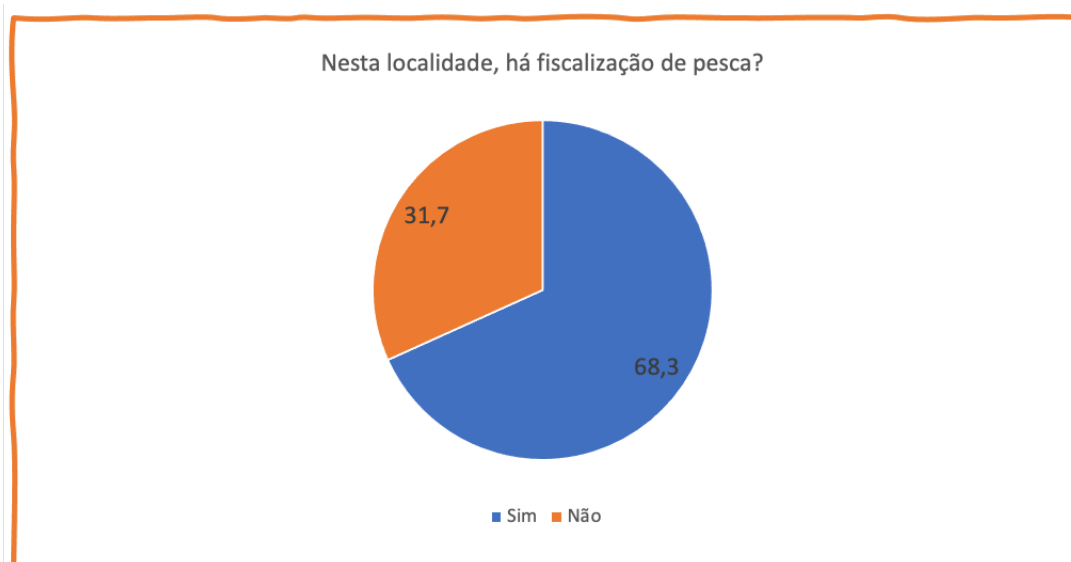


Figura 42: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Nesta localidade, há fiscalização de pesca?"

Em entrevista para o Censo Pescarte (2016), 68,3 % dos pescadores lagunares de Cabo Frio, que correspondem a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, afirmaram que existe fiscalização da pesca na área em que trabalham (Figura 41).



Figura 43: Pergunta Censo Pescarte (2016): "Existem conflitos entre os pescadores os órgãos fiscalizadores?"

Os pescadores também foram questionados sobre a existência de conflitos entre os pescadores e os órgãos fiscalizadores. Segundo o Censo Pescarte (2016), 56,5% dos entrevistados identificaram a existência de conflitos (Figura 42).

Sobre os órgãos que realizam a fiscalização, geradores de conflitos, os respondentes do censo identificaram majoritariamente: o IBAMA, com 38,8%; 17,6% identificaram a polícia ambiental; e 17,6% o IBAMA e a polícia ambiental (Figura 43).

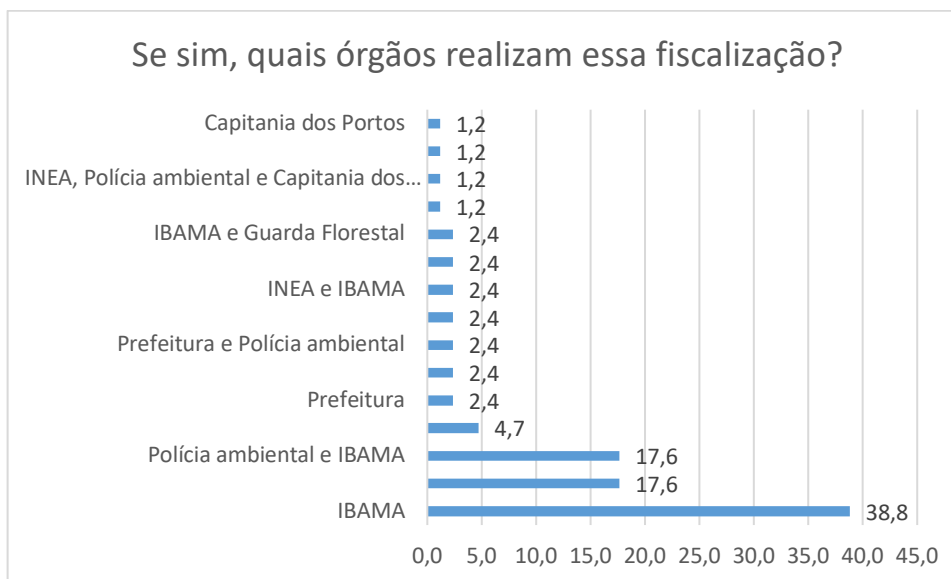


Figura 44: Pergunta Censo Pescarte (2016): “Quais órgãos realizam essa fiscalização?”

Sobre os principais motivos para os conflitos entre os órgãos fiscalizadores e a comunidade pesqueira, 84,2% dos respondentes identificaram o abuso de poder na fiscalização e o período de defeso considerado errado (Figura 44).

As entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa fortalecem essa perspectiva crítica de violação de direitos, aos quais a comunidade pesqueira da Praia do Siqueira tem sido submetida no período de defeso. Houve relatos de que em alguns casos a fiscalização foi realizada por homens armados que não se identificaram em suas abordagens e que ocorreram agressões como tapas no rosto e ameaças aos pescadores que estavam pescando no período de paralisação. Como punição, redes, o camarão pescado e até mesmo celulares foram apreendidos, sem nenhum registro da operação. Os pescadores não denunciaram as frequentes violações sofridas por medo de represália dos supostos fiscais e pelo Estado, visto que essas ações ocorreram no período de defeso.

Os processos de desterritorialização das comunidades tradicionais pelo Estado em um contexto neoliberal, têm “materializado nos territórios (...) uma padronização de violências e conflitos, (...), como intimidações, agressões físicas e verbais, ameaças de morte, tentativas de assassinatos” (RODRIGUES, 2020, p.475).

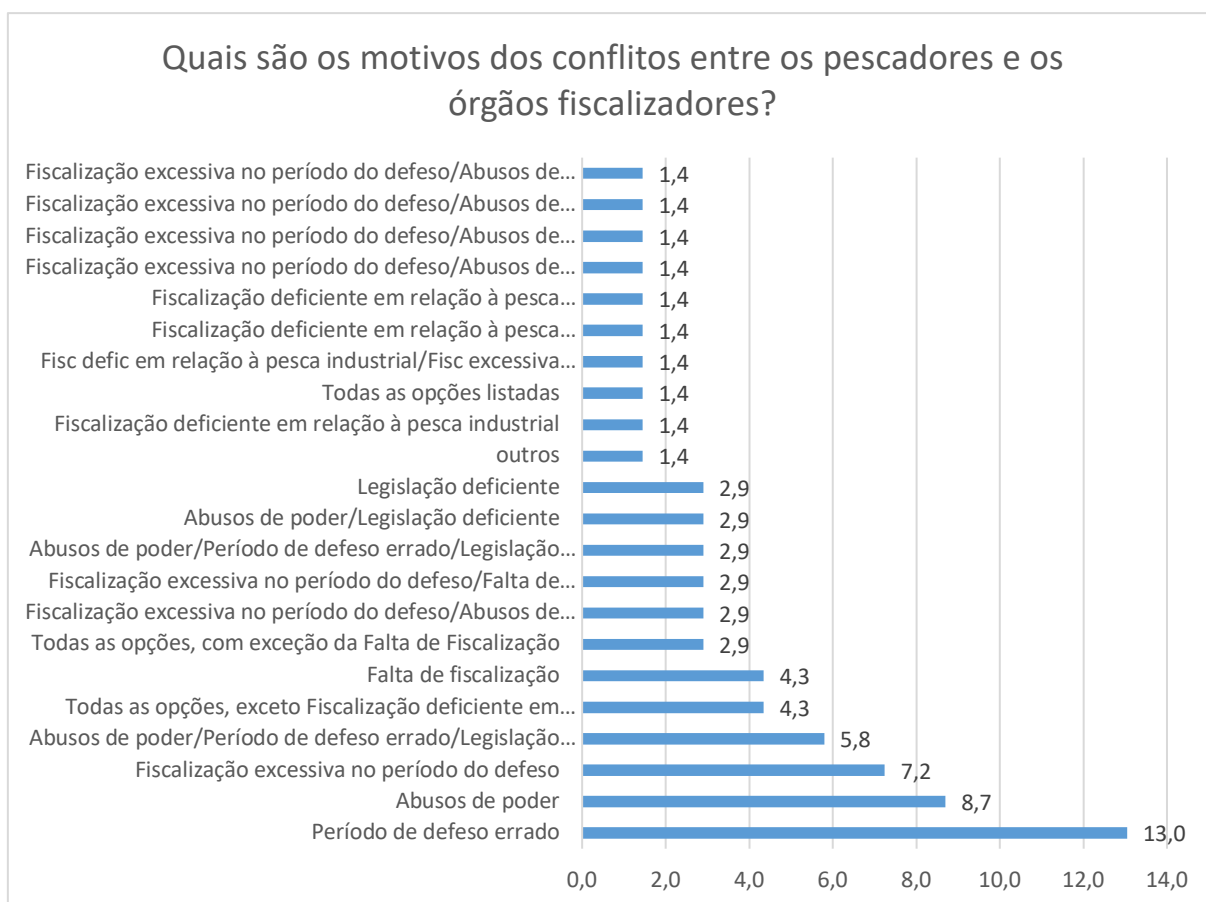


Figura 45: Pergunta Censo Pescarte (2016): “Quais são os motivos dos conflitos entre os pescadores e os órgãos fiscalizadores?”

Esse contexto nos remete ao que Mbembe descreve como necropolítica e necropoder: “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (MBEME, 2018, p.71). Essa conjuntura favorece uma “necropolítica ambiental”, que tem no neoliberalismo um terreno fértil para “forjar acordos que não satisfazem os atingidos, “tratorando” a temporalidade necessária para o debate público democrático” (ZAGATTO, 2020, p.272).

Apesar de um passado recente retratado pela comunidade como mais produtivo e sustentável, principalmente devido ao manejo tradicional, atualmente, a comunidade da Praia do Siqueira é criticada por ambientalistas e por representantes de órgãos ambientais pelo uso de redes de trolha, considerada uma arte de pesca predatória, por capturar grande quantidade de fauna acompanhante e por matar, durante o arrasto no fundo, camarões juvenis.

Sob justificativa de controlar práticas predatórias de pesca, o Estado tem imposto um modelo de ordenamento autoritário, com foco na pesca artesanal, sem incluir devidamente no debate sobre a queda dos estoques de camarão, os impactos produzidos pelas empresas de pesca industrial e pelo despejo de esgoto *in natura* na Lagoa. Paralelamente, no campo argumentativo, trata estes pescadores como predadores, desqualificando seus petrechos, mesmo que tenham um poder de captura muito inferior à pesca industrial.

Apenas com essas informações, seria possível traçar uma analogia com a teoria da Tragédia dos Comuns, pois a propriedade comum dos pescadores, a Lagoa de Araruama, tem sido explorada com uso da rede de trolha, arte de pesca predatória. Contudo, segundo relatos, nem sempre a trolha foi a arte de pesca mais utilizada.

O manejo tradicional detalhado pela comunidade de pesca da Praia do Siqueira, atende aquilo que Diegues (1998) entende como um dos elementos centrais na definição de comunidades tradicionais, que é a existência de um sistema de manejo de recursos naturais, marcado pelos próprios ciclos naturais e revelam a existência de um complexo conhecimento, passado de geração a geração. Foi ressaltado pelos entrevistados que, em um passado recente, a comunidade utilizava majoritariamente a rede de arrasto. Explicaram que antigamente realizavam o “defeso natural”, visto que em noites de lua cheia, ninguém saía para pescar, pois, a claridade da lua fazia com que os camarões se protegessem no fundo da Lagoa, para crescer e se alimentar, sendo um sinal para os pescadores respeitarem o tempo certo de pesca, quando o animal estivesse maior. Outro elemento mencionado, que também funcionava como um manejo do grupo, era a não utilização de tamancos, petrechos de pesca colocados nos pés dos pescadores, para alcançarem mais fundas (as coroas) da Lagoa, onde os juvenis se concentravam para crescer. Os pescadores só capturavam o que estava ao alcance de seus pés, na altura do peito na coluna de água. Contudo, apesar de um passado recente considerado como mais produtivo e sustentável, a comunidade da Praia do Siqueira, é criticada pela utilização de redes de trolha, considerada uma arte de pesca predatória (Figura 45).

Atualmente, com a escassez do camarão, utiliza-se majoritariamente os tamancos e a rede de trolha⁹⁰, mas, em diversos momentos, os pescadores

⁹⁰ Segundo os pescadores da Praia do Siqueira, antigamente, a Tróia era tradicionalmente utilizada pelos pescadores da área três, em São Pedro e Araruama, área maior e mais profunda, o que coloca em questão se essa arte é predatória em qualquer local, ou dependendo da área em que é utilizada.

ressaltaram que se pudessem voltariam a pescar apenas com redes de arrasto, arte de pesca considerada sustentável, pois captura pouca fauna acompanhante.



Figura 46: Diferenças entre as artes de pesca de Arrasto e de Trolha. Registros realizados durante a técnica de turnê guiada. Fonte: Acervo pessoal (2018)

A mudança da arte de pesca de arrasto para trolha, se deu, principalmente, pela atuação da empresa Álcalis e pela ausência de fiscalização do poder público, pois a empresa destruiu importantes criadouros de camarão rosa, localizados na área três da Lagoa, englobando a área de pesca de São Pedro da Aldeia e Araruama. Isso fez com que pescadores dessas localidades que já utilizavam a trolha, buscassem outros locais de pesca, indo então para a Praia do Siqueira, onde predominava a pesca de arrasto.

A Álcalis, instalada no município de Arraial do Cabo na década de 50, tinha como principal atividade a produção de barrilha e sal na região. A empresa, que inicialmente pertencia ao governo, foi instalada no município de Arraial do Cabo e gerou muitos empregos na região, porém impactou significativamente a Lagoa, visto que, ao longo de décadas de atuação, extraiu milhões de toneladas de conchas para produção de barrilha e construiu imensos marnéis⁹¹ para produção de sal (OLIVEIRA, 2013). Os pescadores relatam que, para a construção dos marnéis, foram destruídos

⁹¹ Os marnéis são diques de grande extensão construídos por salineiras e também pela extinta empresa Álcalis, que dificultam a hidrodinâmica de troca de água com o oceano, prejudicando o crescimento tanto de peixes como crustáceos (OLIVEIRA, 2003 *apud* TANGERINO, 2017).

importantes criadouros de camarão, localizados na área três da Lagoa, englobando os municípios de São Pedro da Aldeia e Araruama.

Quando permitiram que a Álcalis construísse um marel de 23 km de extensão e que em alguns pontos chegava a 6m de largura, a Álcalis fechou os criadouros de camarão: Camboinha Pequena, Camboinha Grande, Leão Pequeno, Leão Grande, Coroa Branca e Oliveira chegava até Praia Seca. Aprisionaram aquela água pra ficar mais forte, pra movimentar os equipamentos da empresa. (Pescador/a C)

Assim, a empresa destruiu importantes criadouros de camarão rosa localizados na área três, englobando a área de pesca de São Pedro da Aldeia e Araruama. Isso fez com que pescadores das localidades impactadas buscassem outros locais de pesca indo, então, para a Praia do Siqueira, onde predominava a pesca de arrasto. A rede de trolha é, em média, seis vezes maior que a de arrasto, sendo por isso mais comum na área três, onde é mais extensa e profunda que a área dois. Com a chegada de outros pescadores e de suas imensas redes, os pescadores da Praia do Siqueira entraram em conflito tentando manter seus modos de vida, porém, diante da ausência de intervenção do Estado e sem possibilidades de evitar a pesca de trolha, acabaram por utilizar também essa arte de pesca, não ideal para área dois.

Aqui na Praia do Siqueira não tinha gancho de camarão e nem trolha. A desgraça maior que acabou acontecendo foi que delegado, desembargador, polícia civil, passaram a ser os proprietários de ganchos de pesca, eles pegavam os pescadores mais antigos e ia no cartório e registrava no documento dizendo que o pescador era funcionário dele e trabalhava pra ele, que tinha cedido pra eles os ganchos. Pra piorar a situação, foi quando começou o desenvolvimento do exercício da trolha, vários companheiros vinham botar gancho aqui com metralhadora, escopeta, botavam arame farpado, geladeira, pedra, vidro. Então criou-se a pescaria de trolha aqui. (Pescador/a C)

Um dos pescadores da Praia do Siqueira, conhecido por ser um dos únicos na comunidade com conhecimento para tecer várias artes de rede, afirmou que o melhor período para o defeso seria na época de águas quentes, durante os meses de março, abril e maio. Contudo, para ele, o defeso não serve de nada, pois o que deveria acabar mesmo é a pesca de trolha. Ele entende que seria preciso fazer testes para provar que o defeso está inadequado e que sem uma estatística pesqueira não tem como fazer essa avaliação. Sugere que, no período do defeso, sejam autorizadas as redes de arrasto. Dessa forma, os órgãos ambientais compreenderiam que nesse período o

camarão fica com um tamanho maior. Para ele, essa seria uma forma de provar que, com a rede de arrasto é possível pescar sem destruir o fundo da Lagoa. Foi ressaltado também que, apesar da rede de trolha ser considerada predatória, ela se faz necessária por outros motivos. Segundo os relatos, a rede de trolha arrasta no fundo, mexendo com a lama de esgoto que há anos é despejada na Praia, garantido uma mínima circulação da água e desses contaminantes.

O uso de redes de trolha e tamancos na Praia do Siqueira, petrechos considerados predatórios por órgãos ambientais, prefeituras e ambientalistas também não são desejáveis por parte dos pescadores. O uso desses petrechos, revela muito sobre a inépcia do Estado, que permitiu ao longo das últimas décadas a destruição do território pesqueiro da Praia do Siqueira. A comunidade, sem alternativas, teve que se adaptar às novas condições, renunciando ao manejo tradicional que realizavam. Sem a escuta sensível para dialogar com a comunidade, muitos gestores apregoam falsas características aos pescadores, como se fossem inconscientes e predadores, o que é uma falácia, visto que, o uso dos petrechos é um processo histórico que só pode ser compreendido a partir das narrativas do grupo, prática desconsiderada hegemonicamente pelos tomadores de decisão do Estado.

A profa. Susana Noronha, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, traz importantes reflexões sobre a discussão da cultura material, que em sua pesquisa, foi realizada no âmbito da doença oncológica. Noronha (2018), utiliza a metodologia da escrita criativa para colocar em tela como objetos, ideias, sensações, emoções e gestos são indivisíveis e como é interessante que sejam analisados pelo que ela compreende como a “terceira metade das coisas e do conhecimento”. Essa abordagem busca trazer uma compreensão alargada do que significa a experiência oncológica, por meio da arte, para promover a troca e a resignificação de experiências, que vibram a terceira metade que une quem parte, quem resiste, quem luta junto e toda a sociedade. As possibilidades que a abordagem teórica e metodológica da “terceira metade das coisas e do conhecimento” traz são importantes, pois reforça a soma indivisível, portanto, nosso papel como sociedade para com uma maior compreensão, empatia e luta por políticas públicas, que tornem essa experiência de doença oncológica a mais humanizada e ética possível.

No âmbito da pesquisa com a comunidade da Praia do Siqueira, acredito que a escuta sensível e as relações de confiança estabelecidas, tenham permitido um acesso a experiências vividas pelos pescadores que retratam um histórico de muitas

injustiças e sacrifícios. Há décadas o território da Praia do Siqueira tem sido utilizado como zona de sacrifício para o estabelecimento de empresas capitalistas que: devoraram seu fundo, cheio de conchas, para utilizar como insumo industrial; despejaram e despejam esgoto *in natura*, além de produtos químicos não identificados em suas águas, tudo com anuência do Estado. E como a história é contada pelos vencedores, os que conhecem a Praia do Siqueira, baseados em uma leitura rasa da realidade, ao verificar a poluição do corpo hídrico e as malhas pequenas que os pescadores utilizam, identificam os pescadores culpados de toda a problemática em curso. Mas, aos que se permitem conectar com a terceira metade das coisas e do conhecimento, os problemas são historicizados, o que possibilita um entendimento mais qualificado sobre as origens e as consequências dos temas pautados. Com informações qualificadas, a partir das narrativas dos grupos historicamente subalternizados é possível vislumbrar a criação de uma agenda pública, voltada para justiça cognitiva e social. Assim, a diminuição das malhas das redes de pesca, que acabam capturando peixes e crustáceos juvenis, expressam o aumento da injustiça ambiental no território pesqueiro da Praia do Siqueira, ocupado por empresas, estas sim, predatórias sob conviência do Estado.

Outra metodologia utilizada, foi a observação participante (observada) em três cerimônias de abertura do defeso da Lagoa de Araruama, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

5.6- Observação participante observada

Valladares (2007), em sua resenha sobre o importante trabalho intitulado “Sociedade de Esquina”, desenvolvido por William Foote Whyte (2005), considerado um dos clássicos para quem pretende utilizar o método da pesquisa participante, destaca alguns pontos considerados como essenciais para caracterizar a pesquisa como tal. A autora relata como o pesquisador se inseriu, na década de 30, em um dos locais considerados mais perigosos da cidade de Boston, nos Estados Unidos da América. No trabalho, Whyte discute a existência de ideias preconcebidas sobre o local, considerado perigoso e habitado por marginais e o conhecimento que alcança a partir do momento em que extrapola o “ouvir dizer” e adentra com o apoio do que ele definiu ser um “Doc”, ou seja, um informante-chave no bairro.

Segundo o autor, o "Doc" é um ator fundamental para que o pesquisador tenha acesso à comunidade, visto que, atua como um intermediário ajustando a entrada do pesquisador no campo, defendendo-o quando preciso, detalhando e apresentando a outros membros do grupo e permitindo, assim, o acesso às informações (VALLADARES, 2007). Em nossa pesquisa, consideramos importante o ponto de atenção destacado por Fasanello *et al* (2018), sobre o uso de perspectivas metodológicas convencionais que podem ser direcionadas ao "doc", ou para os grupos em geral, que os reduz a objetos portadores de informações disponíveis para serem pesquisadas. Os autores destacam que sob o âmbito das metodologias colaborativas não extrativistas, o pesquisador não apenas coloca em tela diferentes perspectivas, como também, de forma horizontal, confere um estatuto de legitimidade aos conhecimentos dos grupos sociais com os quais atua (FASANELLO *et al*, *idem*).

Voltando ao trabalho realizado por Foote Whyte, ressaltamos que o pesquisador se manteve no bairro por três anos e, em seguida, dedicou-se a escrever seu livro. Valladares (2007) destaca que o livro representa um guia de grande relevância para os que pretendem trabalhar com a observação participante em sociedades complexas. O autor elenca 10 orientações para que seja possível colocar em prática a técnica em questão, sendo: 1. trata-se de um processo longo e é necessário um tempo mais longínquo para a negociação da entrada do pesquisador no campo, sendo preciso realizar uma fase exploratória; 2. o pesquisador precisa estar preparado para lidar com situações inesperadas. Não é um agente esperado pelo grupo pesquisado e desconhece grande parte das relações hierárquicas e de poder que envolvem o grupo; 3. implica necessariamente na interação entre o pesquisador e o pesquisado. Contudo, por mais confiança e abertura que se crie, isso não significa que o pesquisador tenha se tornado nativo; 4. o pesquisador deve assumir e reafirmar quando necessário as diferenças existentes entre ele e o grupo; 5. não se faz observação participante sem um "Doc", ou seja, o informante-chave que intermediará o acesso do pesquisador às pessoas da localidade; 6. o pesquisador deve ter consciência de que ele mesmo é observado pela comunidade, ou seja, enquanto ele observa, está sendo sempre observado; 7. o pesquisador deve saber ouvir e escutar, observar os momentos mais interessantes para perguntar e para não perguntar. Em certos momentos, não será preciso entrevistar formalmente para coletar informações, pois as mesmas, com o avançar da pesquisa, surgirão sem que seja preciso um grande esforço; 8. o pesquisador deve ter uma disciplina e rotina no campo, mantendo suas notas e caderno

de campo sistematicamente; 9. os silêncios, recusas, desacertos no trabalho de campo, devem servir como aprendizado e serem aproveitados pelo pesquisador; 10. o pesquisador deve ter consciência de que sofrerá cobranças da comunidade envolvida na pesquisa, sobre os fins relacionados aos estudos realizados e em que medida trarão vantagens para o grupo (VALLADARES, 2007).

Assim como Valladares (2007) destaca nos pontos 1 e 2, sob a perspectiva das epistemologias do Sul, a investigação sempre é autorizada pelo grupo em causa, ainda que o pesquisador se coloque no sentido de investigar-com e não sobre (SANTOS, 2019). Sobre o item 7 destacado por Valladares (2007), Santos (idem) ressalta que a maior dificuldade reside na observação mútua, entre o(s) grupo(s) e o investigador, visto que, não existe observação participante sem necessariamente haver uma observação participante observada. A postura dialógica de uma observação participante observada, requer uma perspectiva sobre o processo educativo, de que tanto o pesquisador, como os grupos sociais são sujeitos cognoscentes, em um ato cognoscente baseado em uma horizontalidade (FREIRE, 1987), em uma objetividade-entre-parênteses, em que os diferentes domínios cognitivos são legítimos, pois operam em diferentes domínios de coerências (MATURANA, 2009).

Santos destaca a importância de acordos de convívio que coloquem em tela a perspectiva de uma observação participante observada, visto que, “os benefícios são mútuos e que as expectativas quanto aos contributos para o fortalecimento do grupo devem ser realistas” (SANTOS, idem, p.227).

Parte das informações aqui discutidas são resultantes de 6 anos de contato que tive, tanto como educadora, como pesquisadora, com as comunidades pesqueiras do Município de Cabo Frio e com maior frequência, com os pescadores e as pescadoras da Praia do Siqueira.

Foi no projeto REMA, em 2013, que conheci uma jovem pescadora de camarão do bairro da Praia do Siqueira, que em várias oficinas relatou que o período de defeso do camarão estava implementado em um período inadequado. Essa jovem pescadora, que aqui chamaremos de Silvia, foi essencial para que eu pudesse estabelecer elos de confiança com o grupo de pescadores artesanais da Praia do Siqueira. Durante as participações de Silvia no projeto REMA e posteriormente no Pescarte, nos tornamos amigas. Em muitas das conversas que travamos sobre a pesca artesanal na Lagoa, tanto em momentos de lazer, como em ações realizadas nos projetos, Silvia relatou as dificuldades que ela e sua família viviam para conseguir exercer a atividade da pesca.

Eram constantes as reclamações sobre o período de defeso do camarão inadequado e a poluição da Lagoa de Araruama, principalmente na área onde ela mora, na Praia do Siqueira.

Silvia também contou que, por ser mulher, teve que insistir para conseguir pescar junto ao seu pai. Ela explicou que sempre pedia para pescar e que o pai negava, até o dia em que faltou um pescador necessário para compor o grupo que pescava de trolha com ele e Silvia, finalmente, teve sua primeira chance de pescar camarão. Sílvia é uma das poucas mulheres pescadoras na Praia do Siqueira que exerce sua atividade diretamente na água, visto que, a maioria das mulheres pescadoras atuam descascando o camarão para os atravessadores. Sílvia é uma pescadora muito querida e respeitada na Praia do Siqueira. Ela explicou que pelo fato de todos se conhecerem no bairro e de alguma forma terem parentes em comum, ela se sente à vontade naquele território.

Acrescento que, diante do grau de confiança que Silvia possui na comunidade, ela me apresentou muitos outros pescadores e pescadoras da localidade, principalmente os mais antigos, o que me permitiu ampliar o olhar sobre a questão estudada na tese. Outros laços de confiança se estabeleceram nos últimos 7 anos, o que possibilitou minha participação em uma série de reuniões relacionadas ao ordenamento pesqueiro e a outros temas considerados relevantes, como: a despoluição da Lagoa de Araruama; mudanças na documentação necessária aos pescadores e pescadoras para acessarem seus benefícios sociais e processos burocráticos relacionados a cadeia produtiva de pescado, entre outros.

5.6.1- A celebração insensata de uma gestão descolada da realidade

Buscando entender como o ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama tem sido implementado atualmente e como a comunidade da Praia do Siqueira se relaciona nesse contexto, participei das reuniões anuais de abertura do defeso, em 2017, 2018 e 2019, e utilizei a técnica que Valladares (2007) conceitua como observação participante observada.

Em 14/08/2017, foi realizada a reunião de Acordo de Cooperação Técnica para Fiscalização Integrada no período de defeso da Lagoa de Araruama, no salão Real na Prefeitura de Iguaba Grande. A mesa do evento contou com a presença de representantes: da Associação de Pescadores Tradicionais da Praia da Baleia; das Concessionárias de abastecimento e saneamento atuantes na Região dos Lagos;

Secretaria de Agricultura de Iguaba Grande; Secretaria Municipal de Agricultura de Araruama; Secretaria de Pesca de São Pedro da Aldeia; Secretaria de Meio Ambiente e Pesca de Araruama; Guarda Marítima; Consórcio Intermunicipal Lagos São João. A reunião teve início com as boas-vindas de representantes da secretária executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ - que salientou a importância da atividade para a oficializar a fiscalização integrada pela Guarda Marítima e formalizar o convênio proposto pelo CILSJ, de cooperação técnica para fiscalização da Lagoa no Defeso. O termo de cooperação técnica, confere um respaldo legal para a fiscalização integrada no período de defeso, entre os municípios do entorno da Lagoa de Araruama.

Representantes do CILSJ ressaltaram a importância das concessionárias de abastecimento e saneamento atuantes na região, para recuperação da Lagoa de Araruama. Seguindo a atividade, a palavra foi concedida a um dos representantes da guarda marítima, que destacou o empenho de sua equipe em repreender os “oportunistas” que não respeitam o período de defeso da Lagoa. Afirmou também, que a guarda trabalharia no sentido da conscientização dos pescadores, para que a Lagoa continue melhorando, permitindo que as pessoas possam viver da pesca. Ressaltou a importância da integração entre os batalhões e que iria trabalhar sempre em parceria com os demais. Em seguida, a palavra foi concedida ao secretário de Meio Ambiente de Cabo Frio, que salientou a importância de uma gestão da Lagoa, que é uma mola propulsora da economia da região, tanto na área do turismo como na pesca.

O próximo a falar, foi o representante da prefeitura de Araruama, que agradeceu o convite e destacou a importância de uma fiscalização integrada da Lagoa para “corrigir” quem infringe a lei. Chamou atenção para a necessidade de uma fiscalização firme, pois a ideia não é prender o pescador, mas dar orientação. Nesse sentido, relatou que a Colônia de Pescadores de Araruama realizou palestras com mais de 200 pescadores a respeito do defeso. Em seguida, falou o comandante da 8ª Unidade de Policiamento Ambiental, que afirmou que sua unidade pretende cooperar ativamente na fiscalização e que não mediria esforços para melhoria da saúde da Lagoa. Dando sequência, o secretário de governo de São Pedro agradeceu a Deus a oportunidade de aprendizado no encontro e destacou a crise política, econômica e moral do Brasil e que, na História, a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco. Ele concordou com a importância da fiscalização, porém, ressaltou que os

governantes devem analisar de perto as necessidades dos pescadores, a fome nas comunidades pesqueiras e que seria preciso oferecer mais educação para que a Lagoa continuasse cada vez mais bonita. O secretário salientou a necessidade de se respeitar a natureza e tornar os pescadores agentes transformadores, respeitadores da lei. Para ele, apesar dos pescadores possuírem um conhecimento diferenciado dos demais, eles precisam cumprir a lei. A palavra foi passada então ao vice-prefeito de Iguaba que relatou ter viajado muitas vezes à Brasília para lutar pela implementação do defeso. Segundo o gestor, atualmente, o defeso não conseguiria ser implementado. Contudo, para ele a fiscalização se tornou mais fácil, pois os pescadores estão a favor para que a proibição dê certo.

Um dos representantes do CILSJ e presidente da Associação de Pescadores da Praia da Pitória, solicitou a palavra e relembrou a luta de muitas lideranças presentes na reunião para implementação do defeso. Destacou que a importância de se perpetuar a cultura da conservação e que nesse sentido, lutou pelo ordenamento, ainda que muitos pescadores fossem contra. Para o representante, hoje em dia, esses mesmos pescadores entendem a importância de se proteger a Lagoa. Para ele, existe uma nova cultura de preservação, visto que, a Lagoa gera riqueza de 1,5 milhão de reais só com a pesca. Também questionou o grupo sobre a existência de alguma empresa na região capaz de empregar tantas pessoas e possuir importância econômica, social e cultural como a Lagoa.

Foi enaltecido, pelo mesmo, o treinamento que as equipes de fiscalização fizeram para conhecerem bem o ambiente em que vão fiscalizar e que a ideia é estar presente no flagrante, antes do pescador cometer o crime, ou seja, antes mesmo de se colocar o pé na água, pois o objetivo final dessa fiscalização não é prender. Dando seguimento, o secretário de pesca de Iguaba Grande afirmou entender as dificuldades do pescador em trazer o peixe até a mesa da população, mas que o mesmo acontece com os guardas que se arriscam em sua jornada de trabalho. Para ele, o pescador que sai na calada da noite para pescar no defeso não é pescador, mas, sim, bandido. Por fim, a prefeita de Iguaba Grande e presidente do CILSJ afirmou que os pescadores são pessoas idôneas e que a integração na fiscalização antes era um compromisso de fato e, agora, com a oficialização, de direito. Agradeceu o empenho de todos na preservação da joia da região dos Lagos, que é a Lagoa de Araruama. Para a prefeita, os municípios devem manter essa integração, pois a dificuldade de um pode afetar o outro. Destacou o viés pedagógico que seria utilizado pela UPAM, para que a

abordagem na fiscalização fosse bem compreensiva. Pediu desculpas aos presentes pelo convite para reunião ter sido enviado muito às pressas. A prefeita novamente elogiou a linda profissão dos pescadores, que é realizada com muita luta e amor, e criticou os pescadores que não respeitam o defeso, pois esses não respeitam e amam a Lagoa. Para ela, é preciso plantar a semente nos pescadores, dar o pão, mas também dar educação. Ela afirmou saber que o defeso é pouco para que uma família passe todo o mês, contudo, se o seguro-defeso é dado, então, é preciso cobrar os pescadores para que cumpram a lei. A reunião foi finalizada com a prefeita agradecendo o apoio dos representantes do CILSJ pela mediação na reunião.

Cabe destacar que, minha presença foi notada e fui questionada pessoalmente por um dos prefeitos presentes sobre meu interesse na reunião. Não havia pescadores da Praia do Siqueira na atividade, que contou com a presença majoritária de representantes do poder público e da Unidade de Policiamento Ambiental - UPAM. Membros do CILSJ anunciaram que a fiscalização realizada teria um viés pedagógico para conscientizar os pescadores que burlassem a lei, considerados como "bandidos". Em nenhum momento foi mencionado a pesca de camarão. O enfoque foi totalmente direcionado ao aumento de produção da tainha, como símbolo do sucesso do ordenamento pesqueiro em curso.

Em 31/07/2018, a reunião de abertura do defeso da Lagoa de Araruama ocorreu na prefeitura de Cabo Frio e contou com representantes das seguintes instituições na mesa de abertura: Prefeitura de Cabo Frio, Ministério Público Federal - MPF - Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio, Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ. Estavam presentes, também, membros da comunidade de pesca da Praia do Siqueira, que no âmbito do PEA Pescarte, foram incentivados a comparecerem no evento junto com a equipe municipal. Ainda que fosse novamente conferido a UPAM o papel de salvaguarda da Lagoa contra a pesca ilegal, o prefeito de Cabo Frio cobrou do CILSJ uma atenção especial com relação ao período de defeso do camarão, visto que, muitos pescadores apontavam uma inadequação do ordenamento pesqueiro. O prefeito afirmou que, por ser médico, entendia o defeso como um ato de prevenção, para se evitar doenças, ou, nesse caso, problemas mais graves à Lagoa, que atingiriam principalmente os tradicionais pescadores artesanais, trabalhadores de grande importância para a cidade. Avisou que não poderia continuar até o final da reunião, mas que somaria todos os esforços para apoiar a classe pesqueira e proteger a Lagoa.

Em seguida, representantes do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ - destacaram a importância da fiscalização da Lagoa de Araruama e seus avanços nos últimos anos, mesmo sem os recursos necessários para atuar de forma efetiva. Foi realizada uma apresentação de *Power Point* (Figura 46), com as principais artes de pesca da Lagoa e o histórico de luta dos movimentos sociais para sua despoluição.

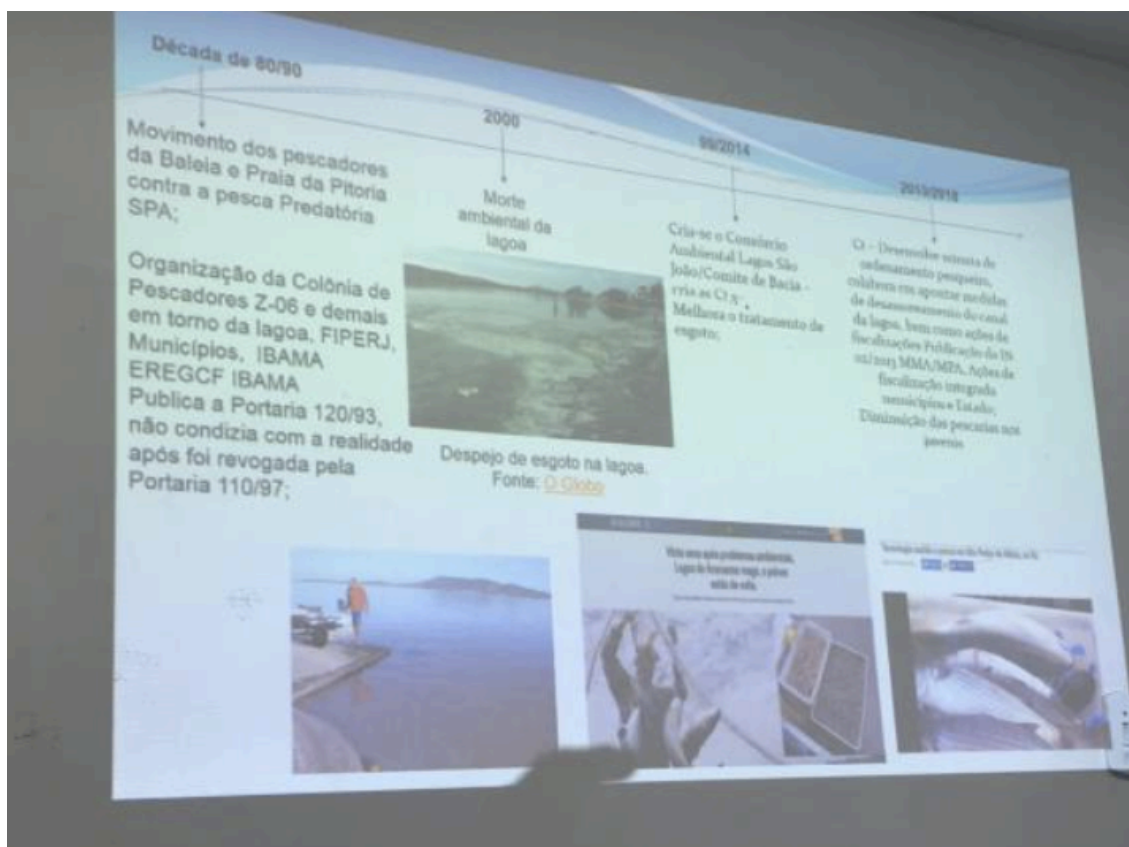


Figura 47: Apresentação de Power Point do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ

Dando prosseguimento, foi exibido um vídeo produzido pelo CILSJ, com uma dinâmica de preparação da guarda ambiental para atuarem de forma conjunta e articulada no período de defeso. A dinâmica consistiu na guarda ambiental disposta em círculo, com representantes de todos os municípios do entorno da Lagoa. Na oportunidade, cada participante segurava um pedaço de um rolo de barbante, que era jogado por alguém do grupo, até todos formarem uma rede. No centro da rede foi amarrada uma caneta e o objetivo era que apenas um participante ficasse de olho aberto e guiasse os outros, que estavam de olhos fechados, a se movimentarem de forma a encaixar a caneta em uma garrafa no chão. O vídeo foi finalizado com o grupo alcançando a meta. A apresentação recebeu aplausos.

Outro vídeo exibido, apresentou uma degustação realizada em um restaurante flutuante na Lagoa, que tinha como prato principal a Tainha. Representantes do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ - explicaram que a melhora na Lagoa era visível e que a Tainha estava sendo vendida para vários restaurantes no Rio de Janeiro, servida como comida japonesa, um verdadeiro sucesso.

Em seguida, a fala foi disponibilizada para que os participantes da reunião pudessem realizar suas contribuições. Vários pescadores colocaram a necessidade prioritária de controle da poluição na Lagoa de Araruama e em relação a mudança no período do defeso. Um pescador afirmou que muito se fala na importância do defeso, mas que vê, com seus próprios olhos, obras irregulares serem construídas em Áreas de Preservação Permanente, com lançamento de esgoto na Lagoa e nada ser feito. Afirmou também que ele e outros pescadores, diariamente, pisavam em uma lama gosmenta que causava coceira, oriunda do esgoto lançado na Lagoa.

O representante do Ministério Público solicitou que os pescadores entrassem em contato com o órgão, para que pudessem analisar as medidas cabíveis, mas ressaltou que o foco da reunião era o defeso e que, por isso, seria importante se ater a temas dentro do objetivo da reunião. Aproveitando o momento, alguns pescadores reforçaram à necessidade de revisão do período de defeso, pois se sentiam prejudicados. Um pescador alegou que o período de defeso só beneficiava os pescadores de peixe, pois ficavam livres para pescar a tainha ovada. Um pescador alegou que a realidade não estaria como no vídeo apresentado pelo CILSJ, principalmente no que se refere à venda de pescado da Lagoa para restaurantes. Ele explicou que os peixes de fundo, como a perumbeba e a carapeba, estariam desaparecendo, pois eram diretamente afetados pela poluição da Lagoa que se depositava no fundo e que, somente a Tainha, por ser de superfície, seria menos afetada.

Alguns pescadores mencionaram a importância de criar uma Secretaria de Pesca, visto a importância da atividade na região. Um pescador destacou o atual nível de desemprego na cidade e no Brasil e que muitos desempregados têm se aventurado na pesca, assim, seria preciso um controle para conferir viabilidade ao setor. O Secretário de Meio Ambiente afirmou concordar com a fala dos pescadores sobre o assunto e que acreditava que tanto a pesca como o meio ambiente deveriam receber maior atenção na nova gestão do município.

Outro tema destacado pelos pescadores foi a necessidade de lacrar e demarcar os petrechos de pesca apreendidos durante as fiscalizações na Lagoa. Um pescador denunciou ver constantemente materiais apreendidos serem vendidos à outras pessoas, quando, na verdade, deveriam ser confiscados e devolvidos mediante pagamento de fiança. O Secretário de Meio Ambiente afirmou que se dedicaria a compreender melhor essa questão para atuar de forma adequada. Após a fala do público, representantes do CILSJ salientaram que se fossem criados dois períodos de defeso configuraria uma situação prevista na lei, denominada de “pesca alternativa”, dessa forma, nenhum pescador lagunar teria direito ao seguro-defeso. Houve algumas falas dos presentes que não queriam seguro-defeso, mas, sim, trabalhar.

Um pescador solicitou novamente a fala e destacou entender a importância da fiscalização, mas que nas atuais condições o pescador seria muito prejudicado, pois fica quase 6 meses sem conseguir pescar, visto o período de defeso estar inadequado. Reclamou também que, frequentemente, o seguro- defeso demora a ser depositado e que a fiscalização tem sido autoritária e agressiva, ficando difícil para o pescador perceber se a abordagem é feita por um fiscal autorizado, ou por milícia. Os representantes do Ministério Público e do CILSJ se colocaram à disposição para discutir tais pautas. Um dos representantes do CILSJ destacou que a guarda ambiental não age dessa forma e que, provavelmente, são pessoas se passando por fiscais.

Cabe destacar que, ao longo da reunião, membros da comunidade da Praia do Siqueira aproveitaram o momento para reforçar a urgência da alteração do período de defeso. Diante das manifestações que se avolumavam, o representante do Ministério Público se comprometeu a discutir, posteriormente, as pautas consideradas mais problemáticas.

Já a abertura do defeso no dia 31/07/2019, foi realizada em São Pedro da Aldeia, em um espaço aberto às margens da Lagoa de Araruama. Uma grande faixa com os dizeres “Não ao defeso do camarão” foi amarrada pelos pescadores nas árvores, antes do início da reunião, ao lado de um banner da Colônia Z4 de Cabo Frio (figura 47), que apoiou a manifestação.



Figura 48: Faixa contendo os dizeres “Não ao defeso do camarão”, criada por representantes da comunidade da Praia do Siqueira, com apoio da Colônia Z4 de Cabo Frio. Fonte: Acervo pessoal (2019)

Diferentemente dos anos anteriores, a maior parte dos presentes eram pescadores, tanto de São Pedro da Aldeia como da Praia do Siqueira. Nas cadeiras, posicionadas embaixo de uma pequena tenda, próximas a um púlpito com microfone, estavam adesivados os nomes de vereadores, repórteres, entre outros convidados, que teriam conforto garantido para participarem da reunião. Contudo, não havia cadeiras suficientes para os pescadores que, em pé e sob o sol, aguardaram o anúncio de que à meia noite daquele dia, quem colocasse o pé na Lagoa seria considerado bandido. No início da reunião, foi informado aos pescadores a conquista de um pequeno recurso para apoiar a fiscalização e que seriam comprados lanches modestos para os guardas ambientais, incluindo suco, sanduiche e fruta. O grupo de pescadores incrédulos se revoltou e duas reações foram emblemáticas. A primeira, foi quando um senhor apontou o dedo para um dos guardas ambientais e afirmou ter sido agredido pelo jovem, no período de defeso anterior, com um tapa no rosto. Outra situação crítica foi o momento em que os pescadores reclamaram sobre o recurso previsto para o lanche da guarda marítima, enquanto muitos deles passam fome. Como resposta à manifestação do grupo, os organizadores orientaram que os pescadores comessem o lanche disponibilizado para o evento. Após essa fala, a atividade foi encerrada em meio a uma completa indignação dos pescadores.

Para Bordenave (1983), a participação envolve duas questões chaves: o grau de controle dos membros sobre as decisões e a importância das decisões que se pode participar. O autor categorizou a participação em diferentes níveis: da mais precária para mais consolidada, baseado no maior, ou menor, controle dos membros nas decisões (Figura 48). Consideramos que o contexto aqui analisado ocupa o menor grau de participação, definido por Bordenave como nível de "informação". Nesse grau, a reação não é tolerada, e "os dirigentes informam os membros da organização sobre decisões já tomadas" (idem, p.31, 1983).

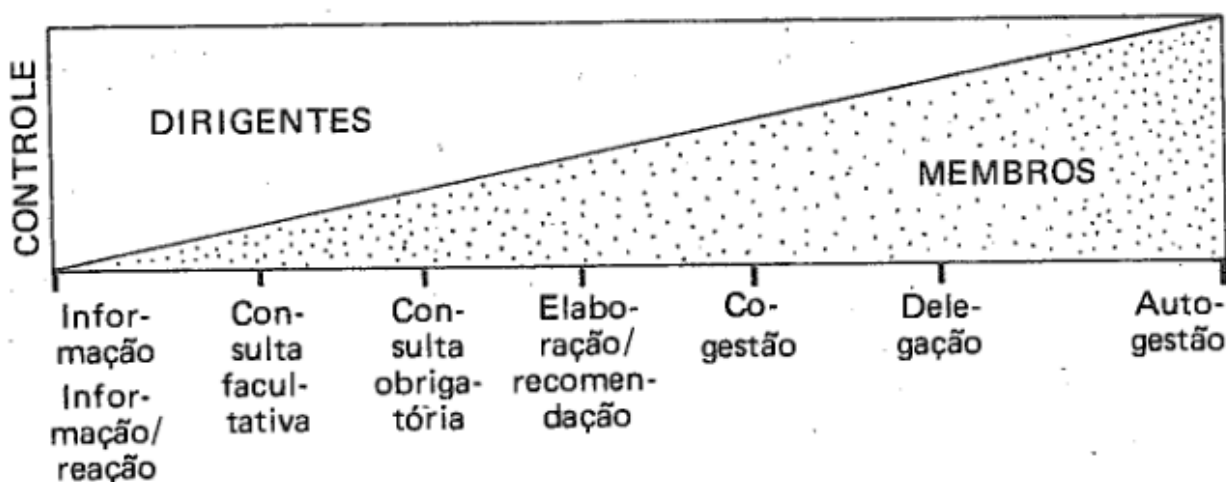


Figura 49: Os graus e níveis de participação por Bordenave

As cerimônias de abertura do defeso são reuniões proforma intencionalmente organizadas para não participação dos grupos atingidos pela medida. O evento realizado em 2017, nem sequer se propôs a alcançar os principais interessados na discussão, os pescadores artesanais e, em 2018 e 2019, apesar de estarem presentes, as comunidades pesqueiras e os pescadores não foram ouvidos adequadamente.

Para Neto *et al* (2016), toda a mobilização para impedir o avanço da degradação ambiental da Lagoa foi acompanhada de interesses de mitigação desses impactos, de forma a não comprometerem uma das atividades econômicas mais lucrativas da região, o turismo, ficando a pesca artesanal em segundo plano. Os gestores públicos entrevistados para a pesquisa explicaram que havia uma preocupação maior com o saneamento básico, por parte dos municípios sem limites territoriais com o mar, sendo destacados Araruama⁹², Iguaba e São Pedro da Aldeia,

⁹² Araruama possui contato territorial com o mar no distrito de Praia Seca.

por serem dependentes exclusivamente do turismo realizado na Lagoa de Araruama. Além disso, como salienta Silva (2014), nesses mesmos municípios, a pesca artesanal é desenvolvida na Lagoa, enquanto os demais municípios contam também com a pesca marítima. Esses municípios são exaltados pelos gestores representantes do Comitê de Bacias Lagos São João e das prefeituras como símbolos de melhora considerável na balneabilidade da Lagoa de Araruama, enquanto a Praia do Siqueira, no município de Cabo Frio, segundo a comunidade local, tem sido invisibilizada justamente por ser um dos piores pontos em relação a qualidade de água na região.

Tanto nas entrevistas, como na observação participante observada, identificamos as narrativas dos pescadores da Praia do Siqueira, denunciando que a definição do período de defeso na safra do camarão privilegiou os municípios (os mesmos citados acima) em que as principais espécies pescadas são os peixes.

No caso estudado, as informações nos levam a crer que a negociação sobre o período de defeso com o MPA privilegiou o ciclo do peixe, não por embasamento científico, ou por valorização do conhecimento das comunidades pesqueiras, mas, sim, por motivos políticos, visto que, os gestores públicos envolvidos com o processo, em sua maioria, possuíam vínculos institucionais com os municípios de Araruama, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, locais onde o camarão não é espécie alvo.

Muitas questões importantes com relação a gestão da pesca artesanal na Lagoa de Araruama são problematizadas na dissertação produzida por Silva (2014), que, buscou analisar “O papel da câmara técnica de pesca do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, na gestão da pesca artesanal da Lagoa de Araruama”. Segundo Silva (2014), a prioridade dos prefeitos dos municípios do entorno da Lagoa de Araruama não incluiu devidamente a pesca artesanal. Sem incentivo e estrutura suficientes, a Câmara Técnica de Pesca - CTP - existente no Comitê Intermunicipal Lagos São João - CILSJ - apresenta graves limitações relacionadas a representação das comunidades pesqueiras, o que influencia em sua incapacidade sob os moldes atuais, de implementar uma co-gestão pesqueira no ordenamento da Lagoa de Araruama (idem, 2014). Para o autor, o ordenamento realizado pela CTP é meramente consultivo, visto que:

(...) o poder público apenas consulta a sociedade, mas toma as suas decisões de modo arbitrário. Tal modelo se distancia do aspecto de construção da cidadania e do desenvolvimento da autonomia da classe trabalhadora dado por Oliveira (2001), impossibilitando, de fato, a gestão compartilhada dos recursos de uso comum na localidade. Dessa forma, se faz urgente a mudança de regime de co-manejo na localidade para se conseguir enfim resolver os problemas da pesca (idem, 2014, p.142).

Outra questão que fragiliza o ordenamento pesqueiro na região se relaciona a forma como a gestão do Comitê e do Consórcio é atravessada por prioridades dos governos locais e que colocam em segundo plano a gestão da pesca artesanal na Lagoa de Araruama (idem, 2014).

Em nossa perspectiva, o processo de gestão foi desde o início problemático, visto que, o Estado, ao esquadrihar a Lagoa de Araruama em três áreas, contendo regulações específicas, sem a devida participação das comunidades pesqueiras, estabeleceu uma cartografia abissal geradora de injustiças ambientais (SANTOS, 2018). Logo, para uma gestão ambiental pós-abissal, é preciso fazer um remapeamento do ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama, como proposto por Cordell (2000), que incluía a dimensão cultural e social das comunidades de pesca artesanal, em especial, da Praia do Siqueira.

Nesse sentido, buscando romper com um ordenamento abissal, autoritário e centralizador, Silva (2014), sugere nas considerações finais de sua dissertação, que o modelo de gestão desempenhado pela Câmara Técnica de Pesca - CTP - do CILSJ, seja substituído por um fórum, aos moldes do Fórum da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, ou por uma RESEX, como a RESEX Marinha do Arraial do Cabo. Para o autor, é fundamental que o atual modelo de gestão se torne mais participativo e incluía verdadeiramente as comunidades pesqueiras da região nas tomadas de decisão sobre seus territórios.

Além de uma gestão mais participativa, é preciso que as comunidades pesqueiras sejam valorizadas com o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal, pois o setor é estratégico na região para a geração de trabalho e renda. Para Silva (2014), o modelo cooperativado é interessante para agregar valor ao pescado e, assim, possibilitar que as comunidades pesqueiras em vulnerabilidade social consigam apoio para enfrentar o contexto cada vez mais precarizado do trabalho. Por fim, Silva (2014) chama atenção para o cenário de extrema pobreza em que vivem grande parte das famílias de pescadores e pescadoras do entorno da

Lagoa de Araruama e destaca que, fortalecer a pesca é um mecanismo efetivo de redução de pobreza, como explica:

Ao desenvolver com eficácia a pesca de pequena escala, os pescadores artesanais estão contribuindo para o bem estar das suas famílias e para o desenvolvimento local, por meio do fornecimento do pescado com qualidade, valor agregado e com o ganho adequado. Porém, acima de tudo, estarão realizando (UGÁ, 2004) as suas próprias vidas com a virtude política da cidadania, tão intencionalmente aliada dos processos de gestão e desfrute da coisa pública (SILVA, 2014, p.147).

Diante da importância das análises de Silva (2014), para uma transformação no contexto de vulnerabilidade social das comunidades pesqueiras do entorno da Lagoa de Araruama, destacamos o PEA Pescarte como um projeto que tem fortalecido a organização social de comunidades pesqueiras artesanais, dentre elas a da Praia do Siqueira. Acreditamos que o fortalecimento da organização social do grupo, principalmente para a reivindicação de revogação do período de defeso, seja, em parte, resultado da participação de membros da comunidade nos PEAs desde 2014.

No âmbito do Pescarte, o grupo conheceu e estudou os principais documentos reguladores dos projetos, bem como as linhas de ação existentes na nota técnica 01/10 e foram informados sobre os demais Projetos de Educação Ambiental - PEAs - atuantes no município. A identificação do grupo com os vários objetivos dos PEAs foi tamanha que foi solicitado pelos pescadores que as equipes técnicas dos PEAs não marcassem atividades no mesmo dia e horário, para que pudessem participar do máximo de atividade possíveis, consideradas relevantes para fortalecer as lutas dos seus territórios. Esse grupo se reconheceu e passou a ser reconhecido no âmbito dos PEAs como "peeiros", pela participação contínua em diversos projetos ao mesmo tempo.

Os Peeiros da Praia do Siqueira, ressaltam recorrentemente o papel dos PEAs Pescarte, Territórios do Petróleo, Observação e NEA-BC, como grandes parceiros na lutar pela efetivação de seus direitos. Para os participantes, a importância dos PEAs fica evidente diante de um histórico robusto de articulações e ações exitosas junto a instituições públicas, que, até então, eram distantes destas comunidades e de suas demandas, das quais destacamos: a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro- ALERJ; a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA -, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação

e Pesquisa de Engenharia - COPPE-UFRJ -, Ministério Público Federal - MPF -, Comitê de Bacias Lagos São João - CILSJ -, entre outras (Figura 49).



Figura 50: Articulações com o poder público envolvendo lideranças da pesca artesanal da Praia do Siqueira. Fonte: Acervo pessoal

No âmbito do PEA Pescarte, as articulações envolvem em alguns casos, atividades prévias, de preparação para o encontro, com estudo e problematização do que será abordado nos eventos planejados para participação. As principais demandas discutidas com as lideranças da Praia do Siqueira orbitam, principalmente, em torno do saneamento ambiental e do período de defeso, consideradas pelo grupo como políticas públicas mal geridas e que têm impactado sobremaneira a comunidade.

As discussões prévias com o grupo e demais participantes do PEA, tem envolvido o estudo da Política Nacional de Meio Ambiente, da Política Nacional de Educação Ambiental, da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Licenciamento Ambiental Federal, entre outros temas considerados relevantes para o desenvolvimento do projeto.

Os avanços na gestão ambiental são promissores, ainda que as mudanças desejadas não tenham sido plenamente alcançadas. Dentre os avanços, destacamos a conquista de assento por membros da Praia do Siqueira, tanto no Comitê de Bacias Lagos São João, como na câmara técnica de pesca - CTP -, espaço ainda limitado para uma participação justa dos pescadores no ordenamento pesqueiro da Lagoa, mas que abre possibilidades para discussões. Importante destacar que o grupo de lideranças pesqueiras da Praia do Siqueira tem se organizado para reivindicar uma mudança estrutural no saneamento da região, de forma que nenhuma comunidade pesqueira artesanal seja prejudicada pelo serviço ineficiente da atual concessionária

de abastecimento e saneamento em exercício. Diante de um serviço inadequado de saneamento na Praia do Siqueira, a comunidade deseja que seja realizado um estudo técnico, acompanhado por um grupo de trabalho de pescadores artesanais. Desde o momento em que membros da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira se organizaram para exigir que a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro fosse transferida para outra região, lideranças de movimentos sociais e ambientalistas de Armação dos Búzios e de Arraial do Cabo se articularam para impedir que a concessionária tentasse mudar o “problema” de município. As lideranças de pesca têm buscado dialogar sobre as possíveis soluções de forma que nenhuma comunidade e povo tradicional seja prejudicado, porém existem meandros no contrato de concessão que enfraquecem o papel da sociedade civil na exigência do cumprimento das normas legais pela empresa privada, responsável pelos serviços de saneamento e abastecimento na região. Apesar de especialistas na área já terem se manifestado sobre o que deve ser feito para acabar com a poluição na Lagoa de Araruama, a empresa responsável não parece disposta a cumprir o passo a passo. Sendo assim, o tema carece de mais estudos e seria muito interessante que pesquisas se dedicassem a questão que envolve o direito de pescadores artesanais e quilombolas no acesso a água e na manutenção de seus territórios.

Ainda sobre o papel do PEA Pescarte no fortalecimento da organização social do grupo e de outras comunidades pesqueiras artesanais, entendemos que o exercício de metodologias participativas seja fundamental para uma escuta sensível. Os diálogos profícuos e permanentes possibilitados pelos PEA têm promovido a criação de laços de confiança entre as lideranças da comunidade de pesca da Praia do Siqueira, a equipe técnica e os pesquisadores vinculados ao projeto. Nessa breve caminhada juntos, iniciada em 2014, produzimos documentos, trabalhos científicos, documentários, processos que têm fortalecido a agenda de discussão sobre as injustiças ambientais que a comunidade pesqueira da Praia do Siqueira tem sido exposta. Dentre as ações realizadas, destacamos: o documentário coordenado pela professora Dra. Lília Sagio, docente na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF, intitulado “ A VER NAVIOS - Narrativas da Praia do Siqueira”⁹³, sobre a comunidade de pesca da Praia do Siqueira (Figura 50). O documentário expõe lutas e resistências da comunidade, principalmente, no que se refere ao despejo de

⁹³ <https://www.youtube.com/watch?v=zD7iwUxDoiQ>

esgoto *in natura* na região; a apresentação da esquete "Camarão quer dorme a onda leva" inspirada no teatro do oprimido, apresentada em atividades dos PEAs REMA e PESCARTE, problematizando o período de defeso imposto pelo Estado, sem diálogo com a comunidade (Figura 51); a apresentação e produção de trabalhos acadêmicos, sob uma perspectiva transdisciplinar, que buscam fortalecer a defesa dos modos de vida dessa e de outras comunidades pesqueiras, a partir do protagonismo das narrativas de pescadores, grupo social historicamente subalternizado, contexto em que a presente tese foi desenvolvida.



Figura 51: Roda de conversa, na casa de um dos pescadores da Praia do Siqueira, mediada pela profa. Dra. Lília Ságio. Fonte: Acervo pessoal

Assim, apesar da linha tênue em que os PEAs são desenvolvidos, nos limites próprios do licenciamento ambiental, tutelado por um Estado capitalista (SERRÃO, 2012), acreditamos que o saber artesanal compartilhado pelos pescadores e o aporte teórico científico, proporcionado pela equipe técnica e científica do PEA Pescarte, por meio de metodologias participativa/não-extratvistas, tem conformado um contexto propício à ecologia de saberes (SANTOS, 2019). Compreendemos as táticas citadas acima como microrresistências (CERTEAU, 1998), acionadas pelos pescadores da Praia do Siqueira na defesa de seu território, percolando as estratégias colonialistas de uma gestão ambiental abissal que busca invisibilizá-los.

Em nossa perspectiva, no PEA Pescarte, a educação ambiental crítica tem sido promotora de uma minga epistêmica entre pesquisa, equipe técnica e sujeitos e sujeitas da ação educativa. O termo "minga", segundo Santos (2019), significa para os povos indígenas andinos o trabalho colaborativo na agricultura de forma a atender toda a comunidade. O autor recorre ao termo *camponês* para conceituar as

cooperações entre os conhecimentos científicos e artesanais, em busca do bem comum da sociedade.



Figura 52: Fotos do Teatro do Oprimido, planejado e realizado por pescadores e pescadoras de Cabo Frio, em uma das atividades do PEA Pescarte, incluindo representantes da Praia do Siqueira, sobre o período de defeso imposto pelo Estado na Lagoa de Araruama. Fonte: Acervo pessoal

Para Santos (idem), na minga cognitiva estão presentes elementos de surpresa, curiosidade no sentido de aproximação e não de estranhamento e afastamento pelas diferenças. Isso se deve a abertura recíproca entre os saberes que se colocam no sentido da integração e que convergem primordialmente no sentido de superar as opressões promovidas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. A luta contra os processos opressores cria familiaridade e cumplicidade metacognitiva entre os diferentes saberes, que, por meio da tradução intercultural, produzem saberes híbridos que atuam no sentido de fortalecer resistências (SANTOS, 2019). Na minga epistêmica, o conhecimento científico abre-se a constantes recontextualizações, enquanto os conhecimentos artesanais abrem-se a repensar as experiências vividas, sendo importante ressaltar que esse processo não torna os conhecimentos mais completos e, sim, mais adequados aos contextos de luta contra as opressões (SANTOS, idem). Dessa forma, cabe destacar a relevância da UENF como executora do PEA Pescarte no licenciamento ambiental federal de Petróleo e Gás, espaço majoritariamente ocupado por consultorias ambientais. O projeto é coordenado por um docente do Centro de Ciência dos Homens - CCH - no Programa

de Pós-Graduação em Políticas Sociais - PPGPS - o que reforça as potencialidades da transformação social e de implementação de uma educação ambiental crítica.

No enfrentamento à hierarquização dos saberes, cabe aos representantes da academia científica uma vigilância contínua para que não incorram na soberba de acreditar que possuem o saber necessário para transformar a realidade, ignorando ou deslegitimando, como nos alerta Freire (1987), o conhecimento do povo, com quem se trabalha. Sobre essa grave questão, Santos (2019) reforça que o conhecimento científico pós-abissal é sempre um co-conhecimento, visto que, nesse processo, não se conhece-sobre, mas se conhece-com, na perspectiva de produzir conhecimentos para fortalecer lutas e resistências contra os processos de dominação. Para Freire (1987), a pretensão de libertar os oprimidos sob uma perspectiva verticalizada, no sentido de comunicar e não de dialogar, restringe o processo a uma tentativa de domesticação, com uma compreensão equivocada que equipara os oprimidos à massa de manobra. Em contrapartida, Santos (2019) destaca que a produção de um conhecimento científico pós-abissal, envolve o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos subalternizados e o compromisso de integração de diferentes cosmovisões de forma horizontalizada. Para o autor, tal processo de integração de conhecimentos pode ocorrer em contextos como:

“(...) arquivos, em bibliotecas, ou em tempo e espaços habitados por grupos sociais subalternos; pode afirmar estar presente e partilhar uma certa ação ou experiência em curso, ou estudá-la anos, ou mesmo séculos depois de ter acontecido; pode consistir em abrir o passado para entender o presente ou fechar o passado para abrir o futuro; pode implicar diálogos que, por sua vez, podem ser de viva voz, ou virtuais, reais, ou imaginários, com seres humanos ou não humanos; pode afirmar possuir competências documentais ou conversacionais; pode ou não suscitar uma mudança de hábitos, de língua e de linguagem; pode, ou não, necessitar de um forte investimento emocional, ou físico; pode exigir treino especial de cada um dos cinco sentidos. A diversidade de condições, contextos e objetivos específicos é virtualmente infinita. Recomenda-se grande flexibilidade na aplicação das orientações metodológicas nas suas variadas articulações” (SANTOS, 2019, p.216).

Assim, Santos (2019) ressalta que esse processo requer uma constante autorreflexão para atender o duplo critério de confiança, visto que, a ecologia de saberes deve atuar no fortalecimento das lutas contra os processos de opressão e deve atender aos critérios de confiança atribuído ao uso adequado de métodos científicos, principalmente no que se refere à objetividade.

As metodologias participativas, que possuem centralidade nos PEAs, compõem uma perspectiva paradigmática ainda muito distante do que existe na gestão ambiental, de forma hegemônica. Apesar dos desafios apresentados na gestão ambiental pública, gostaríamos de destacar a importância das orientações pedagógicas prescritas pela nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 e pela IN IBAMA 002/12 e atentar para uma vigília cidadã em vista de que essas medidas sejam mantidas, para que sejam promovidos avanços no sentido de uma perspectiva cada vez mais decolonial, não-extrativista e emancipatória de educação no licenciamento.

Diante do sucateamento das políticas ambientais e das ameaças ao licenciamento, os PEAs representam um dos poucos espaços públicos de exercício democrático, necessários para que a sociedade possa efetivar seus direitos, esperar e refletir sobre o inédito-viável. O direito a sonhar com outras realidades é fundamental, como nos alerta Freire (idem, p.24), ao ressaltar que um dos problemas mais graves no caminho rumo a libertação dos oprimidos, “é que a realidade opressora, ao constituir-se como um mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências”. Sobre esse tema, em entrevista ao jornal espanhol *El País*, o sociólogo e violoncelista Richard Sennet foi questionado sobre o que aconteceu para o que antes era entendido como direitos, hoje sejam compreendidos como privilégios. O sociólogo respondeu, em consonância com as discussões sobre o papel das epistemologias trazidas por Freire (1987), Santos (2019) e Maturana (2009), que “O capitalismo moderno funciona colonizando a imaginação do que nós consideramos possível. Marx já havia percebido que o capitalismo tinha mais a ver com a apropriação do entendimento do que com a apropriação do trabalho”⁹⁴.

Assim, aos que se integram à luta dos grupos subalternizados, é preciso uma vigilância contínua para evitar um falso ativismo (FREIRE, 1987), pois, no ímpeto de promover transformações, corre-se o risco de reproduzir as opressões colonialistas que se pretende superar. Sobre o papel da educação ambiental na luta decolonial, compreendemos a perspectiva crítica alinhada aos pressupostos da pedagogia freireana e às epistemologias do Sul, visto que assumem a necessária inclusão de situações “reais dos próprios oprimidos que lutam e vivenciam sua sobrevivência no

⁹⁴ Richard Sennett: “O gratuito significa sempre uma forma de dominação - https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/cultura/1533824675_957329.html Matéria publicada em 19/08/2018 e acessada em 26/10/2019.

projeto societário capitalista em busca de construção de outra sociedade, engajando na luta de humanização do mundo e da natureza” (COSTA & LOUREIRO, 2017, p.120).

O caminho a ser percorrido para uma Gestão Ambiental Pública⁹⁵ e democrática, deve incluir e valorizar as cosmovisões dos grupos historicamente subalternizados nas tomadas de decisão sobre seus territórios. Nesse sentido, para a manutenção dos modos de vida das comunidades pesqueiras artesanais, é necessário um ordenamento pesqueiro participativo, assim como a criação e implementação de políticas públicas que visem à superação das assimetrias nos âmbitos sociais, ambientais, culturais e econômicos relacionadas à pesca artesanal.

No caso estudado, a preocupação com o declínio dos estoques pesqueiros incorpora o discurso do desenvolvimento sustentável e a concepção reformista da questão ambiental. Nesse modelo de gestão, centralizador e autoritário, pouco, ou quase nada, se articula com os saberes produzidos pelas comunidades tradicionais.

Os representantes dos órgãos envolvidos com a implementação do período de defeso na Lagoa de Araruama, alegam que os pescadores utilizam redes predatórias responsáveis pela captura de indivíduos com tamanho muito menor do que o permitido e que, caso nada seja feito, o camarão em pouco tempo desaparecerá da área (relatos). Contudo, ao longo das entrevistas, os pescadores explicaram que a queda no estoque de camarão foi provocada principalmente pela má gestão do Estado, que permitiu: a exploração de milhões de toneladas de conchas do fundo da Lagoa pela empresa Álcalis, responsável pela destruição de importantes pesqueiros de camarão; o crescimento desordenado às margens da Lagoa, assoreando e poluindo o corpo d'água; a eutrofização da Lagoa, por despejo indevido de esgoto *in natura*; a inserção de artes de pesca predatórias, inadequadas para a região, sem respeito ao manejo tradicional; a implementação e manutenção de um período de defeso inadequado.

⁹⁵ No Brasil, em meados da década de 80, durante a formulação da Constituição Federal de 1988, deu-se início aos debates sobre experiências de descentralização de políticas públicas. Já na década de 90, experiências apoiadas por organismos internacionais, colocaram em tela metodologias participativas de caráter sistêmicos e integrados (MASSON, 2004). Entendemos a Gestão Ambiental como um processo de mediação de conflitos de interesses com uma ampla diversidade de atores sociais envolvidos num contexto de assimetrias de poder. Nesse processo o grupo dominante pode, ou não, levar em consideração o interesse dos demais, podendo prejudicar outros grupos através de suas decisões. Quintas (2006) ressalta que o termo participação pode possuir diferentes significados no Brasil. Em projetos governamentais, é comum se falar em “participação da comunidade” que na realidade significa a aceitação da comunidade à proposta já construída pelos técnicos envolvidos. Para Quintas, a participação “ocorre quando a população contribui, influi e usufrui forma mais efetiva e direta, na construção e transformação de sua realidade, através de ações organizadas”.

Colaço (2012, p.277) destaca no estudo comparativo sobre a pesca artesanal, desenvolvida em sua tese de doutorado, que, diante de normatizações impostas e descoladas da realidade, tanto em Portugal como no Brasil as comunidades pesqueiras criam estratégias de enfrentamento para lidar com as contingências, como explica:

O que temos observado em contextos nacionais marcados por uma tradição política e administrativa de característica centralizadora e hierarquizada - como no caso de Brasil e Portugal - é que, historicamente, as normas jurídicas são formuladas em instancias aparentemente desconectadas das práticas que constituem os sentimentos morais das sociedades. Portanto, a distância entre as normas (oficiais) e as práticas (sociais) pode, em muitas situações concretas, gerar tensões, constrangimentos, desacordos e conflitos entre grupos sociais estabelecidos e órgãos ligados à administração da vida pública.

Perante um Estado colonialista seria possível reformar seus códigos autoritários, sua legislação e impedir o racismo institucionalizado? É viável localizar no fluxograma de políticas públicas em quais pontos, ou em quais atores, medidas colonialistas são implementadas? Ou, como nos faz refletir Boaventura, poderá o direito ser emancipatório?

Santos (2003)⁹⁶, ao analisar os limites e possibilidades do “direito ser emancipatório”, compreende que o período de crise atual não favorece uma *autorreflexão* por uma série de clausuras epistemológicas associadas, principalmente, ao pensamento hegemônico eurocentrado. A inabilidade de pensar e de refletir seu próprio tempo é, para Arendt (1999), um dos mecanismos pelo qual processos totalitários e regimes de verdade se estabelecem. Hannah Arendt (1906-1975), filósofa alemã de origem judaica, vivenciou os horrores do Holocausto e, posteriormente, cobriu jornalisticamente o julgamento de Adolf Eichmann, um tenente coronel de alto escalão do partido nazista, acusado por crimes de genocídio contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial e por crime contra a humanidade. Segundo Arendt, o acusado não parecia ter qualquer afinidade político-ideológica com as propostas anti-semitas defendidas pelo regime nazista e não demonstrava qualquer traço denunciante de caráter e atitudes que poderiam indicar sua participação nas atrocidades apresentadas como provas por 38 testemunhas (ARENDR, 1999). O

⁹⁶http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF

juízo de Eichmann fez com que Arendt refletisse sobre o mal radical, afinal, aquele homem, responsável por tantas atrocidades, seria o portador do mal, a raiz do problema? Arendt concluiu que a incapacidade de reflexão de Eichmann, era parte de um paradigma mais amplo em que a sociedade, de forma geral, é cerceada de questionar a realidade e compreender as consequências dos seus atos. Eichmann era um funcionário burocrático, exercendo uma função de extermínio, não era um monstro que se podia identificar e evitar. Um homem que cumpria as ordens a ele delegadas, fossem essas quais fossem, sem refletir um instante sequer em suas consequências, como explica Arendt:

Eichmann não era nenhum lago, nenhum Macbeth e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo.

Ele não era burro. Foi pura irreflexão — algo de maneira nenhuma idêntico à burrice — que o predisps a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é “banal” e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar comum. Certamente não é nada comum que um homem, diante da morte e, mais ainda, já no cadafalso, não consiga pensar em nada além do que ouviu em funerais a sua vida inteira, e que essas “palavras elevadas” pudessem toldar inteiramente a realidade de sua própria morte. Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos — talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém. Mas foi uma lição, não uma explicação do fenômeno, nem uma teoria sobre ele (ARENDR, 1999, P. 172).

Como entender o extermínio do outro como visão de mundo? Arendt (1999, p172) nos traz importantes reflexões ressaltando que, a inabilidade de refletir, pode ser tão devastadora quanto “todos os maus instintos juntos”. São ideologias, lógicas, que enclausuram o pensamento e tornam-se estratégias de ação. Sob o dogma do “V” da verdade e da objetividade sem parênteses, são autorizados discursos de ódio, colonialistas, racistas, que acabam por congregar pares que se identificam, e que normalizam em seus cotidianos, violências de diversas matizes físicas, culturais e simbólicas. Eichmann, como salienta Arendt, não era um monstro, não era burro, era, na verdade, um burocrata com razão instrumental, capaz de trabalhar, planejar, cumprir metas, porém não sabia refletir sobre o que fazia.

A irreflexão é entendida por Arendt, como a agência do mal, a banalidade do mal, ao qual todos e todas são passíveis e suscetíveis, vide o paradigma moderno reducionista, que atua como um dogma, uma ideologia, restringindo nossa capacidade crítica e imaginativa para fora dos parâmetros de sociabilidade capitalista. Esta perspectiva, diverge da ideia de um mal radical, que buscaria explicar o genocídio, a partir de um ou outro indivíduo, como se o mal estivesse atomizado. A perspectiva colonialista e opressora está no sistema, naturalizada e institucionalizada.

A implementação do defeso da Lagoa de Araruama, em nossa análise, está alinhada ao contexto de irreflexividade, de burocracia, de institucionalização de medidas racistas, processos típicos de regimes totalitários. Assim, a perspectiva epistemológica dos profissionais envolvidos com o ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama, contando com representantes tanto do CILSJ, como também das prefeituras, consultorias e do extinto Ministério de Pesca e Aquicultura, é alinhada ao regime de verdade, com o “V” maiúsculo e a objetividade-sem-parênteses, pressupostos típicos do modelo hegemônico de gestão pesqueira. A razão instrumental dos profissionais envolvidos com a implementação do defeso, possui como base epistêmica a racionalidade moderna ocidental, portanto, uma matriz racista, colonialista e patriarcal que torna desafiador o compromisso ético com uma gestão ambiental de fato pública e de fato democrática. Assim, o contexto político atual, compreendido a partir das narrativas de pescadores da Praia do Siqueira, nos indicam que o ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama é uma medida colonialista, que só terá suas bases estremecidas, por meio do fortalecimento da organização social dos pescadores e seus aliados na luta por seus direitos.

Não existe em nossa perspectiva, a partir das reflexões de Arendt (1999), um mal radical endereçado a um ou outro ator envolvido com o contexto de gestão aqui analisado. A questão é sistêmica e, portanto, precisa de um enfrentamento amplo, multidimensional, capaz de sacudir e romper as amarras, as quais boa parte da sociedade está submetida, e que nos torna historicamente obedientes, irreflexivos e submissos, meros executores de função sem questionar a ordem vigente.

Dessa forma, qual seria a instituição responsável pela desvalorização e silenciamento da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira? É possível encontrar o algoz, o mal radical? À luz das discussões trazidas por Arendt (1999), o colonialismo no estudo de caso, se mostra estrutural e hegemônico, permeando as relações estabelecidas pelo Estado e setor privado junto as comunidades pesqueiras

artesanais. Aos olhos acríticos e irreflexivos, espalhados pelo sistema, justifica-se a manutenção de um ordenamento pesqueiro inadequado, apesar dos pesares, por muitos motivos, dos quais podemos destacar alguns, que ouvimos e percebemos ao longo da pesquisa:

- Ali já não tem mais pescador, não vai dar em nada! (representante da classe pesqueira sobre a necessidade do fortalecimento da organização social dos pescadores para mudar o período de defeso);

- Vocês não sabem do que estão falando! (oceanógrafo se dirigindo a um pescador artesanal da Lagoa de Araruama, que "ousou" questionar o doutor, em um dos pontos de sua apresentação de slides, sobre possíveis caminhos para a despoluição da Lagoa);

- Por vezes incluímos uma gordurinha nas portarias, umas espécies a mais para proteger (especialista em gestão pesqueira, sobre a necessidade de proteger os bichos dos "pescadores");

-O defeso tem problema? Tem! Mas ao menos protege as espécies por três meses (fala de representantes de relevante instituição associada à pesquisa).

- Eles são verdadeiros anarquistas do mal! (opinião do gestor envolvido com a implementação do período de defeso em relação aos pescadores cuja espécie alvo é o camarão. Para o gestor, não adiantaria tentar mudar o ordenamento de pesca, pois esses pescadores não são fáceis de conscientizar);

Onde estaria o mal radical na questão apresentada? Seria na liderança de pesca artesanal que desmereceu a existência da comunidade da Praia do Siqueira? Ou nos gestores públicos, que apesar de terem estudos em mãos que indicavam a necessidade de dois períodos de defeso, mas aceitaram a implementação de apenas um, ainda que essa medida prejudicasse a comunidade da Praia do Siqueira? Ou no agente responsável pela estatística pesqueira, que reconhece a falta de estudos científicos para a tomada de decisão sobre o defeso, mas, que mesmo assim, defende a permanência da medida, afinal, se protege de alguma forma os crustáceos e pescado? Ou então nos profissionais de diversas áreas, principalmente biólogos, oceanógrafos, engenheiros de pesca, que, hierarquizam saberes, tal qual aprenderam a fazer em suas graduações, silenciando os conhecimentos tradicionais? Poderá a gestão pesqueira ser pós-abissal?

Segundo Arendt (1999, p.173), o crime cometido por Eichmann só foi possível por conta de toda uma "uma burocracia gigante usando os recursos do governo". No

estudo de caso, os oceanógrafos, biólogos, gestores públicos, empresários e lideranças pesqueiras envolvidas com a implementação e/ou manutenção do defeso, representam instituições cuja matriz hegemônica de pensamento ainda é eurocentrada, o que dificulta a autorreflexão e questionamentos sobre: a concepção de sociedade como objeto e não como sujeito de conhecimento, o que implica na restrição dos diálogos e questionamentos sobre a Ciência apenas aos investigadores acadêmicos e a dimensão de metodologias como mecanismos de respostas apenas aos questionamentos científicos, sem que haja o espaço adequado para que a sociedade inclua suas demandas (SANTOS, 2019).

O viés reducionista e irreflexivo, se alinha a perspectiva da Tragédia dos Comuns, soterrando especificidades, tratando a sociedade como um grupo genérico, que estaria fadado a destruir o ambiente natural, sendo preciso, assim, a mão pesada do Estado para regular os territórios, ou a regulação por meio da privatização.

Sob um olhar crítico, alargado e histórico, o contexto estudado pode ser compreendido como a Tragédia dos Comunitários, onde as comunidades tradicionais são expulsas de seus territórios pela expansão de grandes empreendimentos, ou pelo estabelecimento de espaços públicos sobre os espaços comunitários (DIEGUES, 1998).

Diante do exposto, consideramos que a permanência de um período de defeso, sabidamente inadequado, sem dados científicos, sem diálogo com a comunidade e que coloca em risco a manutenção dos modos de vida da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira é a expressão máxima de um Estado colonialista. O biólogo, ou qualquer outro profissional envolvido com o planejamento e execução de normas direcionadas às comunidades pesqueiras artesanais, deve ir além do que é esperado dele como profissional. Deve questionar a si próprio, o coletivo e o seu papel no mundo, refletir sobre as consequências do seu trabalho na realidade, rompendo com a paralisia e alienação hegemônica que torna profissionais graduados e, portanto, com habilidade instrumental para desempenharem suas funções com excelência técnica, em mero cumpridores de normas, sem compromisso ético com a sociedade. Como salienta Arendt (1999, p.173), é preciso refletir que o objetivo dos regimes totalitários "(...) e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários, meras engrenagens e, assim, os desumanizando". Dessa forma, compreendemos que devemos questionar a ordem vigente sempre que as normas

forem promotoras de injustiças, visto que, muitas atrocidades são cometidas no âmbito legal (ARENDDT, 1999).

Justificar a execução de medidas opressoras, alegando que, seriam praticadas independente da identidade do implementador, é engessar e subestimar a capacidade humana de imaginar e construir outras formas de sociabilidade. Suprimir questionamentos, normalizar contextos de dor e inequidades, restringir pensamentos e reflexões sobre possíveis horizontes mais justos e uma nova sociedade nos torna seres desumanizados. Vivemos em uma sociedade em que é uma ousadia/heresia pensar outras realidades, como explica Arendt:

O que me deixou aturdida foi que a conspícua superficialidade do agente tornava impossível retraçar o mal incontestável de seus atos, em suas raízes, ou motivos, em quaisquer níveis mais profundos. Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava agora em julgamento – era bastante comum, banal e não demoníaco, ou monstruoso. Nele não se encontrava sinal de firmes convicções ideológicas, ou de motivações especificamente más e a única característica notória que podia perceber tanto em seu comportamento anterior, quanto durante o próprio julgamento e o sumário de culpa que o antecedeu era algo de inteiramente negativo: não era estupidez, mas irreflexão (*thoughtlessness*) (2002, p. 5-6.).

Voltando a reflexão proposta por Santos (2003)⁹⁷, se poderia o direito ser emancipatório, o autor desloca a questão do Estado para os movimentos sociais e demais grupos organizados da sociedade civil. Santos (*idem*) salienta que existe no campo científico um mecanismo autoritário e colonialista, que tenta abafar o processo imaginativo social, algo primordial para colaborativamente caminharmos para um inédito-viável. O ceticismo científico, em suas enviesadas análises sobre a realidade, caminha cego por falsas verdades absolutas, ao que o autor chama de razão preguiçosa, pois é um processo reducionista dos nossos modos de ser e estar no mundo, o que, segundo Santos, promove um verdadeiro desperdício de experiências.

Boaventura chama atenção para uma nova forma de organização política, também chamada de Estado, composta por um “conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não-estatais, nacionais e globais” (*idem*, 2003). Essa nova forma de organização política se dá em um contexto neoliberal, que busca a desestatização, ou tornar o Estado em

⁹⁷http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF

algo cada vez mais próximo de “um campo de batalha política não regulado”. Para Santos (2003)⁹⁸, democratizar o Estado só fará sentido, se as esferas não-estatais também passarem pelo mesmo processo, visto que:

“só a convergência dos dois processos de democratização garantirá a reconstituição da esfera pública. Quer o orçamento participativo, quer a tributação participativa constituem peças fundamentais da nova democracia redistributiva, cuja lógica política consiste na criação de esferas públicas, não-estatais, em que o Estado será o principal agente de articulação e coordenação. Nas condições atuais, a criação dessas esferas públicas é a única alternativa à proliferação de esferas privadas de tipo fascista, sancionadas pelo Estado.”

Sobre a possibilidade de criação de espaços não-estatais, cuja participação qualificada da sociedade seja a prioridade, acreditamos que, assim como sugeriu Silva (2014), é preciso reinventar de forma colaborativa novos espaços democráticos para gestão da pesca artesanal na Lagoa de Araruama. O autor sugere que a gestão pesqueira seja discutida em espaços mais estruturados e representativos do que a câmara técnica de pesca do Comitê de Bacias Intermunicipal Lagos São João e, para isso, indica como possíveis modelos democráticos um fórum ao estilo do Fórum da Lagoa dos Patos, ou uma RESEX, como a existente em Arraial do Cabo. Discutir a gestão da pesca artesanal na Lagoa de Araruama junto às comunidades pesqueiras artesanais, com o protagonismo em suas narrativas e posicionamentos, é uma possibilidade interessante de repensar o arranjo atual, pouco representativo da CTP do CILSJ.

Para Silva (2014, p.144), o manejo realizado pela câmara técnica de pesca, necessita ser mais inclusivo e deve:

(..) acolher toda a classe trabalhadora da pesca, os pescadores e não só a sua representação institucional. Faz-se necessário, ainda, mais autonomia de gestão, não submetido a outras políticas ambientais prioritárias se não ao manejo direcionado para as questões da pesca, exclusivamente, e não como uma sub organização ambiental da gestão dos recursos hídricos.

⁹⁸http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF

Salientamos também que, durante as entrevistas realizadas para a pesquisa, foi sugerido por alguns pescadores que os implementadores do defeso visitassem a comunidade no período de proibição, para verem, com os próprios olhos, que esse é justamente o momento de safra para a comunidade. Um dos entrevistados se ofereceu para levar quem quer que fosse envolvido com o ordenamento pesqueiro, para acompanhar a pesca de arrasto no período de defeso, com a devida autorização, para que pudesse observar como, usando a rede ideal, no período certo, a comunidade poderia ter acesso a uma boa produção pesqueira. Esperamos que as sugestões dos pescadores para a revisão, ou revogação do defeso, sejam urgentemente consideradas, visto que, a proibição da pesca ocorre no período de safra do camarão, como apontado na figura 52.

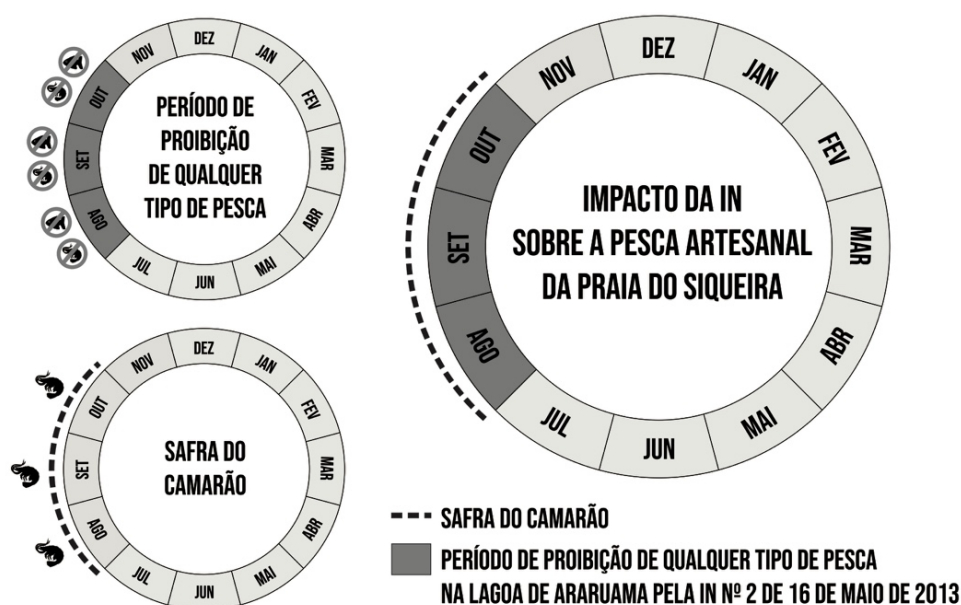


Figura 53: Impacto do ordenamento pesqueiro imposto, sobre a pesca artesanal da Praia do Siqueira. Elaborado pela autora

Temos a expectativa de que o trabalho aqui realizado em profunda colaboração com a comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, possa contribuir com um debate horizontalizado junto ao Estado, com a premissa de que o conhecimento tradicional é um elemento fundamental para o manejo dos recursos pesqueiros. Compreendemos que a sobreposição dos efeitos negativos decorrentes do processo eutrofização, do despejo de produtos químicos, da ausência de estatística pesqueira do camarão, da manutenção do período de defeso imposto e inadequado, da ausência de políticas

públicas para a pesca artesanal e da fiscalização violadora de direitos têm contribuído para que o território pesqueiro da Praia do Siqueira se configure como uma zona de sacrifício, definidas por Acselrad como áreas em que:

(...) além de presença de fonte de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede de implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício”, ou “paraísos da poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais” (ACSELRAD, 2004, p.12).

Nesse contexto, extremamente desfavorável para a pesca artesanal, buscamos por meio da sociologia das ausências (SANTOS, 2002), conhecer e valorizar as experiências de luta e r-existência vividas pela comunidade de pesca da Praia do Siqueira, historicamente negligenciadas. Essa perspectiva incorpora o procedimento da hermenêutica diatópica, que amplia o discernimento de que todos os conhecimentos e culturas são incompletos, e na incompletude irradiam possibilidades de encontros e trajetórias (SANTOS, 2018).

Assim, em contraposição aos modelos de gestão pesqueira autoritários e colonialistas, como o existente na Praia do Siqueira, as comunidades tradicionais têm pleiteado perante o Estado, relações éticas e com respeito aos direitos humanos. Outros importantes processos dizem respeito a desnaturalização e descolonização das legislações e ordenamentos ambientais vigentes, que são, sob os moldes atuais, extremamente favoráveis à elite nacional e global e prejudiciais aos povos e comunidades tradicionais. Assim, para uma vertente democrática de gestão pesqueira pós-abissal, é primordial que haja respeito e valorização das regras internas e a organização social das comunidades tradicionais em seus territórios (DIEGUES, 1998).

A cosmovisão de mundo da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira ultrapassa as descrições reducionistas que encontramos em esparsos livros de história sobre Cabo Frio, ou em relatórios ambientais que alimentam estigmas sobre os pescadores, os tratando como um grupo em processo de desaparecimento, seja pela falta de pescado, seja pelo uso de artes de pesca consideradas predatórias, ou pela destruição cada vez maior de seu território. Em um dos poucos documentos que descrevem a Praia do Siqueira, a comunidade foi descrita em uma página como um povoado que antigamente era isolado em uma restinga, compondo o núcleo mais

antigo de pescadores da cidade e que, “segundo a tradição oral, no local viviam os morféticos, pessoas portadoras de morfeia, ou lepra (hanseníase), pois nesta época a lepra era contagiosa e incurável e as pessoas portadoras deveriam ficar isoladas da população” (FERNANDES, 2012, p.204).

A história local contada a partir de seus protagonistas ainda é muito pouco conhecida, o que exige que mais trabalhos se comprometam com uma sociologia das ausências, para fortalecer e valorizar o conhecimento tradicional que, por gerações, ali se produz. No âmbito do PEA Pescarte, em diálogo tanto para pesquisa, como para o Documentário “A ver navios - Narrativas da Praia do Siqueira”⁹⁹, ao relatarem a história de sua comunidade, lideranças da Praia do Siqueira explicaram que no passado um homem chamado Siqueira fez residência perto de onde é hoje o Galpão do Samba. Contaram que próximo à casa do Sr. Siqueira, havia uma grande árvore que ao morrer teve que ser podada. Contudo, na tentativa de se retirar todas as raízes, um espigão se mostrou irremovível. Sem desistir, os moradores escavaram um buraco ao redor de onde se localizava a árvore a fim de remover toda a raiz, porém fracassaram. Por fim, amarraram o espigão em uma corda, que foi puxada por animais e, finalmente, a retirada da árvore foi concluída. Segundo relatos, no movimento de arrancar a raiz da terra, um veio de água avermelhada floresceu e essa água passou a ser utilizada por pescadores locais e de outras regiões, como São Pedro Aldeia, que faziam menção ao local como poço do Siqueira. Segundo os moradores, atualmente o poço do Siqueira está cimentado em uma das ruas do bairro e virou um local informal de depósito de lixo. A história do poço do Siqueira e de seu veio de água vermelha nos remete à história da própria comunidade de pescadores que busca r-existir apesar de toda uma maquinaria pública e administrativa que os nega e que atua no sentido de soterrar a cultura local. A pesquisa nos permitiu, nesse breve intervalo de tempo, conhecer uma cosmovisão de mundo que nos enriquece como humanidade, por sua diversidade, cultura e seu conhecimento entrelaçado com as águas e a terra, em um metabolismo social. A valorização do território da Praia do Siqueira (figura 53) é e em escala local um passo essencial para que agendas mais amplas de fato se concretizem.

Sem que a Praia do Siqueira e outros territórios pesqueiros sejam defendidos não há Década para os Oceanos, ou Ano internacional da Pesca Artesanal, ou

⁹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=zD7iwUxDoiQ>

implementação do ODS14 da Agenda 2030. Para a valorização da pesca artesanal é preciso que haja geração de trabalho digno e aumento de renda para as comunidades e povos tradicionais, essas são pautas fundamentais para superação da crise civilizatória e epistêmica que nos assola.



Figura 54: Pescadores da Praia do Siqueira, se preparando para pescar sob o pôr do sol. Fonte: Acervo pessoal

6- CONSIDERAÇÕES

O processo de desterritorialização da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, coroadado pela imposição de um defeso inadequado, tem sido agenciado pelo Estado em uma articulação de movimentos políticos/necropolíticas. A naturalização de uma norma que intensifica o epistemicídio vivido pela comunidade, expressa a banalidade do mal presente no modelo de gestão ambiental adotado, sendo este centralizador e autoritário.

Apesar de haver claras orientações para implementação de dois períodos de defeso, um adequado aos peixes e outro aos crustáceos, foi alegado que, por falta de recurso e de incapacidade técnica do extinto MPA, optou-se por determinar um

período único, favorável a safra do pescado em detrimento da safra do camarão. Assim, mesmo com a impossibilidade do Estado avançar com o processo de maneira adequada, foi decidido pelos gestores, por ultimato, assegurar um período de proibição, ainda que a medida colocasse em risco os modos de vida da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, cuja espécie alvo é o camarão. Em nossa análise, a negociação sobre o período de defeso com o MPA, privilegiou o ciclo do peixe por motivos políticos, visto que, os gestores públicos envolvidos, em sua maioria, possuem vínculos institucionais com os municípios onde a safra do peixe é mais relevante para as comunidades pesqueiras.

Consideramos que a necropolítica ambiental tem se institucionalizado principalmente por meio de legislações discriminatórias, em que os conhecimentos tradicionais têm sido sistematicamente silenciados em nome de interesses políticos e científicos considerados prioritários. No campo ambiental, essa prática não é recente. É comum a ampliação do número de espécies incluídas em medidas protetivas, ainda que sem embasamento científico, camufladas estrategicamente entre outros estudos, em uma manobra conhecida como “gordurinha” da conservação. É comum também, que medidas como essa, prejudiquem uma série de populações pesqueiras artesanais, que não são adequadamente incluídas nas discussões sobre o ordenamento pesqueiro que afetam seus territórios. No contexto analisado, a manobra foi implementar um modelo de gestão pesqueira compatível com a baixa capacidade técnica e orçamentária do Estado, favorável a safra do pescado, em um descompromisso ético com a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira. Esta discussão reforça a premissa de que o fazer científico não é neutro, visto que, especialistas e peritos são permeados por interesses políticos, culturais, econômicos e sociais.

O epistemicídio em curso na Praia do Siqueira, acompanha o rebaixamento ontológico de comunidades tradicionais, com base no darwinismo social que naturaliza como ápice societário o modelo de desenvolvimento neoliberal, as custas dos meios de vida de grupos considerados sub-humanos e atrasados. Para afirmar sua universalidade, a Ciência hegemônica nega as experiências e saberes que não operam sob sua lógica e, em uma atuação conjunta com o Estado e sua matriz epistêmica colonial, fortalece processos de disciplinarização de territórios de comunidades tradicionais.

O ordenamento pesqueiro deveria considerar, além das artes de pesca utilizadas pela comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, às demais atividades que impactam direta e indiretamente a pesca da região, com a devida proporcionalidade. E os processos de desterritorialização não cessam, recentemente, um deputado estadual criou um projeto de lei que determina o Tombamento da Lagoa de Araruama e da Pesca Artesanal¹⁰⁰. O projeto de lei foi aprovado e resultou na Lei nº 9319 de 14 de junho de 2021, que determina o tombamento da Lagoa de Araruama e da Pesca Artesanal praticada em toda a sua extensão, como patrimônio ambiental, histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro. Ao dialogar com representantes da Praia do Siqueira sobre o tombamento, constatamos que nenhum membro da comunidade pesqueira foi comunicado sobre tal medida. Após saber da existência dessa lei, uma das lideranças com quem tive contato, procurou o deputado em questão para entender as implicações do tombamento da Lagoa e da pesca artesanal para a comunidade. O gestor explicou que a ideia era proteger a Lagoa das concessionárias de abastecimento e saneamento da região que, segundo ele, tem poluído as águas com o despejo de esgoto *in natura*. A liderança solicitou que o deputado fosse até a comunidade da Praia do Siqueira para comunicar e explicar os objetivos da lei aprovada. Com o aceite do parlamentar, foi marcado o dia e hora para essa ação. Segundo relatos, no dia combinado, parte da comunidade organizou um espaço com cadeiras e esperou a presença do deputado na reunião, fato que nunca aconteceu. A liderança que combinou o encontro com o deputado, confessou ter ficado decepcionado com toda a situação, principalmente pela existência de uma lei que sequer foi discutida com as comunidades pesqueiras. A decepção também foi pelo descaso do parlamentar, que não explicou sua ausência, e pelo poder público de forma geral, por ter aprovado uma medida como essa, sem ao menos explicar os objetivos da decisão tomada.

Nas redes sociais, o deputado que propôs o projeto de lei afirmou que, seu objetivo era apoiar os pescadores **artesanato** (grifos nossos). Já em entrevista para jornais online, uma frase em específico ganhou destaque: “*Se a lagoa sobreviveu a extinção dos dinossauros, quem é a Prolagos para acabar com ela*”. Assim, com a justificativa de lutar contra as concessionárias, a Lagoa foi tombada, compondo o

¹⁰⁰ <https://www.araruamanews.rio.br/2021/06/lagoa-de-araruama-vira-patrimonio.html>

combo de medidas implementadas sem um mínimo diálogo com as comunidades pesqueiras.

Em alinhamento com o arcabouço teórico metodológico adotado na pesquisa, temos como expectativa que o debate aqui realizado possa contribuir para: o reconhecimento e valorização do conhecimento de povos e comunidades tradicionais na gestão ambiental pública e, mais especificamente, que as demandas da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira sejam devidamente incorporadas no ordenamento pesqueiro da Lagoa de Araruama; o fortalecimento de pesquisas sobre o processo de opressão colonialista na modernidade e, em especial, no âmbito do ordenamento pesqueiro; a ampliação de pesquisas sobre os desafios e avanços da educação ambiental crítica no âmbito do licenciamento, principalmente por seu papel para uma gestão ambiental democrática e descentralizadora.

Diante das relações de subalternização, de desrespeito e de injustiça autorizadas pelo Estado aos povos e comunidades tradicionais, reforçamos a importância de pesquisas em uma vertente pós-abissal, para fortalecer as narrativas silenciadas por medidas colonialistas como as que se sobrepõe na Praia do Siqueira.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. (2010). *Reduzir a desigualdade entre os indivíduos para combater o aquecimento global*, Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Edição Especial, núm. 23/24, Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Brasília.

ACSELRAD, Henri. (2004), “De Bota-Foras e Zonas de Sacrifício”. In: ACSELRAD, Henri: “Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: FASE, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, C. C.A; BEZERRA, G. N. (2009), O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. (2010), Vulnerabilidade, processos e relações. In: Ferreira, H.S.; Leite, J.R.M.; Boratti, L.V. (Org). Estado de Direito Ambiental: tendências. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 95-103.

ACSELRAD, Henri. (2013), Liberalização da economia e flexibilização das leis: o meio ambiente entre o mercado e a justiça. Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 3, n. 3, p. 62-68, set./dez. 2013, p. 66.

ALIER, Joan.Martinez. (1992), El ecologismo de los pobres. In: Revista WANI, n° 125, abril 1992 (p. 2-42 a 50). Publicación mensual de la Universidad Centroamericana (Uca) de Manágua, Nicarágua.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. (2020), Racismo estrutural- São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. 264 p. (Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamilia Ribeiro).

ALMEIDA, Carla. (2020), 'Make science great again'? o impacto da covid-19 na percepção pública da ciência. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Reflexões na pandemia 2020, p. 1-24, maio 2020.

ALVAREZ, Cristina Engel de. E, BRAGANÇA, Luis. (2018), Medidas para o Enfrentamento dos Impactos das Mudanças Climáticas no Ambiente Construído, Congresso Internacional SUSTENTABILIDADE URBANA - 14ª Jornada URBENERE e 2ª Jornada CIRES, Vol. I, pp. 3-12, 978-989-20-8422-0, 2018.

AMARAL, Ivan. Amorosino do. (2001), Educação ambiental e ensino de Ciências: Uma história de controvérsias, 2001.

ANDRADE, Luiz. Antonio Botelho. LONGO, Waldimir Pirró. P. & PASSOS, Eduardo. (2000), Autonomia: um modelo explicativo para a ontologia da universidade. Universidade e Sociedade 21: 73-84. 2000.

ANDRADE Luiz. Antonio Botelho. & SILVA, Edson Pereira da. (2005), O conhecer e o conhecimento: comentários sobre o viver e o tempo. Ciências & Cognição 4: 35-41. <http://www.cienciasecognicao.org/>, 2005.

ARAÚJO, Sara. (2021), «Os silêncios da austeridade e dos protestos e as exclusões abissais em Portugal», e-cadernos CES [Online], 35 | 2021, posto online no dia 08 dezembro 2021, consultado o 15 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/eces/6120>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.6120>

ARENDT, Hannah. (1999), *Eichmann em Jerusalém — Um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

ARENDT, Hanna. (2002), *A vida do Espírito. O Pensar/ O Querer/ O Julgar*, 5. ed. Tradução de A. Abranches, Cesar A. R. de Almeida, H. Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ARRUDA, Danilo Barbosa de & MILIOLI, Geraldo. (2020) Retóricas do capital: entre o discurso e a práxis, a produção de desigualdades. *Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza*, 4: e1342. <http://dx.doi.org/10.29215/pecen.v4i0.1342>

BALLESTRIN, Luciana. (2013), *A América Latina e o giro decolonial*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. (2000), *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, vol.15, n.42, pp.123-142.

BAUM, Daniela Fabiana Thiesen; HUPFFER, Haide Maria, & FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla (2016). *MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA E AS PERSPECTIVAS DAS DECISÕES AMBIENTAIS NO FUTURO*. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 6(2). Electronic Document Format (ABNT).

BECK, Ulrich. (2010), *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010, p. 55.

BIDEGAIN, Paulo; BIZERRIL, Carlos Roberto. (2002) *Lagoa de Araruama - Perfil Ambiental do Maior Ecossistema Lagunar Hipersalino do Mundo*. 1 ed. Rio de Janeiro, SEMADS, 2002.

BIZAWU, Sebastián Kiwonghi; RODRIGUES, Marcos Vinícius. (2017), *A crise da globalização: um estudo sobre os efeitos do Brexit e da política do governo Trump e os desafios para as metas do acordo de Paris*. *Cadernos de Direito Actual*, n. 7, p. 241-256, 2017.

BONZI, Ramón Stock. (2013). *Meio Século de Primavera Silenciosa: um livro que mudou o mundo*. *Desenvolvimento e Ambiente*. 28, 207-215. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v28i0.31007>

BOFF, Leonardo. *A água é o bem mais inestimável da natureza*. Porto Alegre: Vitalle, n. 2, 2002, p. 42

BOFF, Leonardo. *As quatro ecologias*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Mar de Ideias, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, UNESCO e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BRUGGER, Paula. Educação ou adestramento ambiental. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994. 141p.

BRUGGER, Paula. Educação ou Adestramento ambiental? Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CALIXTRE, André; VAZ, Fábio. (org.). PNAD 2014: Breves análises. Nota Técnica IPEA, n. 22, dez. 2015.

CAMPOS, Mauro Macedo; MACHADO, Moisés; TIMÓTEO, Geraldo; MESQUITA, Paulo Belchior. (2016), Pescadores Artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in) segurança alimentar. *cad.metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 481-501, 2016.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. (2014), Seguro defeso: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. Brasília: Ipea, 2014.

CARDOSO, Eduardo Schiavone; Pescadores: Geografia e Movimento Social. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

CBHLSJ- Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João: Estudos ambientais para períodos de defeso específicos nas Lagoas de Araruama e Saquarema, 2012.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLAÇO, José. Variações sazonais e conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos-RJ. *Cuadernos de Antropología Social* Nº 31, pp.169–187, 2010.

COLAÇO, José. (2012), Quanto Custa Ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

CORDELL, John. Remapeando as águas: os significados dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo. Instituto Etnográfico de Berkeley, p. 1-18, 2000.

COSTA, E. de C. P.; SEABRA, V. da S. Dinâmicas naturais e atividades socioeconômicas na planície costeira da Lagoa de Araruama-RJ. *Formação* (Online). v. 27,n. 52, p. 353-382, 2020.

CPP- Conselho Pastoral dos Pescadores, Org.: Tomáz, Alzení de Freitas & Santos, Gilmar. Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. – Brasília/ DF. 2016. 104p.

CPP, 2021. Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021 / organização Sávio Barros , Alzira Medeiros , Erina Batista Gomes. -- 2. ed. -- Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

CUNHA, Gabriela & SANTOS, Aline Mendonça dos. (2011), « Economia solidária e pesquisa em Ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos ». in. Hespanha, Pedro & Santos, Aline Mendonça dos (2011), Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina/CES.

DEMO, Pedro. (1983), Desafios modernos da Educação, 4ª edição. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1993.

CUNHA, N. M. da. A. (1996) Península e o Continente – Pequena história de Armação dos Búzios. 1996, 12f. Trabalho de conclusão de disciplina (História Política e Ambiente) - Pós-Graduação do ISER – Teoria e Práxis do Meio Ambiente, Rio de Janeiro. 1996.

DIAS, Helena de Castro (2021) Os reflexos da dependência brasileira: dívida pública, transferência do excedente de riqueza nacional e corte de políticas sociais. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense. 62p. 2021. Macaé.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (1987), Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983. 287 p. (Ensaio 94).

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (2003), Sociedades e comunidades sustentáveis. São Paulo: USP/NUPAUB, 2003. Disponível em: www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (2008), O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6ª ed. São Paulo: HUCI-TEC, 2008.

FAO, WFP and IFAD. 2012. The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Rome, FAO.

FASANELLO, Marina Tarnowski; PORTO, Marcelo Firpo & NUNES, João Arriscado. (2018). Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. RECIIS. <https://doi.org/10.29397/reciis.v12i4.1527>.

FERNANDES, Laís. Pinheiro. (2011), Crescimento e recrutamento do camarão sete barbas, *xiphopenaeus kroyeri*, heller, 1862, no norte do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. 76p. 2011.

FERNANDES, Rose. (2012), Cabo Frio: Polo Colonizador do Brasil/ Rose Fernandes-Cabo Frio, RJ: Completa, 2012. -2ª Edição 218 p.

FERNANDES, Ricardo; VIANA, Viviane Japiassú; BUENO, Cecilia. (2019), Qualidade da água e lançamento de esgoto sanitário na Praia da Siqueira, Cabo Frio-RJ: uma discussão da relação entre aspectos visuais e parâmetros monitorados na Lagoa de Araruama. P.36-52. Organizador Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FILHO, Alcides Goularti. (2017), Da SUDEPE à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas | ppp | n. 49 | jul./dez. 2017.

FLUSSER, Vilém. (1985), Filosofia da caixa preta – São Paulo: Hucitec, 1985. - 92 p.

FOSTER, John Bellamy. (2005), A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Tradução de M. T. Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. Crítica marxista, n. 12. São Paulo: Boitempo, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. (2012), As veias abertas da América Latina / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri *et al.* (2021), Latin America / Blue Economy. Baffling Shades of Blue. Samudra Report No. 85, May 2021.

GIDDENS, Anthony. (1991), As consequências da modernidade /; tradução de Raul Fiker. - São. Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIULIETTI, Nelson & ASSUMPÇÃO, Roberto de. Indústria pesqueira no Brasil. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. O Brasil endividado: Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. [S. l.:s. n.], 2000.

GRENIER, Louise. (1998) Working with indigenous knowledge: a guide for researchers. Ottawa: International Development Research Centre, 1998.

GROSFOGUEL, Ramón. (org.). (2007) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 26-46.

GUATTARI, Félix, “Fundamentos éticos-políticos da interdisciplinaridade” em Tempo Brasileiro, nº108 (pp.19-25),1992.

GUERRA, João. & SCHMIDT, Luísa. (2016). Concretizar o wishfull thinking: dos ODS à COP21. Ambiente & Sociedade, v. 14, n. 4, p. 157-74.

HAESBAERT, Rogerio. Território e Multiterritorialidade: um Debate, *Geographia*, n. 17, 2007.

HELLEBRANDT, Luceni & RIAL, Carmen. (2016). Superando 2015: lidando com situações adversas na Colônia Z3 (RS/Brasil). 10.13140/RG.2.1.2347.9921.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v.3, n.1, 2008.

JACOBI, Pedro Roberto; LAUDA-RODRIGUEZ, Zenaida Luisa; MILZ, Beatriz. (2019), EDITORIAL N° 2/2019 NATUREZA EM DECLÍNIO: A ADVERTÊNCIA DO RELATÓRIO IPBES SOBRE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 22, e 00003, 2019. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2019000100202&lng=en&nrm=iso

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo y colonialismo. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Comp.). *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*, Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (2002), Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Org). (2002), *Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 87-155.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (2017), Anti-ecologismo no Brasil: reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimentismo-extrativista-predatório e a desregulação ambiental pública. In: OLIVEIRA, M.M.D., MENDES, M., HANSEL, C.M., DAMIANI, S. (Orgs.). *Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade*. Caxias do Sul: EDUCS. p. 325-356. 2017.

LEFF, Enrique. (Coord.). (2003), *A complexidade ambiental*. Traduzido por Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. (2016), *Z. A Aposta Pela Vida: Imaginação Sociológica e Imaginários Sociais nos Territórios Ambientais do Sul*. Vozes, 2016. 512p.

LEROY, Jean-Pierre *et al.* (2002), *Tudo ao mesmo tempo agora – desenvolvimento sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* 3a ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório Albuquerque; BARRETO, Betânia Maria Vilas Bôas. (2004), *Sustentabilidade, exclusão e transformação social: contribuições à reflexão crítica da Educação*

Ambiental e da comunicação no Brasil. *Educação e Ambiente*, Rio Grande, v.9, p. 105-122, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSSÍO, Maurício Bianco. (2007), Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental". In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Orgs.) *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental*. Brasília: MEC/UNESCO, 2007. p. 57-64.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. (2019), *Educação ambiental: questões de vida*. São Paulo: Cortez, 2019.

LOURENÇO, Celeste Ferreira; HENKEL, Jimnah de Almeida; MANESCHY, Maria Cristina Alves. (2006), *A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil: estudo de caso no Pará*. Monografia Samudra. Coletivo internacional de apoio aos trabalhadores da pesca (ICSF). Belém, Brasil, 60p.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Cad. CRH* [online]. 2013, vol.26, n.67, pp.79-86.

MATURANA, Humberto Romesin. *Emoções e linguagem na educação e na política*. 1ª ed. Atualizada. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MATURANA, Humberto Romesin & YÁNEZ, Ximena Dávila. (2009), *Habitar Humano em seis ensaios de Biologia-Cultural*. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MATURANA, Humberto Romesin. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*/ Humberto R. Maturana e Francisco J. Varela; tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin; ilustração: Carolina Vial, Eduardo Osorio, Francisco Olivares e Marcelo Maturana Montañez – São Paulo: Pala Athena, 2001. 288 págs.; il; 16X23cm ISBN 978-85-7242-032-7 8ª edição -2010.

MAULE FILHO, Tito Livio. *Fábulas Tóxicas: os agrotóxicos no Brasil da agricultura mundializada*/ Tito Lívio Maule Filho; orientadora Larissa Mies Bombardi. - São Paulo, 2018. 198f.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MENDES. "Discurso - Jânio Mendes na Alerj" [alerj.rj.gov.br](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/24f21d53e079bf7183257c150068adf0?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1). http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/24f21d53e079bf7183257c150068adf0?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1 Acessado em: 15/11/2016

MENDES, José Manuel de Oliveira. (2003), *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: Algumas reflexões metodológicas*. Oficina do CES, nº 194.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. (2013), *Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio*; Tese de Doutorado, FFLCH –Geografia USP. 2013.

MENDONÇA Jocemar. Tomasino; CAMPANHA, Paula. Maria. Gênova. Castro; MACHADO, Ingrid Cabral; SILVA, Maria Helena Carvalho da. (2018), Emprego de métodos participativos, qualitativos e mistos na pesquisa voltada para a gestão pesqueira no Brasil. 2018. Emprego de Métodos Participativos, Qualitativos e Mistos na Pesquisa Voltada para a Gestão Pesqueira no Brasil. In: Brandão, C.; Carvalho, J.L.; Ribeiro, J.; Costa, A.P. (Org.). A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos. 1ed.Aveiro: Ludomedia, 2018, v. 2, p. 55-88.

MIGNOLO, Walter. (2003), Histórias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal.

MORIN, Edgar. (1986) Para sair do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986.

MORIN, Edgar. e KERN, Anne-Brigitte. (1995) Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgar. (2001) A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina, 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 128.

MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. (2013), Como sobreviver na crise? Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2013.

MORIN, E; CIURANA, E.R; MOTTA, R.D. (2003a). Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez.

MORIN, Edgar. (2003b), Os sete saberes necessários à educação do futuro. 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

MORIN, Edgar. (2003c). A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8 a ed. -Rio de Janeiro.

MOURA, Gustavo. (2013), Guerras nos mares do Sul: A produção de uma monocultura marítima e os processos de resistência. Doutorado. São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade de São Paulo, 410pp.

MOURA, Gustavo. (2017), Guerras nos mares do sul: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca. São Paulo: Annablume Editora, 360 pp.

MOURA, Gustavo. (2019). Construção da crítica à oceanografia clássica: contribuições a partir da oceanografia socioambiental. Ambiente & Educação, 24(2), 13-41.

NETO, José Dias. (2010), Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Produção Editorial Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis 2 Edição Brasília 2010. 242p.

NETO, José Dias. 2011. Proposta de Plano Nacional de Gestão para o uso sustentável de Camarões marinhos do Brasil / José Dias Neto, Organizador. – Brasília: Ibama, 2011.242p.: il. color. ; 15 cm. (Série Plano de Gestão Recursos Pesqueiros, 3

NETO, Francisco da Rocha Guimarães; NORONHA, Roberto; SAAD, Adriana Miguel; VANACOR, Beatriz; BARROS, Janaina Frisch Falbo; SENNA, Evanildo. ECO DESIGN- 2012- Estudos ambientais para períodos de defeso específico nas lagoas de Araruama e Saquarema. Relatório Consolidado: Lagoa de Araruama. Janeiro/2012.

NETO, Cassiano Monteiro; BERTUCCI, Thayse Cristina Pereira; SILVA, Edson Pereira; MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno. Turismo e Urbanização: Os problemas ambientais da Lagoa de Araruama- Rio de Janeiro. Ambiente e Sociedade. São Paulo v. XIX, n.4. p43-64, 2016.

NETO, Francisco da Rocha Guimarães. A cultura da pesca artesanal: a arte da sobrevivência = The culture of artisanal fishing: o art of survival/ coordenador Francisco da Rocha Guimarães Neto; tradução Paulo Magno; fotografia Marê Moraes-1ed. – Rio de Janeiro: MAVI, 2017.

NORONHA, Susana de. (2018), «Cancro, arte e ação: experiências e projetos de mulheres e homens Portugueses». URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/6097>; DOI: 10.4000/configuracoes.6097

OLIVEIRA, Leandro Dias. (2007), A construção do “desenvolvimento sustentável” sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da “crise ambiental”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. Comunicações. Campinas: Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, Sonia Maria Moreira Carvalho de. (2013), Lutas Classificadoras e Justiça Ambiental: redefinições e legitimidades X Encontro Nacional da Anpur 2013.

OLIVEIRA, Laís Pinho Fernandes. (2015), Dinâmica Populacional e Exploração do camarão sete-barbas *xiphopenaeus kroyeri* (heller, 1862) (decapoda: penaeidae) no Norte do Estado do Rio de Janeiro, 142p.

PAULI, Gunter. Blue Economy: Nuovo rapporto al Club di Roma – (2010), 10 anni, 100 innovazioni, 100 milioni di posti de lavoro. Milano: Edizioni Ambiente, 2010. 342 p. ISBN: 978-88-96238-49-3.

PCR-BC. Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (2013), (PCR-BC/Habitats) - Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Relatório Final Volume 10- Petrobras- dezembro de 2013.

PELLANDA, Nize Maria Campos. (2009), Maturana & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. (2008), Educação Ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 73 - 80, jan.-jun. 2008

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2004), O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2006), A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, A. (Org.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, p. 151-197, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2006), A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2009), Entre América e Abya Yala - tensões de territorialidades. Periódico Desenvolvimento e Meio Ambiente. Paraná: Editora UFPR, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009

PORTO, Marcelo Firpo de Souza & SCHUTZ, Gabriel Eduardo. (2012), Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2012, vol.17, n.6, pp.1447-1456. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000600009>.

QUIJANO, Aníbal. (2005), Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur, 2005, pp.118-142

QUINTINO, Carlos Alberto Alves. (2011), Um histórico sobre a educação ambiental no Brasil e no mundo, 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-da-educacao-ambiental/64178/#ixzz2JscPgOLJ>. Acessado em: janeiro de 2011.

RAMÃO, Felipe de Souza. (2014), A “privatização” do meio ambiente na cidade de Cabo Frio: Uma reflexão a partir das contribuições de Pierre George. In: Revista Brasileira de Geografia Econômica 4-2014: ano II, Número 4.

REGINENSI, Caterine; PEREIRA, Mauricio. (2013) Cotidiano e partilha do sensível na praia de Copacabana. In: GOMES, M. F. C. M.; MAIA, R. S.; CARDOSO, I. C.; FRANÇA, B. A. (Org.). Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais. 75ed.Rio de Janeiro: Editora Mauad, v. 1, p. 56.

RIBEIRO, Guilherme & OLIVEIRA, Leandro Dias de. (2009), As Territorialidades da Metrópole no Século XXI: Tensões entre o Tradicional e o Moderno na Cidade de Cabo Frio-RJ- Geo UERJ - Ano 11, v.3, n.20, 2º semestre de 2009. p. 108-127.

RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* (2011), Cartografia da ação social e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: Capes, 2011.

RODRIGUEZ-GARAVITO, César. (2014), “Amphibious sociology: Dilemmas and possibilities of public sociology in a multimedia world”, Current Sociology published online 7 January 2014. The online version of this article can be found at:

<http://csi.sagepub.com/content/early/2014/01/07/0011392113514715>. London: Sage/ISA.

RUFFINO, Mauro Luís. (2016), A gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. In: Araújo, M.A.R. Repensando a gestão ambiental no Brasil: uma contribuição ao debate de reconstrução nacional. Ed. kindle. Belo Horizonte: Marcos Araújo. Capítulo 7.

SAAD, Adriana Miguel. (2003), Composição, distribuição espacial, dinâmica de populações de peixes e estatística pesqueira na lagoa hipersalina de Araruama, RJ. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar. 105p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1983), "Os Conflitos Urbanos no Recife: o caso do 'Skylab'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-59.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002), « Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | 2002. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010), Um discurso sobre as ciências. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010. 59p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010), A gramática do tempo: para uma nova cultura política/ Boaventura de Sousa Santos. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção para um novo senso comum; v.4).

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2018), Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007), « Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online]. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/753>; DOI: 10.4000/rccs.753

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2019), O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul/ 1. ed- Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2020), A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020. E-book.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2021), O sistema antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo- 2021.

STAUNDENMAIER, Peter. Fascist Ecology: The "Green Wing" of the Nazi Party and its Historical Antecedents in Ecofascism Revisited: Lessons from the German Experience. Eds. Porsgrunn: New Compass Press, 2011: 13-42. 2011.

SCHETTINI, Carlos Augusto França. (1994), Determinantes Hidrológicos na Manutenção da Condição Hipersalina da Lagoa de Araruama, RJ, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

SERRÃO, Mônica Armond. (1995), Interdisciplinaridade: O desafio da pesquisa ambiental. *Ciência Hoje*, Vol.22/ no 127- p. 24-27. 1995

SERRÃO, Mônica Armond. (2012), Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2012. 310f.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1993) *Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil*. São Paulo, CEMAR, 143p.

SILVA, Vera Lucia; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. Portal de Conferências do Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTI, 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2012.

SILVA, Carlos Augusto Barbosa da. (2014), O papel da câmara técnica de pesca no comitê de bacia hidrográfica Lagos São João na gestão da pesca artesanal na Lagoa de Araruama. Dissertação de mestrado. Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo. 2014. 237 p.

SILVA, Adriano Prysthon da. (2014), Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. 32 pp. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento no 3). Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/995345>. Acessado em: 10/10/2018.

SILVA, Regina Aparecida. (2020), Florestas, povos, grupos e comunidades trabalhadoras de esperança- p.76- 81In: Michèle Sato *et al.* Os condenados da pandemia. Cuiabá: GPEA, UFMT & Ed. Sustentável, 2020.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. (2011), Justiça Ambiental e a política de seguro-defeso na pesca artesanal: O caso da associação de pescadores da Praia da Armação do Sul. Trabalho de conclusão de curso, 2011.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 23-68.

SOUZA, Beatriz Cristina Pereira; MENEZES, Paulo Márcio Leal de A Cartografia Histórica e os nomes geográficos: uma análise dos geônimos de Cabo Frio -RJ. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. 2011.

TANGERINO, Camila Ciccarone. (2017), Lagoa de Araruama: por uma visão articulada do Patrimônio- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Brasil.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. (2021), Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 36 N° 105. RBCS VOL. 36 N° 105 /2021: e3610501

THORSEN, Line Marie & VANDSØ, Annete. (2017), Can we land on earth? – an interview with Bruno Latour. in LM Thorsen (ed.), *Moving Plants*. Narayana Press, Rønnebæksholm, Næstved, pp. 143-156, *Moving Plants / Planter i Bevægelse*, Næstved, Denmark, 01/07/2017.

TILIO NETO, Petrônio de. (2008), *Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o Ecologismo dos Pobres*. 2008. 190 f. Tese (Doutorado)

TILIO NETO, Petrônio de. (2010), *Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. As mudanças climáticas na ordem ambiental internacional. pp. 37-81. ISBN: 978-85-7982-049-6. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020. ISSN: 2176-5774

TOTONHO. “ENCONTRO EM BRASÍLIA” [jornaldotonho.com.br](http://www.jornaldotonho.com.br). <http://www.jornaldotonho.com.br/encontro-em-brasilia/> Acessado em: 15/11/16

VALLADARES, Lícia. (2007), Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007

VASCONCELLOS, Maria José de Esteves de. (2002), *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência* –Campinas, SP: Papyrus.

VIDAL DE SOUSA, Fernando. (2017), *Rev. de Direito Ambiental e Socioambientalismo* | e-ISSN: 2525-9628 | Maranhão | v. 3 | n. 2 | p. 148 – 172 | Jul/Dez. https://www.researchgate.net/publication/323382195_UMA_ABORDAGEM_CRITICA_SOBRE_O_GREENWASHING_NA_ATUALIDADE.

VITOVSKY, Vladimir Santos. (2017), *Fora do Processo, dentro da Comunidade: um estudo sobre as possibilidades e limites de uma justiça participativa*. Tese (Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

XAVIER, Wescley & MARANHÃO, Carolina. (2010). RESPONSABILIDADE SOCIAL: A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO *Organizações & Sociedade* 17 (53).

ZAGATTO, Bruna Pastro. (2020), *A Necropolítica ambiental nos quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil*. *Amazônica- Revista de Antropologia*, v. 12, n.1, 2020.

ZAMBIASI, José Luiz. (1999), *Discutindo a positividade-despositividade*. *Revista Pedagógica (Chapecó)*, Chapeco, v. 1, n.2, p. 71-88, 1999.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008.